



CADERNO DE PROPOSTAS

do Rio Grande do Sul ao OGU 2022



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E INTERNACIONAIS

Secretária: Ana Amélia Lemos

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Cargnin

ELABORAÇÃO

DEPARTAMENTO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Diretora: Carmen Juçara da Silva Nunes

Diretor Adjunto: Fernando Boklis

Coordenadora do Caderno: Daiane dos Santos Allegretti

Equipe técnica: Aida Dresseno da Silveira • Alan Rafael Dill (Estágio – Políticas Públicas) • Alberto Marcos Nogueira • Bruno Jubran • Carlos Eduardo Grings • Carmen Juçara da Silva Nunes • Cristine Lima Maciel Pretzel • Daiane dos Santos Allegretti • Fernanda Costa Corezola • Fernando Boklis • Fernando Maya Mattoso • Gerson Péricles Tavares Doyll • Luiz Roberto Franco Garcia • Magda Maciel Buenos • Marcio Roberto Teixeira • Mauro Braz dos Santos • Raquel Ditz Ribeiro • Ricardo Leães • Rodrigo Santos da Silva • Roger Coimbra Gonçalves • Rosane Lucas da Silva Rodrigues • Vinicius Bruschi de Fraga

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Coordenador: Lucas Sattler Barroso

Coordenadora Adjunta: Juliana Roll Gonçalves

Projeto gráfico: Laiz Flores Oliveira • Priscila Barbosa Ely

COLABORAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ESTRATÉGICO

Diretor: Vinicius Piccini

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Diretor: Diego Ferrugem Cardoso

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Diretor: Alessandro Castilhos Martins



O Governo do Rio Grande do Sul preparou um conjunto de propostas para avaliação quanto à possibilidade de incluí-las entre as ações que o Poder Executivo federal apresentará para compor o Projeto de Lei Orçamentária Anual da União para 2022.

Entendo que a execução de projetos em regime de cooperação é de interesse recíproco de nossas Administrações e poderá produzir resultados importantes para o desenvolvimento de nosso Estado e do País.

O enfrentamento à COVID-19 nos ensinou que, mais do que nunca, precisamos unir esforços e recursos para melhorar a vida dos cidadãos. As parcerias são necessárias para superar esse período de graves efeitos à nossa população. Queremos trilhar um caminho viável de recuperação de competitividade e melhoria das infraestruturas sociais e econômicas, rumo a um novo ciclo de prosperidade sustentável.

Por isso, apresento este Caderno de Propostas, documento que foi previamente qualificado e considerado apto tecnicamente para possível destinação de recursos no Orçamento Geral da União 2022.

Conto com a atenção do Ministério a essa sugestão de ação conjunta entre o Executivo Federal e o Estadual.

Saudações fraternas.

Eduardo Leite

Governador do Rio Grande do Sul



Este Caderno de Propostas do Governo do Rio Grande do Sul, organizado pela equipe do Departamento de Captação de Recursos da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (DECAP/SPGG), com a colaboração da Secretaria Extraordinária de Relações Federativas e Internacionais (SERFI), tem o propósito de apresentar opções de ação conjunta em políticas públicas por meio de destinação de recursos na proposta que seu Ministério apresentará para compor o Projeto de Lei Orçamentária Anual da União para 2022.

As propostas aqui apresentadas foram elaboradas por técnicos de Secretarias estaduais e, antes de compor o Caderno, passaram por um processo prévio de qualificação e avaliação de viabilidade, realizado por técnicos da SPGG, buscando apresentar projetos de interesse estratégico da administração estadual, mas que contribuam para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no PPA federal. Com vistas a uma execução mais célere e para que os resultados sejam rapidamente percebidos pela população, a SPGG também irá auxiliar os órgãos a planejar detalhadamente a execução daquelas propostas que receberem recursos de seu Ministério.

Este Caderno também está disponível em planejamento.rs.gov.br/projetos-rs.

Na ficha detalhada de cada proposta há dados dos técnicos responsáveis, que também poderão ser contatados. A SERFI e a SPGG ficam igualmente à disposição, podendo sanar dúvidas, questionamentos e buscando fortalecer essa necessária e salutar articulação entre o Executivo Federal e o Estadual.

Acreditamos que esses projetos trarão impactos positivos para nossa população em um momento tão desafiador para todos.

Ana Amélia Lemos
Secretária de Relações
Federativas e Internacionais

Claudio Gastal
Secretário de Planejamento,
Governança e Gestão



Ministério da Justiça e Segurança Pública	6
Secretaria Nacional de Segurança Pública	8
Departamento Penitenciário Nacional	67
Ministério do Desenvolvimento Regional	75
Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano	77
Secretaria Nacional de Saneamento	103
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica	119
Secretaria Nacional de Habitação	126
Ministério da Cidadania	130
Secretaria Especial do Desenvolvimento Social	132
Secretaria Especial do Esporte	174
Ministério da Economia	181
Secretaria de Gestão Corporativa	183
Ministério do Turismo	226
Secretaria Especial da Cultura	228
Secretaria Nacional de Infraestrutura Turística	262
Ministério da Saúde	267
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde	269
Fundo Nacional de Saúde	288
Secretaria de Atenção Primária à Saúde	296
Secretaria de Vigilância em Saúde	300
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	304
Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	306
Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência	319
Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	326
Secretaria Nacional de Proteção Global	330
Ministério da Educação	334
Secretaria de Educação Superior	336
Secretaria de Educação Básica	352
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	362
Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo	364
Secretaria de Defesa Agropecuária	372
Secretaria Especial de Assuntos Fundiários	377
Secretaria de Aquicultura e Pesca	381
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	385
Secretaria de Empreendedorismo e Inovação	387
Ministério do Meio Ambiente	394
Secretaria de Clima e Relações Internacionais	396



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Caderno de Propostas do
Rio Grande do Sul ao OGU 2022





SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

- 801** REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL
- 803** POSTO DE COMANDO MÓVEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS
- 804** VIATURAS AMBULÂNCIAS RESGATE PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS
- 805** AUTO ESCADA MECÂNICA PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS
- 851** DESCENTRALIZAÇÃO DAS PERÍCIAS DE EXTRAÇÃO DE DADOS DE DISPOSITIVOS MÓVEIS NO IGP-RS
- 852** INSUMOS PARA COLETA E REVELAÇÃO DE IMPRESSÕES PAPILARES LATENTES
- 853** APARELHAMENTO DAS PERÍCIAS LABORATORIAIS DO IGP-RS
- 854** QUALIFICAÇÃO DAS NECROPSIAS NO IGP-RS
- 855** CONSTRUÇÃO DO DEPARTAMENTO MÉDICO-LEGAL, ALMOXARIFADO E ÁREA DE PLANTONISTAS DO INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - NOVO DML IGP RS
- 856** MODERNIZAÇÃO DA BALÍSTICA FORENSE DO CENTRO REGIONAL DE EXCELÊNCIA DA REGIÃO SUL
- 857** TECNOLOGIAS PARA A PERÍCIA CRIMINAL
- 863** AQUISIÇÃO DE AERONAVE PARA BRIGADA MILITAR
- 865** COMPUTADORES PARA A BRIGADA MILITAR
- 866** APARELHAMENTO DO BATALHÃO DE AVIAÇÃO DA BRIGADA MILITAR COM CAMINHÃO DE ABASTECIMENTO
- 867** IMPLANTAÇÃO DE RADIOCOMUNICAÇÃO PARA A BRIGADA MILITAR
- 876** REAPARELHAMENTO DA PATRULHA MARIA DA PENHA
- 877** REAPARELHAMENTO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO
- 897** INTELIGÊNCIA CONTRA A CORRUPÇÃO
- 903** VEÍCULO ESPECIALIZADO PARA O TRANSPORTE DE TROPA
- 904** APARELHAMENTO DOS BATALHÕES DE CHOQUE COM VEÍCULOS BLINDADOS

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

- 894** CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO PENAL DE CRUZ ALTA
- 911** REATIVAÇÃO DO PRESÍDIO ESTADUAL DE RIO PARDO
- 924** AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO PRESÍDIO ESTADUAL DE JAGUARÃO



Secretaria Nacional de Segurança Pública



Nº	PROJETO
801	REAPARELHAMENTO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
14	R\$ 84.887.690

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente o público interno, servidores da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, e tal efetivo (5.185) está focado diuturnamente no atendimento a aproximadamente 11.422.973 pessoas, que representam a população estimada do Estado (IBGE).

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Polícia Civil

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882366	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Defasagem da frota de veículos da Polícia Civil que dificulta a atuação em ações qualificadas para atender às demandas da sociedade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Polícia Civil Gaúcha, atualmente, possui 2.627 veículos, sendo a idade média da frota de 8 anos, o que resulta em constante demanda de manutenções de alto custo ao Estado. Considerando a dificuldade financeira em que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul e os impactos econômicos da pandemia, a manutenção permanente de uma frota obsoleta implica num alto custo financeiro, agravado por um cenário de diminuição da arrecadação do Estado.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservar a vida e integridade do servidor policial, manutenção da paz social e melhoria da qualidade de vida da população. Além da redução dos custos de manutenção da frota da Instituição, possibilitando melhor utilização dos recursos disponíveis.

OBJETO

Aquisição de viaturas discretas e ostensivas semiblindadas.

OBJETIVO

Reaparelhar e incrementar a frota de veículos da Polícia Civil, de modo a garantir ao servidor policial viaturas modernas e recursos tecnológicos necessários ao combate à criminalidade e a busca da excelência no desempenho de suas funções de Polícia Judiciária.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Compreende-se necessário o fortalecimento e reestruturação da frota da Polícia Civil do Rio Grande do Sul com viaturas discretas e ostensivas semiblindadas, haja vista que é fundamental o incremento de recursos e a substituição de itens já defasados a fim de garantir a eficiência no desempenho da atividade policial e resguardar o servidor policial.

É notória a dificuldade financeira que se encontra o Estado do Rio Grande do Sul ao longo dos últimos anos e tal situação naturalmente reflete na Instituição em relação à carência em investimento. Ademais, o enfrentamento à criminalidade é constante, colocando os órgãos de segurança em evidência, os quais trabalham incansavelmente em prol da sociedade, apesar do cenário de escassez apresentada.

Atualmente há uma defasagem de viaturas na Instituição, pois o conhecido cenário econômico do Estado do RS não permite a destinação de verba para renovação e correta manutenção da frota. Os diversos defeitos frequentemente apresentados colocam em risco tanto as atividades desenvolvidas quanto a integridade física dos agentes que as utilizam. Além disso, resultam em manutenções demasiadamente onerosas.

O desempenho de atividades de Polícia Judiciária está necessariamente ligado às atividades investigativas, visando êxito nas atividades finalísticas da instituição, que acabam por culminar em cumprimento de mandados de prisão e de mandados de busca e apreensão, culminando no enfraquecimento da criminalidade. Neste viés, com intuito de aperfeiçoar a realização dessas atividades, é necessário que a instituição tenha a seu dispor veículos em bom estado de conservação, com recursos tecnológicos capazes de auxiliar a produção do conhecimento para as investigações de forma segura e direcionadas a entender e desmistificar as ameaças à segurança pública: tráfico de drogas, homicídios, assaltos, roubo à carga, tráfico de seres humanos e violações de direitos humanos, dentre outros delitos.

Diante do exposto, urge a necessidade de aquisição dos itens pretendidos a fim de fortalecer a prevenção e repressão dos crimes, visando sempre à qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Viatura suv ostensiva semiblindada	Quantidade	90	29.743.290	14
Viatura pick-up ostensiva semiblindada	Quantidade	90	26.100.000	14
Viatura sedan discreta semiblindada	Quantidade	92	15.948.200	14
Viatura hatch discreta semiblindada	Quantidade	92	13.096.200	14

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

9089 - Reaparelhamento da Polícia Civil/FESP

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
803	POSTO DE COMANDO MÓVEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2218 - Gestão de Riscos e Desastres

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1201 - Investir na Compreensão e Redução do Risco, Ampliar a Preparação e Reduzir os Efeitos dos Desastres

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 889.000

PÚBLICO-ALVO
Cerca de 2.500.000 pessoas serão atendidas diretamente em toda área metropolitana, com tempo resposta de até 40 minutos, e todo o Estado pode ser atendido em até 5 horas, a partir de Porto Alegre, onde a viatura ficará localizada.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Corpo de Bombeiros Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Cesar Eduardo Bonfanti	51 985771169	cmtg@cbm.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Ausência do veículo na corporação.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Eventos envolvendo múltiplas vítimas, desastres naturais ou ambientais, como o caso do incêndio em veículo de transporte de combustível na BR 353 sobre a ponte na cidade de Estrela, necessitam da presença de agências de diversos órgãos no local para gestão da crise e ações coordenadas visando a interoperabilidade e resolução do evento com maior eficiência. Este Posto de Comando possibilita o comando, o controle e a comunicação de forma integrada no local do evento. A falta deste veículo possibilita desencontro de informações que podem comprometer o atendimento e até mesmo colocar em risco as equipes mobilizadas.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Resolução de conflitos com tempo de resposta otimizado. Melhor atenção e controle das equipes mobilizadas com socorro mais adequado, especialmente nos grandes desastres.

OBJETO

Aquisição Veículo do tipo micro-ônibus de Posto de Comando Móvel, para atender as necessidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar.

OBJETIVO

Aquisição de Veículo do tipo micro-ônibus de Posto de Comando Móvel equipado com o que há de mais avançado no campo tecnológico em termos de instalações físicas, teleinformática e radiocomunicações possibilita atender as atuais necessidades da instituição e a efetivação do Comando e Controle das grandes operações calamidade pública e defesa civil.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As ações de Busca, Salvamento e Resgate, aliada as atividades de Defesa Civil, em grandes e médios incidentes caracteriza-se pela ampliação do efetivo em locais de interesse, envolvidos nas operações de restauração da normalidade ou no seu gerenciamento macro. Fato é que por consequência do tipo de incidente ou operação planejada poderá haver necessidade de ampliação de apoio tecnológico e logístico envidando em um ambiente móvel apropriado para o gerenciamento dos recursos disponíveis. Com a finalidade de possibilitar ao CBMRS um dispositivo eficaz no local do incidente onde o responsável pela operação ou resolução do incidente consiga determinar um retrato fiel do cenário instalado para operacionalizar sua intervenção, o Posto de Comando Móvel (PCM) é necessário para garantir sua presença física e mobilizável, facilitando a tomada de decisão. Este veículo permite também que as ações locais possam ser acompanhadas nos diversos níveis de decisão, facilitando a integração e a intervenção, quando necessária, das demais áreas afetadas na administração pública pelo incidente. Neste sentido, o PCM se traduz na presença física do Comandante no local do evento e com capacidade de mobilidade.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Microônibus Volare W9 equipado para Comando e Controle, com tecnologia de georreferenciamento e comunicações, ou similar.	Quantidade	1	889.000	24



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3858 - Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar - FESP

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Indústria, inovação e infraestrutura, Vida Terrestre, Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
804	VIATURAS AMBULÂNCIAS RESGATE PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5019 - Atenção Primária a Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1182 - Promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços da atenção primária de forma integrada e planejada

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 10.920.000

PÚBLICO-ALVO
A população de 48 municípios, num total de 4.500.000 habitantes. Também serão beneficiados 210 municípios circunvizinhos com população total de 6.872.135 habitantes.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
48 municípios-sede, sendo: Alvorada, Bagé, Barra do Quaraí, Caçapava do Sul, Cachoeirinha, Camaquã, Canoas, Capão da Canoa, Caxias do Sul, Cidreira, Dom Pedrito, Encruzilhada do Sul, Erechim, Flores da Cunha, Getúlio Vargas, Giruá, Gravataí, Guaíba, Guaporé, Ijuí, Itaqui, Jaguarão, Lajeado, Montenegro, Nonoai, Novo Hamburgo, Osório, Pelotas, Porto Alegre, Restinga Sêca, Rio Grande, Rio Pardo, Santa Vitória do Palmar, Santo Antônio da Patrulha, São José do Norte, São Leopoldo, São Lourenço do Sul, São Marcos, São Pedro do Sul, São Sepé, Sapucaia do Sul, Soledade, Tapera, Taquari, Terra de Areia, Torres, Vera Cruz e Viamão. Também serão beneficiados 210 municípios circunvizinhos.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Corpo de Bombeiros Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Segurança Pública e CBMRS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Cesar Eduardo Bonfanti	51 985771169	cmtg@cbm.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Frota de veículos insuficientes. Atualmente o CBMRS possui 113 quartéis de bombeiros em 93 municípios do RS. Somente em 45 municípios está sendo oferecido o serviço, restando 48 a serem abrangidos.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Dos 93 municípios atendidos pelas guarnições com resgate voltados ao suporte básico de vida, restam 48 a serem abrangidos. Esses municípios totalizam cerca de 4.000.000 habitantes.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

O atendimento integral da população do RS nos eventos de trauma, acidente veicular, de forma qualificada e com melhor tempo resposta.

OBJETO

Aquisição de veículos do tipo ambulâncias de resgate.

OBJETIVO

Melhoria no atendimento ao suporte básico de vida da população do RS.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A aquisição de veículos do transporte especializado, destinado às emergências de resgate, parada cardíaca, insuficiência coronariana aguda, acidentes vascular encefálico, insuficiência respiratória e trauma graves, buscando a redução do tempo-resposta em locais que não possuem o serviço prestado pelo CBMRS, de forma a significar uma elevação na sobrevivência dos pacientes e ampliação da área de abrangência do socorro com a presença do Corpo de Bombeiros Militar. As viaturas propostas serão distribuídas em 48 Unidades que atendem hoje a 210 municípios numa população total de 6.872.135 habitantes.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Veículos de Resgate (Ambulância Tipo C) devidamente adaptados para o serviço do Corpo de Bombeiros Militar, com capacidade de transportar guarnição e equipamentos necessários para o atendimento a ocorrências de atendimento pré-hospitalar.	Quantidade	48	10.920.000	24



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Cidadão mais seguro

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação da prevenção e combate a sinistros e das ações de busca e salvamento e defesa civil

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3858 - Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar - FESP

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

RS Seguro

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Redução das desigualdades, Vida Terrestre, Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
805	AUTO ESCADA MECÂNICA PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2218 - Gestão de riscos e desastres (Defesa Civil)

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1201 - Investir na Compreensão e Redução do Risco, Ampliar a Preparação e Reduzir os Efeitos dos Desastres

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
22BO - Ações de Proteção e Defesa Civil

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 6.124.000

PÚBLICO-ALVO
O veículo irá atender 12 quartéis distribuídos nas cidades de Bento Gonçalves, Canela, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Gramado, São Marcos, Vacaria e Veranópolis, beneficiando a população desses municípios. O veículo poderá beneficiar ainda a população de 48 municípios da região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Com 12 quartéis distribuídos nas cidades de Bento Gonçalves, Canela, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Gramado, São Marcos, Vacaria e Veranópolis. O veículo poderá beneficiar 48 municípios da região: Alto Feliz, André da Rocha, Antônio Prado, Barão, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Bom Jesus, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Canela, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Coronel Pilar, Cotiporã, Esmeralda, Fagundes Varela, Farroupilha, Feliz, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Guabiju, Ipê, Jaquirana, Monte Alegre dos Campos, Monte Belo do Sul, Muitos Capões, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Paraí, Picada Café, Pinhal da Serra, Pinto Bandeira, Protásio Alves, Santa Tereza, São Francisco de Paula, São Jorge, São José dos Ausentes, São Marcos, São Vendelino, Vacaria, Vale Real, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre do Prata.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Corpo de Bombeiros Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Segurança Pública e CBMRS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Cesar Eduardo Bonfanti	51 985771169	cmtg@cbm.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Ausência de veículo Escada Mecânica em Caxias do Sul.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Caxias do Sul é a segunda maior cidade em número de habitantes do RS, com grande quantidade de edificações verticais elevadas. Com aumento populacional e de construção civil, aumentaram os índices de ocorrências em prédios altos, até mesmo durante a fase de construção, com operários presos em andaimes e guindastes, requerendo salvamento e acesso rápido e seguro.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Segurança nas operações de salvamento, garantia de remoção rápida de pessoas em sinistros, combate e supressão de incêndios em prédios altos com melhor eficácia e menor dano ao patrimônio.

OBJETO

Aquisição Veículo do tipo Auto Escada Mecânica para o Município de Caxias do Sul.

OBJETIVO

Atender de forma mais qualificada os sinistros que ocorrem na serra gaúcha, que possui a cidade mais populosa depois da capital riograndense, com edificações verticalizadas e grande parque industrial metal-mecânico.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A região serrana gaúcha possui a cidade mais populosa depois da capital, com construções verticalizadas e grande parque industrial, requerendo uma atenção primária do CBMRS em resposta a sinistros. Um veículo com plataforma elevada possibilita uma medida adequada para resposta qualificada. A proposta atende os requisitos do Decreto 54.361/2018, estando de acordo com as diretrizes previstas no artigo 2º e 3º, captação, distribuição e fiscalização dos recursos entre os diversos segmentos da segurança pública e da destinação dos recursos nas diversas regiões do Estado. Por se tratar de projeto de interesse institucional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, está abrangido no artigo 6º do respectivo Decreto.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Veículo especial destinado a salvamento e apoio ao combate a incêndio, 6x4, tipo Auto Escada Mecânica (AEM), com alcance vertical mínimo de 42 metros, com câmbio automático, cesto e elevador. A viatura deverá possuir certificado que ateste o atendimento aos requisitos estabelecidos nas últimas edições vigentes das normas harmonizadas EN 14043 versão 2014, EN ISO 13849 versão 2008 e EN 61000-6-2 versão 2006.	Quantidade	1	6.124.000	24



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação da prevenção e combate a sinistros e das ações de busca e salvamento e defesa civil

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3858 - Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar - FESP

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Trabalho decente e crescimento econômico, Indústria, inovação e infraestrutura, Redução das desigualdades, Cidades e comunidades sustentáveis, Vida Terrestre, Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
851	DESCENTRALIZAÇÃO DAS PERÍCIAS DE EXTRAÇÃO DE DADOS DE DISPOSITIVOS MÓVEIS NO IGP-RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
00R2 Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 1.573.000

PÚBLICO-ALVO
Servidores da Segurança Pública e a população gaúcha.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Instituto-Geral de Perícias - IGP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
IGP

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Sheila Cristina Wendt	51 32236677	sheila-wendt@igp.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Aumento da demanda por exames periciais em dispositivos eletrônicos e móveis associados a crimes, conseqüentemente, maior geração de informações a serem analisadas nestes aparelhos eletrônicos.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Em 2018, o Brasil estava em 5º lugar no ranking global de tempo gasto com celulares. Com o avanço tecnológico e a dependência cada vez maior dos equipamentos e sistemas informatizados por parte de empresas e pessoas, os crimes também evoluíram e tomaram esses equipamentos como ferramenta. Atualmente, no IGP, há 1541 requisições de perícias em dispositivos móveis aguardando atendimento, com cerca de 2506 dispositivos a serem periciados para extração ou análise de dados. Contando com uma equipe de 5 peritos criminais, a produção média mensal de laudos periciais da seção SETEL (seção de perícias em dispositivos de telefonia móvel), em 2020, foi de, aproximadamente, 6 laudos de extração de dados e 5 laudos de análise. O tempo médio de atendimento de extração de dados de cada requisição, em 2020, foi de aproximadamente 12 dias, e o tempo médio de análise dos dados de cada requisição foi de 22 dias.

Com a aquisição dos equipamentos de extração, a serem distribuídos entre a Capital (4 equipamentos) e as 6 Coordenadorias Regionais de Perícia (1 para cada regional), teremos capacidade de aumento de atendimento mensal de 6 para 16 laudos de extração de dados e de 1 para 11 laudos de análises mensais. Essa quantidade de perícias atende a aproximadamente 70% da demanda mensal de solicitações de perícia em telefones móveis do Estado inteiro.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Maior qualificação para a sustentação da prova técnica, maior agilidade na entrega dos resultados das perícias, com o fornecimento de respostas à sociedade quanto à elucidação de crimes, dando às autoridades policiais informações de relevância no que tange à persecução criminal.

OBJETO

Adquirir ferramentas periciais para extração de dados em dispositivos móveis.

OBJETIVO

Agilizar as perícias de extração e análise de dados em dispositivos móveis por meio da descentralização dos exames para as unidades regionais do IGP-RS, garantindo a integridade da cadeia de custódia em especial na sua etapa de coleta de vestígios.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As Soluções Forenses para Exames Periciais são constituídas de equipamentos eletrônicos, programas de computadores e suas atualizações, que permitem a extração de dados de dispositivos móveis, como telefones celulares, tablets, drones e aparelhos de GPS. O programa de computador processa os dados extraídos do(s) dispositivo(s) móvel (is), ordenando as informações e gerando visualizações e relatórios para que o perito possa analisá-los. Devido à grande quantidade de aparelhos lançados anualmente, à constante atualização de versões dos sistemas operacionais e programas dos smartphones, além de novas interfaces físicas, é indispensável o contrato de atualização dessas soluções, garantindo a integridade das informações extraídas dos dispositivos. É fato inconteste que nos dias atuais as áreas de perícia, a exemplo do IGP-RS, são demandados frequentemente para a realização de análise em dispositivos eletrônicos. E, no topo dessas ocorrências, com a popularização dos dispositivos computacionais portáteis, como smartphones e tablets, tais equipamentos já representam, num cômputo geral, a maior parte da produção das áreas de perícia, gerando um enorme volume pendente para exame e, naturalmente, com tendência de aumento. O uso massivo de telefonia celular, smartphones, ambientes colaborativos, comunicação por meio da Internet criou oportunidades para o investigador não apenas encontrar evidências na cena do crime, no mundo físico, mas principalmente encontrar rastros no mundo virtual. No entanto, uma grande preocupação é que esse uso massivo de tecnologia pelas pessoas gera uma quantidade muito grande



de informação a ser analisada, que, por sua vez, não encontra no IGP tecnologia suficiente para atender essa crescente demanda. Portanto, a importância deste projeto está em sua ampla potencialidade de qualificar e agilizar as perícias de análise e extração de dados no RS, garantindo a integridade da Cadeia de Custódia como preconiza a Lei nº 13.964/19.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Ferramentas de extração de dados de dispositivos móveis adquiridas	Quantidade	10	1.573.000	12

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5991 - Reaparelhamento do Instituto-Geral de Perícias - FESP

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
852	INSUMOS PARA COLETA E REVELAÇÃO DE IMPRESSÕES PAPILARES LATENTES

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 445.000

PÚBLICO-ALVO
Servidores do IGP que efetuam a coleta e revelação de impressões latentes, autoridades requisitantes da perícia e toda a população do Rio Grande do Sul.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Instituto-Geral de Perícias

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
IGP

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Katia Rosane Reolon Bittencourt	51 32236122	katia-bittencourt@igp.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Insuficiência de recursos e insumos periciais papiloscópicos necessários para a coleta e revelação de vestígios de criminais.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A falta de insumos e a falta de aparelhamento para a realização dos serviços de natureza pericial têm conexão direta com a limitação dos orçamentos dos órgãos periciais e dos governos estaduais, e é de notório conhecimento público. No caso do Rio Grande do Sul, a limitação de gastos impostas pelas dificuldades financeiras e reequilíbrio fiscal justificam sobremaneira a deficiência em investimentos na área de políticas públicas de segurança pública, fazendo com que cada ente busque por projetos para manter o contínuo serviço, focando em melhorias e nos seus efeitos extramuros.

O IGP realiza anualmente mais de cinco mil coletas de fragmentos papiloscópicos em locais de crime e em objetos relacionados a crimes, sendo necessário o investimento constante na aquisição de insumos para a manutenção do trabalho pericial, o que nem sempre é possível devido às dificuldades financeiras das Administração Pública Estadual nos últimos anos.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Os impactos esperados, quando da contemplação do presente projeto, serão em torno da efetiva manutenção dos serviços de Perícia Papiloscópica do IGP/RS, no âmbito da sociedade gaúcha, e, ainda os que seguem:

- **permanente disponibilidade dos servidores do IGP/RS para a execução da perícia papiloscópica no plantão da capital e região metropolitana, bem como nos Postos do Interior do Estado do RS, efetuando coletas de impressões digitais com qualidade para confronto e processamento no AFIS;**
- **atendimento eficaz quanto à coleta de impressões papilares em diversas superfícies e objetos, visto que os insumos visam atender as diferentes realidades de cada local de crime que eventualmente surgem, ampliando o espectro de avaliação dos especialistas e de coleta de material para análise no laboratório;**
- **resposta à sociedade quanto à elucidação de crimes e sua autoria, visto que no sistema de justiça, a perícia papiloscópica contribui de forma exemplar quanto à identificação daqueles que estavam presentes no local de crime, dando às autoridades policiais informações relevantes no que tange à persecução criminal.**

OBJETO

Aquisição dos materiais de consumo para a coleta e revelação de impressões papilares.

OBJETIVO

Dotar o IGP de insumos necessários para a coleta e revelação de impressões papilares que possibilite uma eficaz elucidação de crimes.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As impressões papilares são vestígios comuns em locais de diversos tipos de crime, constituindo-se em importante subsídio para a definição da autoria. Os levantamentos de impressões papilares são realizados na grande maioria nas cenas de crimes contribuindo para a sua elucidação. O Instituto-Geral de Perícias do RS tem intensificado o processamento de impressões digitais com eficiência e rapidez, para então identificar a autoria de vários crimes realizados. Para tal, utiliza-se desde técnicas mais simples, como também técnicas mais sofisticadas ou laboratoriais que demandem reagentes ou preparo específico.

Contudo, a não manutenção de insumos básicos a essas perícias ocasiona, entre outras, a perda de vestígios criminais, a não resolutividade de crimes, o aumento da sensação social de injustiça, além da desmobilização da



perícia técnica. Portanto, os insumos solicitados permitirão a realização destes exames sem a interrupção do suprimento dos materiais necessários de maneira a permitir uma perícia eficiente e resolutiva.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Cianoacrilato adquirido	Quantidade	15	4.650	24
Ninhidrina adquirida	Quantidade	10	1.000	24
Revelador amido black adquirido	Quantidade	5	300	24
Pincéis para aplicação de reveladores de impressões papilares adquiridos	Quantidade	1000	290.000	24
Fita adesiva para levantamento e preservação e impressão papilar adquirida	Quantidade	900	135.000	24
Pó para revelação de impressões papilares adquirido	Quantidade	12	14.050	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento das ações de Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

8075 - Manutenção dos Serviços Periciais - FESP

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
853	APARELHAMENTO DAS PERÍCIAS LABORATORIAIS DO IGP-RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
00R2 Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 4.007.000

PÚBLICO-ALVO
Beneficiários diretos: DPL- IGP/RS e os órgãos que solicitam perícias ao IGP, além da população do estado do Rio Grande do Sul.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Instituto-Geral de Perícias - IGP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
IGP

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Daniel Scolmeister	51 32882664	daniel-scolmeister@igp.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Alto número de perícias laboratoriais demandando agilidade na entrega dos resultados e incremento na qualidade dos processos que a área forense exige.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O Departamento de Perícias Laboratoriais do IGP foi, em 2019, responsável pelo recebimento de 58.942 requisições para perícias. Em 2020, embora os indicadores de criminalidade do Estado tenham apontado uma diminuição em seus números, norteados pela diminuição da circulação de pessoas em razão da pandemia, o quantitativo de requisições manteve-se próximo ao anterior, com 58.224 requisições. Acrescenta-se a estas as análises que geram dados para inserção no Banco de Perfis Genéticos, que tiveram um incremento de cerca de 28% na contribuição de inserções no mês de novembro de 2020 quando comparado ao ano anterior. Esse número representa 6,6% do panorama nacional, ficando em quarto lugar entre as federações que contribuem ao referido Banco, conforme Ministério da Justiça e Segurança Pública.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Maior agilidade nas respostas à sociedade quanto à elucidação de crimes, dando às autoridades policiais informações de relevância no que tange à persecução criminal. Possibilitar uma entrega ágil dos resultados das análises forenses no âmbito laboratorial, não perdendo o foco na qualificação necessária para a sustentação da prova técnica.

OBJETO

Adquirir equipamentos para aparelhamento do Departamento de Laboratório de Perícias.

OBJETIVO

Qualificar e agilizar os exames periciais que requerem análises nas áreas de química, toxicologia e genética forense.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O trabalho do Departamento de Perícias Laboratoriais (DPL) do IGP é de fundamental importância para subsidiar cientificamente a promoção da segurança pública no Rio Grande do Sul. Atualmente os laboratórios da instituição possuem uma ampla abrangência de expertise pericial forense, atuando nas áreas de perícia toxicológica, química e genética. Entre as perícias realizadas, estão incluídas as pesquisas de psicotrópicos e teor alcoólico em sangue, que contribuem para elucidação de crimes, causas de mortes e enquadramentos dos acidentes de trânsito. Também se destacam as perícias para detecção de anabolizantes, pesticidas e drogas apreendidas, assim como o trabalho na genética forense com ênfase criminal na pesquisa de DNA. Para tanto, utilizam-se etapas bastante específicas para respaldar o trabalho pericial, tais como: cromatografia de diversos tipos com detecções das mais variadas e etapas imprescindíveis, como as centrifugações. Todo esse processo deve ser realizado e ancorado em observância à cadeia de custódia, prevista na Lei nº 13.964/19. Contudo, somente em 2020, o IGP recebeu a demanda de 58.224 requisições de perícias envolvendo as áreas de toxicologia, química e genética forense. Com isso, há necessidade de equipamentos e softwares que supram a demanda e atualização dessas áreas, dentre os quais cromatógrafos, sistema de iluminação forense e de gerenciamento de Informações laboratoriais e centrífugas refrigeradas (evitam perdas durante o aquecimento e ajudam a dirimir eventual contaminação em genética forense). Para tal, o projeto em questão busca incrementar e aparelhar os laboratórios de perícia forense de maneira a aumentar a eficiência pericial do estado, contribuindo assim para a maior efetividade na elucidação de crimes.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Cromatógrafo com detector por ionização de chama (CG-DIC)	Quantidade	1	450.000	24
Cromatógrafo líquido com detector por arranjo de diodos (HPLC-DAD)	Quantidade	1	385.000	24
Centrífuga refrigerada de bancada com rotor de microplacas (2 un)	Quantidade	2	104.000	24
Sistema de iluminação Forense e aquisição de imagens de vestígios adquirido	Quantidade	1	582.000	24
LIMS - Sistema de Gerenciamento de Informações laboratoriais adquirido	Quantidade	1	996.000	24
Cromatógrafo com detector por espectrometria de massa (CG-MS), FID e NPD	Quantidade	1	1.314.000	24
Centrífuga refrigerada adquirida (2 un)	Quantidade	2	176.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Fortalecimento das ações de Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
5991 - Reaparelhamento do Instituto-Geral de Perícias - FESP

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS
2018.17 - Centro Regional de Excelência em Perícias Criminais do Sul

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
854	QUALIFICAÇÃO DAS NECROPSIAS NO IGP-RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.145.000

PÚBLICO-ALVO
Servidores do DML e Postos Médico-legais do interior e autoridades requisitantes da perícia.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Instituto-Geral de Perícias - IGP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
IGP

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo André Kupper Turner	51 980171515	eduardo-turner@igp.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Necessidade de qualificar e incrementar as condições laborais e técnicas para realização das necropsias de maneira segura e eficiente no Rio Grande do Sul.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

As necrópsias são procedimentos que se equivalem, em relação aos riscos biológicos, a procedimentos cirúrgicos. Este risco foi evidenciado no último ano, em função da pandemia de covid-19. O risco biológico ao qual os servidores responsáveis pelo transporte do cadáver do local de crime até o necrotério estão sujeitos pode ser mitigado com a utilização de sacos próprios para o transporte e acondicionamento de cadáveres. Nesta mesma atividade, o uso de macas apropriadas diminui os riscos ergonômicos. Ainda em relação à ergonomia, a NR 17, norma regulamentadora do Ministério da Economia, indica que para trabalho manual que tenha de ser feito em pé - caso das necrópsias - as bancadas devem proporcionar ao trabalhador condições de boa postura, visualização e operação.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Menor risco ergonômico e de contaminação biológica para os servidores envolvidos nas necrópsias, e maiores informações agregadas aos exames através de equipamentos mais modernos, resultando em maior agilidade nas necrópsias e qualidade das informações obtidas, beneficiando a sociedade em geral, em especial familiares enlutados.

OBJETO

Aquisição de equipamentos e instrumentos para a realização de necropsias e procedimentos associados.

OBJETIVO

Qualificar as necropsias realizadas no Instituto-Geral de Perícias e melhorar as condições de trabalho dos servidores que as executam.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Instituto-Geral de Perícias (IGP) é o órgão responsável por todas as perícias criminais no Rio Grande do Sul. O Departamento-Médico Legal (DML) é o departamento do IGP responsável pelos exames periciais em vítimas de morte violenta ou com suspeita de violência, além de exames em vivos.

Atualmente são realizadas mais de 7000 necropsias por ano, as quais são procedimentos complexos e com alto risco de contaminação biológica para os servidores que atuam nas equipes. Este risco pode ser mitigado com instalações e equipamentos adequados por isto a necessidade dos equipamentos a serem adquiridos por meio deste projeto. Além disso, os itens solicitados como balanças para pesagem de cadáveres e equipamento de raio-X móvel, qualificarão os exames agregando mais informações.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Balança para pesagem de corpos adquirida	Quantidade	1	7.500	24
Sacos próprios para transporte e acondicionamento de cadáveres (500 un) adquiridos	Quantidade	500	7.500	24
Equipamento de Raio-x móvel adquirido	Quantidade	1	590.000	24
mesa para necrópsia com suporte craniano (33 un) adquiridas	Quantidade	33	1.500.000	24
macas para transporte de cadáveres (10 unidades) adquiridas	Quantidade	10	40.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
5991 - Reaparelhamento do Instituto-Geral de Perícias - FESP

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
855	CONSTRUÇÃO DO DEPARTAMENTO MÉDICO-LEGAL, ALMOXARIFADO E ÁREA DE PLANTONISTAS DO INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - NOVO DML IGP RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra, Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
42	R\$ 12.500.000

PÚBLICO-ALVO

Pessoas que necessitem fazer exames de lesão corporal na região metropolitana de Porto Alegre, inclusive idosos, mulheres e crianças vítimas de violência; familiares enlutados de vítimas de morte violenta; além todos os servidores do IGP, pois estão previstas além das melhorias da infraestrutura predial, ampliação das áreas de estudos e capacitação dos servidores de todo o Estado; a população da região metropolitana de Porto Alegre.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Instituto-Geral de Perícias - IGP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

IGP e SOP

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo André Kupper Turner	51 980171515	eduardo-turner@igp.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

O prédio onde atualmente funciona o Departamento Médico-Legal (DML) carece de infraestrutura adequada - está defasada em relação à capacidade de atendimento, sem possibilidade de ampliação, e possui estrutura precária nas instalações elétricas e hidrossanitárias, além da câmara fria, que tem apresentado diversos problemas e atualmente encontra-se desativada.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O DML tem enfrentado problemas recorrentes de infraestrutura básica: problemas elétricos hidráulicos, salas de atendimento e consultórios para perícias em vivos inadequadas e com capacidade limitada. Um problema recorrente é a câmara fria, que por inúmeras vezes tem seu funcionamento deficitário, causando transtornos em relação ao armazenamento dos cadáveres, restos mortais e ossadas, que são provas periciais importantes para a resolução de crimes. No momento, a câmara fria encontra-se desativada, sendo utilizado um container refrigerado para o armazenamento de corpos. A limitação de gastos impostas pelas dificuldades financeiras e reequilíbrio fiscal no Rio Grande do Sul justificam sobremaneira a deficiência em investimentos na área de políticas públicas de segurança pública, fazendo com que cada ente busque por projetos para manter o contínuo serviço, focando em melhorias e nos seus efeitos extramuros.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Melhoria no atendimento de vítimas de lesões, com infra-estrutura adequada para os diversos tipos de perícias e ampliação da capacidade de atendimento.

OBJETO

Projetar e construir prédio que abrigará todas atividades do DML do IGP, almoxarifado e área de plantonistas - novo DML/IGP-RS.

OBJETIVO

Com a implantação do novo DML/IGP-RS, será possível ampliar a capacidade de atendimento, trabalhar a cadeia de custódia (transferência segura e rápida do material a ser analisado nos laboratórios do Centro Regional em função da maior proximidade). Além disso, ampliar as áreas de apoio ao IGP RS, hoje subdimensionadas como o almoxarifado e área de plantonistas.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O IGP é o órgão responsável por todas as perícias criminais no RS. O DML é o departamento do IGP responsável pelos exames periciais em vítimas de morte violenta ou com suspeita de violência, além de exames em vivos, como exames de lesão corporal, verificação de violência sexual, perícias psíquicas e verificação de embriaguez. O prédio onde atualmente funciona o DML carece de infraestrutura adequada - está defasada em relação à capacidade de atendimento, sem possibilidade de ampliação, e possui estrutura precária nas instalações elétricas e hidrossanitárias, além da câmara fria, que tem apresentado diversos problemas e atualmente encontra-se desativada. Para manter e ampliar a qualidade dos exames periciais faz-se necessária a construção de um novo prédio, capaz de atender com qualidade a população e proporcionar melhores condições de trabalho para os servidores.

A localização do terreno onde será construído o novo prédio do DML é estratégica. Em fase final de construção encontra-se o Centro Regional de Excelência em Perícias Criminais, que está localizado em terreno junto à Secretaria de Segurança Pública. Todos os laboratórios que analisam o material coletado dos indivíduos (vivos e mortos) serão transferidos para o prédio do Centro Regional de Perícias Criminais, logo é muito importante a proximidade física das atividades do NOVO DML IGP RS com o prédio citado anteriormente.



A estrutura do Departamento Médico-Legal hoje está instalada junto ao Palácio da Polícia e está defasada na capacidade de atendimento (câmara-fria, consultórios e área de atendimentos ao público), bem como, sua infraestrutura predial está precária e ainda sem possibilidade de ampliação.

A fim de exemplificar alguns efeitos, cabe demonstrar as consequências da falta de infraestrutura adequada para a área da Perícia Médico-Legal:

- **a não realização de perícia médico-legal de forma adequada e com instrumentos tecnológicos de alta complexidade, pode acarretar na perda de vestígios frágeis com a ação do tempo, das condições climáticas e do local; a perícia deve ser realizada o mais rápido possível, com produtos específicos, a fim de trazer elementos de qualidade em busca por informações sobre a lesão ou óbito;**
- **a ausência de local adequado para a perícia médico-legal pode acarretar na impossibilidade de atendimento da demanda de perícias, devido à infraestrutura deficiente.**

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Projeto do novo prédio do DML realizado	Quantidade	1	1.200.000	12
Execução do novo prédio do DML realizada	Metros Quadrados	4019	11.300.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

2018.17 - Centro Regional de Excelência em Perícias Criminais do Sul

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
856	MODERNIZAÇÃO DA BALÍSTICA FORENSE DO CENTRO REGIONAL DE EXCELÊNCIA DA REGIÃO SUL

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 613.000

PÚBLICO-ALVO

Servidores da Divisão de Balística, autoridades requisitantes da perícia e a população do estado.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Instituto-Geral de Perícias - IGP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

IGP

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Sheila Cristina Wendt	51 32236677	sheila-wendt@igp.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Defasagem e insuficiência de equipamentos de Balística Forense do Estado que impossibilitam garantir processo ágil e seguro para execução de exames periciais de balística e o atendimento das demandas de autoridades policiais, ministeriais e judiciárias.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Em 2018, o número de mortes por arma de fogo no Estado representou cerca de 5% do total de mortes desse mesmo tipo no Brasil, colocando o RS entre os dez primeiros lugares no ranking, de acordo com dados do IPEA. A Divisão de Balística Forense, em 2020, foi responsável pelo recebimento de 927 requisições para confronto balístico, além de um quantitativo de 5184 armas de fogo para testes de funcionamento. No entanto, os equipamentos disponíveis para a coleta de padrões adequados para esse exame de confronto encontram-se obsoletos, tornando o processo pouco ágil e demandando ainda mais tempo para a obtenção de resultados. O fato de que a tecnologia em uso nunca foi substituída trará prejuízo evidente para o uso do Sistema Automatizado de Identificação Balística, já em fase de execução, e para o atendimento do Pacote Anticrime que prevê a criação do Banco Nacional de Perfis Balísticos (BNPB). Adicionalmente, sem a modernização, o RS está muito aquém de outras Unidades da Federação, embora seja sede de um Centro Regional de Excelência da Região Sul (CREPECSUL). A defasagem estende-se aos demais equipamentos que também são fundamentais no incremento da qualidade das perícias e na segurança dos servidores. A ausência de prensa de recarga para modificação da carga de pólvora de cartuchos torna insegura e ineficiente a obtenção de projetis-padrão com calibres de alta energia, além de ser um impeditivo a mais na obtenção de um material de qualidade para inserção no BNPB. Por fim, a impossibilidade de enquadramento de munições nos critérios de energia da legislação vigente e a dificuldade em determinar de maneira mais precisa a composição de ligas metálicas de armas de fogo e elementos de munição, muitas vezes de fabricação estrangeira, ambas por carência de equipamentos.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Prover a elucidação de crimes à sociedade, dando às autoridades policiais subsídios de relevância no que tange à persecução criminal. Fomentar maior qualificação para a sustentação da prova técnica, maior agilidade na entrega dos resultados das perícias.

OBJETO

Adquirir equipamentos para modernizar e agilizar os exames de balística no prédio do Centro Regional de Excelência em Perícias.

OBJETIVO

Propiciar condições para melhorar a qualidade e a segurança nos procedimentos para a realização dos exames periciais de balística e implementar nova modalidade de exame necessário para o atendimento às demandas de autoridades policiais, ministeriais e judiciárias.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O presente projeto visa a aquisição de equipamentos para modernizar, aprimorar e agilizar os exames periciais da área de balística. Servirão, inclusive, como complemento qualificador ao projeto já em fase de execução de implantação do Sistema Automatizado de Identificação Balística o qual busca atender as diretrizes do Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB), previsto pela Lei nº 13.964/2019. Para a alimentação do sistema é necessário a obtenção de grandes quantidades de padrões de projetil. Isso será possível com a aquisição de um tanque com fluido apropriado, que permitirá que um número maior de padrões seja coletado em um menor intervalo de tempo, pois não há a necessidade de um novo preparo do tanque para cada coleta, ao contrário do que é feito atualmente, com o uso de caixa de algodão. Soma-se a isso o incremento na qualidade de obtenção



desses padrões, uma vez que, obtidos nessa caixa de algodão, apresentam zonas de chamuscamento que interferem na visualização dos microelementos. Destaca-se também a necessidade de coleta de padrões de projetis oriundos de munição de fuzis, os quais têm sido encaminhados com maior frequência. Para possibilitar a coleta de padrões nessas condições, é necessária a diminuição da carga de pólvora dos cartuchos para que o projétil não tenha tanta energia ao sair da boca do cano da arma. A utilização de uma prensa para diferentes calibres permitiria essa operação com segurança, minimizando riscos inerentes ao processo quando não feito com equipamento adequado. Além disso, mesmo para calibres de armas curtas, a utilização de cargas de pólvora diferenciadas pode auxiliar o Perito na obtenção de padrões com microelementos de melhor qualidade o que otimiza o confronto balístico. Atualmente, o IGP-RS não dispõe de equipamento para averiguação da energia dos projetis na saída do cano, o que é necessário para o enquadramento legal das armas e munições periciadas dentro dos critérios de energia estabelecidos pelo Exército Brasileiro. A aquisição de um cronógrafo permitirá o desenvolvimento desta nova modalidade de exames periciais que atenderá os frequentes os pedidos de perícia em armas e munições para verificação da sua adequação à legislação quanto aos critérios de energia. Por fim, a necessidade de identificação dos elementos e, conseqüentemente, a caracterização mais precisa das ligas metálicas que compõem as armas, seus revestimentos e os componentes de munição, que constituem-se em vestígios de crimes para diversas finalidades criminalísticas será atendida com a aquisição do espectrômetro de raios-x portátil.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Prensa de recarga adquirida	Quantidade	1	11.000	24
Cronógrafo balístico adquirido	Quantidade	1	2.000	24
Analizador XRF portátil	Quantidade	1	500.000	24
Tanque balístico para coleta de projetis adquirido	Quantidade	1	100.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5991 - Reaparelhamento do Instituto-Geral de Perícias - FESP

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

2018.17 - Centro Regional de Excelência em Perícias Criminais do Sul

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
857	TECNOLOGIAS PARA A PERÍCIA CRIMINAL

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
00R2 - Aprimoramento da Segurança Pública Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.290.000

PÚBLICO-ALVO
Servidores públicos da segurança pública, Ministério público, Defensoria pública, Poder Judiciário e a sociedade gaúcha como um todo.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Instituto-Geral de Perícias - IGP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
IGP

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Sheila Cristina Wendt	51 32236677	sheila-wendt@igp.rs.gov.br

ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA
A carência de insumos e equipamentos modernos para realização de exames periciais de maneira ágil e efetiva.

**EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA**

Novas tecnologias trazem, para todas as áreas do conhecimento, oportunidades de progresso, automação, eficiência e rapidez na produção de resultados, sendo essencial para o desenvolvimento das diversas atividades na perícia criminal. A aquisição de softwares para simulação em casos de crimes de trânsito, drones para perícias ambientais e de engenharia, manequins articulados para reprodução simulada dos fatos, entre outros, qualificará os exames periciais sobremaneira, substituindo equipamentos obsoletos e agregando novas tecnologias que trarão informações relevantes.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Os impactos esperados, quando da contemplação do presente projeto, serão em torno da efetiva manutenção, progresso, instrumentalização e ampliação dos serviços de alta complexidade da Perícia Criminal do IGP/RS, no âmbito da sociedade gaúcha, e, ainda os que seguem:

- **permanente disponibilidade dos servidores do IGP/RS para a execução da perícia criminal em diversas áreas, desde o plantão da capital e região metropolitana, até os Postos do Interior do Estado do RS;**
- **atendimento eficaz quanto à coleta e tratamento de vestígios, documentos e amostras, visto que os produtos solicitados visam atender as diferentes realidades de cada crime que eventualmente surgem, ampliando o espectro de avaliação dos especialistas;**
- **resposta à sociedade quanto à elucidação de crimes e sua autoria, visto que no sistema de justiça, a perícia criminal contribui de forma exemplar quanto à identificação daqueles que estavam presentes no local de crime, bem como do modus operandi e outros resultados científicos, dando às autoridades policiais informações de relevância no que tange à persecução criminal.**

OBJETO

Aquisição de equipamentos e programas computacionais para atualização tecnológica de setores da Criminalística como Informática e Documentos copia Forense, Reprodução Simulada do Fatos, Engenharia Legal e Perícias Ambientais.

OBJETIVO

Dotar o Departamento de Criminalística do IGP/RS de ferramentas que permitirão ampliar a gama de exames periciais realizados, além de qualificar e agilizar esses exames.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As novas tecnologias trouxeram, para todas as áreas do conhecimento, oportunidades de progresso, de automação, de eficiência e rapidez na produção de resultados, sendo essencial para o desenvolvimento das várias atividades no âmbito da segurança pública, principalmente na perícia criminal. Os desafios, que a criminalidade traz, exigem a utilização das tecnologias disponíveis, bem como de produtos que ajudam a desvelar casos multidisciplinares e de alta complexidade.

Entre os itens a ser adquiridos por meio deste projeto, destacam-se: a ferramenta forense IEF (Internet Evidence Finder), que é um grande auxiliar na busca por vestígios de crimes relacionados à internet; o comparador espectral portátil, que ao ser utilizado na perícia de documentos revela adulterações e falsificações que os exames de luz direta não permitem visualizar, além de poder ser utilizado em perícias feitas fora do prédio do IGP; o software Virtual Crash permite efetuar simulações de crimes de trânsito, agregando maiores informações à dinâmica do evento; os manequins utilizados em Reprodução Simulada dos Fatos (RSF) possuem dimensões e mobilidade similares ao corpo humano, sendo utilizados em substituição às vítimas; são de suma importância por permitirem posicionamentos que, muitas vezes, colocariam em risco os substitutos das vítimas, ou mesmo inviabilizariam o exame; casos em que há crianças envolvidas (como vítimas ou testemunhas, por exemplo), opta-se por estas não aparecerem nos registros fotográficos do exame de RSF, a fim de preservá-las; e o drone com câmera termográfica e software para processamento de imagens permitem um levantamento mais rápido e detalhado nos locais de crimes ambientais, além de ter aplicações variadas em outras áreas da criminalística, tais como locais de morte, incêndios e desastres em massa.



A não realização de perícia criminal de forma adequada e com instrumentos tecnológicos de alta complexidade, pode acarretar na perda de vestígios frágeis com a ação do tempo, das condições climáticas e do local, trazendo prejuízos para a resolução do crime e, conseqüentemente, a sensação de injustiça e descaso do Estado junto à sociedade, visto que apesar de haver profissionais na estrutura estatal que foram qualificados para executar esse trabalho, não poderão efetuar-lo por falta de instrumentos essenciais.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Comparador espectral baseado em imagem de vídeo adquirido	Quantidade	1	1.190.000	24
AXIOM Computer + Smartphone (completo) adquirido	Quantidade	3	95.000	24
Comparador espectral baseado em imagem de vídeo portátil adquirido	Quantidade	1	58.000	24
Licenças do software Virtual Crash 4 adquiridas	Quantidade	3	100.000	24
Câmeras Fotográficas adquiridas	Quantidade	4	13.000	24
Drone com câmera Visual e câmera FLIR e kit suplementar adquiridos	Quantidade	3	80.000	24
Licença de Software para processamento de imagens de drone adquirida	Quantidade	1	19.000	24
Computadores de alta performance para processamento de imagens obtidas com drone adquiridos	Quantidade	2	28.000	24
manequim articulado adulto adquirido	Quantidade	1	20.000	24
Manequim articulado infantil adquirido	Quantidade	1	6.000	24
GPS portátil adquirido	Quantidade	4	11.000	24
SMS Magnet AXIOM adquirido	Quantidade	15	323.000	24
Suporte 8x5 Remoto Forças da Lei adquirido	Quantidade	3	17.000	24
SMS AXIOM Computer + Smartphone adquirido	Quantidade	9	152.000	24
Licença de software da ferramenta forense IEF (internet Evidence Finder) para a ferramenta AXIOM adquirida	Quantidade	5	178.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5991 - Reaparelhamento do Instituto-Geral de Perícias - FESP

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
863	AQUISIÇÃO DE AERONAVE PARA BRIGADA MILITAR

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 20.000.000

PÚBLICO-ALVO

População Gaúcha

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SSP/RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A aviação de Estado, no Rio Grande do Sul, não contempla aeronave adaptada às características regionais locais totais, como as de aeroportos que apresentam pistas de operação restrita, quer seja pelo seu piso, comprimento, distância da Capital, falta de ponto abastecedor, ou outras características que contra indicam o uso das atuais aeronaves disponíveis. Esta limitação impede um melhor atendimento das demandas apresentadas, quer seja no tempo-resposta, na quantidade de cargas (pessoas ou equipamentos), na qualidade do transporte (em se tratando do serviço aeromédico) ou na indisponibilidade da condução ao destino desejado, pelas limitações da pista. Este incremento na frota trará um grande acréscimo na qualidade do serviço prestado à sociedade gaúcha.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

As dimensões regionais do nosso Estado aplicam-se, em característica, aos demais Estados da Federação que vislumbram esta melhoria ao serviço público prestado. Entenderam assim, forças policiais como as de RO, MG, SP, BA, PA, entre outras, além das que, como o RS, buscam esta mesma melhoria. A aeronave pretendida supre a demanda apresentada na situação-problema.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Este modelo de aeronave já é amplamente utilizado por outras Unidades Aéreas do Brasil, tais como PMMG, PMSP, BMRO, etc, e visa à melhoria no enfrentamento da criminalidade e maior agilidade no apoio de remoções aeromédicas, além da possibilidade de incremento através de convênios entre outros órgãos de atendimento social gaúchos. Esta situação indesejada de atendimento restrito quer seja pela atual restrição de pistas operáveis, quer seja pela capacidade de passageiros e/ou de cargas, ou ainda por atender missões no perfil meteorológico "desfavorável ao voo do helicóptero" nos faz crer que seu incremento trará melhores respostas à sociedade.

OBJETO

Aquisição de Avião Monomotor Turboélice para a Brigada Militar

OBJETIVO

Busca da excelência na execução das missões de remoções aeromédicas em período noturno e condições meteorológicas adversas, transporte de tropa especializada, constituída e equipamentos, haja visto grande capacidade, confiabilidade, versatilidade e grande alcance deste modelo de aeronave, atendendo as necessidades oriundas de demandas típicas de segurança pública.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A aquisição de avião monomotor turboélice com capacidade mínima para 12 (doze) passageiros embarcados, se justifica pela ausência de opções aerotransportadas para momentos em que a condição meteorológica seja desfavorável. Serve bem à necessidade de remoções aeromédicas (capazes de transportar além da vítima uma equipe médica de apoio), no transporte de tropa especializada e seus equipamentos, autoridades, agentes afetos à atividades de meio ambiente, saúde, agricultura e outros que por ventura desejarem conveniar com a Instituição. A necessidade desta aquisição está calcada em fundamentos estritamente técnicos, pois não dispomos de aeronave com tal capacidade e ainda, seu "perfil de voo/pouso/decolagem" permitirá sua utilização em mais do dobro de aeródromos que atualmente operamos com nosso atual avião *Kingair*; A saber, o Batalhão de Aviação da Brigada Militar (BAvBM) é a Unidade de transporte aéreo do Estado do Rio Grande do Sul, tanto de tropas como de autoridades e remoções aeromédicas; o avanço das modalidades criminais e formação de quadrilhas especializadas estão exigindo, por parte do aparato policial, uma pronta resposta nos quatro cantos do Estado; neste foco, tivemos no ano de 2019, a criação do Batalhão de Operações Especiais - BOPE, Unidade com capacidade em força para fazer frente aos mais variados atos delituosos cometidos por tais quadrilhas; para estas ações, há a necessidade de



deslocamento rápido e com capacidade de transporte de pessoal, armamentos e equipamentos apropriados propiciados por este tipo de aeronave.
 Também se espera com esta modernização da frota de aeronaves da segurança pública, uma maior disponibilidade, sem aumento de custos, uma vez que sendo nova a aeronave, seus custos de manutenção e paradas mecânicas, tendem a ser bem menores.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Avião Monomotor Turboélice	Quantidade	1	20.000.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
 RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023
 Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
 Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
 9088 - Renovação da Frota e Reaparelhamento da Brigada Militar - FESP

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
 Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
865	COMPUTADORES PARA A BRIGADA MILITAR

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 7.700.000

PÚBLICO-ALVO
Policiais Militares e a população gaúcha

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Brigada Militar - SSP/RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Muitos itens/equipamentos de TI que servem à Brigada Militar estão obsoletos em relação ao padrão referencial comum atual, trazendo prejuízos como: incompatibilidade com o uso na rede estadual; falta de recursos para atender demandas necessárias junto ao alto escalão.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A necessidade de reaparelhamento é visível na grande maioria das Unidades da Brigada Militar possuindo equipamentos que não priorizam a agilidade no atendimento à comunidade.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Melhoria do atendimento e da capacidade de resposta da segurança pública ao cidadão, por meio da eficiência de processos, do aparelhamento, da modernização tecnológica e da ampliação de serviços.

OBJETO

Aquisição de computadores para a Brigada Militar.

OBJETIVO

Dotar o parque de TI da Brigada Militar de equipamentos em quantidades e arquitetura que permitam atender as carências existentes e utilização de ferramentas de gestão para melhor desempenho das atividades administrativas e operacionais.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Na atual conjuntura, não há como conceber uma gestão eficiente e eficaz sem o uso de ferramentas tecnológicas que permitam maior qualidade e credibilidade dos dados de uma organização. O uso da tecnologia da informação contribui para o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, de forma a evitar retrabalhos e desperdícios. Sabe-se que o uso da tecnologia da informação contribui para a redução de custos, aumento da produtividade, flexibilidade, qualidade e inovação. Tendo em vista a falta de investimento nesta área nos últimos anos torna-se fundamental adquirir equipamentos que contribuam para o desenvolvimento das atividades policiais. A quantidade de 1.540 computadores e monitores visa atender a renovação dos equipamentos defasados/danificados de forma a permitir a adequada gestão tecnológica da Instituição, cuja necessidade total de equipamentos hoje representa 5.000 unidades de computadores.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Computadores/Monitores	Quantidade	1540	7.700.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação do atendimento da Segurança Pública por meio da modernização tecnológica

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
866	APARELHAMENTO DO BATALHÃO DE AVIAÇÃO DA BRIGADA MILITAR COM CAMINHÃO DE ABASTECIMENTO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 1.200.000

PÚBLICO-ALVO
População gaúcha

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
SSP/RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Falta de cobertura de abastecimento de Aeronaves no Interior do RS.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A interiorização das Operações Aéreas de Segurança Pública no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul tornou-se uma realidade graças aos esforços do Governo do Estado e da BM. O BAvBM apoia todas as unidades da BM, além de participar de várias operações pelo estado, às vezes, concomitantemente com o transporte de governo, o que faz com que o Batalhão mobilize suas máquinas em vários pontos do estado.

A operação no interior, necessariamente, exige um perfil de capacidade logística diferente do aplicado na capital, principalmente no que se refere ao abastecimento de combustível de aviação. Como existem pouco mais de uma dezena de pontos de abastecimento no interior e 497 municípios para serem atendidos no Estado, a operação não pode ser feita sem a utilização de Caminhões Tanque Abastecedores – CTA.

O BAvBM possui atualmente um CTA de 3.000 litros, destinado a abastecer nossas aeronaves nas operações de longa duração. Ocorre que, para atender a operações, o BAvBM por possuir apenas um caminhão, acaba restringindo em muito a capacidade operacional da unidade. Para fins de comparação, no Estado da Bahia, que tem um território semelhante ao nosso, a unidade aérea daquela polícia militar, possui 5 Caminhões Tanques Abastecedores.

Esses veículos irão dinamizar as operações aéreas em todo estado do Rio Grande do Sul, principalmente no interior do Estado, que tem demandado cada vez mais este Batalhão.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Melhor operacionalidade do Batalhão de Aviação, atendendo com mais celeridade as ocorrências no interior do estado, assim como uma maior disponibilidade de abastecimento para as aeronaves do Batalhão, em mais de um local simultaneamente.

OBJETO

Aquisição de caminhões de abastecimento de combustível aeronáutico.

OBJETIVO

Aumento de emprego de horas efetivamente voadas na execução das missões aeropolicias com o aumento da capacidade de atuação da aeronave no local da ocorrência, sem precisar deslocar grandes distâncias para o reabastecimento e perda de disponibilidade no local, haja vista a pouca infraestrutura aeroportuária no RS.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A Brigada Militar justifica a necessidade de tal aquisição, baseada em fundamentos estritamente técnicos: atualmente o BAvBM possui apenas um Caminhão Tanque Abastecedor (CTA), contudo mais dois CTA serão fundamentais para o combate aos novos formatos da criminalidade, haja vista a ocorrência de ataques a bancos de pequenas cidades do interior, na qual o Comando da Brigada Militar passou a atuar com inteligência e georeferenciamento para identificar possíveis lugares de ataque, deslocando tropas especializadas para a prevenção e, se não conseguir lograr êxito, executar a repressão qualificada. Neste sentido o BAvBM tem atuado mensalmente no interior com suas aeronaves necessitando ou deslocar o CTA existente para a missão, deixando suas bases e outras 4 aeronaves operacionais sem o abastecimento adequado, passando a depender de empresa terceirizada e de sítio aeroportuário, o que, por vezes, reduz em muito a capacidade de atuação e emprego destas aeronaves. Com CTA descentralizado em operações, podemos estender o alcance e autonomia das aeronaves de maneira significativa, prestando o devido apoio à OPM de forma mais eficiente e eficaz. Apenas como exemplo, se a guarnição for atender uma ocorrência cujo local reste a 30 minutos do local de abastecimento, está perdida 1 hora de voo entre ida e volta, restando, em razão de suas autonomias e de seu peso e balanceamento para emprego policial, cerca de apenas 30 minutos para a atuação policial, tal como



busca, levantamentos de local, transporte local de tropa, etc. Ou seja, voa-se 1:30h para se aproveitar de fato apenas 30 minutos, enquanto com o CTA indo até o local da ocorrência, ainda que chegue depois, neste mesmo exemplo ele poderia deslocar 30 minutos e atuar 1 hora até a chegada do CTA, quando reabasteceria novamente e teria seu emprego totalmente disponível naquele local, podendo reabastecer inúmeras vezes. Portanto, hoje o BAvBM consegue propiciar este incremento de disponibilidade de atuação apenas para 1 das suas 5 aeronaves operacionais. Cumpre ressaltar que além da Operação Diamante que tem mobilizado aeronave com guarnição no terreno próximo ao possível local de uma infração penal de gravíssima perturbação da ordem pública e que causa grande comoção pública, o BAvBM atua um terço do ano numa faixa litorânea muito extensa, onde a população cresce exponencialmente, necessitando deslocar para lá seu CTA, deixando por vezes comprometida as demais atuações. Isto acontece principalmente em razão da deficiente malha aeroportuária e da quase indisponibilidade de abastecimento na maioria deles. A situação piora exponencialmente quando a necessidade do emprego das aeronaves da Brigada é exigida no oeste e no norte do Estado, haja vista total falta de meios.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Caminhão de abastecimento de combustível de aeronaves	Quantidade	2	1.200.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
867	IMPLANTAÇÃO DE RADIOCOMUNICAÇÃO PARA A BRIGADA MILITAR

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 10.834.000

PÚBLICO-ALVO

Policiais militares e população dos municípios que compõem o Comando Regional de Policiamento Sul, Fronteira Oeste, Missões e Fronteira Noroeste

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SSP/RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Obsolescência do uso da rede analógica de rádio, inclusive considerando as recomendações ANATEL, que traz fragilidade na segurança e no sigilo das comunicações via rádio. Necessário migrar para o modo digital, utilizando a tecnologia padronizada SSPRS (APCO 25).

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Pela necessidade de vencer a obsolescência, a falta de segurança e sigilo, e as recomendações ANATEL, os órgãos de Segurança Pública em sua maioria já estão em digitalização de suas redes rádio, adotando tecnologias conforme suas demandas e particularidades locais.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Maior sigilo, eficiência e eficácia nas comunicações e nas ações PM envolvidas. Maior segurança coletiva e individual aos policiais atuantes.

OBJETO

Implantação de terminais fixos, móveis e portáteis e de uma repetidora para a Brigada Militar.

OBJETIVO

Remover a Brigada Militar da sombra da falta de sigilo na conversação policial e da falta de resiliência e robustez de rede, visando à segurança e proteção por meio da digitalização da rede e recursos criptográficos, assim como uma maior resistência e vida útil aos equipamentos, tanto na infraestrutura, como nos terminais de uso operacional.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Hoje, é fato notório que nossa rede de radiocomunicação é auscultada por quaisquer outras pessoas não integrantes da Brigada Militar, por meio de terminais comuns, visto que o sistema analógico não dispõe, nem garante segurança contra intrusão ou interferências prejudiciais. E esta atitude não se constitui crime, tampouco contravenção, desde que o autor permaneça somente em recepção (escuta) sem transmissão (fala) na rede da Brigada Militar.

Desnecessário enumerar as constatações ou suposições de ausculta da rede operacional, materializadas pela apreensão de equipamentos comuns em mãos de meliantes, ou de insucesso em ações e operações policiais. Pior, se considerarmos o fator de risco à segurança pessoal e coletiva de nossos policiais militares, monitorados pelo crime que cada vez mais utiliza-se desta prática.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Antena (fixo)	Quantidade	171	75.000	24
Terminal Fixo	Quantidade	171	1.163.000	24
Terminal Móvel	Quantidade	794	4.512.000	24
Terminal Portátil	Quantidade	977	3.903.000	24
Repetidora	Quantidade	15	1.125.000	24
Antena (móvel)	Quantidade	794	56.000	24



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação do atendimento da Segurança Pública por meio da modernização tecnológica

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
876	REAPARELHAMENTO DA PATRULHA MARIA DA PENHA

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 8.526.200

PÚBLICO-ALVO
Os principais beneficiários com este projeto serão os Policiais Militares atuantes nas Patrulhas Maria da Penha (que receberão viaturas adequadas e equipamentos para executar o serviço de fiscalização de medida protetiva e executarão com segurança o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, encaminhadas pelo Poder Judiciário para atendimento) e as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Estado do Rio Grande do Sul, com Medidas Protetivas de Urgência deferidas e que somaram, em 2020, 18.349. São beneficiários do programa toda mulher vítima de violência doméstica que possui Medida Protetiva de Urgência Deferida pelo Poder Judiciário, bem como seus familiares, posto que a ação da Patrulha Maria da Penha atinge não somente quem sofreu a violência diretamente, mas todo o núcleo familiar. Neste norte, com base no último censo, o qual estipulou 3,08 pessoas por domicílio no Rio Grande do Sul, entende-se que o público-alvo indireto é de aproximadamente 46.086 (quarenta e seis mil e oitenta e seis), sendo o cálculo baseado que para cada 1 (uma) mulher soma-se mais 2 pessoas que coabitam com ela, considerando os dados de 2020.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
SSP/RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A violência contra a mulher permeia a história em diversos aspectos, sendo a violência doméstica uma das mais alarmantes, visto ser, via de regra, velada entre familiares e pessoas próximas às vítimas. Neste contexto, em 2012, a Brigada Militar instituiu o Programa Patrulha Maria da Penha, o qual acompanha as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, com medidas protetivas de urgência deferidas pelo Poder Judiciário e que constituam casos graves que justifiquem este acompanhamento. Atualmente, a Patrulha Maria da Penha da Brigada Militar está presente em 112 municípios gaúchos e é reconhecida como política pública fundamental para o enfrentamento da violência doméstica. Desde o início de 2019, houve um crescimento de 143% no número de municípios atendidos. No entanto, apenas 25 destes municípios, entre os anos de 2012 e 2014, receberam viaturas, os demais nada receberam como destinação específica para o programa. O efetivo carece de viatura caracterizada, como forma de difundir a ação do programa, bem como, conscientizar a população quando perceber a ação ostensiva dos patrulheiros nos seus bairros, por exemplo, contribuindo para a redução das violências, mesmo aquelas que sequer tenham sido comunicadas às autoridades. Fruto de um convênio com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2012, o programa atendia 109 mulheres e, apenas no mês de fevereiro de 2021, foram cadastradas 3.034 (três mil e trinta e quatro). Nos oito anos de existência do programa, houve um incremento de 33% no número de vítimas cadastradas ao mês, proporcionalmente ao número de patrulhas existentes, considerando dados de fevereiro de 2021. Ainda existem 385 municípios que não são atendidos pelo Programa e os dados da Secretaria de Segurança Pública, dos meses de janeiro e fevereiro de 2021, apontam uma manutenção dos indicadores criminais em todo Estado, sendo fundamental que esta política pública seja expandida, com brevidade, a todos os municípios gaúchos, com o intuito de impactar na redução destes indicadores.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

No período compreendido entre os anos de 2012 a 2020 temos os seguintes dados: 101.536 vítimas atendidas; 157.471 visitas realizadas; e 1.193 prisões por descumprimento de MPU.

Independente da inovação legislativa ocorrida em 2006, os indicadores criminais afetos à violência doméstica têm apresentado considerável crescente nos últimos anos. Em 2020, no Rio Grande do Sul, tivemos 322 (trezentas e vinte e dois) tentativas de feminicídio e 78 (setenta e oito) feminicídios, dado este alarmante, considerando que ocorrem especificamente pelo fato da vítima ser mulher.

Em contrapartida, as Patrulhas Maria da Penha no RS no ano de 2020 atenderam 18.349 (dezoito mil, trezentos e quarenta e nove) mulheres, realizaram 43.343 (quarenta e três mil, trezentos e quarenta e três) visitas, 156 (cento e cinquenta e seis) prisões em flagrante por descumprimento de Medida Protetiva de Urgência.

O cenário epidêmico da violência doméstica e familiar contra a mulher prescinde da atuação das Patrulhas Maria da Penha, as quais realizam visitas de forma preventiva, proporcionando um acompanhamento aproximado da situação familiar em que vive tanto a vítima das agressões quanto os seus dependentes, buscando quebrar o ciclo de violência familiar, tanto para a mulher vítima, quanto para as crianças que convivem com a violência e tendem a replicá-la na fase adulta.

Apesar do atual cenário da pandemia Covid -19, o planejamento que previa expansão do programa a todas as sedes de Batalhão da Brigada Militar foi mantido e as ações de visitas preventivas foram igualmente mantidas, mas, adotando todos os cuidados sanitários recomendados pelas autoridades responsáveis.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Redução dos casos de feminicídios.

OBJETO

Aquisição de viaturas modelo caminhonete SUV blindada, algemas e coletes balísticos para a Brigada Militar, com intuito de equipar as Patrulhas Maria da Penha existente e atuantes em 112 municípios gaúchos.



OBJETIVO

Aparelhar Patrulhas que não possuem viaturas policiais para uso exclusivo do Programa Patrulhas Maria da Penha ou possuem viatura com mais de 8 anos de uso exclusivo rodando diuturnamente e que necessitam substituição; e aparelhar todas as unidades de Patrulhas Maria da Penha com algemas e coletes balísticos.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A Brigada Militar implementou o Programa Patrulha Maria da Penha no Estado, constituído por uma guarnição de, no mínimo, dois policiais militares com o curso específico de capacitação, sendo um deles, preferencialmente, do sexo feminino. Esta é a única atividade policial especializada que tem como finalidade precípua o enfrentamento da violência doméstica contra mulher 'in loco'. O exercício da atividade de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, nesta seara da violência doméstica, é complexo e sofre a influência de vários fatores intervenientes, entre eles questões culturais, de cunho machista, sexista e separatista, que não dependem exclusivamente da ação policial, mas de diversos outros segmentos sociais para que os resultados sejam atingidos. No entanto, no que tange à Polícia Militar, revela-se como medida necessária o reaparelhamento das Patrulhas Maria da Penha. Sabe-se que esta representa um dos poucos serviços do Estado que vai até às vítimas, realizando a acolhida e a escuta qualificada, pelas quais faz com que as vítimas acessem os demais serviços do Estado, tais como assistência jurídica junto à Defensoria Pública, acesso a tratamentos para uso abusivo de drogas junto aos Centro de Apoio Psicossocial, entre outros, serviços estes que as vítimas passam a conhecer após as visitas dos patrulheiros, os quais além de fiscalizarem a situação quanto ao cumprimento da Medida Protetiva de Urgência, também orientam sobre os demais serviços e encaminham aos órgão competentes. Para a reversão desta tendência e mudança da situação vigente, é necessário o investimento no aparelhamento da Brigada Militar/Patrulhas Maria da Penha, objetivando assim propiciar condições adequadas para a potencialização dos resultados, ou seja, dos atendimentos às vítimas.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Viatura camioneta	Quantidade	61	8.392.000	24
Colete Balístico	Quantidade	122	109.800	24
Algema	Quantidade	122	24.400	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

Em Frente Mulher

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
877	REAPARELHAMENTO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 9.566.000

PÚBLICO-ALVO

Pessoas que residem nas comunidades que serão beneficiadas pela Base Móvel Comunitária.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Porto Alegre, Guaíba, Santa Rosa, Santana do Livramento, Osório, Santo Ângelo, Passo Fundo, Pelotas, Montenegro, Lajeado, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Gramado, Farroupilha e Cruz Alta.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SSP/RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Atualmente, os Comandos de Policiamento da Capital e o Comando de Policiamento Metropolitano possuem veículos adaptados para a execução do Programa Bases Móveis Comunitárias, de acordo com a doutrina institucional. Há necessidade de expansão do programa para nove regiões do Estado e uma Unidade da Capital, bem como, substituição de outras onze viaturas em regiões que já desenvolvem o programa, mas sem o veículo adequado.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O Programa Base Móvel Comunitária se reveste de importância na medida em que há necessidade de se ter um efetivo atuante, porém itinerante, dentro da Área de Responsabilidade Territorial das Unidades Operacionais com o foco na preservação da ordem pública frente às demandas relativas à segurança pública. Neste sentido, a implantação de Bases Móveis Comunitárias tem ainda a vantagem de não dispende investimentos em estruturas fixas complexas, bem como de não atrelar o seu emprego a determinada região. É mais uma estratégia pontual que pode ser utilizada pelo Comandante local, a fim de resolver problemas de aumento de índices criminais, problemas de desordem, e demandas comunitárias pelo tempo que for necessário, visando a solução desejada. Neste sentido, entende-se que o número adequado de Bases Móveis Comunitárias seria de, no mínimo, uma Base Móvel por Unidade Operacional, o que resultaria em 53 (cinquenta e três) unidades. No entanto, considerando o número de Bases Móveis Comunitárias existentes e uma meta exequível pelo Comando e progressiva, sugere-se que o completamento inicie pelas Unidades Operacionais das sedes dos Comandos Regionais e uma Unidade da capital (9º BPM) que ainda não desenvolvem o programa e pelas Unidades que já possuem o programa, mas não um veículo adequado, totalizando 21 (vinte e uma) Bases Móveis Comunitárias.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Redução dos índices de criminalidade. Aumentar a proximidade e integração da polícia com a comunidade, reforçando assim os laços de confiança necessários para estabelecer um padrão de serviços condizente às demandas prementes da comunidade, bem como, promover a interação entre o Policial Militar e a comunidade alvo da prestação dos seus serviços, com diálogo constante e o comprometimento. Ademais, o impacto desta ferramenta na gestão por resultados é direto, pois, permite ao comandante a alteração do emprego do veículo conforme houver a migração dos delitos para uma determinada localidade dentro de sua área.

OBJETO

Aquisição de veículos e equipamentos para padronizar as bases de Policiamento Comunitário

OBJETIVO

Incrementar o programa Bases Móveis Comunitárias nos Comandos Regionais de Polícia Ostensiva: CPC (01 Batalhão); CRPO Centro-Sul; CRPO Fronteira Noroeste; CRPO Fronteira Oeste; CRPO Litoral; CRPO Missões; CRPO Planalto; CRPO Sul; CRPO Vale do Caí e CRPO Vale do Taquari, que hoje não desenvolvem o programa em razão da escassez de recurso material, proporcionando que o policiamento comunitário seja desenvolvido e, através dele, seja aumentada a confiança entre a polícia e a comunidade. Também sugere-se o incremento do programa nos seguintes Comandos: CPC (11º BPM), CRPO AJ (39º BPM), CRPO Serra (1º BPAT, 12º BPM, 3º BPAT e 36º BPM), CRPO VRS (3º BPM e 25º BPM), CRPO Central (1º RPMon) e CRPO VRP (23º BPM Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires).

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As estratégias de Polícia Comunitária têm grande facilidade em se desenvolver nas comunidades cujas características possibilitam a interação comunitária, principalmente em regiões onde predominam populações residentes, cuja participação popular é mais efetiva, exercida através das associações de moradores e entidades setoriais, em conjunto com os órgãos de segurança pública. A atuação do policiamento comunitário por meio



das Bases Móveis Comunitárias prima pela interação entre a polícia e a comunidade, bem como, pela gestão qualificada pelos resultados, permitindo uma maior mobilidade do equipamento de acordo com os indicadores criminais de cada área. Neste sentido a aquisição de veículos e equipamentos com características adequadas ao programa de Bases Móveis Comunitárias (furgões adaptados para receber público) tornarão a realização do policiamento comunitário ainda mais eficiente.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Colete Balístico	Quantidade	63	56.700	24
Algema	Quantidade	63	12.600	24
Micro-ônibus	Quantidade	21	8.400.000	24
Pistola	Quantidade	63	151.700	24
Motocicletas	Quantidade	21	735.000	24
Notebook	Quantidade	21	210.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
897	INTELIGÊNCIA CONTRA A CORRUPÇÃO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
21BN - Gestão da Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 4.368.000

PÚBLICO-ALVO
O presente projeto auxiliará sobremaneira na atividade investigativa e de inteligência realizada por 84 policiais civis, os quais representam o efetivo Divisão Estadual de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro do Departamento Estadual de Investigações Criminais e Gabinete de Inteligência e Assuntos Estratégicos da PC-RS em prol da população dos 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Também, beneficiará a administração pública como um todo, isto é, alcançando os entes federados da administração pública direta (Estado do Rio Grande do Sul e Municípios do RS), bem como administração pública indireta (entidades autárquicas, fundacionais, sociedades de economia mista e empresas públicas no âmbito do Estado do RS)

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Polícia Civil - PC

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Segurança Pública

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rafael Soccol Sobreiro	51 32882366	rafael-sobreiro@pc.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Escassez de equipamentos tecnológicos e adequados que auxiliem o desenvolvimento de investigação criminal, com o uso de inteligência, frente à crescente demanda de investigação aos crimes de corrupção e correlatos a essa prática delituosa.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A partir da implementação das Delegacias de Combate à Corrupção na PC RS, no primeiro ano de atuação 2019/2020, houve indiciamento de 245 pessoas e apreensão, entre bens e valores, aproximadamente R\$ 8,5 milhões. Paralelamente, observou-se que as tecnologias disponíveis na Instituição, para atendimento das demandas de investigação desses delitos, estão obsoletas, impedindo maior eficiência na atuação das unidades policiais.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Apurar de forma célere as ações investigativas da Polícia Judiciária, de modo que sejam reduzidos os danos à sociedade de forma ampla. Diminuir o índice de crimes contra administração pública. Reduzir os danos causados ao erário e, conseqüentemente, aos serviços prestados à população. Criar a cultura de probidade administrativa nos gestores públicos e conscientizar a população da importância em erradicar a corrupção e seus efeitos nocivos ao coletivo. Buscar efetivamente a responsabilização dos atores da corrupção. Dispor de equipamentos adequados correspondentes ao avanço tecnológico das organizações criminosas atuantes na área da corrupção.

OBJETO

Aquisição de aporte tecnológico e ferramentas de inteligência investigativa.

OBJETIVO

Qualificar a atuação das delegacias especializadas da Polícia Civil do RS na prevenção e repressão às práticas delituosas, como corrupção, improbidade administrativa e lavagem de dinheiro, por meio do incremento e modernização dos equipamentos para o pleno desenvolvimento do mister policial, implementação de ferramentas tecnológicas e de inteligência adequadas à investigação de organizações criminosas.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A proposta está em consonância com o projeto "Fomento à criação e estruturação de Unidades de Combate à Corrupção nas Polícias Cíveis" do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Com ela busca-se a qualificação da atuação de delegacias especializadas e órgãos de apoio, com a finalidade de redução dos prejuízos causados ao erário, por meio da repressão desse tipo de crime.

Nesse contexto, também cabe salientar as notórias dificuldades financeiras que a Administração Pública enfrenta. Desta feita, a qualificação de órgão de investigação de crimes contra a administração, tende a reduzir o volume de dinheiro público desviado, viabilizando assim maior alocação de verbas no atendimento de políticas públicas essenciais à sociedade. Ademais, a demanda por respostas à criminalidade cresce continuamente, fruto da confiança da sociedade no trabalho realizado pela Polícia Civil, especificamente com relação aos crimes de corrupção. Nessa lógica, observou-se um crescente no número de 'denúncias' de crimes contra a corrupção, que vem a sugerir um 'sub-registro' na ocorrência destes delitos.

Ante esse cenário, esta proposta possibilitará o fortalecimento das delegacias de polícia dedicadas ao combate da corrupção e demais delitos relacionados. Haja vista que, dada a sofisticação dos crimes contra a administração pública, é imprescindível o uso de ferramentas tecnológicas adequadas que proporcionem maior eficiência nos procedimentos investigativos, tais como cruzamento e análise de dados, consolidação de informações, entre outras ações peculiares em investigações de tais delitos.

Assim sendo, com a implementação e uso dessas tecnologias acredita-se que os índices de criminalidade tendem a diminuir e, por conseguinte, os desvios nos cofres públicos. Com isso, vislumbra-se propiciar uma maior disponibilidade de recursos públicos para atender reais necessidades da população.

PRODUTOS



Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Appliance de inteligência Search-in-a-box	Quantidade	1	4.000.000	21
Analizador Espectral	Quantidade	1	354.200	8
Boroscópio	Quantidade	1	13.800	8

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

9089 - Reaparelhamento da Polícia Civil/FESP

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
903	VEÍCULO ESPECIALIZADO PARA O TRANSPORTE DE TROPA

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 39.000.000

PÚBLICO-ALVO
Aproximadamente 1.200 (mil e duzentos) policiais atuando nos batalhões de choque em todo o Estado do Rio Grande do Sul

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
SSP/RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Insuficiência de veículos especializados para o transporte de tropa.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Hoje a frota de veículos que compõem os Batalhões de Choque não supre a necessidade, em virtude do baixo quantitativo de veículos comparado com o quantitativo de pessoal existente nas unidades da Brigada Militar. A perspectiva é que 60 veículos supram a necessidade dos 06 (seis) batalhões de choque.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Diminuição do tempo de resposta no atendimento de ocorrências policiais.

OBJETO

Aquisição de veículos para realização do transporte de tropa para a Brigada Militar.

OBJETIVO

Aparelhar a Brigada Militar com veículos modernos e especializados no transporte de tropa para fins de garantir maior agilidade e mobilidade territorial ao efetivo policial.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A segurança pública tem sido motivo de grande preocupação para a população brasileira, sendo o crime uma prática que traz perdas tanto monetária como de bem-estar para sociedade, nesse sentido, a falta de veículos qualificados para o transporte da tropa contribuí para que os índices de criminalidade aumentem cada mais na sociedade gaúcha, em virtude, da falta de veículo qualificado para que o agente público possa atender a população. Dadas as elevadas taxas de crimes que o país vem enfrentando, o combate à criminalidade se tornou o foco de diversas discussões que buscam políticas públicas eficientes para reduzi-la de forma rápida e permanente. A Brigada Militar, para fazer frente à demanda cada vez maior, precisa buscar a qualificação e o incremento de seu efetivo através de uma frota de veículos que seja capaz de atender à necessidade frente ao aumento da demanda em todo território gaúcho.

Dentre as medidas a serem adotadas, estão, a maior abrangência territorial, o que resultará em um maior deslocamento dentro da área de responsabilidade, sendo necessário um veículo para deslocamento de toda a tropa, com equipamentos específicos para o próprio apoio dos demais policiais, com aproximação das comunidades e diminuição do tempo de resposta no atendimento de ocorrências policiais.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Veículo de Transporte Especializado	Quantidade	60	39.000.000	24



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
904	APARELHAMENTO DOS BATALHÕES DE CHOQUE COM VEÍCULOS BLINDADOS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 22.996.200

PÚBLICO-ALVO

Policiais Militares e população gaúcha

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Brigada Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SSP/RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alexandre Luciano Ehrhardt Moojen	51 32882922	ehrmoojen@bm.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Falta de veículo totalmente blindado para a realização das operações dos Batalhões de Choque. Existe 01 (um veículo blindado), porém é insuficiente para atender as demandas de todo o Estado.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Hoje a BM possui 01 (um) veículo blindado. Atualmente existe 06 (seis) batalhões de choque, o que torna o número atual insuficiente para a atuação nos seis batalhões. O Número ideal de veículos blindados é de 06 (seis), onde cada batalhão receberia 01(um) veículo para atuar na sua área de responsabilidade.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Maior atuação dos Batalhões de Choque, proporcionando maior segurança à sociedade.

OBJETO

Aquisição de veículos blindados para os Batalhões de Choque da Brigada Militar.

OBJETIVO

Modernizar os Batalhões de Choque da Brigada Militar, buscando maior eficiência nas ações realizadas durante o patrulhamento.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Os Batalhões de Choque que integram a Brigada Militar possuem a competência para exercer as atividades de manutenção da ordem pública, atuando repressivamente, em caso de perturbação da ordem pública e, ainda, no gerenciamento técnico de situações de alto risco. Atualmente existem 6 (seis) Batalhões de Choque (BPChoq), distribuídos em 6 municípios, 1º BPChoq em Porto Alegre, 2º BPChoq em Santa Maria e 3º BPChoq em Passo Fundo, 4º BPChq em Caxias do Sul, 5º BPChq em Pelotas e 6º BPChq em Uruguaiana. Neste viés, se faz necessária a contínua qualificação da estrutura, com vistas a manter e aperfeiçoar os seus equipamentos e torna-se fundamental a aquisição de equipamentos modernos e mais seguros.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Veículos Blindados adquiridos	Quantidade	6	22.996.200	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Departamento Penitenciário Nacional



Nº	PROJETO
894	CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO PENAL DE CRUZ ALTA

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
29	R\$ 8.000.000

PÚBLICO-ALVO
Pessoas presas nos regimes aberto e semiaberto do município de Cruz Alta.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Cruz Alta

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Superintendência dos Serviços Penitenciários

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
SUSEPE, SOP, FEPAM, CBM, CONCESSIONÁRIAS LOCAIS (CORSAN/RGE)

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Daniela Reveilleau Ribeiro	51 32887327	daniela-reveilleau@susepe.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

O município de Cruz Alta não conta com unidade prisional adequada para custódia e o fomento à ressocialização de pessoas presas com penas de regime semiaberto e aberto.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O Presídio Estadual de Cruz Alta possui uma população de 33 pessoas presas cumprindo pena nos regimes semiaberto ou aberto em local inadequado para este tipo de regime, além de 168 pessoas presas provisoriamente ou cumprindo pena no regime fechado. O município conta, portanto, com 90 vagas de engenharia para uma população de 201 pessoas presas.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Redução dos índices de reincidência, visto que as pessoas presas em regime semiaberto e aberto trabalharão ao lado do Instituto, portanto, recebendo financeiramente.

OBJETO

Construção de Instituto Penal para regimes aberto e semiaberto, além de galpão de trabalho com capacidade para todos custodiados trabalharem.

OBJETIVO

Proporcionar o cumprimento de pena para 120 pessoas presas de regime aberto e semiaberto em local adequado, próximos às suas famílias, fomentando a ressocialização através do trabalho prisional.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As pessoas presas em regime fechado, ao ter direito a progressão de regime, pela sua condição de futuro egresso, têm dificuldade em arranjar emprego. Com a construção de um Instituto Penal com pavilhão de trabalho anexo, a vaga de emprego é garantida, bem como a verificação da presença do preso trabalhador no seu local de trabalho. Desta forma, a pessoa presa continua vigiada mesmo cumprindo o seu direito ao trabalho. Além disso, a geração das vagas de regimes aberto e semiaberto possibilita a utilização das vagas até então ocupadas por esses regimes por pessoas presas cumprindo pena no regime fechado.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Instituto Penal De Cruz Alta Construído	Quantidade	1	8.000.000	29

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Adequação e Modernização do Sistema Prisional

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Geração de vagas qualificadas no Sistema Prisional

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5694 - Ampliação de Vagas Prisionais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
911	REATIVAÇÃO DO PRESÍDIO ESTADUAL DE RIO PARDO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
30	R\$ 2.400.000

PÚBLICO-ALVO

Pessoas presas nascidas no município de Rio Pardo e seus familiares.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Rio Pardo

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Administração Penitenciária - SEAPEN

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SUSEPE, SOP, FEPAM, CBM, CONCESSIONÁRIAS LOCAIS (CORSAN/RGE)

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Daniela Reveilleau Ribeiro	51 32887327	daniela-reveilleau@susepe.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Pessoas presas naturais de Rio Pardo não podem cumprir pena no seu município de origem.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O Presídio Estadual de Rio Pardo foi desativado em 2019 pela falta de condições de habitação. De janeiro de 2020 a março de 2021, o crescimento da população prisional natural de Rio Pardo foi de 33%. Atualmente, 134 pessoas presas, nascidas em Rio Pardo, estão cumprindo pena fora do seu município de origem.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Efetiva readaptação da pessoa presa ao convívio em sociedade quando da sua liberdade.

OBJETO

Ampliação e reestruturação do Presídio Estadual de Rio Pardo.

OBJETIVO

Proporcionar, no município de Rio Pardo, o cumprimento da pena com dignidade, em ambiente salubre e seguro, para 104 pessoas presas.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Presídio Estadual de Rio Pardo é a casa prisional mais antiga do Estado, instalada nos fundos do imóvel onde funcionou a primeira Câmara do município, em 1811. Pela falta de manutenção, em 2019 foi desativado, impossibilitando às pessoas naturais de Rio Pardo o cumprimento da pena no seu município de origem, impondo dificuldade na manutenção dos seus vínculos familiares. Atualmente, 134 pessoas presas encontram-se nessa condição. Com reativação do estabelecimento ampliado, reestruturado e possibilitando o fomento de ações de tratamento penal, o melhor atendimento à pessoa presa e a manutenção dos vínculos familiares auxiliarão para a sua efetiva readaptação ao convívio em sociedade quando da sua liberdade.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Estabelecimento prisional reativado, reestruturado e ampliado, com o total de 104 vagas	Quantidade	1	2.400.000	30

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Adequação e Modernização do Sistema Prisional

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Geração de vagas qualificadas no Sistema Prisional

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5694 - Ampliação de Vagas Prisionais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
924	AMPLIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO PRESÍDIO ESTADUAL DE JAGUARÃO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

155N - Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
31	R\$ 3.400.000

PÚBLICO-ALVO

Pessoas presas e servidores lotados no Presídio Estadual de Jaguarão e familiares.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Jaguarão

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Administração Penitenciária

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SUSEPE, SOP, FEPAM, CBM, CONCESSIONÁRIAS LOCAIS (CORSAN/RGE)

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Daniela Reveilleau Ribeiro	51 32887327	daniela-reveilleau@susepe.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

População prisional acima da capacidade de engenharia do Presídio Estadual de Jaguarão.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O Presídio Estadual de Jaguarão abriga 84 pessoas presas, com capacidade de engenharia de 38 vagas (24/03/2021). O crescimento populacional no último ano foi de 41% (conforme mapas prisionais da terceira semana de março de 2020 e 2021) enquanto, no mesmo período, não houve geração de vagas no município.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Melhor readaptação da pessoa presa ao convívio em sociedade quando da sua liberdade. Contribuição da assepsia pós-reestruturação para o estado de saúde das pessoas presas e dos servidores penitenciários.

OBJETO

Ampliação e reestruturação do Presídio Estadual de Jaguarão

OBJETIVO

Proporcionar o cumprimento da pena com dignidade, em ambiente salubre e seguro, para 144 pessoas presas.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O prédio histórico que abriga o Presídio Estadual de Jaguarão foi construído em 1852. Nos últimos sete anos, não foram realizadas intervenções nas instalações, nem adequações dos espaços existentes ou ampliação do número de vagas, fundamentais para que o cumprimento da pena se dê em ambiente adequado. Além disso, a população prisional aumentou em 41% no último ano, tornando ainda mais urgente a necessidade de ampliação e reestruturação do estabelecimento. Com a adequação da estrutura possibilitando o fomento de ações de tratamento penal, o melhor atendimento à pessoa presa auxiliará para a sua melhor readaptação ao convívio em sociedade quando da sua liberdade. Ressalte-se também que a assepsia pós-reestruturação contribui para o estado de saúde das pessoas presas e dos servidores penitenciários, diminuindo as movimentações e desopilando o sistema de saúde local, importante em tempos de pandemias.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Presídio reestruturado e ampliado, com 106 novas vagas (total de 144 vagas).	Quantidade	1	3.400.000	31



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Adequação e Modernização do Sistema Prisional

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Geração de vagas qualificadas no Sistema Prisional

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5694 - Ampliação de Vagas Prisionais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Paz, justiça e instituições eficazes



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Caderno de Propostas do
Rio Grande do Sul ao OGU 2022



Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano

- 845** CONSTRUÇÃO DE VIA LATERAL E REABILITAÇÃO DA ERS-324 - INDIOVIA
- 848** RESTAURAÇÃO DA ERS-389 (ENTRONCAMENTO ERS-030 ATÉ ENTRONCAMENTO ERS-786) - ALDEIA INDÍGENA SOL NASCENTE
- 871** PONTE NA RODOVIA ERS-437
- 874** DUPLICAÇÃO DA ERS-734 (ENTRONCAMENTO BRS-392 E RIO GRANDE (TRAVESSIA URBANA DE RIO GRANDE))
- 879** RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E DESASSOREAMENTO DE RIOS/RIACHOS
- 883** CONSTRUÇÃO DO VIADUTO ERS-407 (ENTRONCAMENTO BRS-101 (MORRO ALTO) E ENTRONCAMENTO ERS-389 (P/ TORRES))
- 885** EXECUÇÃO DE REMANESCENTES DA ERS-129 (DAVI CANABARRO – VANINE – CASCA)
- 887** PAVIMENTAÇÃO DA ERS-711 - MARIANA PIMENTEL
- 888** EXECUÇÃO DE SERVIÇOS REMANESCENTES DA ERS 426 Trecho: MARIANO MORO - SEVERIANO DE ALMEIDA

Secretaria Nacional de Saneamento

- 858** ESTUDOS PARA MINIMIZAÇÃO DOS EFEITOS DAS CHEIAS NA BACIA DO RIO CAÍ
- 859** SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA CHEIAS DO RIO JACUÍ NO MUNICÍPIO DE ELDORADO DO SUL
- 860** PROJETOS E ALTERNATIVAS PARA A MINIMIZAÇÃO DO EFEITO DAS CHEIAS NA BACIA DO RIO GRAVATAÍ
- 861** PROJETOS E ALTERNATIVAS PARA A MINIMIZAÇÃO DO EFEITO DAS CHEIAS NA BACIA DO RIO GRAVATAÍ - ARROIO FEIJÓ
- 862** PROJETOS E ALTERNATIVAS PARA A MINIMIZAÇÃO DO EFEITO DAS CHEIAS NA BACIA DO RIO DOS SINOS

Secretaria Nacional de Segurança Hídrica

- 933** AVALIAÇÃO ESTRUTURAL DE BARRAGENS EM ASSENTAMENTOS
- 939** IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA COMUNIDADES

Secretaria Nacional de Habitação

- 890** REGULARIZA RS



Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano



Nº	PROJETO
845	CONSTRUÇÃO DE VIA LATERAL E REABILITAÇÃO DA ERS-324 - INDIOVIA

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
28	R\$ 17.890.000

PÚBLICO-ALVO
Comunidade indígenas da Aldeia Pinhalzinho e Bananeiras e usuários da rodovia, além da comunidade do município de Planalto.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Corede Produção

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
FEPAM, IPHAN, Prefeitura Municipal de Planalto

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Richard Lesh Polo	51 32105022	richardlp@daer.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Os indígenas têm uma cultura de viver ao ar livre e transitando em toda a reserva destinada a eles. A rodovia ERS-324 atravessa as reservas indígenas de Pinhalzinho e Bananeiras causando grande impacto na cultura destes povos que estão sempre frequentando a margem da rodovia, com riscos de atropelamentos e acidentes.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O projeto da Indiovia na ERS-324 foi desenvolvido em decorrência de ações do Ministério Público que investigava as causas do grande número de atropelamento de indígenas nesta rodovia. O próprio traçado da rodovia, atravessando as reservas indígenas é a causa principal da ocorrência desses acidentes.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Além de melhorar a segurança dos transeuntes e condutores na rodovia ERS-324, espera-se um impacto positivo na economia do Estado, com referência à divulgação e melhoria nas estatísticas de acidentes na rodovia, envolvendo principalmente indígenas, demonstrando a preocupação que nosso Estado tem em se desenvolver economicamente de forma sustentável e protegendo os povos indígenas.

OBJETO

Construção de Via Lateral para atender as Aldeias Indígenas de Pinhalzinho e Bananeiras e Reabilitação do Pavimento da ERS-324, trecho: Planalto – Entroncamento com a ERS-406 (Serraria).

OBJETIVO

Garantir a segurança dos pedestres para se deslocar entre aldeias, às margens da rodovia ERS-324.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A Indiovia, como ficou denominado o Caminho de Ligação entre Aldeias Indígenas, refere-se à implantação de via lateral para o deslocamento de indígenas, que não foi projetada em nenhuma hipótese para deslocamento de veículos. Estes deverão trafegar na rodovia, já que o objetivo da implantação de via lateral é garantir a segurança dos pedestres para se deslocar entre aldeias, às margens da rodovia. O projeto da Indiovia terá a sinalização no segmento da rodovia entre a ERS-406 e Planalto, na travessia das aldeias indígenas. Para tanto, será implantada a sinalização da ERS-324 no trecho 0030 (SRE), em conjunto com a restauração da rodovia. A restauração da rodovia segue em conjunto com a Indiovia, uma vez que a sinalização proposta da ERS-324 só pode ser implantada se a rodovia possuir pavimento em boas condições.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Restauração realizada	KM	7,94	13.390.000	25
Sinalização implantada	KM	30,62	4.500.000	3

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL



PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Amplia RS: Ampliação E Manutenção da Malha Rodoviária Estadual

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Construção de Rodovias

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3252 - Restauração e Manutenção de Malha Rodoviária

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indústria, inovação e infraestrutura, Cidades e comunidades sustentáveis



Nº	PROJETO
848	RESTAURAÇÃO DA ERS-389 (ENTRONCAMENTO ERS-030 ATÉ ENTRONCAMENTO ERS-786) - ALDEIA INDÍGENA SOL NASCENTE

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
15	R\$ 405.000

PÚBLICO-ALVO
Usuários da rodovia, cujo volume diário médio chega a seis mil veículos, bem como comunidades locais do município de Osório, cuja população chega a 50 mil habitantes e uma comunidade indígena (68 indígenas guaranis).

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Região Funcional 4

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
FEPAM, Ministério Público Federal, Prefeitura Municipal de Osório.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Richard Lesh Polo	51 32105022	richardlp@daer.rs.gov.br

ESCOPO



SITUAÇÃO-PROBLEMA

Necessidade de maior segurança da comunidade indígena que circula ao longo do trecho, bem como necessidade de melhorias nas condições conforto e segurança para o usuário da rodovia.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O local onde está inserida a Rodovia conta com uma comunidade com aproximadamente 68 indígenas descendentes de guaranis, que mantêm a sua cultura presente na reserva e que devem ser protegidos pelo Estado. Quase em sua totalidade, a comunidade utiliza a rodovia como acesso mesmo desconhecendo a legislação de trânsito. Este fato acaba por colocar em risco suas vidas em decorrência do aumento do tráfego sazonal de verão.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

As obras deverão aumentar a segurança da comunidade indígena, além de oferecer conforto e segurança para os usuários da malha rodoviária estadual pavimentada, além de reduzir os custos operacionais dos veículos.

OBJETO

Execução de obras de restauração de um segmento da rodovia ERS 389 - trecho Entroncamento ERS 030 (Osório) e Entroncamento ERS 786 (P/ Mariápolis).

OBJETIVO

Executar intervenções de restauração visando recuperar a condição de trafegabilidade, conforto e segurança para o usuário da malha rodoviária estadual pavimentada, reduzindo os custos operacionais dos veículos.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

No Rio Grande do Sul o sistema rodoviário é responsável pela maior parte da carga transportada e pela quase totalidade do transporte de passageiros. O Estado, por meio do DAER-RS, vem concentrando esforços para melhorar as condições da sua malha rodoviária, o que se verificou no programa recentemente concluído, com o BIRD, PROREDES-BIRD. Tendo em conta os valores necessários e a importância da malha rodoviária na economia do Estado é indispensável que o DAER/RS defina e siga objetivos muito concretos na sua política de manutenção da rede. Pensando nesta política de manutenção, o referido trecho está contemplado no lote CREMA Esteio - Osório face à condição precária em que se encontra. Para a definição deste lote foi desenvolvido um estudo de priorização com base nas condições da pista (estruturais e conforto), tráfego, localização geográfica e outros, tendo-se como resultado final para a definição dos lotes a sua rentabilidade definida pelo VPL/km, que a redução do custo de operação de veículos, levando em consideração os volumes em questão, poderá representar economias consideráveis para o Estado. Uma adequada conservação rodoviária terá uma importância fundamental para o conforto dos usuários e para a preservação da vida das rodovias e dos investimentos realizados. Além disso, a rodovia ERS-389 é utilizada pela população gaúcha e também por turistas advindos dos países do sul da região do Prata. São inúmeros argentinos e uruguaios que, juntamente com gaúchos, seguem esta rota para acessar as praias do litoral sul brasileiro. No entanto, esta rodovia tem um segmento que é utilizado para acesso dos indígenas que compõe a Aldeia Sol Nascente. São aproximadamente 68 indígenas descendentes de guaranis que mantêm a sua cultura presente na reserva e que devem ser protegidos pelo Estado, pois além de transitar na rodovia com muita frequência, desconhecem a legislação de trânsito, colocando em risco suas vidas em decorrência do aumento do tráfego sazonal de verão. As obras deverão aumentar a segurança desta comunidade com melhorias e implantação de intensa sinalização para advertir os condutores da possível presença de indígenas na rodovia.

PRODUTOS



Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Restauração realizada e sinalização implantada	Km	1,02	405.000	15

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Amplia RS: Ampliação E Manutenção da Malha Rodoviária Estadual

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Restauração e Manutenção de Pavimento

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3252 - Restauração e Manutenção de Malha Rodoviária

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indústria, inovação e infraestrutura



Nº	PROJETO
871	PONTE NA RODOVIA ERS-437

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
7	R\$ 1.800.000

PÚBLICO-ALVO

Comunidades dos município de Antônio Prado e Nova Roma do Sul, além de turistas, condutores das rodovias e transporte de carga.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Corede Serra

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Prefeitura Municipal de Nova Roma do Sul e de Antônio Prado.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Adalmiro da Silva Neto	51 32105022	miro@daer.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A rodovia ERS-437 está sendo pavimentada com recursos do Estado, porém não há disponibilidade de recursos para a construção de uma ponte no km 11+736, o que inviabiliza a conclusão integral da rodovia.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A obra de pavimentação da rodovia está em andamento e corre-se o risco de sua conclusão sem a execução da ponte sobre o Arroio Passo do Inferno, entre os municípios de Antônio Prado e Nova Roma do Sul, limitando o tráfego que utiliza a rodovia, além de riscos de segurança.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Melhorias nas condições de tráfego e ligação entre os municípios de Antônio Prado e Nova Roma do Sul.

OBJETO

Construção de Ponte sobre o Arroio Passo do Inferno na rodovia ERS-437, km 11+736.

OBJETIVO

Trazer maior desenvolvimento econômico e turístico para a região Nordeste do Estado com a conclusão da ERS-437 em sua totalidade.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A ERS-437 é uma antiga rodovia cuja pavimentação é uma pleito histórico da população local. A rodovia está inserida em uma região com grande potencial turístico da Serra Gaúcha, além de ser uma importante rota de produto agrícolas para o centro do país. A construção da ponte completará a obra de pavimentação de uma importante rodovia que está sendo pavimentada.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Obra concluída	Metros	30	1.800.000	12

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Amplia RS: Ampliação E Manutenção da Malha Rodoviária Estadual

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Construção e Restauração de Obras de Arte Especiais

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3158 - Construção e Reparos de Obras de Arte Especiais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indústria, inovação e infraestrutura



Nº	PROJETO
874	DUPLICAÇÃO DA ERS-734 (ENTRONCAMENTO BRS-392 E RIO GRANDE (TRAVESSIA URBANA DE RIO GRANDE))

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
27	R\$ 43.061.000

PÚBLICO-ALVO

Usuários da infraestrutura física do sistema transportador de cargas e passageiros do RS. O volume diário médio de veículos atual é de 11.434 veículos e, com a taxa de crescimento dos usuários da rodovia, atingirá 16.302 veículos ao final do período de projeto (2030). Serão beneficiados também usuários da FURG, comércio local, Porto de Rio Grande.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 5

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Prefeitura Municipal de Rio Grande, FEPAM.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Richard Lesh Polo	51 32105022	richardlp@daer.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

O tráfego atual não apresenta fluidez, com obstrução do trânsito no acesso ao aeroporto de Rio Grande e à Universidade Federal de Rio Grande (FURG), além dos pontos com falta de segurança na rodovia.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O baixo percentual de rodovias duplicadas e pavimentadas, com relação ao total da malha rodoviária, contribuem para os altos índices de acidentalidade impactando também sobre os custos sociais decorrentes de uma matriz modal desequilibrada e de um sistema transportador mal estruturado.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Aumento da segurança e da capacidade da rodovia, tanto para a comunidade local, como também aos usuários da rodovia.

OBJETO

Execução de obras de duplicação e restauração da rodovia ERS 734 - trecho Entroncamento BRS 392 Rio Grande (Travessia de Rio Grande).

OBJETIVO

Aumentar a capacidade dos eixos rodoviários através duplicação de pistas de rolamento, implantação de ruas laterais, restauração de pavimento existente e demais serviços objetivando adequar a rodovia aos volumes de tráfego existentes e futuros, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O transporte de cargas e passageiros através do modal rodoviário, em que pese sua baixa eficiência, transformou-se no sustentáculo do sistema transportador do RS. Utilizando-se de uma malha rodoviária que ao longo dos últimos períodos, segundo apontamentos do Anuário CNT do Transporte, apresenta um crescimento da baixa condição de qualidade, com grande extensão pavimentada em más condições de conservação. Estas condições, aliadas ao baixo percentual de rodovias duplicadas e pavimentadas, com relação ao total da malha rodoviária, contribuem ainda para a manutenção de altos índices de acidentalidade impactando também sobre os custos sociais decorrentes de uma matriz modal desequilibrada e de um sistema transportador mal estruturado. Serviços de ampliação e a qualificação da infraestrutura e da logística no Estado são essenciais para a recuperação da atividade econômica, melhoria nos aspectos de segurança, conforto e comodidade do usuário, separação do tráfego de longa distância do tráfego local e a melhora da qualidade de vida dos cidadãos. A duplicação da rodovia trará maior fluidez ao trânsito e desobstruindo o acesso ao aeroporto de Rio Grande e a Universidade Federal de Rio Grande (FURG). A segurança na ERS-734 é uma constante preocupação que se deve, em especial, ao crescimento intenso do fluxo de veículos que circulada pela estrada. Em um ano, o índice subiu 28%.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
OBRA CONCLUÍDA	KM	5,03	43.061.000	27



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Amplia RS: Ampliação E Manutenção da Malha Rodoviária Estadual

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ampliação de Capacidade de Rodovia

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3153 - Ampliação de Capacidade de Rodovias - ERS/734

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indústria, inovação e infraestrutura



Nº	PROJETO
879	RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E DESASSOREAMENTO DE RIOS/RIACHOS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2217 - Desenvolvimento regional, territorial e urbano.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas em múltiplas escalas.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra e serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 20.000.000

PÚBLICO-ALVO
Os beneficiários diretos do programa serão comunidades da zona rural dos municípios do Estado.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Obras e Habitação - SOP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretária de Obras e Habitação

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Ana Paula Eid	51 999122770	ana-eid@sop.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Comprometimento da trafegabilidade das estradas vicinais nas comunidades rurais gauchas por contas das destruições causadas por constantes intempéries climáticas (chuvas, enxurradas, estiagens, etc.).

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

As estradas vicinais não possuem qualquer tipo de pavimentação e ficam expostas as condições climáticas, bem como os rios/riachos. A falta de manutenção causa erosão, buracos e o excesso de chuvas ocasionam deslizamentos de terra. No Brasil, de modo geral, especialmente na região sul, uma vez ao ano, ocorre fortes chuvas, enxurradas e estiagem.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Fomento no desenvolvimento do Interior do Estado, diminuição do êxodo rural, melhora na qualidade de vida e melhores condições de trabalho.

OBJETO

Aquisição do serviço de Horas Máquinas, através da contratação de empresa especializada na locação de máquinas, equipamentos e execução de serviços junto aos municípios para a Recuperação, Manutenção de estradas vicinais e desassoreamento de rios e riachos.

OBJETIVO

Garantir a trafegabilidade das estradas vicinais mediante a manutenção e desassoreamento de rios e riachos de maneira a permitir o escoamento da produção agropecuária, o transporte escolar e público e a mobilidade urbana em geral das comunidades rurais do Rio Grande do Sul.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As comunidades rurais do Estado carecem de uma estrutura viável e adequada, tendo muitas vezes como único meio de realizar suas atividades e sua mobilidade as estradas vicinais. A recuperação, manutenção dessas estradas e o desassoreamento de rios/riachos vem a contribuir para fomentar o desenvolvimento local e auxiliar as comunidades em situação de emergência, além de atender o setor agropecuário, uma vez que as más condições das estradas implicam no aumento dos custos de logística e na limitação do produtor rural em investir em novos agronegócios. Tal proposta está alinhada a projetos de apoio ao desenvolvimento e fomento do interior do Estado. Desta feita, isso propiciará o incremento de receita por conta dos serviços aos agricultores, pois os mesmos produzirão produtos agrícolas em maior quantidade e qualidade diversificando sua propriedade, geração de empregos, melhoria na qualidade de vida, melhores condições de trabalho, diminuição do êxodo rural e desenvolvimento da cadeia produtiva. Portanto, o fomento às atividades econômicas, geradoras de desenvolvimento, necessitam de estradas que garantam condições de trafegabilidade e mobilidade das populações locais.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Estradas vicinais recuperadas e rios desassoreados	KM	4000	20.000.000	36



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolve RS

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio a Qualidade de Vida nos Municípios

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio a Manutenção das Estradas Vicinais

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5524 - Desassoreamento, Obras de macrodrenagem e recuperação de estradas vicinais nos municípios do Estado.

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Trabalho decente e crescimento econômico, Indústria, inovação e infraestrutura



Nº	PROJETO
883	CONSTRUÇÃO DO VIADUTO ERS-407 (ENTRONCAMENTO BRS-101 (MORRO ALTO) E ENTRONCAMENTO ERS-389 (P/ TORRES))

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
16	R\$ 5.042.000

PÚBLICO-ALVO
Usuários da infraestrutura física do sistema transportador de cargas e passageiros do RS.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Região Funcional 4

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
FEPAM, IPHAN, Prefeitura Municipal de Capão da Canoa e de Xangri-lá.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Richard Lesh Polo	51 32105022	richardlp@daer.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Grandes congestionamentos no período de alta temporada, além da insegurança na interseção.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Há anos os usuários da rodovia enfrentam a falta de segurança e o congestionamento na ERS-407, trecho Entr. BR-101 (Morro Alto) - Entr. ERS-389 (Xangri-Lá), principalmente no período de veraneio (dezembro à março).

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Melhores condições de segurança e fluidez aos usuários da rodovia, bem como à comunidade local.

OBJETO

Construção de viaduto na ERS-407, trecho Entroncamento BR-101 (Morro Alto) - Entroncamento ERS-389 (Xangri-Lá), sobre a ERS-389.

OBJETIVO

Ampliar e adequar a capacidade operacional da rodovia às necessidades de tráfego, segurança e mobilidade viária, permitindo acesso à Capão da Canoa.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As ERS 407 e ERS 389 constituem relevantes vetores rodoviários no campo turístico e de desenvolvimento do Corede Litotal do RS. Aprimorar suas condições de mobilidade e acesso, por meio da construção de um viaduto, além contribuir com a segurança viária, otimizará o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios sócio econômicos a um número maior de comunidades locais.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
OBRA CONCLUÍDA	Metros	160	5.042.000	15

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Amplia RS: Ampliação E Manutenção da Malha Rodoviária Estadual

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Construção e Restauração de Obras de Arte Especiais

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3158 - Construção e Reparos de Obras de Arte Especiais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indústria, inovação e infraestrutura



Nº	PROJETO
885	EXECUÇÃO DE REMANESCENTES DA ERS-129 (DAVI CANABARRO – VANINE – CASCA)

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
19	R\$ 4.414.000

PÚBLICO-ALVO

Usuários da rodovia, principalmente das comunidades locais.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Corede Produção

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

FEPAM, Prefeitura Municipal de Casca.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Richard Lesh Polo	51 32105022	richardlp@daer.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Tráfego pesado passando dentro do município, acarretando problemas de segurança para os moradores e comércio adjacentes à rodovia.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Com o desenvolvimento das cidades, muitas rodovias acabam atravessando o espaço urbano, o que interfere na mobilidade e segurança local.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Uma maior segurança e fluidez dos veículos que utilizam a rodovia, bem como da comunidade local que ficará com sua área urbana mais tranquila.

OBJETO

Execução de serviços remanescentes das obras de pavimentação da ERS -129 trecho Davi Canabarro - Vanine - Casca.

OBJETIVO

Expandir e qualificar o sistema rodoviário estadual, através da construção de rodovias arteriais e ligações regionais, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul vem enfrentando uma séria crise econômica que contrasta com o seu grande potencial de produzir riqueza. Neste cenário torna-se necessário buscar recursos para ampliar a capacidade do sistema de transportes, principalmente das estradas. A pavimentação asfáltica, ligando municípios sem qualquer acesso pavimento a uma rodovia pavimentada é fundamental para melhorar o cotidiano das populações locais. Moradores de municípios que não contam com acessos pavimentados a suas sedes, principalmente durante época de chuvas, enfrentam problemas graves para deslocar-se até os principais centros urbanos em sua proximidade e para acessar as rodovias pavimentadas da malha. Os problemas sociais advindos dessa situação são significativos, principalmente para acesso a instituições de ensino, serviços de saúde especializados, oportunidades de emprego e equipamentos culturais, entre outros. Para enfrentar essa situação, nos últimos anos o Rio Grande do Sul intensificou os esforços para finalizar a pavimentação de todos os acessos municipais no estado, tendo firmado financiamentos que estão contribuindo significativamente para o cumprimento da meta. Uma demonstração desse avanço é que, em 2009, era necessário asfaltar 105 acessos municipais, atualmente esse número está próximo de 50, com diversas obras em execução. A obra do Contorno de Casca, remanescente da obra de pavimentação da rodovia ERS-129, irá desviar o tráfego pesado que hoje é realizado na área urbana da cidade de Casca.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Obra Concluída	KM	2,89	4.414.000	19



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Amplia RS: Ampliação E Manutenção da Malha Rodoviária Estadual

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Construção de Rodovias

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3151 - Pavimentação de Acessos Municipais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indústria, inovação e infraestrutura



Nº	PROJETO
887	PAVIMENTAÇÃO DA ERS-711 - MARIANA PIMENTEL

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
19	R\$ 19.500.000

PÚBLICO-ALVO

Usuários da rodovia, bem como comunidades locais de Mariana Pimentel.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Corede Centro Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

FEPAM, Prefeitura Municipal de Mariana Pimentel.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Richard Lesh Polo	51 32105022	richardlp@daer.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A falta de infraestrutura prejudica a economia, ameaça o acesso à saúde e à educação, e compromete sonhos de desenvolvimento e expansão populacional.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Muitos municípios gaúchos ainda sofrem com a falta de infraestrutura de acesso. O Estado do Rio Grande do Sul conta com aproximadamente 52 municípios sem acesso asfáltico.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Qualificar a malha rodoviária com pavimentação deste acessos, de forma a beneficiar a população local, especialmente em relação à acessibilidade aos serviços especializados, como centros de saúde, escolas técnicas e universidades, bem como facilitar a integração da economia local a outros mercados.

OBJETO

Pavimentação de segmento da ERS-711 - Mariana Pimentel

OBJETIVO

Expandir e qualificar o sistema rodoviário estadual, através da construção de rodovias arteriais e ligações regionais, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado vem enfrentando uma séria crise econômica que contrasta com o seu grande potencial de produzir riqueza. Neste cenário torna-se necessário buscar recursos para ampliar a capacidade do sistema de transportes, principalmente das estradas. A pavimentação asfáltica, ligando municípios sem qualquer acesso pavimento a uma rodovia pavimentada é fundamental para melhorar o cotidiano das populações locais. Moradores de municípios que não contam com acessos pavimentados a suas sedes, principalmente durante época de chuvas, enfrentam problemas graves para deslocar-se até os principais centros urbanos em sua proximidade e para acessar as rodovias pavimentadas da malha. Os problemas sociais advindos dessa situação são significativos, principalmente para acesso a instituições de ensino, serviços de saúde especializados, oportunidades de emprego e equipamentos culturais, entre outros. Para enfrentar essa situação, nos últimos anos o RS intensificou os esforços para finalizar a pavimentação de todos os acessos municipais, tendo firmado financiamentos que estão contribuindo significativamente para o cumprimento da meta. Uma demonstração desse avanço é que, em 2009, era necessário asfaltar 105 acessos municipais, atualmente são cerca de 50, com diversas obras em execução. A empresa que executava a obra faliu e criou grande expectativa na comunidade local para conclusão da obra, sendo acompanhada e cobrada pelo Ministério Público da região.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
OBRA CONCLUÍDA	KM	16,81	19.500.000	19



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Amplia RS: Ampliação E Manutenção da Malha Rodoviária Estadual

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Construção de Acessos Municipais

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3151 - Pavimentação de Acessos Municipais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indústria, inovação e infraestrutura



Nº	PROJETO
888	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS REMANESCENTES DA ERS 426 Trecho: MARIANO MORO - SEVERIANO DE ALMEIDA

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
16	R\$ 6.700.000

PÚBLICO-ALVO
Usuários da rodovia, principalmente das comunidades locais cuja população é de 2,3 mil habitantes.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Corede Norte

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
SEMA, IPHAN, Prefeitura Municipal de Mariano Moro.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Richard Lesh Polo	51 32105022	richardlp@daer.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A falta de infraestrutura prejudica a economia, ameaça o acesso à saúde e à educação, e compromete sonhos de desenvolvimento e expansão populacional.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Muitos municípios gaúchos ainda sofrem com a falta de infraestrutura de acesso. O Estado do Rio Grande do Sul conta com aproximadamente 52 municípios sem acesso asfáltico.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Qualificar a malha rodoviária com pavimentação do acesso, de forma a beneficiar a população local, especialmente em relação à acessibilidade aos serviços especializados, como centros de saúde, escolas técnicas e universidades, bem como facilitar a integração da economia local a outros mercados.

OBJETO

Execução de serviços remanescentes das obras de pavimentação da 426ERS0010, Trecho: MARIANO MORO - SEVERIANO DE ALMEIDA

OBJETIVO

Aumentar a extensão da rede rodoviária através da pavimentação de acessos municipais, possibilitando integração das comunidades à malha rodoviária existente.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul vem enfrentando uma séria crise econômica que contrasta com o seu grande potencial de produzir riqueza. Neste cenário torna-se necessário buscar recursos para ampliar a capacidade do sistema de transportes, principalmente das estradas. A pavimentação asfáltica, ligando municípios sem qualquer acesso pavimento a uma rodovia pavimentada é fundamental para melhorar o cotidiano das populações locais. Moradores de municípios que não contam com acessos pavimentados a suas sedes, principalmente durante época de chuvas, enfrentam problemas graves para deslocar-se até os principais centros urbanos em sua proximidade e para acessar as rodovias pavimentadas da malha. Os problemas sociais advindos dessa situação são significativos, principalmente para acesso a instituições de ensino, serviços de saúde especializados, oportunidades de emprego e equipamentos culturais, entre outros. Para enfrentar essa situação, nos últimos anos o Rio Grande do Sul intensificou os esforços para finalizar a pavimentação de todos os acessos municipais no estado, tendo firmado financiamentos que estão contribuindo significativamente para o cumprimento da meta. Uma demonstração desse avanço é que, em 2009, era necessário asfaltar 105 acessos municipais, atualmente esse número está próximo de 50, com diversas obras em execução. O acesso ao Município já está com 11 quilômetros asfaltados e, por falta de recursos na época, ficaram por ser concluídos 3,7 quilômetros.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
OBRA CONCLUÍDA	KM	3,70	6.700.000	16



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Amplia RS: Ampliação E Manutenção da Malha Rodoviária Estadual

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Construção de Rodovias

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3151 - Pavimentação de Acessos Municipais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indústria, inovação e infraestrutura



Secretaria Nacional de Saneamento



Nº	PROJETO
858	ESTUDOS PARA MINIMIZAÇÃO DOS EFEITOS DAS CHEIAS NA BACIA DO RIO CAÍ

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2218 - Gestão de Riscos e Desastres

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1201 - Investir na compreensão e redução do risco, ampliar a preparação e reduzir os efeitos dos desastres

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
14RL - Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 6.570.000

PÚBLICO-ALVO
Moradores, comércio e indústrias das regiões afetadas pelos efeitos das cheias na bacia hidrográfica do rio Caí, em especial do Baixo Caí, que compreende os municípios de Harmonia, Montenegro, Nova Santa Rita, Pareci Novo e São Sebastião do Caí, uma vez que esses municípios são os que sofrem o impacto direto das inundações da Bacia do Rio Caí, atingindo em torno de 10 mil famílias.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Capela de Santana, Feliz, Harmonia, Ivoti, Lindolfo Collor, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Nova Santa Rita, Pareci Novo, Presidente Lucena, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São José do Sul, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério de Desenvolvimento Regional; Secretarias Estaduais (SAAM, SEMA, SEPLAG, Casa Militar); METROPLAN e Municípios

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Paula Branco Pinto	51 32886044	paula-pinto@metroplan.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Inundações na Região do Vale do Rio Caí. As frequentes inundações na Bacia do Rio Caí, em especial o baixo caí, constituem aspecto bastante crítico daquela região. A urbanização e a exploração agrícola favorecem a ocorrência de enchentes, trazendo enormes prejuízos à população. As cheias ribeirinhas, além dos prejuízos materiais causados às moradias, afeta também o comércio, a indústria e a agropecuária.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A evidente pressão por urbanização na Região Metropolitana de Porto Alegre compete diretamente com a necessidade de preservação de áreas ribeirinhas, e interfere diretamente na dinâmica do rio, já alterada, e que apresenta frequentes ocorrências de inundações.

A única alternativa real e em vigor atualmente para minimizar os casos de necessidade de atendimento por conta de enchentes mais severas, são os atendimentos efetuados pelos setores de Defesa Civil, bombeiros e saúde pública.

Na sua maioria, os municípios carecem de ações concretas como adoção de medidas estruturais ou não estruturais que venha contribuir nas ações preventivas e de emergência, visando a solução ou mitigação dos problemas oriundos dessa natureza.

O fluxo de projetos e obras dos novos empreendimentos em geral não tem um procedimento padronizado, haja vista necessidade de atender as interfaces existentes com a secretaria de obras e outras como desenvolvimento urbano, planejamento, meio ambiente, etc. Estas interfaces indicam a necessidade de um planejamento integrado, principalmente nas questões que envolvem o desenvolvimento urbano, a fiscalização das obras, as áreas verdes, institucionais e de preservação permanente, e ainda pode-se incluir a saúde pública e educação ambiental.

Os problemas com frequentes inundações são evidentes na região, há necessidade de agir intensamente para que as municipalidades adotem posturas objetivas em termos de ações concretas de planejamento, projetos e obras eficazes, para implementação de medidas definitivas para os problemas oriundos de inundações.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Minimizar as perdas sociais e econômicas para população local e região.

OBJETO

Estudo de concepção com avaliação dos riscos no qual a população urbana da bacia hidrográfica do rio Caí está sujeita, quantificando e associando os danos às probabilidades de eventos extremos e elencando o melhor cenário de alternativas para minimização de cheias na bacia.

OBJETIVO

O estudo terá como objetivo encontrar alternativas para minimização dos eventos extremos de inundações oriundas do rio e das chuvas intensas nos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Caí.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A Bacia Hidrográfica do rio Caí se caracteriza como uma região extremamente suscetível à ocorrência de inundações. Com efeito, desde o início do século passado, e mesmo antes, tem sido relatadas enchentes, com impactos sociais e econômico-financeiros significativos, principalmente nas cidades de São Sebastião do Caí, Pareci Novo, Harmonia e Montenegro.

Após o início do monitoramento oficial dos níveis de água em diversos pontos do rio Caí, a partir da década de 1940, foram registrados diversos eventos relacionados a enchentes nesse trecho (baixo), com impactos diretos nos municípios de São Sebastião do Caí e Montenegro, mas também atingindo as cidades de Harmonia e Pareci Novo, gerando enormes prejuízos patrimonial, social e econômico para os Municípios e para o Estado.



A problemática de inundações na região do Vale do Rio Caí é vastamente conhecida e divulgada, o que vem sendo reportado por vários e repetidos anos de enchentes ocorridas principalmente no trecho baixo da bacia. No ano de 2014, a Secretaria de Obras Públicas do Estado, Irrigação e Desenvolvimento Urbano (SOP), contratou consultoria, por meio do Processo Administrativo nº 000463-22.00/12.2, Tomada de Preços nº 186/CELIC/2012, objetivando a Elaboração de Serviços de Consultoria Relativo ao Estudo de Alternativas para a Minimização do Efeito das Cheias do Trecho Baixo do rio Caí. Este estudo teve como foco definir e avaliar a quantificação das cheias, sua viabilidade técnica, econômica e ambiental. Para dar continuidade ao processo ser faz necessária a contratação da complementação do estudo, assim tendo a integralização de soluções visando analisar a bacia hidrográfica como a unidade de medida, a fim de propor as diretrizes de projeto e ocupação do solo nos municípios da bacia do rio Caí.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Estudo de alternativas para minimização do efeito das cheias na bacia do rio caí, anteprojetos de engenharia das alternativas propostas, estudos de impacto ambiental (EIA), relatórios de impacto ambiental (RIMA) e Projetos Básicos Ambientais (PBA) das alternativas.	Percentual	100	6.570.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Evolução Sustentável

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão em proteção e Defesa Civil

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão de Projetos, Estudos de Alternativas e Concepções de Obras para Prevenção de Cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3382 - Gestão de Projetos e Respostas a Desastres Naturais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ação contra a mudança global do clima



Nº	PROJETO
859	SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA CHEIAS DO RIO JACUÍ NO MUNICÍPIO DE ELDORADO DO SUL

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2218 - Gestão de Riscos e Desastres

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1201 - Investir na compreensão e redução do risco, ampliar a preparação e reduzir os efeitos dos desastres

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

14RL - Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 368.000.000

PÚBLICO-ALVO

População dos bairros Vila da Paz, Chácara e Cidade Verde, do Município de Eldorado do Sul

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Eldorado do Sul

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Ministério de Desenvolvimento Regional; Secretarias Estaduais (SAAM, SEMA, SEPLAG, Casa Militar); METROPLAN; e Municípios.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Paula Branco Pinto	51 32886044	paula-pinto@metroplan.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A área urbana do município de Eldorado do Sul se localiza em uma região extremamente plana, às margens do rio Jacuí. As altitudes da área urbana, em relação ao nível do mar, variam entre cerca de 1,60 metros até 5,70 metros. Essas duas características tornam a cidade extremamente susceptível à ocorrência de inundações que atingem, principalmente, os bairros Chácara, Cidade Verde e Vila da Paz. A ocorrência de inundações traz enormes prejuízos patrimonial, social e econômico para o Município e para o Estado.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

As enchentes que atingem o município de Eldorado do Sul são ocasionadas pelo transbordamento do rio Jacuí e também pela incidência de vento sul. A ocorrência do vento sul ocasiona o represamento do Lago Guaíba e a sobre-elevação dos níveis na área do Delta do Jacuí. Assim, enchentes não tão significativas acabam sendo importantes devido à elevação dos níveis da água decorrente da incidência do vento.

Relatos de alguns moradores indicam enchentes ocorridas há cerca de 55 anos e citam aquelas dos anos de 2007, 2009 e 2015 como as maiores. Estimativas da Coordenação Municipal da Defesa Civil indicam prejuízos da ordem de R\$ 2.200.000, somente em danos em residências, decorrentes da cheia de setembro de 2007. Já a enchente ocorrida em 2015 atingiu, nos bairros Cidade Verde, Chácara, Centro, Vila da Paz, Itaí e Sans Souci, em torno de 10.100 pessoas, o que corresponde a 33% da população urbana do município.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Minimizar as perdas sociais e econômicas da população, região e estado, bem como uma reorganização territorial.

OBJETO

Execução de Obra de Engenharia do sistema de Proteção contra cheias, prevista nos Estudos para Projeto Conceitual de Proteção Contra Cheias do rio Jacuí em Eldorado do Sul (inserido no PAC Prevenção de Inundações - Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental).

OBJETIVO

Implementação do Sistema de Proteção e Minimização das Cheias beneficiando o município de Eldorado do Sul

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O município de Eldorado do Sul integra a Região Metropolitana de Porto Alegre e possui aproximadamente 35 mil habitantes, sendo que, destes, 30 mil habitam a área urbana (Censo IBGE. 2010). A área da sede do município, objeto de estudos para a concepção de um sistema de proteção contra cheias, compreende a região situada ao norte da BR-290, envolvendo os bairros Cidade Verde, Vila da Paz, Chácara, Loteamento Popular, Medianeira, Centro, Residencial Eldorado e Centro Novo.

Os estudos realizados, considerando o histórico das cheias que ocorrem em Eldorado do Sul, mostraram situação clara de risco de inundações importantes em áreas de ocupação consolidada, principalmente nos bairros Chácara, Cidade Verde e Vila da Paz. A condição de ocupação das áreas de risco torna impraticáveis alternativas de realocação da população, uma vez que a maior parte da área urbana teria que ser deslocada. A implantação de um sistema de alerta teria poucos resultados práticos uma vez que, além das vazões provenientes das bacias dos rios Jacuí, Sinos e Caí, os níveis de enchente são fortemente condicionados pelo regime de ventos que atuam na Lagoa dos Patos e no Lago Guaíba. Por estes motivos, o estudo se concentrou na concepção e avaliação de alternativas estruturais para a proteção das áreas sujeitas a enchentes. Estas alternativas contemplaram a construção de diques de contorno das áreas de risco, com a implantação de estações de bombeamento para retirar, de dentro da área protegida, as águas decorrentes de precipitações.



Esses estudos fazem parte dos estudos e projetos que compõem o Plano Metropolitano de Proteção Contra as Cheias, parte integrante do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais. Os trabalhos iniciaram no primeiro semestre de 2015 e, nestes três anos de atividade, após sistematização de informações disponíveis, receberam o acréscimo de aerofotogrametria e levantamentos topobatimétricos nos principais cursos d'água. Após, houve simulação e modelagem em bases técnicas consistentes, permitindo uma visão regional do efeito das inundações na Região Metropolitana de Porto Alegre. Houve também a elaboração de diagnósticos e prognósticos ambientais, além das proposições de Medidas Mitigadoras e Compensatórias que visem a viabilidade ambiental do empreendimento.

Esses estudos estão sendo desenvolvido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional e, para ter continuidade, o próximo passo é a implementação do sistema de proteção, com a construção de obras estruturais. Assim, solicita-se que o Ministério aloque parte dos recursos necessários para início das obras já em seu orçamento do ano que vem.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Execução de Obra de Engenharia do sistema de Proteção contra cheias do rio Jacuí no Município de Eldorado do Sul	Percentual	100	368.000.000	36

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Evolução Sustentável

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão em proteção e Defesa Civil

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão de Projetos, Estudos de Alternativas e Concepções de Obras para Prevenção de Cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3382 - Gestão de Projetos e Respostas a Desastres Naturais

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

2020.379 - PAC prevenção de Inundações

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ação contra a mudança global do clima



Nº	PROJETO
860	PROJETOS E ALTERNATIVAS PARA A MINIMIZAÇÃO DO EFEITO DAS CHEIAS NA BACIA DO RIO GRAVATAÍ

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2218 - Gestão de Riscos e Desastres

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1201 - Investir na compreensão e redução do risco, ampliar a preparação e reduzir os efeitos dos desastres

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
14RL - Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 4.520.000

PÚBLICO-ALVO
Moradores, industria/comercio dos municípios da Bacia do Rio Gravataí, tais como: Porto Alegre, Gravataí, Cachoeirinha e o Banhado Grande (Localizado no Alto Gravataí).

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Cachoeirinha, Gravataí e Porto Alegre

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério de Desenvolvimento Regional; Secretarias Estaduais (SAAM, SEMA (FEPAM), SEPLAG, Casa Militar); METROPLAN; e Municípios.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Paula Branco Pinto	51 32886044	paula-pinto@metroplan.rs.gov.br

ESCOPO

**SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A Bacia Hidrográfica do rio Gravataí apresenta uma grande frequência de inundações e estas constituem aspecto bastante crítico para os municípios, trazendo enormes prejuízos materiais causados às moradias, ao comércio e a indústria.

Um dado marcante diz respeito ao custo da eventual omissão do Poder Público. Na hipótese de nada ser feito, na Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, nos próximos 30 anos, o cálculo chegou ao equivalente a R\$ 5 bilhões, aproximadamente. Tal valor representa, na verdade, o prejuízo que a sociedade arcará se a situação das cheias não for devidamente enfrentada.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A evidente pressão por urbanização na Região Metropolitana de Porto Alegre compete diretamente com a necessidade de preservação de áreas ribeirinhas e interfere diretamente na dinâmica do rio, já alterada, e que apresenta frequentes ocorrências de inundações.

A única alternativa real e em vigor, atualmente, para minimizar os casos de necessidade de atendimento por conta de enchentes mais severas, são os atendimentos efetuados pelos setores de Defesa Civil, bombeiros e saúde pública. Os municípios, na sua maioria, carecem de ações concretas como adoção de medidas estruturais ou não estruturais que venha contribuir nas ações preventivas e de emergência, visando a solução ou mitigação dos problemas oriundos dessa natureza.

O fluxo de projetos e obras dos novos empreendimentos, em geral, não tem um procedimento padronizado, haja vista necessidade de atender as interfaces existentes com a secretaria de obras, entre outras, como desenvolvimento urbano, planejamento, meio ambiente, etc. Essas interfaces indicam a necessidade de um planejamento integrado, principalmente nas questões que envolvem o desenvolvimento urbano, a fiscalização das obras, as áreas verdes, institucionais e de preservação permanente e, ainda, pode-se incluir a saúde pública e a educação ambiental.

Os problemas com frequentes inundações são evidentes na região. Há necessidade de agir intensamente para que as municipalidades adotem posturas objetivas em termos de ações concretas de planejamento, projetos e obras eficazes, para implementação de medidas definitivas para solucionar os problemas oriundos de inundações.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Minimizar as perdas sociais e econômicas para população, região e estado, bem como um reordenamento territorial.

OBJETO

Elaboração do Projeto Executivo das alternativas prevista nos Estudos de Alternativas e Projetos para Minimização do Efeito das Cheias na Bacia do Rio Gravataí (inserido no PAC Prevenção de Inundações - Plano Nacional de Gestão de Riscos e resposta a Desastres Naturais da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental).

OBJETIVO

Prevenir e proteger os municípios integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí de eventos extremos de inundações oriundas do rio e das chuvas intensas por meio da Elaboração do Plano de Zoneamento e da elaboração de Projeto de Engenharia.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Os municípios vêm sofrendo inundações anuais, gerando danos patrimoniais, ambientais e sociais. Prejuízos aos atingidos e gastos de recursos públicos por parte da administração municipal e estadual.

Com a execução dos projetos e das seguintes alternativas, resultado dos estudos das alternativas já contratados e concluídos, será possível prevenir e minimizar o efeito das cheias: Dique em Porto Alegre - Vila Dique; Dique



em Porto Alegre - Oeste - Sarandi; Dique em Porto Alegre - Leste - Sarandi; Dique em Cachoeirinha; Dique em Gravataí; e Banhado Grande (Alto Gravataí).

Os estudos fazem parte dos estudos e projetos que compõem o Plano Metropolitano de Proteção Contra as Cheias, parte integrante do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais. Há também a previsão de elaboração de diagnósticos e prognósticos ambientais, além das proposições de Medidas Mitigadoras e Compensatórias, que visem a viabilidade ambiental do empreendimento. Esses estudos estão sendo desenvolvido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional. A fase ambiental está em processo licitatório.

Com isso, para dar continuidade ao projeto, se faz necessário contratação dos planos e projetos de engenharia das alternativas que visam minimizar o efeito das cheias na bacia hidrográfica.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Projeto Executivo: Dique em Porto Alegre - Vila Dique; Dique em Porto Alegre - Oeste – Sarandi; Dique em Porto Alegre - Leste – Sarandi; Dique em Cachoeirinha; Dique em Gravataí; e Minibarramento - Banhado Grande	Percentual	100	4.520.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Evolução Sustentável

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão em proteção e Defesa Civil

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão de Projetos, Estudos de Alternativas e Concepções de Obras para Prevenção de Cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3382 - Gestão de Projetos e Respostas a Desastres Naturais

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

2020.379 - PAC prevenção de Inundações

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ação contra a mudança global do clima



Nº	PROJETO
861	PROJETOS E ALTERNATIVAS PARA A MINIMIZAÇÃO DO EFEITO DAS CHEIAS NA BACIA DO RIO GRAVATAÍ - ARROIO FEJÓ

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2218 - Gestão de Riscos e Desastres

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1201 - Investir na compreensão e redução do risco, ampliar a preparação e reduzir os efeitos dos desastres

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
14RL - Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 5.750.000

PÚBLICO-ALVO
População atingida pelas cheias dos município de Alvorada e Porto Alegre. Em torno de 5.700 famílias protegidas diretamente pelo empreendimento.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Alvorada e Porto Alegre

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério de Desenvolvimento Regional; Secretarias Estaduais (SAAM, SEMA, SEPLAG, Casa Militar); METROPLAN; e Municípios.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Paula Branco Pinto	51 32886044	paula-pinto@metroplan.rs.gov.br

ESCOPO

**SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A área de estudo é compreendida pela região natural de convergência das águas das chuvas, isto é, bacias hidrográficas, do Arroio Santo Agostinho, Feijó, São João e Águas Belas, e, Rio Gravataí, dentro dos municípios de Porto Alegre, Alvorada e Viamão. O relevo nesta região da bacia é plano, característica de várzea de rios de planícies, com fortes tendências a inundações. Grande parte dessa várzea é ocupada pelas áreas urbanas de Alvorada e Porto Alegre, com registros de desastres dessa natureza. Ainda são desenvolvidas atividades de agricultura irrigada que imprimiram ao sistema hidrográfico uma malha de canais de irrigação artificiais. Esses atributos aumentam significativamente à ocorrência de inundações na região, ocasionando enormes prejuízos patrimonial, social e econômico para os Municípios e para o Estado.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) encontra-se dentro de uma área de grande frequência de inundações ribeirinhas onde vivem 40% da população do Estado do Rio Grande do Sul, que representa cerca 48% do PIB estadual. O município de Alvorada, vizinho a Porto Alegre, possui população com renda inferior a grande parte das cidades da RMPA e está exposto a frequentes inundações na área ribeirinha do rio Gravataí e distribuídas em seu território, principalmente na sub-bacia do arroio Feijó. O dique de proteção de inundações ribeirinhas existente cobre apenas Porto Alegre. Alvorada, onde parte importante da cidade encontra-se em áreas de risco de inundação, está desprotegida.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Minimização das perdas sociais e econômicas para a população e um reordenamento territorial.

OBJETO

Elaboração do Projeto Executivo das alternativas previstas nos Estudos de Alternativas de Concepção e Anteprojetos de Engenharia de Proteção contra Cheias do Rio Gravataí e Afluentes em Alvorada e Porto Alegre (inserido no PAC Prevenção de Inundações – Plano Nacional de Gestão de Riscos e resposta a Desastres Naturais da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental)

OBJETIVO

Prevenir e proteger a população dos municípios de Alvorada e Porto Alegre dos eventos extremos de inundações oriundas Rio Gravataí e seus afluentes (Arroio Feijó, São João, Águas Belas e Santo Agostinho) e das chuvas intensas.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O histórico de cheias e a modelagem hidrodinâmica demonstraram a fragilidade às inundações na região, haja vista o elevado número de edificações dentro das Áreas de Preservação Permanente (APPs) dos cursos de água e várzea de inundações. Essas têm caráter sazonais e vem proporcionando prejuízos elevados, sendo alguns não quantificáveis economicamente, pela sua natureza intrínseca relacionados a danos psicológicos, de saúde pública e de perdas de oportunidades econômicas. A consolidação das áreas factíveis de inundação totaliza uma área de 53.300.000 m². Um dos fatores que agrava as enchentes é a deposição inadequada de resíduos sólidos nos corpos hídricos, pois diminuem a seção de escoamento nos arroios, trazendo consequências diretas à drenagem pluvial urbana.

Além dos resíduos, o assoreamento dos cursos de água aliado ao comprometimento da rede de drenagem pluvial contribui para o agravamento das enchentes, limitando o escoamento das águas pluviais internas, causando transbordamento nas bocas de lobo. Soma-se a isso o crescente estado de impermeabilização do terreno, causando aumento da velocidade e volume do escoamento superficial. Verifica-se ainda o lançamento de esgoto de forma inapropriada, que deteriora a qualidade dos recursos hídricos, inserindo e proliferando focos de doenças de veiculação hídrica a população. As análises de qualidade de água realizadas em campo demonstram a degradação dos cursos de água. A fim de consolidar os elementos estudados foi elaborado um



mapa unificando as áreas de conflito oriundas dos temas de planejamento urbano (uso do solo sobre planejado), legislação ambiental (uso do solo sobre APP), processos erosivos (áreas degradadas) e aglomerados subnormais (sobre APP e zonas de preservação dos planos diretores). Esses locais, aqui denominados de área geral de conflito, totalizaram aproximadamente 1.040 ha e representam 7% da área de estudo. Face ao exposto, os impactos ambientais negativos sem o empreendimento são os que levaram à proposição deste projeto de construção de um sistema de proteção.

Os estudos fazem parte dos estudos e projetos que compõem o Plano Metropolitano de Proteção Contra as Cheias, parte integrante do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais. Houve também a elaboração de diagnósticos e prognósticos ambientais, além das proposições de Medidas Mitigadoras e Compensatórias que visem a viabilidade ambiental do empreendimento. Esses estudos estão sendo desenvolvido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional. E, para ter continuidade, o próximo passo é a elaboração de projetos de engenharia para a implementação do sistema de proteção.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Projeto Executivo: Fase 2 - Alvorada - Porto Alegre - Arroio Feijó Fase 3 - Alvorada - Porto Alegre - Arroio Feijó	Percentual	100	5.750.000	18

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Evolução Sustentável

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão em proteção e Defesa Civil

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão de Projetos, Estudos de Alternativas e Concepções de Obras para Prevenção de Cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3382 - Gestão de Projetos e Respostas a Desastres Naturais

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

2020.379 - PAC prevenção de Inundações

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ação contra a mudança global do clima



Nº	PROJETO
862	PROJETOS E ALTERNATIVAS PARA A MINIMIZAÇÃO DO EFEITO DAS CHEIAS NA BACIA DO RIO DOS SINOS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2218 - Gestão de Riscos e Desastres

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1201 - Investir na compreensão e redução do risco, ampliar a preparação e reduzir os efeitos dos desastres

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

14RL - Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 9.779.000

PÚBLICO-ALVO

Moradores, indústria e comércio da Bacia do Rio dos Sinos atingidos pelas cheias do rio dos Sinos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Campo Bom, Canoas, Esteio, Igrejinha, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Três Coroas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Ministério de Desenvolvimento Regional; Secretarias Estaduais (SAAM, SEMA (FEPAM), SEPLAG, Casa Militar); METROPLAN; e Municípios São Leopoldo; Nova Santa Rita; Sapucaia do Sul; Novo Hamburgo; Campo Bom; Canoas; Esteio; Três Coroas; Igrejinha.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Paula Branco Pinto	51 32886044	paula-pinto@metroplan.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A Bacia Hidrográfica do rio dos Sinos apresenta frequentemente problemas devido a inundações, as quais ocasionam enormes prejuízos materiais causados às moradias, ao comércio e a indústria.

Um dado marcante diz respeito ao custo da eventual omissão do Poder Público. Na hipótese de nada ser feito, na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, nos próximos 30 anos, o cálculo chegou ao equivalente a R\$ 7 bilhões, aproximadamente. Tal valor representa, na verdade, o prejuízo que a sociedade arcará se a situação das cheias não for devidamente enfrentada.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A evidente pressão por urbanização na Região Metropolitana de Porto Alegre compete diretamente com a necessidade de preservação de áreas ribeirinhas, e interfere diretamente na dinâmica do rio, já alterada, e que apresenta frequentes ocorrências de inundações.

A única alternativa real e em vigor atualmente para minimizar os casos de necessidade de atendimento por conta de enchentes mais severas, são os atendimentos efetuados pelos setores de Defesa Civil, bombeiros e saúde pública.

Na sua maioria, os municípios carecem de ações concretas como adoção de medidas estruturais ou não estruturais que venha contribuir nas ações preventivas e de emergência, visando a solução ou mitigação dos problemas oriundos dessa natureza. O fluxo de projetos e obras dos novos empreendimentos, em geral, não tem um procedimento padronizado, haja vista necessidade de atender as interfaces existentes com a secretaria de obras e outras como desenvolvimento urbano, planejamento, meio ambiente, etc. Estas interfaces indicam a necessidade de um planejamento integrado, principalmente nas questões que envolvem o desenvolvimento urbano, a fiscalização das obras, as áreas verdes, institucionais e de preservação permanente, e ainda pode-se incluir a saúde pública e a educação ambiental.

Os problemas com frequentes inundações são evidentes na região, há necessidade de agir intensamente para que as municipalidades adotem posturas objetivas em termos de ações concretas de planejamento, projetos e obras eficazes, para implementação de medidas definitivas para os problemas oriundos de inundações.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Minimizar as perdas sociais e econômicas para população, região e estado, bem como o reordenamento territorial.

OBJETO

Elaboração de Planos e Projeto de Engenharia das alternativas previstas nos Estudos de Alternativas e Projetos para Minimização do Efeito das Cheias na Bacia do Rio dos Sinos (inserido no PAC Prevenção de Inundações - Plano Nacional de Gestão de Riscos e resposta a Desastres Naturais da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental).

OBJETIVO

Tem como finalidade prevenir e proteger os municípios integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos de eventos extremos de inundações oriundas do rio e das chuvas intensas, por meio da elaboração do Plano de Zoneamento, da elaboração de Projeto de Engenharia das alternativas propostas.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Os municípios vêm sofrendo inundações anuais, gerando danos patrimoniais, ambientais e sociais, prejuízos aos atingidos e gastos por parte da administração pública, em especial a municipal e estadual. E com a execução dos projetos e das seguintes alternativas, será possível prevenir e minimizar o efeito das cheias: Alagamento do Canal do Rio dos Sinos em São Leopoldo; Elevação dos Diques (existente) de São Leopoldo; Dique em Nova Santa Rita; Diques em Sapucaia do Sul; Elevação dos diques do Arroio Cerquinha; Dique em São Leopoldo - Bairro Feitoria;



Dique em Novo Hamburgo; Dique em Campo Bom - Bairro N; Dique em Campo Bom na foz do Arroio Schmidt; Polder Canoas/Esteio - BR-448; Dique em Três Coroas; Dique em Igrejinha.

Os estudos fazem parte dos estudos e projetos que compõem o Plano Metropolitano de Proteção Contra as Cheias, parte integrante do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais. Há também a previsão de elaboração de diagnósticos e prognósticos ambientais além das proposições de Medidas Mitigadoras e Compensatórias que visem a viabilidade ambiental do empreendimento. Estes estudos estão sendo desenvolvido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional, a fase ambiental está em processo licitatório.

Com isso, para dar continuidade ao projeto, se faz necessário contratação dos planos e projetos de engenharia das alternativas que visam minimizar o efeito das cheias na bacia hidrográfica.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Projeto Executivo: - Alagamento do Canal do Rio dos Sinos em São Leopoldo; - Elevação dos Diques (existentes) de São Leopoldo; - Dique de Nova Santa Rita; - Diques em Sapucaia do Sul; - Elevação dos Diques do Arroio Cerquinha; - Dique em São Leopoldo - Bairro Feitoria; - Dique em Novo Hamburgo – Lomba Grande; - Dique em Campo Bom - Bairro N; - Dique em Campo Bom na foz do Arroio Schmidt; - Polder Canoas/Esteio - BR-448; - Dique em Três Coroas, - Dique em Igrejinha.	Percentual	100	9.779.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Evolução Sustentável

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Gestão em proteção e Defesa Civil

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Gestão de Projetos, Estudos de Alternativas e Concepções de Obras para Prevenção de Cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
3382 - Gestão de Projetos e Respostas a Desastres Naturais

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS
2020.379 - PAC prevenção de Inundações

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ação contra a mudança global do clima



Secretaria Nacional de Segurança Hídrica



Nº	PROJETO
933	AVALIAÇÃO ESTRUTURAL DE BARRAGENS EM ASSENTAMENTOS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2026 - CONSERVAÇÃO E GESTÃO RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
2977 - FISCALIZAÇÃO DO USO DE RECURSOS HÍDRICOS E SEGURANÇA BARRAGENS

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
10GM - Estudos e Projetos de Infraestrutura para Segurança Hídrica

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra, bem e serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 320.000

PÚBLICO-ALVO
Agricultores assentados nos Projetos Estaduais de Assentamento da Reforma Agrária no Estado do RS.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAPDR

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério do Meio Ambiente, Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura/RS, INCRA e Municípios.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Marlon Hilgert Arenhardt	51 32886319	marlon-arenhardt@agricultura.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Quando da avaliação das áreas rurais para os projetos de assentamento, as barragens existentes foram incorporadas como áreas coletivas dos assentamentos, não recebendo atenção por parte do Estado, real proprietário e responsável pelas mesmas. Segundo a legislação vigente, o empreendedor será o responsável legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garantir a segurança.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

No contexto atual, ressaltamos a importância de intervir de maneira prioritária e preventiva nestas estruturas. A SEAPDR possui 39 barragens com algum risco de rompimento – ou rompidas – com necessidades de intervenção. São 27 barragens de PRIORIDADE ALTA para intervenção/recuperação, ou seja, em situação de risco de rompimento de taipas e/ou com taipas já rompidas; 05 barragens com MÉDIA PRIORIDADE e 07 com PRIORIDADE BAIXA.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Segurança das barragens asseguradas no que tange a possíveis acidentes e suas repercussões e uso garantido para os seus fins (irrigação, usos múltiplos).

OBJETO

Avaliar a situação das barragens de água dos assentamentos rurais do Estado, elaborando laudos conclusivos que atestem, a estabilidade e segurança das estruturas, ou indiquem a necessidade de intervenção.

OBJETIVO

Promover, nas estruturas sob responsabilidade da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, as adequações necessárias ao cumprimento do Plano Nacional Segurança de Barragens, no tocante ao monitoramento, à avaliação e ao ateste do estado de conservação, segurança, estabilidade e manutenção das estruturas componentes dos sistemas de barragem.

O enquadramento das Barragens e sua avaliação quanto ao risco potencial, através da identificação preliminar de situações críticas, além de exigência legal, visa garantir a integridade das estruturas, do patrimônio público, a segurança de vidas humanas, a conservação do ambiental e a manutenção dos diversos usos da água.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Quando da avaliação das áreas rurais para os projetos de assentamento, as barragens existentes foram incorporadas como áreas coletivas dos assentamentos, não recebendo atenção por parte do Estado, real proprietário e responsável pelas mesmas.

Por definição, barragem de acumulação é qualquer estrutura artificial de terra, de alvenaria, de concreto simples ou de armado, localizada em um curso d'água superficial permanente ou intermitente, excluídos aqueles de características efêmeras, para fins de contenção ou acumulação de água, devendo ser constituído de mínimo maciço e vertedouro, podendo a sua área alagada atingir Área de Preservação Permanente (APP) (Decreto nº 52.931, de 7 de março de 2016).

A partir da consolidação da Lei Nº 12.334/2010 que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, a responsabilidade sobre estas estruturas, seu monitoramento, elaboração de relatórios que atestem a segurança e estabilidade se tornou obrigatório.

O objetivo da Lei das Barragens é garantir a observância de padrões de segurança de barragens, de maneira a reduzir a possibilidade de acidentes e suas consequências, além de regulamentar as ações e padrões de segurança.

O empreendedor será o responsável legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garantir a segurança. Além de submeter à aprovação dos órgãos fiscalizadores relatório especificando



as ações e cronograma para a implantação do Plano de Segurança de Barragem, no prazo de dois anos a contar da publicação da Lei.

Assim, contamos com um passivo de cerca de 64 barragens construídas, algumas com mais de 70 anos, e que não receberam, ao longo do tempo, sequer monitoramento, e hoje demandam algum tipo de intervenção, construtiva ou preventiva. Por intervenção, consideramos, avaliação estrutural, levantamento hidrológico, projeto de reforma e execução da obra.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Vistoria e Avaliação	Quantidade	64	50.000	12
Laudos e projetos	Quantidade	64	270.000	8

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Campo em ascensão

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Combate a infraestrutura precária no campo

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Melhoria da infraestrutura básica das famílias rurais em situação de pobreza

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

6675 - QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA BÁSICA E PRODUTIVA DOS ASSENTAMENTOS

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Consumo e produção responsáveis



Nº	PROJETO
939	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5033 - Segurança Alimentar e Nutricional

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1224 - Ampliar a oferta e o acesso à água e a alimentos adequados e saudáveis para as pessoas em situação de vulnerabilidade social fortalecendo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
8948 - Apoio a Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 3.722.000

PÚBLICO-ALVO
807 famílias quilombolas de 19 comunidades

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Coredes Sul, Central, Litoral, Metropolitano Delta do Jacuí e Campanha

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAPDR

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministérios da Cidadania e Saúde, FUNASA e Prefeituras Municipais.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Henrique Ritter	51 32886319	henrique-ritter@seapdr.rs.gov.br

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

As Comunidades Quilombolas reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares no RS abrangem cerca de 4.000 famílias em 122 comunidades rurais distribuídas pelo estado, com maior frequência na zona sul. Por estarem localizadas em situações de difícil acesso e longe dos centros urbanos, a maioria das comunidades não é servida por sistemas públicos de abastecimento de água.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Em levantamentos realizados verificou-se que 44,8% das famílias considera regular e 39,7% ruim o acesso à água. As instalações sanitárias são consideradas como ruins por 70,7% das famílias. Para estas famílias, a implantação/recuperação de sistemas simplificados de abastecimento d'água permitirá beneficiar diretamente famílias da comunidade rural com água de boa qualidade.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Atendimento a 14 comunidades quilombolas, localizadas em 09 municípios, beneficiando 557 famílias, com abastecimento e água de boa qualidade de forma a promover a segurança alimentar e nutricional e a reduzir a morbimortalidade, principalmente infantil, em razão de doenças entéricas de veiculação hídrica, além de proporcionar condições para o estabelecimento de atividades de geração de renda.

OBJETO

Implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água para comunidades quilombolas e reforma e construção de sedes e galpões multiuso.

OBJETIVO

Garantir o acesso à água às populações rurais quilombolas de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional. Reduzir a morbimortalidade, principalmente infantil, em razão de doenças entéricas de veiculação hídrica, por meio da implantação e/ou ampliação de sistemas de abastecimento de água e proporcionar condições para o estabelecimento de atividades de geração de renda através da confecção de artesanato, gastronomia e turismo em comunidades.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As Comunidades Quilombolas reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares no RS abrangem cerca de 4.000 famílias em 122 comunidades rurais distribuídas pelo estado, com maior frequência na zona sul. Estas comunidades, quase sempre localizadas em locais de difícil acesso e distantes dos centros urbanos, tem áreas em geral pequenas, sendo que 55% das famílias ocupam áreas menores que três hectares. Os meios de vida das populações quilombolas tem base principalmente na agricultura e nos empregos temporários, sendo que as aposentadorias e pensões tem lugar importante. Em levantamentos realizados verificou-se que 44,8 % das famílias consideram regular e 39,7 % ruim o acesso à água. As instalações sanitárias são consideradas como ruins por 70,7 % das famílias. Para estas famílias a implantação/recuperação de sistemas simplificados de abastecimento d'água permitirá beneficiar diretamente famílias da com unidade rural com água de boa qualidade. O projeto sugerido prevê também o desenvolvimento de um modelo de gestão adequado, baseado em experiências exitosas e com a participação das comunidades beneficiadas, entidades do poder público (municipal e estadual) e sociedade civil. Conseqüentemente, problemas com manutenção e operação serão minimizados, diminuindo os períodos de interrupção no fornecimento de água causados muitas vezes por pequenas avarias. Além disso, o manuseio e transporte inadequado e o desperdício da água serão diminuídos com o uso racional da água. Por outro lado, as famílias quilombolas têm experiência e aptidão na confecção de artesanato de diversos tipos e boas condições de oferecer ações de turismo rural aliado a gastronomia local, como fonte de geração de trabalho e renda.

A implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água para 14 comunidades quilombolas, localizadas em 09 municípios, beneficiará 557 famílias. Além disso, a reforma e construção de sedes e galpões multiuso atenderá 05 comunidades em 05 municípios.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Implantação de 9 sistemas simplificados de abastecimento de água.	Unidade	9	3.722.000	36
Reforma e construção de 5 galpões multiuso.	Unidade	5		

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolve RS

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Combate à infraestrutura precária no campo

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Capacitação, assistência técnica e extensão rural

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

1718 - FORTALECIMENTO ETNOSUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Redução das desigualdades



Secretaria Nacional de Habitação



Nº	PROJETO
890	REGULARIZA RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2220 - Moradia Digna

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1202 - Promover o acesso e a melhorias das condições de moradia

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
8866 - Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra e serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
48	R\$ 5.500.000

PÚBLICO-ALVO
Famílias que residem em área de ocupações irregulares de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Região Funcional 1

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Obras e Habitação

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério do Desenvolvimento Regional, Secretária de Obras e Habitação e Prefeituras.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Letícia da Silva Gomes	51 32884625	derer@sop.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Necessidade de promover a Regularização Fundiária em núcleos urbanos informais, onde vivem 4000 famílias de baixa renda, no Estado do Rio Grande do Sul.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A existência dos núcleos urbanos informais, ocupados por famílias de baixa renda, é uma realidade Brasileira, gerada pela consolidação de novos assentamentos irregulares e pelo adensamento dos já existentes, com a ocupação de espaços antes livres, como áreas públicas ou de proteção ambiental devido o alto custo dos imóveis urbanos. Dos mais de 65,5 milhões de domicílios ocupados pelos mais de 210 milhões de brasileiros, 5,127 milhões (7,8%) correspondem a moradias irregulares, segundo informações divulgadas em maio de 2020, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o IBGE, este percentual refere-se a domicílios caracterizados por um padrão urbanístico irregular, com carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação. Entram na classificação favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas. Na Região Sul (RS, SC, PR) o volume de moradias irregulares atinge 3% desta totalidade. O Programa Estadual de Regularização Fundiária vem atuando em ações que visão beneficiar, aproximadamente, 9.000 famílias de baixa renda, que ocupam, irregularmente, áreas de propriedade do Estado.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

A implementação da Regularização Fundiária em núcleos urbanos informais diminui o déficit habitacional, assegura a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais, amplia o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência das famílias nos próprios núcleos quando regularizados, garante a efetivação da função social da propriedade, previne e desestimula a formação de novos núcleos urbanos informais, concede direitos reais, preferencialmente em nome da mulher, entre outros.

OBJETO

Implementação da regularização fundiária em núcleos urbanos informais em áreas do RS.

OBJETIVO

Garantir a implementação da Regularização Fundiária para, aproximadamente, 4000 famílias que ocupam núcleo urbanos informais no Estado do Rio Grande do Sul, proporcionando a segurança jurídica através do registro da Certidão de Regularização Fundiária (CRF), conforme determina a Lei nº 13565/2017.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O presente Projeto busca amenizar o déficit habitacional no Rio Grande do Sul de 4000 famílias residentes em áreas de propriedade do Estado, com fulcro nos instrumentos de regularização fundiária. Baseia-se na consolidação da política habitacional que destina as áreas e lotes ocupados por famílias de baixa renda, com perfil de moradia de interesse social, à regularização fundiária e à dignidade humana e qualidade habitacional. No intuito de minimizar a carência de moradias de interesse social, o projeto visa transferência de lotes, mediante "Termo de Legitimação Fundiária", com supedâneo na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, às famílias cadastradas pela Secretaria de Obras e Habitação, com o objetivo de promover a regularização fundiária das respectivas glebas.

Observa-se que o processo de regularização envolve medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, com a finalidade de incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de



seus ocupantes, como instrumento para assegurar o direito à moradia de famílias ocupantes de áreas passíveis de regularização.

Com a concessão de Termo de Legitimação Fundiária, o qual pode ser convertido futuramente em propriedade, passa a ter previsão efetiva de conclusão, com a consolidação da propriedade dos lotes aos beneficiários, possibilitando, autonomamente, a busca de financiamentos para melhoria da qualidade de vida.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Certidão de Regularização Fundiária (CRF)	Quantidade	4000	5.500.000	48

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ações Habitacionais

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Regulariza RS - Regularização Fundiária Urbana

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

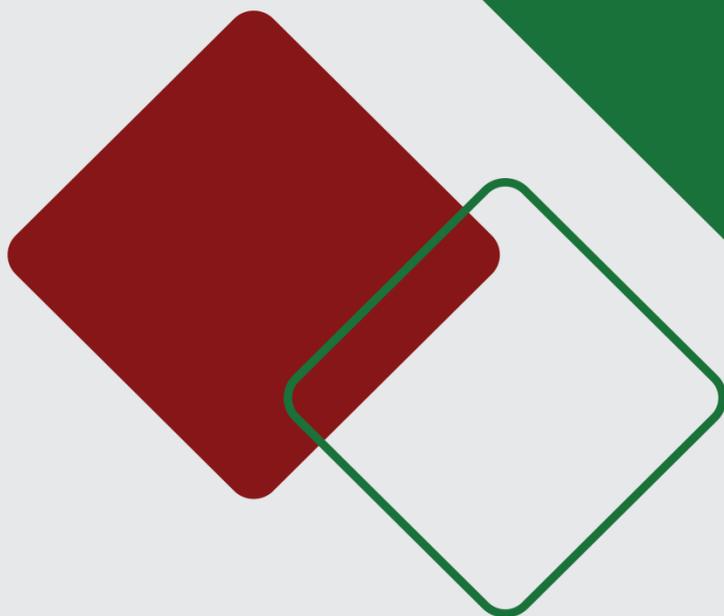
5599 - Regularização Fundiária

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

2019.158

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Cidades e comunidades sustentáveis



MINISTÉRIO DA CIDADANIA

Caderno de Propostas do
Rio Grande do Sul ao OGU 2022





Secretaria Especial do Desenvolvimento Social

- 817** BRINCANDO COM ESPORTE
- 821** PROGRAMA SEGUNDO TEMPO PADRÃO
- 830** PONTOS POPULARES DE TRABALHO
- 831** QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA PESSOA IDOSA
- 832** CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM ARTESANATO - CENTROS PRISIONAIS E CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
- 833** INCLUSÃO SOCIAL DE IMIGRANTES POR MEIO DO TRABALHO
- 834** QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL
- 839** CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO POLIESPORTIVO DA EEEF TOM JOBIM - NO COMPLEXO DA FASE-RS NA VILA CRUZEIRO EM PORTO ALEGRE
- 841** REVITALIZAÇÃO DAS QUADRAS ESPORTIVAS DA COMUNIDADE SOCIOEDUCATIVA FASE/RS - EM PORTO ALEGRE
- 870** DIVERSIFICAÇÃO DOS CURSOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO PARA SOCIEDUCANDOS(AS) DA FASE/RS
- 908** ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A INCLUSÃO - REDE PRAIA ACESSÍVEL
- 910** ATENÇÃO À PCD - IMPLANTAÇÃO DE SALA SENSORIAL NA FADERS
- 925** PLANEJAMENTO DE PREVENÇÃO, CUIDADOS E ATENÇÃO AOS USUÁRIOS E DEPENDENTES DE DROGAS

Secretaria Especial do Esporte

- 917** 22º JOGOS DE INTEGRAÇÃO DA PESSOA IDOSA
- 864** PRIMEIRO CIRCUITO JOGOS DOS IDOSOS



Secretaria Especial do Desenvolvimento Social



Nº	PROJETO
817	BRINCANDO COM ESPORTE

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5026 - Esporte

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1219 - Garantir o acesso do cidadão brasileiro ao esporte por meio de políticas públicas inclusivas e sustentáveis de forma a desenvolver o esporte educacional, de formação, de participação (lazer) e de alto rendimento em edificações e espaços esportivos adequados propiciando o exercício da cidadania, o bem-estar físico, mental e social, bem como a valorização do cidadão e também do atleta, inclusive combatendo o uso de métodos e substâncias proibidas, de forma a garantir a idoneidade em competições esportivas

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 134.000

PÚBLICO-ALVO
Crianças e adolescentes de 6 a 17 anos de idade, obrigatoriamente matriculados em escolas públicas e que estão expostos aos riscos sociais. Serão beneficiados indiretamente ainda familiares e comunidade onde se situa o Vida Centro Humanístico.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Alvorada, Cachoeirinha, Porto Alegre e Viamão

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Cidadania, Secretaria de Educação, Secretaria do Esporte e Lazer, Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A população residente nas regiões Norte, Nordeste e Eixo-Baltazar de Porto Alegre apresenta índices elevados de vulnerabilidade e risco social. Estratégias ou políticas de incentivo ao esporte são reconhecidas como oportunidades de inclusão social. Todavia há escassos equipamentos de esporte funcionando nesta região da cidade. Das 17 unidades esportivas mantidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (PMPA), apenas 2 são localizados nas regiões de abrangência do Vida Centro Humanístico. Dos 388 Centros Culturais mapeados pela Secretaria Municipal de Cultura em 2012, apenas 7 estão nessas regiões.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

De acordo com os dados do último censo (IBGE,2010), a população total nessa área é de 229.018 pessoas, compreendendo 16,25% da população total do município. A concentração de crianças e adolescentes portoalegrenses no território é maior, representando, respectivamente, 19,54% e 18,86%. Nos indicadores de desenvolvimento humano levantados pelo ObservaPOA, as regiões apresentam resultados piores que o município como um todo: percentual de pobres e indigentes 2,7 vezes maior e expectativa de vida quase 5 anos menor. Enquanto o rendimento médio dos responsáveis por domicílio (IBGE,2010) em Porto Alegre foi de 5,29 salários mínimos, na região Nordeste foi de apenas 1,68, na região Norte, 2,64 e na região Eixo-Baltazar, 3,12. O Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre (2014) indica que as regiões apresentam alta concentração de ocorrências policiais de tráfico de drogas e homicídio doloso. Em levantamento realizado em 2012, o CREAS Eixo Baltazar/Nordeste identificou que, do total de pessoas em situação de rua no seu território de atuação, 61,90% eram crianças e 34,52 adolescentes.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Socialização e inclusão social de crianças e adolescentes (entre 06 aos 17 anos de idade dessas regiões), inclusive pessoas com deficiência, por meio da realização de atividades lúdicas, esportivas, culturais e turísticas, durante os períodos de férias escolares.

OBJETO

Oferta de atividades lúdicas, esportivas, culturais e turísticas para crianças e adolescentes, inclusive pessoas com deficiência, dos 06 aos 17 anos de idade, durante os períodos de férias escolares.

OBJETIVO

Oportunizar o acesso à prática e a cultura do esporte e lazer, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais de crianças e adolescentes, propiciando também a participação de pessoas com deficiência, visando sua inclusão social.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A população residente nas regiões Norte, Nordeste e Eixo-Baltazar de Porto Alegre apresenta índices elevados de vulnerabilidade e risco social. O Vida Centro Humanístico (VCH), instituição pública de responsabilidade da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), inaugurado em 1990, surgiu para atender demandas sociais da população dessas regiões. Presta atendimento direto à população e tem como objetivo a inclusão social e o desenvolvimento pessoal de seus usuários - crianças, adolescentes, idosos e famílias. A área de abrangência são as comunidades das regiões Norte, Nordeste e Eixo-Baltazar. O esporte é visto como instrumento de socialização e inclusão social. É um direito social legitimado pela Constituição Federal e é dever do Estado promover seu acesso. Espaços públicos de cultura, esporte, recreação e lazer são bastante escassos nessa porção empobrecida da cidade. Das 17 unidades esportivas mantidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (PMPA), apenas 2 são localizados nas regiões de abrangência do Vida Centro Humanístico. Dos 388 Centros Culturais mapeados pela Secretaria Municipal de Cultura em 2012, apenas 7 estão nessas regiões. É fundamental a realização de projetos que beneficiem crianças e adolescentes.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição materiais esportivos	Quantidade	1	21.556	12
Contratação de recursos humanos	Quantidade	6	26.945	12
Serviços de gráfica - kit de material divulgação	Quantidade	1	2.156	12
Aquisição materiais pedagógicos	Quantidade	1	9.701	12
Contratação serviços fornecimento de lanche	Quantidade	12.000	45.267	12
Contratação serviços de traslado para passeios	Quantidade	8	8.975	12
Aquisição de uniformes	Quantidade	400	19.400	12

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ações de inclusão social

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4235 - Atendimento à Comunidade no Centro Vida

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
821	PROGRAMA SEGUNDO TEMPO PADRÃO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5026 - Esporte

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1219 - Garantir o acesso do cidadão brasileiro ao esporte por meio de políticas públicas inclusivas e sustentáveis de forma a desenvolver o esporte educacional, de formação, de participação (lazer) e de alto rendimento em edificações e espaços esportivos adequados propiciando o exercício da cidadania, o bem-estar físico, mental e social, bem como a valorização do cidadão e também do atleta, inclusive combatendo o uso de métodos e substâncias proibidas, de forma a garantir a idoneidade em competições esportivas

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 754.500

PÚBLICO-ALVO

Crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos de idade, prioritariamente os que estão matriculados em escolas públicas e os que estão expostos aos riscos sociais. Serão beneficiados indiretamente ainda familiares e comunidade onde se situa o Centro.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Alvorada, Cachoeirinha, Porto Alegre e Viamão

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Ministério da Cidadania, Secretaria de Educação, Secretaria do Esporte e Lazer, Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

O Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre (2014) indica que as regiões Norte, Nordeste e Eixo-Baltazar apresentam alta concentração de ocorrências policiais de tráfico de drogas e homicídio doloso. Nesta região da capital, há uma maior concentração de crianças e jovens em relação a população da cidade. Estas crianças e jovens ficam mais vulneráveis aos efeitos das violências e inseguranças. E espaços públicos de esporte, recreação e lazer são bastante escassos nesta porção empobrecida da cidade.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

De acordo com os dados do último censo (IBGE,2010), estas três regiões abrigam 229.018 habitantes, dos quais 66.632 são crianças e adolescentes. Assim, embora a população das três regiões represente 16,25% da população total da cidade, a concentração de crianças e adolescentes portoalegrenses no território é maior, representando, respectivamente, 19,54% e 18,86%. São regiões com alto índice de vulnerabilidade e risco social. Nos indicadores de desenvolvimento humano levantados pelo ObservaPOA, as três regiões apresentam resultados piores que o município como um todo. Com percentual de pobres e indigentes 2,7 vezes maior que o percentual no município e com expectativa de vida quase 5 anos menor que a dos portoalegrenses, a região Nordeste apresenta os piores índices da cidade. A apuração do rendimento médio dos responsáveis por domicílio (IBGE,2010) também demonstra que a população destas regiões tem uma precária inserção na estrutura de classes. O rendimento médio na cidade de Porto Alegre foi de 5,29 salários mínimos, na região Nordeste de apenas 1,68, região Norte 2,64 e região Eixo-Baltazar 3,12 salários mínimos.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Espera-se um impacto social positivo para a comunidade, contribuindo para a socialização e inclusão social de crianças e adolescentes dessas regiões.

OBJETO

Implantação de 06 núcleos de esporte educacional para desenvolvimento do Programa Segundo Tempo - Padrão, em atendimento às crianças e adolescentes no município de Porto Alegre /RS, especificamente residentes nas regiões do Eixo-Baltazar, Norte e Nordeste.

OBJETIVO

Oportunizar o acesso a atividades esportivas, pela metodologia do esporte educacional, contribuindo para a inclusão social de crianças e adolescentes moradores nas regiões de abrangência do programa, prioritariamente aqueles em vulnerabilidade social e matriculados na rede pública de ensino, com vistas a colaborar para a efetiva transformação social de suas realidades.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Vida Centro Humanístico (VCH) é uma instituição pública estadual de responsabilidade da FGTAS, vinculada à Secretaria de Trabalho e Assistência Social. Inaugurado em 1990, o VCH surgiu para atender demandas sociais da população residente na Zona Norte de Porto Alegre. Presta atendimento direto à população e tem como objetivo a inclusão social e o desenvolvimento pessoal de seus usuários - crianças, adolescentes, idosos e famílias. A área de abrangência são as comunidades das regiões Norte, Nordeste e Eixo-Baltazar. De acordo com os dados do último censo (IBGE, 2010), estas três regiões abrigam 229.018 habitantes, dos quais 66.632 são crianças e adolescentes. Assim, embora a população das três regiões represente 16,25% da população total da cidade, a concentração de crianças e adolescentes portoalegrenses no território é maior, representando, respectivamente, 19,54% e 18,86%. São regiões com alto índice de vulnerabilidade e risco social. Nos indicadores de desenvolvimento humano levantados pelo ObservaPOA, as três regiões apresentam resultados piores que o município como um todo. Com percentual de pobres e indigentes 2,7 vezes maior que o percentual no município e com expectativa de vida quase 5 anos menor que a dos portoalegrenses, a região Nordeste apresenta os piores índices da cidade. A apuração do rendimento médio dos responsáveis por domicílio (IBGE, 2010) também



demonstra que a população destas regiões tem uma precária inserção na estrutura de classes. O rendimento médio na cidade de Porto Alegre foi de 5,29 salários mínimos, na região Nordeste de apenas 1,68, região Norte 2,64 e região Eixo-Baltazar 3,12 salários mínimos. O Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre (2014) indica que as regiões atendidas pelo projeto apresentam alta concentração de ocorrências policiais de tráfico de drogas e homicídio doloso.

Em levantamento realizado em 2012, o CREAS Eixo Baltazar/Nordeste identificou que, do total de pessoas em situação de rua sobrevivência no seu território de atuação, 61,90% eram crianças e 34,52 adolescentes. Assim, vemos que é fundamental a realização de projetos que beneficiem crianças e adolescentes destas regiões. O esporte é visto como instrumento de socialização e inclusão social. É um direito social legitimado pela Constituição Federal e é dever do Estado promover seu acesso. Entretanto, espaços públicos de esporte, recreação e lazer são bastante escassos nesta porção empobrecida da cidade. Das 17 unidades esportivas mantidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (PMPA), apenas 2 são localizados nas regiões de abrangência do Vida Centro Humanístico. Experiente na execução de atividades esportivas, o VCH poderá ampliar substancialmente as vagas oferecidas atualmente com o incremento de recursos advindo da aprovação desta proposta.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição Materiais Esportivos - Kit Modalidade Hóquei Indoor	Quantidade	1	5.748	24
Aquisição Materiais Esportivos - Kit Modalidade Basquete	Quantidade	1	3.025	24
Aquisição Materiais Esportivos - Kit Modalidade Futsal	Quantidade	1	14.694	24
Aquisição Materiais Esportivos - Kit Modalidade Judô	Quantidade	1	95.535	24
Aquisição Materiais Esportivos - Kit Modalidade Ginástica Artística/Rítmica	Quantidade	1	10.332	24
Aquisição Uniformes - Calção, Camiseta e Boné	Quantidade	600	86.223	24
Contratação de Recursos Humanos - Estagiários	Quantidade	24	538.942	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ações de inclusão social

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4235 - Atendimento à Comunidade no Centro Vida

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
830	PONTOS POPULARES DE TRABALHO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2210 - Empregabilidade

2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva

1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

2B12 Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra, Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 12.243.000

PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores com dificuldade de inserção no mercado de trabalho, coletivos de trabalhadores da produção, comércio ou serviços, formalizados ou não, comunidades em situação de vulnerabilidade.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Ministério da Cidadania, Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social, Secretaria de Educação, Prefeituras Municipais.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Crescente número de trabalhadores desempregados atuando em atividades ou empreendimentos informais, que necessitam de locais de acolhimento, orientação e apoio para o seu desenvolvimento laboral e integração ao mercado de trabalho.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Ao longo dos últimos anos o índice de trabalhadores por conta própria vem aumentando. Segundo dados do Governo do Estado, em 2020 os trabalhadores autônomos representavam 26,7% do contingente de ocupados. Essa é a maior taxa desde 2012. Em contrapartida, a porcentagem de trabalhadores com carteira assinada é a menor dos últimos 10 anos. Os dados sugerem que muitos desses trabalhadores se viram forçados a trabalhar por conta própria para se manterem ocupados, ou seja, trabalham assim por necessidade e não por escolha. Orientar e qualificar esses trabalhadores é de extrema importância para que esses empreendimentos possam seguir em frente produzindo, gerando renda e oportunidades.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Aumento das ofertas de trabalho e mão de obra especializada e da capacidade produtiva, estímulo a organização popular e resgate dos vínculos social e produtivo.

OBJETO

Implantação de nove Pontos Populares de Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o previsto na Lei Estadual nº15.252, de 2019.

OBJETIVO

Propiciar espaços de apoio e suporte ao trabalhador para fomentar a qualificação do trabalho e do seu empreendimento, valendo-se de iniciativas autossustentáveis e autogestionárias, com articulação entre as políticas de assistência e as de formação e inserção produtiva, por meio da implantação dos Pontos Populares de Trabalho.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

De acordo com dados do PNAD-IBGE, os trabalhadores por conta própria (CP) representam mais de um quarto do total de ocupados do RS, constituindo também a maior parcela entre os trabalhadores informais. Segundo o IBGE, são considerados informais os trabalhadores CP que não possuem registro no CNPJ. Nesse sentido, estão entre os mais intensamente atingidos pela recessão econômica causada pela pandemia por Covid-19, conforme tem sido reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) (ILO, 2020). No RS, a parcela relativa de trabalhadores por conta própria na ocupação total atingiu 26,7% da do total no 2º trimestre de 2020, com um contingente de ocupados de 1.371 mil de pessoas. Concomitantemente houve redução da parcela relativa de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, que passou de 43,1% do total de ocupados no 1º trimestre de 2014 para 39,0% no 2º trimestre de 2020. Tais indivíduos enfrentam dificuldades e se expõem ao risco de insucesso e endividamento, já que muitas vezes não dispõem da qualificação profissional adequada e nem de acesso a crédito e, em sua grande maioria, não contam com os mesmos benefícios que trabalhadores que contribuem para o INSS.

O projeto prevê ações de dimensão econômica, social e estratégica, tais como o apoio material e financeiro, a disponibilização de programas de atendimento aos filhos dos integrantes das iniciativas de geração de trabalho e renda apoiadas, a oferta de cursos e atividades de escolarização e capacitação profissional aos trabalhadores e a realização de estudos técnicos que identifiquem as vocações locais e regionais, visando a sustentabilidade dos empreendimentos. As universidades localizadas nas diversas regiões funcionais do Estado atuarão como parceiras no mapeamento de oportunidades, demandas e vocações locais. A partir disso serão definidos os lugares e as atividades econômicas a serem desenvolvidas por cada um dos Pontos Populares de Trabalho. Desta forma, os valores destinados à adequação dos espaços físicos e à aquisição de equipamentos representam o limite de investimento disponível, a ser detalhado na etapa seguinte.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Adequação de espaços físicos apropriados ao desenvolvimento das atividades produtivas.	Quantidade	9	1.350.000	6
Aquisição de combustível para deslocamento da equipe técnica	Litros	6000	29.000	12
Aquisição de conjunto equipamentos	Quantidade	9	2.520.000	24
Aquisição de materiais	Quantidade	9	1.260.000	24
Cursos de qualificação profissional e atividades voltadas à elevação da escolaridade	Quantidade	600	1.500.000	24
Cursos de capacitação em Economia Solidária	Quantidade	1350	202.500	24
Manutenção da infraestrutura e custeio das despesas fixas (água, luz, etc)	Quantidade	18	2.430.000	18
Diárias de deslocamento da equipe técnica do Departamento de Promoção de Desenvolvimento Social (DPDS/FGTAS) para apoio à implantação e acompanhamento do projeto.	Quantidade	288	35.500	24
Ajuda de custo mensal a 1350 trabalhadores vinculados aos 27 empreendimentos articulados nos 9 Pontos Populares de Trabalho do Estado.	Quantidade	1350	2.916.000	18

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ações de inclusão social

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3791 - Ações de inclusão social

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

RS TER - Qualificação

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Eradicação da pobreza, Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades, Cidades e comunidades sustentáveis, Consumo e produção responsáveis



Nº	PROJETO
831	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DA PESSOA IDOSA

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2210 - Empregabilidade

2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva.

1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

2B12 Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 800.000

PÚBLICO-ALVO

Pessoas idosas, economicamente ativas (autônomas, empregadas ou em busca de emprego) de baixa renda residentes no estado do Rio Grande do Sul. Serão beneficiados indiretamente familiares, comunidade local empresas que poderão absorver essa mão de obra mais qualificada.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Ministério da Economia, Secretaria de Trabalho e Assistência Social do RS e Prefeitura Municipal.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Dificuldades de idosos ingressarem no mercado de trabalho por falta de qualificação.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Diante do reflexo da pandemia e da questão da ampla concorrência com outras faixas etárias no mercado de trabalho, o público dos idosos que ainda desempenha função ativa no mercado de trabalho é consequentemente atingido pelo desemprego. De acordo com matéria divulgada no site UOL, "no fim de 2019 até o fim de 2020, mais 400 mil brasileiros com idades a partir de 50 anos passaram a ser desempregados, segundo dados oficiais". Outro ponto trazido na matéria é concorrência com uma mão de obra mais jovem e mais conectada às novas tecnologias. Ainda, em matéria divulgada em GaúchaZH, "na pesquisa do CAGED de março a junho de 2020, o Rio Grande do Sul teve 4,3 mil desligamentos de profissionais com 65 anos ou mais. O número representa alta de 47,1% frente a igual período de 2019 (2,9 mil). Em termos percentuais, trata-se do maior avanço por faixa etária no Estado". Dessa forma, observa-se que a escolha muitas vezes por um profissional ou outro tem como análise não só a experiência, mas também a conexão com novas formas de trabalho cada vez mais complementadas com processos em que a tecnologia está presente.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

A qualificação por meio da inserção digital permitirá que a pessoa idosa abrangida pelo curso tenha a oportunidade de aprendizado para uma futura inserção ao emprego, aprendendo o básico de informática que auxilie no olhar amplificado para as necessidades de uso cada vez mais necessárias para poder participar de um processo seletivo. O conhecimento digital é cada vez mais necessário no atual mercado de trabalho para a conexão às novas tecnologias e processos, por meio de computadores e aplicativos (vendas, atendimento ao público, etc.).

OBJETO

Cursos de qualificação profissional para pessoas idosas de baixa renda.

OBJETIVO

Promover a qualificação profissional da pessoa idosa de baixa renda, por meio da inclusão digital, a fim de proporcionar melhores inserções dessa população no mundo do trabalho.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O envelhecimento da população tem recebido uma atenção maior, muito em razão de ainda ser ativa do ponto de vista do mercado de trabalho, e tendo o interesse na retomada da sua atividade profissional. Com o aumento da população que entra na faixa da terceira idade, maior a demanda de pessoas que permanecem ativas no mercado de trabalho. Em 2018, o Diagnóstico da Situação da Pessoa Idosa no RS apontou que, em 2015, o RS já registrava 1.762.169 pessoas com 60 anos ou mais, representando 15,7% do total da população. Diante disso, empresas visualizam o potencial dessa mão de obra, mas muitas atividades já atuam com a informatização, e exigem o manejo de computadores ou outros equipamentos de informática, seja em área de atendimento, ou mesmo no ramo da alimentação. A necessidade de qualificação para esse público que quer retornar ao mercado de trabalho é importante e a informática é um primeiro passo de escolha para a contratação ou não em algumas áreas. Dessa forma, a não atualização frente aos processos tecnológicos, somadas a outros fatores sociais e econômicos, acaba por refletir em taxas elevadas de desemprego desse segmento social. No país, somente no primeiro semestre de 2020, em torno de 67 mil profissionais com 65 anos ou mais saíram do emprego, apontando um crescimento de 25%. No RS, do período de março a junho de 2020, o Estado registrou 4,3 mil desligamentos de pessoas com 65 anos ou mais. O valor aponta alta de 47,1% frente a igual período de 2019, que foi de 2,9 mil pessoas.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição de curso de informática básica - 100 horas/aula.	Quantidade	810	800.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Ações de inclusão social

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
3791 - Ações de inclusão social

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
832	CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM ARTESANATO - CENTROS PRISIONAIS E CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno 5027 - Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social 5030 - Promoção da Cidadania

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 1.298.000

PÚBLICO-ALVO
Homens e mulheres em cumprimento de pena nos Centros Prisionais do Estado e jovens em cumprimento de medida socioeducativa no Rio Grande do Sul. Serão beneficiados indiretamente familiares dos internos e a comunidade como um todo.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS)

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Justiça, Programa do Artesanato Brasileiro - PAB, Secretaria de Segurança, Secretaria de Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, Secretaria de Trabalho e Assistência Social, Superintendência dos Serviços Penitenciários, Fundação de Atendimento Sócio-Educativo.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Dificuldade de ressocialização e reintegração ao mercado de trabalho por parte população carcerária.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

De acordo com dados de dezembro de 2020, da SUSEPE, a população carcerária do RS ultrapassa 41 mil pessoas. Deste montante, mais da metade dos apenados tem como grau de instrução o ensino fundamental incompleto (59% dos homens e 52% das mulheres). No caso dos jovens que cumprem medidas socioeducativas, de acordo com a FASE em março de 2021, mais de 600 estão em regime de privação total ou parcial de liberdade. Dentre esses, de acordo com dados no PNAD, o número médio de “anos de estudos” dos adolescentes e jovens apenados na FASE é de 6,59 anos, bem abaixo da média dos jovens do RS e do Brasil, que respectivamente é de 8,75 e 8,30 anos (extraído de tese de doutorado “A formação de jovens violentos”. Autor: Marcos Rolim - UFRGS 2014). Ao analisarmos esses indicativos, podemos inferir que a entrada de adolescentes e jovens adultos no mundo do crime e, conseqüente, dificuldade de sair esta relacionada à baixa escolaridade e escassez de oportunidades de trabalho e qualificação.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Redução dos índices de retorno à criminalidade. Aumento das oportunidades de trabalho emprego e renda aos egressos do sistema prisional. Qualificação dos trabalhadores e fomento à capacidade produtiva.

OBJETO

Capacitação e profissionalização de homens e mulheres apenados de Unidades prisionais e jovens em cumprimento de medida socioeducativa do Estado do Rio Grande do Sul.

OBJETIVO

Prover meios de ressocialização para apenados por meio da capacitação profissional, com vistas à integração à sociedade e ao mercado de trabalho.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A população carcerária brasileira, dada a gravidade da situação em que se encontra, constitui-se num dos principais problemas de agenda pública do país. Além das questões como superlotação, condições estruturais precárias, ação do crime organizado, que demandam ações efetivas por parte do poder público para mitigá-los, outras agendas voltadas à população carcerária também demandam solução. Entre elas, ressalta-se aquelas iniciativas voltadas à integração do apenado à sociedade.

Nesse sentido, a FGTAS, por meio do Programa Gaúcho do Artesanato (PGA), em parceria com a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), propõe o desenvolvimento de Cursos de Qualificação Profissional em Artesanato, em consonância com políticas de ressocialização e com a missão de formação, qualificação profissional.

Os cursos pautam-se pela abordagem de técnicas diversas, ministradas por profissionais e com metodologia e carga horária adequada aos grupos. Como resultado, cada apenado receberá o reconhecimento profissional, com obtenção da Carteira do Artesão pelo PGA, além do cadastro no Programa do Artesanato Brasileiro (PAB). Esta proposição visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida e autoestima dos participantes, preparando e aprimorando-os para a convivência e reintegração à sociedade, resgatando valores e a crença em um futuro socialmente digno. Com isso, o projeto estima contribuir para a redução dos índices de reincidência criminal. Desta forma, em conjunto com as parcerias mencionadas e prospectando a sustentabilidade do projeto, a FGTAS cumpre parte de suas atribuições de inserção, qualificação e orientação para o trabalho, promovendo ações para o cumprimento dos objetivos do PGA e, ao mesmo tempo, fomentando a reintegração social e o exercício de cidadania pelos apenados.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição Kit material permanente - Módulo Básico + Avançado	Quantidade	140	254.226	24
Aquisição combustível para deslocamento - caminhão PGA - Oficinas Itinerantes	Litros	12000	43.080	24
Aquisição combustível para deslocamento - Acompanhamento e fiscalização	Litros	6000	28.800	24
Diárias para pernoite e deslocamento	Quantidade	264	32.472	24
Diárias para pernoite e deslocamento - Motorista caminhão	Quantidade	132	16.236	24
Curso Básico de Artesanato (contratação de artesão instrutor)	Quantidade	80	107.456	24
Aquisição Kit material de custeio - Módulo Básico 20 horas	Quantidade	80	297.520	24
Curso Avançado de Artesanato (contratação de artesão instrutor)	Quantidade	60	161.184	24
Aquisição Kit material de custeio - Módulo Avançado 40 horas	Quantidade	60	357.024	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4232 - Artesanato Como Geração de Trabalho e Renda

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Eradicação da pobreza, Redução das desigualdades, Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
833	INCLUSÃO SOCIAL DE IMIGRANTES POR MEIO DO TRABALHO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5027 - Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1220 - Ampliar os meios de acesso da população às políticas de inclusão social e produtiva cidadã, considerando as especificidades regionais e territoriais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

20Z1 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 1.796.000

PÚBLICO-ALVO

Imigrantes internacionais residentes no Estado do Rio Grande do Sul, priorizando-se imigrantes com filhos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS)

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Ministério da Economia, Secretaria de Trabalho e Assistência Social do RS, Prefeitura Municipal.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Precária inserção laboral dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, decorrente das barreiras linguísticas e da baixa qualificação.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O RS foi um dos locais que mais acolheu imigrantes nos últimos anos, especialmente os Haitianos, Senegaleses e Venezuelanos. Segundo informações do Relatório Anual 2018: Migrações e mercado de trabalho no Brasil, a região Sul recebeu 22,7% da população imigrante, sendo que destes, 7% concentram-se no Estado. O Perfil dos Imigrantes no RS, estudo divulgado em 2020 pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG), com base nos registros de atendimentos do SUS e do CadÚnico, aponta para um contingente de 50 mil residentes no RS provenientes de outros países. Quase 19 mil desses imigrantes estão registrados no CadÚnico, sinalizando a situação de vulnerabilidade social que essa população enfrenta. O acesso dos imigrantes ao mercado de trabalho é precário, sendo que cerca da metade dos inscritos no CadÚnico têm rendimentos que os colocam como extremamente pobres.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Contribuir no processo de cidadania dos imigrantes, auxiliando para sua inclusão social pelo trabalho. Espera-se também promover o trabalho decente entre populações migrantes, reduzir a discriminação racial e xenofobia, contribuir para a inserção produtiva de migrantes, particularmente mães de famílias e reduzir os gastos públicos com assistência social pela conquista da autonomia de populações em situação de vulnerabilidade social.

OBJETO

Oferta de cursos de Qualificação Profissional e Língua Portuguesa, focados para o mundo do trabalho, aos imigrantes internacionais residentes no Estado do Rio Grande do Sul. Os cursos serão promovidos por meio da contratação de serviços.

OBJETIVO

Oportunizar o acesso a cursos de Língua Portuguesa e qualificação profissional, buscando auxiliar no processo de cidadania dos imigrantes internacionais residentes no Estado do Rio Grande do Sul, prioritariamente Haitianos, Senegaleses e Venezuelanos, visando contribuir para sua inclusão social pelo trabalho.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As migrações internacionais para o Brasil têm representado importante fluxo nos últimos anos, verificado após o início da concessão de visto humanitário pelo governo brasileiro. Entretanto, a chegada desses imigrantes ao Brasil não foi acompanhada de políticas de inclusão social, revelando-se obstáculos para sua efetiva integração, tais como: a carência de espaços de acolhimento, a barreira linguística, as dificuldades de inserção produtiva e a questão da discriminação racial e xenofobia. Esses fatos, em conjunto ou isolados, acabam dificultando a inserção dos imigrantes na sociedade brasileira. Essa dificuldade reflete-se diretamente no processo de socialização do imigrante em todos os aspectos de sua vida, principalmente no mercado de trabalho, expondo essas pessoas a riscos, como exploração da mão de obra imigrante e o fortalecimento do fluxo de trabalhadores clandestinos. Esta realidade submete os imigrantes a uma situação de fragilidade socioeconômica potencialmente geradora de discriminação. Nesse sentido, pensar em ações que venham ao encontro destas demandas torna-se primordial para contribuir no processo de garantia de direitos e inserção dos imigrantes no Brasil.

Compreendendo esta realidade, a FGTAS propõe a realização de cursos de Língua Portuguesa para Imigrantes, focados para o mercado de trabalho, com direcionamento para fala e escrita, e cursos de qualificação/capacitação profissional nas áreas de: trabalhador autônomo/conta própria; empreendedorismo e trabalhador formal, conforme mapeamento de ocupações com a definição de profissões demandadas pelo mercado de trabalho, de oportunidades e de novas profissões em expansão. Entretanto, sabe-se que há maior



taxa de ocupação de postos de trabalho entre a população imigrante masculina e, como hipótese, tem-se a possibilidade das mulheres imigrantes encontrarem maior dificuldade de participação nos cursos por não haver um espaço para deixar seus filhos. Assim, também se prevê no Projeto a contratação de monitores de recreação para cuidar das crianças nos locais de realização dos cursos. Esta proposta busca como resultado contribuir no processo de cidadania dos imigrantes, auxiliando para sua inclusão social através pelo trabalho.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Ajuda de custo para os alunos (transporte e alimentação)	Quantidade	324	567.000	12
Capacitação em português com foco para o mundo do trabalho - 40 horas - 12 alunos/turma.	Quantidade	324	149.000	13
Monitoria em recreação	Horas	5400	405.000	15
Capacitação profissional - 160 horas - 12 alunos/turma.	Quantidade	324	675.000	16

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ações de inclusão social

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3791 - Ações de inclusão social

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Eradicação da pobreza, Redução das desigualdades, Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
834	QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
20Z1 - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 3.600.000

PÚBLICO-ALVO
Trabalhadores desempregados. Além desses, diretamente beneficiados, estimamos que seus núcleos domiciliares também, por decorrência, serão beneficiados. Neste sentido, calculamos o número de trabalhadores por 3 (media de moradores em domicílios particulares permanentes e chegamos a 5.400 pessoas. É sabido que, além destes, outras pessoas serão indiretamente afetadas, dado que vão ser mais tensionados nas demandas destas pessoas. Entretanto, não efetivamos este cálculo.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Camaquã, Canguçu, Caxias do Sul, Erechim, Novo Hamburgo, Osório, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Ângelo, Uruguaiana e Vacaria.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Crescimento do desemprego decorrente da pandemia por Covid 19 e baixa qualificação profissional.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A PNADC aponta, no Rio Grande do Sul, no quarto trimestre de 2020, 1.127 milhão de pessoas sem emprego ou que trabalham menos do que gostariam. São 20,8% a mais do que no ano anterior, neste mesmo período. Pela primeira vez, desde 2012 (início da PNADC), o Estado encerrou o ano com mais de 1 milhão de pessoas nesta condição. Os desocupados/desempregados eram 476 mil no final do ano. A força de trabalho potencial aumentou 53,3% de um ano ao outro. A pandemia incide no desemprego, contratos são reduzidos ou suspensos. Segundo Gustavo Inácio de Moraes, economista e professor da Escola de Negócios da PUCRS (divulgado em matéria da Zero Hora, dia 23/03/2021, página 8), "no Brasil, a taxa de subocupação atingiu 28,7%. Atualmente, a população nesta condição chega a 32,031 milhões de pessoas no País. A situação atinge principalmente os trabalhadores mais pobres e com pouca qualificação que acabam ficando mais vulneráveis à crise e são os primeiros a sentirem os impactos da queda da atividade econômica". Finalizando, afirma que "a demanda é cada vez maior por um trabalhador mais técnico, com mais qualificação".

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Inserção produtiva dos trabalhadores envolvidos, de forma célere, para que possam compor a renda familiar mensal. Este impacto na família, alivia a tensão da sobrevivência, se possível, e possibilita que estes possam, paulatinamente, recompor sua capacidade de consumo o que, por decorrência, dá fôlego aos donos de negócios, notadamente no entorno dos domicílios dos trabalhadores. Este movimento, nunca se esgota no próprio trabalhador capacitado. Mas, vai dar fôlego na sua comunidade. Pois, sendo consumidor, fará parte da demanda que movimentará algum grupo de produção, que por sua vez atuará em outra esfera de produção e assim, consecutivamente.

OBJETO

Cursos de Qualificação Social e Profissional.

OBJETIVO

Viabilizar condições para garantir a Qualificação Social e Profissional de trabalhadores com qualidade e efetividade, buscando melhores condições de inserção, reinserção e permanência do trabalhador no mercado de trabalho. Também buscando atender as necessidades reais dos setores da economia.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A proposta busca contemplar a necessidade de qualificação fundamentada nos estudos sobre a situação do mercado de trabalho do Estado, identificando alterações econômicas que direcionem a absorção e/ou retração de mão de obra. Conjuntamente, o País passa por uma grande instabilidade política e econômica, cujos impactos se fazem sentir fortemente no Estado. Mesmo com essas dificuldades, o Rio Grande do Sul vem atuando no sentido de estimular o processo de desenvolvimento, como uma estratégia para a prospecção de novas alternativas de investimentos e geração de trabalho e renda. Há importantes empreendimentos em andamento, ou previstos, em todo o Estado, provocando grandes mudanças para a economia. As perspectivas de abertura de novos postos de trabalho, graças à expansão e inauguração de novas empresas, vai incrementar o processo de inserção no emprego, bem como demandar encaminhamento para a Qualificação Social e Profissional.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Curso/Qualificação de trabalhadores	Quantidade	1800	3.600.000	18

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ações de promoção de trabalho e renda

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4139 - Formação e Qualificação Profissional

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Trabalho decente e crescimento econômico



Nº	PROJETO
839	CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO POLIESPORTIVO DA EEEF TOM JOBIM - NO COMPLEXO DA FASE-RS NA VILA CRUZEIRO EM PORTO ALEGRE

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5026 - Esporte

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1219 - Garantir o acesso do cidadão brasileiro ao esporte por meio de políticas públicas inclusivas e sustentáveis de forma a desenvolver o esporte educacional, de formação, de participação (lazer) e de alto rendimento em edificações e espaços esportivos adequados propiciando o exercício da cidadania, o bem-estar físico, mental e social, bem como a valorização do cidadão e também do atleta, inclusive combatendo o uso de métodos e substâncias proibidas, de forma a garantir a idoneidade em competições esportivas

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

5450 - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
46	R\$ 1.547.000

PÚBLICO-ALVO

Adolescentes internados em 6 (seis) Centros de Atendimento de Porto Alegre, para o uso diário e, eventualmente adolescentes internados em todo o Estado (eventos ocasionais). Também serão beneficiadas suas famílias.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE)

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SJCDH, SOP e SEDUC.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Neusa Martins Marques	51 32189449	neusa.praetzel@fase.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A falta da prática de esportes compromete a saúde dos adolescentes internos nos diversos aspectos: físico, social e psicológico. Por estarem internados, os adolescentes passam por longos períodos confinados sem desenvolverem exercícios físicos, o que, conseqüentemente, implica em desestímulo do cérebro, dos músculos e na integração com os demais internos. A baixa oferta de atividades físicas, pode ocasionar graves problemas de saúde, como a depressão, ainda mais em adolescentes que estão em pleno desenvolvimento, o que prejudica o alcance do principal objetivo da medida socioeducativa - a ressocialização do adolescente.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O 1º Seminário de Avaliação de Implementação do SINASE, realizado pelo Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2021, apontou que somente 32,5% das unidades socioeducativas no Brasil e de 26,7% na região Sul, oferecem atividades internas de esporte e lazer aos socioeducandos. E que somente 32% das unidades no Brasil e 38% das unidades na região Sul oferecem atividades externas de esporte e lazer aos seus socioeducandos.

Segundo Cesário, Rocha e Rocha "A saúde dos adolescentes internados torna-se comprometida com a falta de esporte, nos diversos requisitos, tanto no físico, quanto no social e psicológico, pois, os adolescentes passam por longos períodos confinados sem desenvolver exercícios físicos e por conseqüência a desestimulação do cérebro, podendo ter graves problemas de saúde, e sua internação não alcançar o principal objetivo" (CESÁRIO, ROCHA, ROCHA. A Importância do Esporte na Medida Socioeducativa dos Adolescentes Infratores. RENEV V.1 N.1-14/12/2018).

A ausência do ginásio poliesportivo dificulta, além da prática de esportes em dias chuvosos, a realização de eventos esportivos, como é o caso do INTERCASEs, torneio de futebol que envolve os internos de todos os CASEs do estado. Atualmente este torneio tem de ser realizado em parceria com o Sport Club Internacional de Porto Alegre no Gigantinho.

Para a contribuição à cidadania, o esporte se manifesta como um dos melhores métodos, à medida que é colocado como forma cultural eficaz. No entanto, para que o esporte se sobressaia e se fortaleça com o direito social, são necessárias políticas públicas que sejam efetivas de modo universal (Cesário, Rocha, Rocha apud NETTO, 2007).

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Entende-se que o esporte é uma ferramenta de combate à violência, de reforço na saúde, educacional e de amadurecimento social, que deve ser fortalecido na FASE-RS. Com o aumento e melhoria nas práticas esportivas nos 4 CASEs da Vila Cruzeiro na Capital, esperasse uma melhor ressocialização do adolescente e conseqüente redução da sua reincidência em atos infracionais.

OBJETO

Construção de um Ginásio Poliesportivo vinculado a Escola Estadual de Ensino Fundamental Tom Jobim, o qual atenderá, aos adolescentes dos Centros de Atendimento Socioeducativos da FASE/RS.

OBJETIVO

Aprimorar a integração social do adolescente por meio da prática de esportes, bem como oferecer melhorias no eixo esporte, cultura, lazer, saúde, convivência familiar e comunitária, para que a internação resulte em uma melhor ressocialização do adolescente e conseqüente redução da sua reincidência em atos infracionais.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA



A FASE-RS não possui um ginásio poliesportivo onde os adolescentes, em cumprimento de medida socioeducativa com restrição de liberdade, possam desempenhar plenamente as práticas esportivas, as quais são obrigações constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O novo ginásio poliesportivo será localizado no terreno da FASE-RS em Porto Alegre, onde pode diariamente atender o contingente populacional de 6 (seis) Centros de Atendimento, o que equivale a 50% dos adolescentes em regime de privação de liberdade no Estado do Rio Grande do Sul. O prédio também pode passar a abrigar evento esportivo de nível Estadual que acontece anualmente, os Jogos INTERCASES, com adolescentes de todo o Estado.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Ginásio Poliesportivo Construído	Quantidade	1	1.547.000	46

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - FASE

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3171 - Qualificação e Ampliação de Unidades de Atendimento

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Educação de qualidade, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
841	REVITALIZAÇÃO DAS QUADRAS ESPORTIVAS DA COMUNIDADE SOCIOEDUCATIVA FASE/RS - EM PORTO ALEGRE

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5026 - Esporte

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1219 - Garantir o acesso do cidadão brasileiro ao esporte por meio de políticas públicas inclusivas e sustentáveis de forma a desenvolver o esporte educacional, de formação, de participação (lazer) e de alto rendimento em edificações e espaços esportivo adequados propiciando o exercício da cidadania, o bem-estar físico, mental e social, bem como a valorização do cidadão e também do atleta, inclusive combatendo o uso de métodos e substâncias proibidas, de forma a garantir a idoneidade em competições esportivas

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

5450 - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
25	R\$ 216.000

PÚBLICO-ALVO

Cerca de 221 pessoas: atende, em média, 71 adolescentes internos ao ano na CSE e possui, aproximadamente, 150 servidores. Cerca de 884 familiares dos adolescentes e servidores também serão beneficiados.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 1

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SOP, CELIC

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lilliane Guimarães de Andrade	51 32189450	lilliane-andrade@fase.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Falta de espaço adequado para oferecer atividades de esporte e lazer aos jovens que encontram-se internados na Comunidade Socioeducativa FASE-RS, para que possam desempenhar plenamente as práticas esportivas, as quais são previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, também importantes para a saúde do adolescente e para o processo de ressocialização.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O 1º Seminário de Avaliação de Implementação do SINASE, realizado pelo Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2021, apontou indicador 3.2.2a referente a principais atividades pedagógicas internas ofertadas, no quesito - Q100.2 atividades de esporte e lazer obtiveram os respectivos percentuais: Região Sul oferece 26,7% das atividades esporte/lazer; contra 34,3% Região SE e 40% Região NE.

Segundo Cesário, Rocha e Rocha, "A saúde dos adolescentes internados torna-se comprometida com a falta de esporte, nos diversos requisitos, tanto no físico, quanto no social e psicológico, pois, os adolescentes passam por longos períodos confinados sem desenvolver exercícios físicos e por consequência a desestimulação do cérebro, podendo ter graves problemas de saúde, e sua internação não alcançar o principal objetivo" (CESÁRIO, ROCHA, ROCHA. A Importância do Esporte na Medida Socioeducativa dos Adolescentes Infratores. RENEV V.1 N.1-14/12/2018).

A ausência de quadras esportivas adequadas dificulta a prática de esportes no Centro de Atendimento na realização de eventos esportivos diários. Para a contribuição à cidadania, o esporte se manifesta como um dos melhores métodos, à medida que é colocado como forma cultural eficaz. No entanto, para que o esporte se sobressaia e se fortaleça com o direito social, são necessárias políticas públicas que sejam efetivas de modo universal. (Cesário, Rocha, Rocha apud NETTO, 2007).

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Entende-se que o esporte é uma ferramenta de combate à violência, reforço educacional e amadurecimento social que deve ser fortalecido na FASE-RS. Com o aumento e melhoria nas práticas esportivas nas Unidades de Atendimento Socioeducativo esperasse uma melhor ressocialização do adolescente e conseqüente redução da sua reincidência em atos infracionais.

Fomentar a prática de esportes nos adolescentes contribui para o desenvolvimento de uma geração saudável física e mental, e promove o fortalecimento das relações sociais junto a seus pares e aos socioeducadores. Importante salientar que o aumento de participação dos internos nas atividades esportivas e de lazer, distensionam os jovens que cumprem medida de internação, sem a possibilidade de sair da instituição, contribui para aumentar a imunidade dos jovens, sendo esta essencial neste momento que enfrentamos de Pandemia-COVID-19. Espera-se ainda que quadras reformadas sejam mais utilizadas nos eventos sociais ofertado pela unidade aos familiares dos socioeducandos.

OBJETO

Revitalização de 04 quadras esportivas na Comunidade Socioeducativa (CSE) em Porto Alegre- FASE/RS.

OBJETIVO

Proporcionar a prática segura de esportes aos adolescentes internados na CSE; Aumentar a participação dos internos nas praticas esportivas ofertadas no Centro de Atendimento Socioeducativo; Zelar pela integridade física e metal dos jovens que cumprem medida de internação na CSE.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A recuperação das quadras se faz necessária, tendo em vista que as mesmas quase não são utilizadas pelos jovens por apresentarem desgaste, buracos, cimento esfarelado, sem pintura etc. Como as quadras não são



atrativas, os jovens não se interessam em realizar esportes e exercícios ao ar livre. O que não contribui para o desenvolvimento físico e mental destes adolescentes. Quando praticam algum esporte nas condições atuais das quadras eles frequentemente sofrem acidentes físicos como torções, luxações devido ao piso que encontram-se em péssimas condições ocasionando os acidentes.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Quadras esportivas revitalizadas	Quantidade	4	216.000	25

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Acesso à cultura e ao esporte e lazer

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ampliação da oferta de projetos de esporte, cultura e lazer na FASE

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3171 - Qualificação e Ampliação de Unidades de Atendimento

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
870	DIVERSIFICAÇÃO DOS CURSOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO PARA SOCIOEDUCANDOS(AS) DA FASE/RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5027 - Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1220 - Ampliar os meios de acesso da população às políticas de inclusão social e produtiva cidadã, considerando as especificidades regionais e territoriais.

ACÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

5027 - Promoção da Inclusão Produtiva de Famílias em Situação de Pobreza

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
15	R\$ 573.000

PÚBLICO-ALVO

Adolescentes em cumprimento de Internação Provisória e medida socioeducativa de internação nos Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE) do Estado e familiares dos adolescentes contemplados com as vagas nos cursos de educação profissional.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

FASE, Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Janaina Freitas Mildner	51 32183039	janaina-mildner@fase.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A profissionalização é um desafio constante no trabalho socioeducativo e deve observar as tendências de mercado considerando as habilidades e os interesses dos (as) socioeducandos(as) em cumprimento de Medida Socioeducativa. Esse desafio aumenta diante do crescimento das taxas de desemprego entre a população jovem no país e no Estado, exigindo a oferta de mais cursos a mais adolescentes levando-se em conta que há internos que permanecem um ano ou menos no sistema.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O que hoje se aponta é a necessidade de ampliação e diversificação institucional das ações de profissionalização para os socioeducandos.

A necessidade de cursos de curta e média duração se faz presente em um ambiente de privação de liberdade que, pela peculiaridade dos tempos e prazos de internação têm exigido a disponibilização dessas formações como alternativas breves, imediatas e complementares de recolocação no mercado de trabalho quando do desligamento dos (as) socioeducandos (as). Em uma recente Pesquisa solicitada pelo Ministério da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos para Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo o indicador 2.1.13a, (p.57) composto pelas perguntas: existência de projetos de educação profissional para os adolescentes; e existência de articulação para o acesso de adolescentes em escolas técnicas, apontou uma nota de 1,16 pontos para a região Sul, enquanto a nota Nacional foi de 1,11 num total de 2,0 pontos.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Busca-se disponibilizar alternativas breves, imediatas e complementares de preparação para a inserção no mercado de trabalho quando do desligamento dos(as) socioeducandos(as), a partir da contratação de 270 vagas distribuídas em 11 cursos de profissionalização de curta e média duração. A qualificação da educação profissional nos espaços de privação de liberdade contribui para o processo de ressocialização dos jovens que cumprem medida socioeducativa, podendo impactar na diminuição dos índices de reingresso no sistema socioeducativo.

OBJETO

Contratação de cursos de educação profissional com carga horária entre 20 a 120 horas aula, na modalidade presencial e/ou EAD.

OBJETIVO

Adquirir cursos de educação profissional executados pelo Sistema S, com carga horária entre 20 e 120 horas aula, na modalidade presencial ou à distância, conforme condições estruturais de cada CASE, para os (as) adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação e em Internação Provisória nos Centros de Atendimento Socioeducativo e no Centro de Convivência e Profissionalização - CECONP, diversificando a oferta de ações de profissionalização na FASE e ampliando as possibilidades de colocação no mercado de trabalho, promovendo o desenvolvimento de habilidades empreendedoras para a sustentabilidade individual quando na condição de egressos da Fundação.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A Fundação tem por uma de suas metas a oferta de possibilidades de formação profissional nos seus diferentes âmbitos, de forma inicial e continuada, garantindo a certificação reconhecida, respeitando o interesse dos (as) socioeducandos (as) na escolha dos cursos a serem disponibilizados (SINASE - CONANDA 2006). Assim, as ações são consolidadas a partir do estabelecimento de parcerias formais com entidades reconhecidas, atendendo ao disposto nos documentos norteadores do sistema socioeducativo e ao exposto no artigo 69 do ECA. Atualmente a FASE disponibiliza, de forma contínua, 398 cotas de qualificação profissional por intermédio da aprendizagem, com cursos de longa duração desenvolvidos pelo CIEE através do seu programa Aprendiz Legal, podendo atingir até 02 anos de vinculação no curso. Neste quantitativo de vagas disponíveis, registra-se que apenas 68% da população da FASE estaria atendida nesta modalidade de profissionalização, havendo a necessidade de



ampliação e diversificação institucional das ações de profissionalização para além dos cursos de profissionalização de longa duração atendendo um público maior de socioeducandos.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Vagas em cursos de profissionalização ofertadas	Quantidade	160	573.000	15

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Reconectando Vidas

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Qualificação do fazer pedagógico na socioeducação

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
4633 - Formação Profissional dos Adolescentes

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
908	ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A INCLUSÃO - REDE PRAIA ACESSÍVEL

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5030 - Promoção da Cidadania

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1232 - Integrar ações intersetoriais, especialmente nas áreas de atividade física, esporte e lazer, cultura e desenvolvimento social com o objetivo de promover a cidadania em territórios de vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 240.000

PÚBLICO-ALVO
População PcD do RS e sua comunidade. Nestes oito últimos anos, as atividades do Projeto Praia Acessível contabilizaram um número crescente de PcD beneficiadas tanto com o banho assistido, envolvendo mais de 1000 pessoas/ano, como em jogos esportivos e eventos de lazer que incluíram pessoas sem deficiência. Embora o número de municípios participantes tenha se mantido constante em cerca de 20, a abrangência geográfica do projeto extrapolou o Litoral com a adesão de balneários de água doce do interior do estado (Cristal, Rio Pardo) e da fronteira com o Uruguai (Rosário do Sul).

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades - FADERS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
FADERS, SJCDH, SECOM, BRIGADA MILITAR, Prefeituras Municipais no estado do RS.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Regina Alfama	51 32876518	claudiaalfama@yahoo.com.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A FADERS, desde 2012, está engajada nas operações governamentais típicas de veraneio, desenvolvendo ações voltadas à promoção da acessibilidade nas atividades de lazer, cultura e turismo à beira-mar em parceria com outros órgãos estaduais, com entidades representativas e com o Executivo de municípios gaúchos tanto do litoral como do interior do estado. Este conjunto de ações é chamado Projeto Praia Acessível. Não obstante o número significativo de municípios que se engajam a cada edição, as ações prévias de sensibilização e as parcerias estabelecidas precisam ser repetidas a cada ano. O comprometimento dos Executivos Municipais tem sido pontual e, muitas vezes, limitado, sem maiores investimentos em instalações e/ou equipamentos, implicando infraestrutura precária e sazonal. Em consequência, os resultados obtidos permanecem dispersos e carecem de consolidação.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Resolução nº 48/96 da Organização das Nações Unidas - ONU, de 20 de dezembro de 1993, que normatiza a equiparação de oportunidades para Pessoas com Deficiência - PcD, estabelece que os Países membros iniciem, a contar de sua promulgação, medidas para tornar acessíveis todos os locais de recreação e esportes, hotéis, praias, estádios, quadras esportivas e outros.

O Estado do RS até o ano de 2012/2013, ano da primeira edição do Projeto Praia Acessível no Programa governamental Verão para Todos, ainda não contava com nenhum projeto em esfera pública que contemplasse a acessibilidade em seus balneários, que garantisse e/ou efetivasse o direito ao lazer a todas as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida, pessoas até então absolutamente negligenciadas pela falta de oportunidades e de acesso a faixa de areia e ao mar, rio, lago ou lagoa.

Em 2021, em que pesem os avanços na legislação e nas políticas públicas voltadas a essa população, persistem graves lacunas, obstáculos e problemas para que legislação e políticas sejam vistas na prática, para que leis sejam cumpridas de maneira adequada e, ainda, para que seu cumprimento seja fiscalizado de forma efetiva.

O Projeto Praia Acessível, que desenvolve atividades para acessibilidade em balneários gaúchos nos meses de dezembro a março, carece de ação articulada em Rede, que conte com o comprometimento formalizado de Municípios, órgãos estaduais e entidades parceiras, de modo a consolidar resultados e experiências, oferecer acessibilidade nos balneários de forma permanente, geográfica e temporalmente, otimizando e racionalizando recursos, ampliando beneficiários e fortalecendo a cultura da inclusão social.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

A REDE PRAIA ACESSÍVEL potencializará a visibilidade e a abrangência geográfica e temporal das atividades desenvolvidas no Projeto Praia Acessível, ampliando o número de beneficiários diretos e consolidando importante articulação de políticas públicas. Acredita-se que a eliminação de barreiras e a promoção da acessibilidade favorecerá a equiparação de oportunidades de participação e inclusão às PcD e às Pessoas com Mobilidade Reduzida. Espera-se que a ação de ampliação das condições de acessibilidade à beira-mar no município integrante da Rede motive a obras e a adaptações também nos prédios e espaços públicos, nos estabelecimentos comerciais, no transporte, enfim, acarrete iniciativas para acessibilidade em outros espaços e aspectos da vida urbana, provocando as consciências para as questões da inclusão em diversas áreas da vida social e exercendo influência nas regiões vizinhas. Entende-se que a formalização do comprometimento dos Executivos Municipais com a acessibilidade e inclusão das PcD nas atividades turísticas, de lazer e veraneio, promovidas localmente em seu município e região, elevará o patamar de articulação das políticas públicas, terá implicações significativas para a construção de uma cultura de acessibilidade e impactará positivamente na cidadania.

OBJETO

Instalação da REDE PRAIA ACESSÍVEL RS - atuação conjunta de executivos municipais, órgãos e entidades, coordenada pela FADERS, para promoção de acessibilidade nos balneários gaúchos por meio da adesão formal de municípios e parceiros de entidades públicas.



OBJETIVO

Ampliar e consolidar políticas públicas de acessibilidade e inclusão no RS por meio da instalação de uma REDE de municípios, órgãos e entidades para desenvolvimento do conjunto de atividades conhecido como Projeto PRAIA ACESSÍVEL, abrangendo e articulando os diversos municípios com balneário no estado, conjugando comprometimento, esforços e recursos, bem como os resultados das oito edições do Projeto Praia Acessível já realizadas, a fim de proporcionar esporte e lazer inclusivos com infraestrutura e equipamentos adequados à autonomia e à equiparação de oportunidades da população de Pessoas com Deficiência - PcD e/ou mobilidade reduzida, e de promover a construção de uma cultura de acessibilidade e inclusão.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Segundo dados do censo realizado pelo IBGE no ano de 2010, 24% da população gaúcha apresenta algum tipo de deficiência. Historicamente essas pessoas vivenciam diariamente uma realidade de limitação, exclusão e invisibilidade decorrentes de diversas barreiras impostas pela sociedade. A convicção de que é possível eliminar essas barreiras levou a FADERS/SJDH, no final do ano de 2012, a criar e executar o Projeto Praia Acessível de forma pioneira, conclamando e desafiando toda a sociedade gaúcha, poder público e privado a atentar para as questões de acessibilidade no litoral Norte, Sul e Costa Doce.

Um conjunto de atividades conhecido como Projeto Praia Acessível já vem sendo executado pela FADERS/SJCDH com parceiros públicos, privados e voluntários desde o verão 2012/2013, tendo por objetivo essencial criar uma cultura de acessibilidade à beira-mar, de respeito às diferenças e de promoção da equiparação de oportunidades, por meio da organização de atividades de lazer e paradesportivas que, para além de proporcionar o banho de mar assistido a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, visam provocar gestores públicos a implementar e manter projetos permanentes de acessibilidade nos seus municípios.

Entendemos que é hora de elevar o patamar de organização e o alcance dos resultados do projeto Praia Acessível, criando uma rede de comprometimentos recíprocos, Estado e Municípios, dando uma feição permanente às providências e equipamentos para acessibilidade em cada município que vier a integrar-se na Rede. Também as capacitações passariam a ser sistemáticas e pré-agendadas em um calendário comum a toda a Rede, que organizaria ainda as atividades de esporte e lazer sempre que possível contemplando o aspecto regional.

A proposição da REDE PRAIA ACESSÍVEL tem como pressuposto a formalização de um consórcio de responsabilidades entre Municípios, Estado e entidades parceiras, tais como as do Sistema S, as Associações representativas das PcD e Instituições de Ensino. A experiência das oito edições do Projeto Praia Acessível indica que será possível instalar a REDE a partir da adesão de, pelo menos, 20 municípios e agregar, a cada ano, no mínimo dois novos balneários. A ação governamental articulada em rede permitirá transformar o cenário atual de dispersão dos resultados do Projeto Praia Acessível em uma realidade com coordenação, ação articulada e potencialização dos esforços. A instalação e manutenção da REDE PRAIA ACESSÍVEL organiza, estrutura, fortalece e facilita a coordenação de projetos afins entre os municípios, bem como favorece a captação de recursos para aquisição de equipamentos, a racionalização econômica dos utensílios e permite implementar a capacitação dos agentes envolvidos.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
CADEIRA DE RODAS ANFÍBIA PADRÃO E NORMAS TÉCNICAS ADQUIRIDA	Quantidade	20	131.400	12
APARELHAGEM DE SOM ADQUIRIDA - CAIXA ACÚSTICA, AMPLIFICADOR E MICROFONE SEM FIO	Quantidade	2	3.700	12
TENDA GAZEBO ARTICULADO 3X3m ADQUIRIDA	Quantidade	2	2.100	12
KIT MATERIAL INDIVIDUAL PRODUZIDO: CAMISETA E BONÉ COM LOGO, ÓCULOS DE SOL, COLETE, ETC.	Quantidade	20	3.000	12



KIT MATERIAL PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO PRODUZIDO: WIND BANNERS SINALIZADORES, FAIXA, ABANICOS, FOLDERS	Quantidade	20	30.000	12
KIT MATERIAL INSTITUCIONAL PRODUZIDO (cartilhas: NORMATIVAS e BANHO DE MAR ASSISTIDO - 50 exemplares cada para 20 primeiras adesões)	Quantidade	20	5.200	12
KIT ATIVIDADES ESPORTIVAS ADQUIRIDO	Quantidade	1	9.220	12
BICICLETA TANDEM DUPLA ADQUIRIDA	Quantidade	2	3.950	12
BICICLETA ARO 20 ADQUIRIDA	Quantidade	1	600	12
TRICICLO ADAPTADO ARO 20 ADQUIRIDO	Quantidade	2	3.700	12
TRICICLO HAND BIKE ADQUIRIDO	Quantidade	2	5.180	12
SKATE ACESSÍVEL MÓVEL ADQUIRIDO	Quantidade	1	4.800	12
DUCHA ECOLÓGICA PIT STOP ADQUIRIDA	Quantidade	1	3.950	12
CAIAQUE ADAPTADO ADQUIRIDO	Quantidade	1	2.950	12
CADEIRA ANFÍBIA MAREIA FLEX (PRAIA E TRILHA) 2 EM 1 ADQUIRIDA	Quantidade	2	13.900	12
POLTRONA AQUÁTICA ADQUIRIDA	Quantidade	2	7.900	12
BOIA POLTRONA / CAMA FLUTUANTE INFLÁVEL ADQUIRIDA	Quantidade	5	1.000	12
PLATAFORMA ACESSÍVEL PARA CADEIRANTES ADQUIRIDA	Quantidade	1	4.950	12
CAMA ELÁSTICA 2.40m (PULA PULA) COM ESCADA E REDE	Quantidade	1	1.100	12
EDIÇÃO DO CURSO DE CAPACITAÇÃO: ABORDAGEM COM CIDADANIA REALIZADA	Quantidade	4	500	12
EDIÇÃO DO CURSO DE CAPACITAÇÃO: BANHO ASSISTIDO REALIZADA	Quantidade	4	500	12
SEMINÁRIOS REALIZADOS	Quantidade	2	400	3

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Sistema Estadual de Direitos Humanos

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Construção de uma Cultura de Acessibilidade

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4680 - Construção de uma Cultura de Acessibilidade

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
910	ATENÇÃO À PCD - IMPLANTAÇÃO DE SALA SENSORIAL NA FADERS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5030 - Promoção da Cidadania

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1232 - Integrar ações intersetoriais, especialmente nas áreas de atividade física, esporte e lazer, cultura e desenvolvimento social com o objetivo de promover a cidadania em territórios de vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 130.000

PÚBLICO-ALVO
Pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Rio Grande do Sul. Acadêmicos em estágio curricular/obrigatório em cursos e faculdades afins à atenção às Pessoas com Deficiência.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades - FADERS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
FADERS, SJCDH

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Mirelle Melo Ferreira Duarte	51 32876518	mirelle-duarte@faders.rs.gov.br

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Conforme o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) - agência do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, sediada na Geórgia - a prevalência de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem aumentado, o que implica na necessidade do aumento dos serviços inclusivos ofertados para este público-alvo.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Aumento da busca por atendimento e serviços para pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Qualificar o atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista possibilitando a estimulação sensorial para o desenvolvimento neurocognitivo que implicará em melhor desempenho acadêmico, profissional, social e qualidade de vida para a pessoa e sua família.

OBJETO

Implantação de Sala Sensorial no Serviço de Atenção Integral à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo com a competência de proporcionar a atenção e o atendimento multiprofissional com metodologia baseadas na ciência para o processo de intervenção individualizada; incentivando a formação e a capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a seus pais e responsáveis.

OBJETIVO

Promover e qualificar a atenção integral às necessidades de saúde e na garantia de direitos da pessoa com transtorno do espectro autista à vida digna, à integridade física, moral e educacional, além de desenvolver estratégias e projetos que alavanquem políticas públicas na área da saúde e educação que incluam essas crianças e suas famílias.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Transtorno do Espectro do Autismo é uma alteração neurobiológica diagnosticado através de um conjunto de sintomas que devem estar presentes antes dos três anos de idade. Atualmente o DSM-5 (Manual Diagnóstico Estatísticos de Transtornos Mentais) descreve dois grupos de sintomas: déficit persistente na comunicação e interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e, ou atividades. Conforme o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) - agência do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, sediada na Geórgia - a prevalência de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) aumentou. Em 2004, era de que 1 pessoa em 166 tinham Transtorno do Espectro Autista. Em 2012, esse número estava em 1 em 88. Em 2018, esse número estava em 1 em 59. E na última publicação do CDC em 2020, a prevalência está em 1 em 54, sendo que para cada 1 menina com Transtorno do Espectro Autista, há 4 meninos com Transtorno do Espectro Autista. Ainda não há pesquisas concretas que expliquem esse predomínio no sexo masculino. No mesmo compasso em que aumenta a incidência de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, desenvolvem-se os estudos e abrem-se novas possibilidades de atenção a serem exploradas na perspectiva de qualificar o atendimento e equipar as oportunidades das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no rumo da inclusão social. Estudos, metodologias e experiências precisam ser qualificados, multiplicados e disponibilizados aos profissionais e aos acadêmicos, beneficiando um número maior de pessoas com Transtorno do Espectro Autista. De acordo com as alterações observadas no comportamento das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, sabemos que percebem o mundo de forma diferente das pessoas neurotípicas - a forma que vêem, escutam, sentem e provam são alterados e assim atribuem outros significados àquilo que percebem; como consequência, suas reações e comportamentos também são diferentes, percebendo o mundo como confuso, caótico e inseguro. Através dos sete sentidos, denominados sistema sensorial, somos capazes de compreender o mundo e a nós mesmos e estas informações chegam ao cérebro e são transformadas em



conhecimento. Esse conhecimento é o produto de tudo o que vemos, ouvimos, provamos, sentimos e cheiramos. O sistema sensorial de uma pessoa começa a se desenvolver durante a vida intrauterina e continua evoluindo ao longo de toda a vida. Neste sentido, a FADERS necessita modernizar seus equipamentos e atualizar suas instalações de atendimento, que são também campo de estágio, surgindo assim a proposição de implantação de uma Sala Sensorial que visa oferecer um ambiente acolhedor e favorável ao desenvolvimento de uma vida plena às pessoas com Transtorno do Espectro Autista e sua comunidade.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
AROBOL	Quantidade	5	2.000	12
BARRIL 100X70	Quantidade	1	3.990	12
CAMINHO CIRCULAR, CAMINHO CURVO E CAMINHO MÚLTIPLO	Quantidade	6	5.400	12
CUNHA DE ESPUMA	Quantidade	5	1.350	12
CASULO ELÁSTICO	Quantidade	5	2.600	12
CANTINHO DINÂMICO	Quantidade	1	915	12
DONUTS MEIA LUA	Quantidade	1	2.200	12
GATINHO	Quantidade	5	2.550	12
CALANDRA	Quantidade	1	1.380	12
PARAQUEDAS ADULTO E PARAQUEDAS INFANTIL	Quantidade	2	2.000	12
PATINETE 3 RODAS	Quantidade	5	2.850	12
PEGASUS	Quantidade	1	2.600	12
PLATAFORMA GRANDE E PLATAFORMA PEQUENA	Quantidade	2	2.200	12
PRANCHA DE EQUILÍBRIO	Quantidade	5	2.750	12
ORBITADOR SIMPLES CHÃO CHÃO 3m	Quantidade	1	5.950	12
KIT JOGOS E ACESSÓRIOS PEDAGÓGICOS	Quantidade	5	16.000	12
KIT MOBILIÁRIO EM GERAL: MESAS, CADEIRAS, PUFES, ESTANTES, CORTINAS, TAPETES, LUMINÁRIAS	Quantidade	1	20.000	12
EMPREITADA GLOBAL PARA REFORMAS E ADAPTAÇÕES DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE SALA SENSORIAL DE 50m ²	Quantidade	1	34.265	12
SMARTH TV 50"	Quantidade	1	2.500	12
CAIXA DE SOM AMPLIFICADA WIRELESS CONNECT BLUETOOTH USB	Quantidade	1	800	12
TECLADO MUSICAL	Quantidade	1	800	12
BANDINHA RÍTMICA	Quantidade	1	500	12
BANCOS TERAPÊUTICOS - CONJUNTO 6 UNID. EM FORMICA	Quantidade	1	990	12
COLCHONETE ESPUMA DE ALTA DENSIDADE	Quantidade	1	430	12
TABLADO	Quantidade	1	1.280	12
TAPETE SENSORIAL	Quantidade	1	400	12
TÚNEL E CILINDRO	Quantidade	1	600	12
NOTEBOOK - PADRÃO INTERMEDIÁRIO I5 (CÓDIGO CELIC 00350544009995)	Quantidade	2	10.100	12
PROJETOR DE GALÁXIAS - NEBULUZ	Quantidade	2	600	12

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL



PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Sistema Estadual de Direitos Humanos

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Atenção à PCd e à PcAH

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4268 - Atenção à PCD

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

2020.502 Política de Atenção à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
925	PLANEJAMENTO DE PREVENÇÃO, CUIDADOS E ATENÇÃO AOS USUÁRIOS E DEPENDENTES DE DROGAS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5032 - Rede de Suporte Social ao Dependente Químico: Cuidados, Prevenção e Reinserção Social

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1223 - Estabelecer políticas públicas efetivas voltadas aos usuários e dependentes químicos e seus familiares, no que se refere a prevenção, tratamento, acolhimento e recuperação, culminando com a sua reinserção

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
20R9 - Prevenção de Uso de Drogas, Cuidados e Reinserção Social

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
60	R\$ 290.000

PÚBLICO-ALVO
Usuários e dependentes químicos e seus familiares.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Departamento Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas - DEPPAD, Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH, Secretarias Municipais do Estado do RS, Postos de Saúde Municipais.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alessandra Kraetzig Fraga Carvalho	51 32889375	alessandra-carvalho@sjcdh.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Carência na formação de conhecimento e de organização dos setores necessários ao enfrentamento dos problemas de dependência química.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A construção de dados precisos sobre o número de pessoas vivendo com a dependência de drogas no Brasil é extremamente complexa, mas os esforços dos pesquisadores possibilitaram que o 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, publicado pela Fiocruz em 2017, revelasse que cerca de 2,3 milhões de brasileiros apresentam critérios para a dependência de álcool, além de 15 milhões de indivíduos que assumiram terem utilizado alguma substância ilícita na vida. Essas estimativas apontam a necessidade de mobilização de esforços tanto na prevenção ao uso de drogas quanto na atenção aos usuários que já desenvolveram alguma forma de dependência química. Ademais, apesar da rede formalmente constituída de políticas públicas de saúde mental, especialmente com os Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), a Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul estima que 75% dos municípios do estado possuem a atenção básica como referência de cuidado de grande parte dos casos de saúde mental e dependência química. Esse dado aponta para a escassez do atendimento especializado para esses quadros, tanto no atendimento direto ao cidadão quanto na gestão e promoção de ações mais específicas.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Serviços municipais que estabeleçam políticas públicas transversais e efetivas voltadas aos usuários e dependentes químicos.

OBJETO

Efetivar as políticas públicas voltadas aos usuários e dependentes químicos, por meio da Produção de Guias e Formulários para orientação sobre o tema, da formação de servidores e População por meio de capacitações e da Criação de uma Plataforma virtual.

OBJETIVO

Possibilitar aos Municípios a garantia de serviços que estabeleçam políticas públicas transversais e efetivas voltadas aos usuários e dependentes químicos, aos indivíduos em situação de vulnerabilidade com riscos pessoais e sociais, bem como prestar assistência as suas famílias, com respeito às diversidades territoriais, culturais e sociais, estabelecendo um planejamento estratégico de organização e governança dessa temática. Atender a carência na formação de conhecimento e de organização dos setores necessários ao enfrentamento dos problemas de dependência química. Diminuir o preconceito e a invisibilidade social dos usuário, assim como a conhecida e histórica fragmentação das políticas públicas, decorrente da falta de transversalidade e intersetorialidade entre elas.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Projeto propõe uma integração de toda a rede de apoio, para ser trabalhada em sincronidade, proporcionando auxílio mútuo de cada setor a fim de dar efetividade às políticas públicas sobre drogas. Com isso, o Estado busca diminuir o preconceito e a invisibilidade social dos usuário, assim como a conhecida e histórica fragmentação das políticas públicas, decorrente da falta de transversalidade e intersetorialidade entre elas. A ação do Estado é voltada ao auxílio na formação de conhecimento e de organização dos 497 Municípios para que, por meio de seus Gestores Municipais, possa se elaborar um planejamento ao público alvo desta temática, organizando um plano de execução, atendimento, acompanhamento, avaliação e diagnóstico diante do funcionamento desses serviços, com suporte de material adequado para capacitação dos profissionais das diversas áreas envolvidas, tudo objetivando que este plano seja permanente e um compromisso social, conhecido por todos.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Guias e formulários	Quantidade	100.000	160.000	6
Formação/capacitação de profissionais e população em geral	Quantidade	497	0	24
Criação de plataforma virtual	Quantidade	0,01	130.000	6

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Reconectando Vidas

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Aperfeiçoamento do Programa RS sem Drogas

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3885 - Programa RS sem Drogas

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Paz, justiça e instituições eficazes



Secretaria Especial do Esporte



Nº	PROJETO
864	PRIMEIRO CIRCUITO JOGOS DOS IDOSOS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5026 - Esporte

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1219 - Garantir o acesso do cidadão brasileiro ao esporte por meio de políticas públicas inclusivas e sustentáveis de forma a desenvolver o esporte educacional, de formação, de participação (lazer) e de alto rendimento em edificações e espaços esportivos adequados propiciando o exercício da cidadania, o bem-estar físico, mental e social, bem como a valorização do cidadão e também do atleta, inclusive combatendo o uso de métodos e substâncias proibidas, de forma a garantir a idoneidade em competições esportivas

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
16	R\$ 125.000

PÚBLICO-ALVO

Idosos de 60 anos ou mais, familiares e comunidade onde vivem.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria do Esporte e Lazer - SEL

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SEL e prefeituras municipais.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Fernanda Makvitz Rieger	55 996843553	fernanda-rieger@esporte.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A pandemia do novo coronavírus afetou a vida social e os hábitos dos idosos gaúchos, afetando inclusive a sua rotina de atividades físicas voltadas a promoção da saúde.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Essa população depende muito da rotina para manter um bom funcionamento cognitivo, porém a pandemia modificou isso, pois muitos idosos deixaram de praticar atividades físicas. Sabemos que no momento em que há uma mudança de hábitos dessa proporção, a piora é inegável. Entre os efeitos percebidos estão a piora do sono, estresse, esquecimento, obesidade, perda muscular e ansiedade.

<https://setorsaude.com.br/dia-do-idoso-pandemia-traz-impactos-muito-alem-do-coronavirus-a-terceira-idade/>

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Contribuir para melhora da saúde física e mental da população idosa; para retomada das relações sociais; e para retomada das práticas esportivas entre a população desta faixa etária.

OBJETO

Execução 1º Circuito Jogos dos Idosos.

OBJETIVO

Promoção das relações sociais e afetivas da pessoa idosa, bem como melhoria na saúde física e psicológica desse grupo etário, que foi profundamente atingido pela pandemia do Covid-19, por meio de um circuito esportivo, que será realizado em 12 etapas, em 12 municípios do estado do Rio Grande do Sul.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A pandemia de Covid-19 impôs um grande desafio as políticas públicas de promoção a saúde e lazer dos idosos gaúchos, uma vez que o isolamento social afastou muitos idosos de suas rotinas de práticas esportivas, recreativas, sociais e de lazer.

O projeto em questão prevê a execução de um circuito esportivo pelo interior do estado do Rio Grande do Sul, com vistas a favorecer a retomada do contato e convívio social, contribuindo para a melhora da saúde física e mental, de muitos idosos do RS.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Preparação de 06 termos de referências, para aquisição dos produtos listados abaixo, que compõem o projeto e que são os itens mínimos para que o evento possa ocorrer.	Quantidade	6	0	4
Licitações para aquisição dos 06 itens para execução do projeto: camisetas, hospedagem, arbitragem, alimentação, premiação, águas.	Quantidade	6	0	4
Escolha dos 12 municípios sedes, que serão escolhidos de acordo com a capacidade física e técnica para	Quantidade	12	0	2



receber o evento, através de uma carta convite feita pela SEL as prefeituras municipais.				
Aquisição de 360 camisetas, que serão utilizadas por árbitros, organizadores e acadêmicos voluntários, para identificação dos mesmos durante o evento.	Quantidade	360	12.600	7
Hospedagem para os árbitros da FGJAI - Federação Gaúcha de Jogos Adaptados para Idosos e para o grupo de organizadores que não sejam servidores do governo.	Quantidade	320	70.400	7
Diárias de arbitragem, paga aos árbitros com curso de capacitação junto a FGJAI, Federação de Jogos Adaptados para Idosos, Como serão 12 etapas, que acontecerão de Abril/2022 ate Outubro/2022, por isso o tempo previsto de execução de 7 meses.	Quantidade	96	11.520	7
Contratação de 576 refeições entre jantãs e almoços, para alimentação dos árbitros e organizadores nas 12 sedes dos eventos.	Quantidade	576	23.040	7
Aquisição de troféus e medalhas para premiação das equipes vencedoras nas 12 etapas, totalizando 516 itens entre troféus e medalhas.	Quantidade	516	5.640	7
Aquisição de 900 unidades de garrafas da água de 600ml, que ficarão disponíveis para árbitros e participantes das 12 etapas do circuito.	Quantidade	900	1.800	7

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fomento e Promoção do Esporte

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Promoção do circuito esportivo e paradesportivo

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3928 - Promoção do circuito esportivo e paraesportivo

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Redução das desigualdades, Cidades e comunidades sustentáveis



Nº	PROJETO
917	22º JOGOS DE INTEGRAÇÃO DA PESSOA IDOSA

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5026 - Esporte

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1219 - Garantir o acesso do cidadão brasileiro ao esporte por meio de políticas públicas inclusivas e sustentáveis de forma a desenvolver o esporte educacional, de formação, de participação (lazer) e de alto rendimento em edificações e espaços esportivos adequados propiciando o exercício da cidadania, o bem-estar físico, mental e social, bem como a valorização do cidadão e também do atleta, inclusive combatendo o uso de métodos e substâncias proibidas, de forma a garantir a idoneidade em competições esportivas

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 108.000

PÚBLICO-ALVO

Idosos com mais de 60 anos, familiares e sociedade aonde esses idosos estão inseridos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria do Esporte e Lazer

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SECRETARIA ESTADUAL DO ESPORTE E LAZER, MUNICÍPIO SEDE DO EVENTO (A DEFINIR).

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Fernanda Makvitz Rieger	55 996843553	fernanda-rieger@esporte.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

O envelhecimento, além de envolver o aspecto físico, reflete também nos aspectos psíquico e social do indivíduo. Muitos idosos deixam de praticar exercícios físicos e de conviver em sociedade, por medo, falta de capacidade física, ou simplesmente vergonha, quando essa realidade deveria ser o contrário.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O aumento da população idosa no Brasil, constatado pelo censo de 2010 (IBGE, 2013), em concordância com o panorama demográfico internacional, é sempre referido nos estudos que tratam do fenômeno do envelhecimento. A ampliação da abrangência dos serviços públicos de saúde, o desenvolvimento de diagnósticos e de terapêuticas, os melhores níveis de escolaridade e de padrão de vida, além da adoção de estilos de vida mais saudáveis, têm sido associados à maior longevidade da população (Guimarães, 2007).

Entretanto, a velhice, em especial em idosos sedentários, ou seja, os que apresentam atividade física limitada, é caracterizada fisicamente como um período de perdas e comorbidades (Costa & Neri, 2011). De acordo com Lima (2011), no envelhecimento, a musculatura principalmente afetada é a dos membros inferiores, o que acaba prejudicando as atividades diárias e o equilíbrio.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432016000200007

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Contribuir para o aumento e melhora da capacidade funcional dos idosos e das funções cognitivas, estimular a auto imagem e auto eficiência e contribuir para retomada das relações sociais do idoso.

OBJETO

Execução da vigésima segunda edição dos Jogos de Integração da Pessoa Idosa, que não pode ser executado em 2020 devido a pandemia de corona vírus.

OBJETIVO

A 22ª edição dos Jogos de Integração da Pessoa Idosa, têm como objetivos a promoção das relações sociais e afetivas, promover e difundir a integração dos idosos por meio da prática e vivência de atividades físicas, esportivas, sociais e culturais contribuindo para a integração, autonomia e cidadania.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A pandemia de covid-19 impôs um grande desafio para as políticas de promoção a saúde e lazer dos idosos gaúchos, uma vez que o isolamento social afastou muito idosos das suas rotinas de práticas esportivas, recreativas, sociais e de lazer. o projeto em questão prevê a execução de um circuito esportivo pelo interior do estado do rs, com vistas a favorecer a retomada desse contato e convívio social, promovendo a melhora da saúde física e mental de muitos idosos gaúchos.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Preparar 10 termos de referencias, uma para cada item de aquisição no projeto	Quantidade	10	0	3
10 Licitações para compra de itens relacionados para execução do projeto.	Quantidade	10	0	6
Escolha do município sede, para receber o evento que ocorre durante 04 dias de quinta a domingo do mês de novembro de 2022.	Quantidade	1	0	1
Contratação de 450 refeições entre almoços e jantas que serão distribuída entre os acadêmicos voluntários e	Quantidade	450	18.000	1



os organizadores do evento durante os 04 dias de evento.				
Contratação de 225 diárias de hospedagem, que serão utilizadas pelos acadêmicos voluntários e pelos organizadores não servidores do estado de quinta a domingo, que são os dias que o evento ocorrerá.	Quantidade	225	35.000	1
Aquisição de 225 camisetas que serão distribuídas entre os acadêmicos voluntários e os organizadores do evento, que é utilizada para que os idosos nos identifiquem com maior facilidade.	Quantidade	225	8.000	1
Contratação de 03 diárias de ambulância equipada e com equipe médica especializada.	Quantidade	3	6.000	1
Contratação de equipe de sonorização e equipe técnica para os 4 dias de evento e mais as duas noites de bailes	Quantidade	6	10.000	1
Contratação de duas diárias de salão para confraternizações dos idosos (são dois bailes que fazem parte do projeto e que acontecem nas noites de sexta e na noite de sábado)	Quantidade	2	2000	1
Aquisição de 10 caixas térmicas, para dispor nos espaços do ginásio aonde acontecerão os jogos a fim de manter água sempre perto dos participantes idosos para manter a hidratação dos mesmos.	Quantidade	10	1.000	1
Aquisição de 1500 sacochilas com logo do evento e do governo do RS, que serão distribuídas entre todos os participantes do evento.	Quantidade	1500	10.000	2
Aquisição de 1500 garrafas squeezes, para distribuição entre todos os participantes do evento.	Quantidade	1500	8.000	2
Aquisição de 60 pacotes de gelo de 5kg, para colocar dentro das caixas térmicas e manter as águas geladas, sendo dividido pelos 04 dias do evento.	Quantidade	60	600	1
Aquisição de 4.700 garrafas de água de 600 ml que serão distribuídas entre os participantes do evento durante os 04 dias de evento.	Quantidade	4700	9.400	1

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

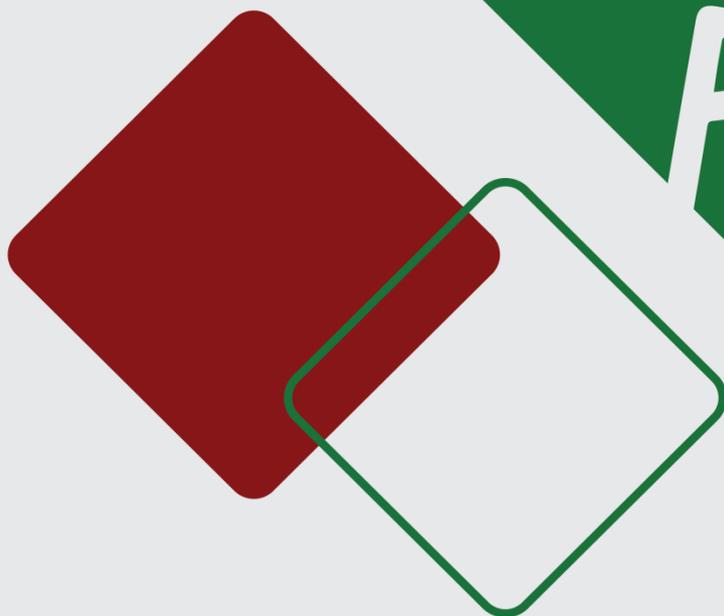
PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Fomento e Promoção do Esporte

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Promoção do circuito esportivo e paradesportivo

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
3928 - Promoção do circuito esportivo e paraesportivo

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Saúde e bem-estar, Redução das desigualdades, Cidades e comunidades sustentáveis



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Caderno de Propostas do
Rio Grande do Sul ao OGU 2022





Secretaria de Gestão Corporativa

- 819** MADE IN RS - INICIATIVAS DE VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PRODUTO GAÚCHO
- 822** CICLO DE FEIRAS DE ARTESANATO
- 823** FOMENTO AO ARTESANATO GAÚCHO
- 824** CASA DO ARTESÃO - ESPAÇO CONCEITO
- 825** ARTESANATO BEM-FEITO, NEGÓCIO BEM-SUCEDIDO
- 826** QUALIFICAÇÃO PARA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA
- 827** DESIGN DE PRODUTO APLICADO AO ARTESANATO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS
- 828** MAPEAMENTO DOS MESTRES-ARTESÃOS DO ARTESANATO GAÚCHO
- 829** QUALIFICAÇÃO E APOIO AO EMPREENDEDORISMO
- 832** CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM ARTESANATO - CENTROS PRISIONAIS E CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
- 833** INCLUSÃO SOCIAL DE IMIGRANTES POR MEIO DO TRABALHO
- 834** QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL
- 849** IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA BIM NO DAER-RS
- 881** TECHFUTURO: PROMOÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR MEIO DA INOVAÇÃO



Secretaria de Gestão Corporativa



Nº	PROJETO
819	MADE IN RS - INICIATIVAS DE VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PRODUTO GAÚCHO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 4.800.000

PÚBLICO-ALVO

Micro, pequenas e médias empresas do RS e seus empregados diretos (mais de 800 mil pessoas)

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Ministério da Economia, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Ciência e Tecnologia, ApexBrasil, SES, STAS, SEFAZ, SICT, SGGE, Barrisul, Badesul, BRDE, dentre outros.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Marcelo Zepka Baumgarten	51 32881149	marcelo-zepka@sedetur.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

As cadeias produtivas gaúchas têm baixa agregação de valor e há grande dependência econômica do estado ao agronegócio. Tudo isso reduz capacidade de geração de emprego e geração de renda para famílias e Estado. A Pandemia agravou ainda mais a situação econômica de nossos produtores e indústria, o que torna ainda mais necessário um esforço de qualificação e valorização dos produtos gaúchos.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O PIB gaúcho desabou mais de 7% em um ano, bem acima da média nacional de queda. A grande dependência da agroindústria, que já sofria com a estiagem mesmo antes da pandemia, evidenciou ainda mais a necessidade de qualificarmos nossas cadeias produtivas. A melhoria da situação econômica do RS passa pela melhoria da competitividade de quem produz no Estado, o que esse programa pretende reforçar.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Aumento do nível de emprego no RS; Aumento da renda das famílias; Abertura de novos mercados; Maior atração de novos investimentos para o RS; Aumento da agregação de valor em nossa indústria.

OBJETO

A Iniciativa MADE IN RS - PRODUTO GAÚCHO é um conjunto de ações de fomento à competitividade, qualificação e adensamento para as cadeias produtivas do RS.

Os recursos serão investidos em ações de melhoria de competitividade para Arranjos Produtivos Locais, Redes de Cooperação, apoio à participação de empresas gaúchas em Feiras Internacionais, prospecção de novos mercados internacionais para MPEs (EXPORTA-RS), e atração de investimentos (INVESTRS, Fundopem, Distritos Industriais, etc).

OBJETIVO

A Iniciativa MADE IN RS busca oferecer políticas públicas para fortalecimento, desenvolvimento e melhoria de competitividade para as micro, pequenas e médias empresas que produzem no Rio Grande do Sul. As ações ofertadas irão permitir qualificação de mão-de-obra e gestão para MPEs; maior agilidade e facilidade para implantação de novos investimentos no RS; subsídios para aquisição de terrenos em distritos industriais e benefícios fiscais para novos investimentos no RS; auxílio e subsídios para prospecção de novos mercados; etc. Com essas medidas acreditamos que podemos auxiliar na reversão da curva negativa da economia gaúcha e na superação da crise pós-pandemia.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As micro, pequenas e médias e empresas são os maiores empregadores e compõe o maior número de empresas em nossa economia. São elas que estão presentes em nossa vida, nossas comunidades, que empregam nossas famílias e movimentam nossas vizinhanças. Quem aqui produz aqui gera emprego, renda, saúde, segurança, educação, desenvolvimento.

Infelizmente, também são essas empresas as que mais sofrem em momentos de crise econômica, sanitária e ecológica (estiagem). Com a queda dessas empresas, sucumbe também toda nossa estrutura produtiva.

A Iniciativa MADE IN RS - PRODUTO GAÚCHO busca atacar esse problema promovendo ações que promovam e aprimorem a qualidade dos produtos feitos no RS tanto para o mercado local quanto para o mercado internacional. Também são previstas ações de fomento à melhoria da qualidade e competitividade de nossa indústria gaúcha, bem como atração de novos investimentos (locais e externos).

Com isso acreditamos que nossa economia e sociedade tendem a ter melhores condições de contribuir com a recuperação econômica num mundo pós-pandemia.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Empresas atendidas pelas prospecções de mercado do EXPORTA-RS	Quantidade	150	150.000	24
Projeto implantado do FUNDOPEM 4.0	Vezes	1	300.000	24
Cadeias produtivas apoiadas no REDES DE COOPERAÇÃO	Quantidade	4	1.000.000	24
Ações de promoção de compras locais e oferta global realizadas no MADE IN RS - BUY LOCAL / SELL GLOBAL	Quantidade	8	2.000.000	24
Projetos de competitividade apoiados no ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	Quantidade	4	1.100.000	24
Projeto POLO INTEGRADO DE QUÍMICA DE MONTENEGRO E TRIUNFO divulgado	Vezes	1	50.000	24
Projeto do PORTO INDÚSTRIA RIO GRANDE divulgado	Vezes	1	200.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolve RS

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Competitivo

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Atração de investimentos através da disponibilização de incentivos financeiros e adequação de áreas industriais para novos empreendimentos

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

2837 - Atração de investimentos
 3342 - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - APLS
 5549 - IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ESPAÇOS INDUSTRIAIS
 6156 - REDES DE COOPERAÇÃO
 6803 - PROMOÇÃO COMERCIAL

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

2019.157 - RS Competitivo

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Trabalho decente e crescimento econômico, Indústria, inovação e infraestrutura



Nº	PROJETO
822	CICLO DE FEIRAS DE ARTESANATO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2210 - Empregabilidade
 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade
 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva
 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 160.000

PÚBLICO-ALVO

Artesãos cadastrados e com carteira vigente do Programa do Artesanato Brasileiro/PAB e do Programa Gaúcho de Artesanato/PGA. Também serão beneficiados empreendedores do setor de serviço alimentícios ambulantes. No total, serão disponibilizados 100 espaços para comercialização de alimentos ao público visitante, estimado em 300 mil pessoas. Ainda, serão beneficiados indiretamente trabalhadores da montagem das feiras, da cadeia produtiva do artesanato e do turismo e hospedagem nos municípios sede. O artesanato é com frequência um ofício familiar, além de ser a principal fonte de renda de muitas famílias. Inclui-se, portanto, os familiares dos artesãos expositores como beneficiários indiretos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Ministério da Economia, Secretaria de Trabalho e Assistência Social, Prefeitura Municipal sede.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A pandemia de Covid-19 e as consequentes medidas de distanciamento social afetaram diretamente o setor artesanal, que enfrentou significativa redução nas vendas, diante à suspensão das feiras e ao fechamento do comércio. Os artesãos, trabalhadores autônomos da economia criativa, estão desde março de 2020 lidando com as dificuldades inerentes a estas duas formas de inserção laboral. Ou seja, são conta-próprias, que apenas obtêm remuneração quando conseguem comercializar suas produções e são também trabalhadores de um nicho cuja renda advinha principalmente da participação em feiras e eventos presenciais. Diante deste cenário, o poder público estadual promoveu eventos e capacitações virtuais a fim de promover a inclusão digital destes trabalhadores, fomentando o comércio online. Entretanto, os rendimentos auferidos desta maneira ainda são insuficientes para o sustento de suas famílias, de acordo com a presidente da Federação de Entidades de Artesãos do Estado do Rio Grande do Sul (FEDARGS).

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, no país, o setor artesanal movimenta R\$ 50 bilhões anuais e conta com oito milhões de artesãos.

O Programa Gaúcho de Artesanato – PGA - foi instituído pela Lei nº 13.518/2010, é responsável pela execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade artesanal no estado do Rio Grande do Sul, e tem mais de 56 mil (cinquenta e seis mil) artesãos cadastrados. Segundo dados do PGA, no ano de 2018, foi lançada em notas fiscais a venda de mais de 1,9 milhões de peças de artesanato, que somam mais de R\$ 33 milhões.

Os impactos negativos da pandemia foram sentidos em todo país e recaíram sobre os artesãos de forma muito significativa. Dados apresentados por COSTA, S. A. et al. no V Colóquio Interprogramas Secomunica 2020 , indicam que 62% dos artesãos gaúchos tiveram suas atividades muito afetadas pela pandemia, chegando a reduzir em mais de 60% o seu volume de vendas.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Essas ações garantem a ampliação do mercado consumidor e a sua consolidação para artesãos, que fazem parte de um dos grupos mais afetados pela crise econômica, relacionada à pandemia de COVID-19, os autônomos. Com o abrandamento da pandemia e a liberação de eventos presenciais, o apoio à realização de feiras de artesanato oportunizará melhor resultado aos artesãos do RS, com incremento das vendas e novos espaços mercadológicos adequados à divulgação e à comercialização dos seus produtos. Também promoverá a movimentação de toda a economia local, com impacto no setor de turismo e hospedagem.

OBJETO

Realização de um ciclo de feiras de artesanato Sul-Brasileiro no Rio Grande do Sul, composto por três feiras em municípios de diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul. O projeto deve ser executado quando a ocorrência de feiras presenciais estiver autorizada pelos protocolos sanitários de controle da pandemia de Covid-19, adotando-se as medidas recomendadas em cada caso.

OBJETIVO

Promover um ciclo de feiras de artesanato Sul-Brasileiro no Rio Grande do Sul a fim de identificar e fomentar novos espaços mercadológicos adequados à divulgação e à comercialização dos produtos artesanais.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O artesanato expressa a cultura e a identidade de um povo. Cada produto artesanal traz impresso a sua origem, sendo capaz de traduzir a sua identidade regional. É considerado patrimônio cultural imaterial por se caracterizar pelas práticas do conhecimento do indivíduo. O artesanato constitui-se também como um significativo setor econômico com alto potencial de crescimento e geração de trabalho e renda. O Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), instituído pela Portaria nº 1.007/2018, destaca, entre seus eixos e estratégias, a ampliação do



acesso a mercados consumidores e qualificação dos artesãos no que diz respeito às práticas gerenciais e produtivas.

O PGA tem vasta experiência na realização de feiras. No âmbito da qualificação profissional, o PGA promove cursos, oficinas e seminários. Desde 2016 vem realizando o projeto “Artesão em Foco”, que promove palestras e oficinas por meio de parceria com profissionais autônomos e organizações públicas e privadas como, por exemplo, SEBRAE, EMATER, Receita Estadual, INSS, Embrapa, empresas de consultoria, universidades, etc. Tendo como base essa experiência, a FGTAS, por meio do PGA, propõe a realização do Ciclo de Feiras do Artesanato Sul-Brasileiro. A proposta consiste na realização de três feiras em diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul (Litoral, Missões e Serra) propiciando a participação de artesãos gaúchos, bem como dos outros estados da região Sul. Esses artesãos terão na feira não apenas um espaço para exposição e comercialização de produtos, mas também de qualificação, por meio de palestras e oficinas inseridas na programação. Essa qualificação abordará técnicas de venda, de exposição das mercadorias e de gestão do negócio, assim como a importância do associativismo artesão para lograr maior competitividade. A programação de 5 dias também inclui rodadas de negócio com fornecedores (para articular compras coletivas ou parceria de descontos para artesãos cadastrados no PGA), com lojistas (para vendas em maior escala), com atores públicos municipais (para fomentar o estabelecimento de canais permanentes ou periódicos de comercialização, através da criação de novas Casas e Lojas do Artesão e/ou da transformação da feira em um acontecimento periódico) e com instituições de microcrédito (para possibilitar a ampliação dos negócios por meio do acesso ao microcrédito).

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Serviços de publicidade	Quantidade	3	20.000	12
Serviços gráficos	Quantidade	3	10.000	12
Serviço de locação de infraestrutura	Quantidade	3	130.000	12

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4232 - Artesanato como geração de trabalho e renda

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

Artesanato Gaúcho

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades, Cidades e comunidades sustentáveis, Consumo e produção responsáveis



Nº	PROJETO
823	FOMENTO AO ARTESANATO GAÚCHO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2210 - Empregabilidade
 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade
 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva.
 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 320.000

PÚBLICO-ALVO

Artesãos e artesãs inscritos no Programa Gaúcho de Artesanato (PGA) e também famílias e grupos organizados por meio de Associações.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Ministério da Economia, Secretaria de Trabalho e Assistência Social, Prefeitura Municipal sede.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Ausência de apoio de instituições públicas no incentivo, fomento e promoção de feiras, exposições e espaços de comercialização. Os artesãos possuem dificuldades financeiras em investimentos na aquisição de tendas/barracas para participação em feiras e/ou exposições. A falta de padronização das tendas/barracas em feiras promovidas no município não despertam o interesse do turista, já uma feira com tendas/barracas em formato padrão reduzirá a poluição visual e melhorará a constituição de identidade de feira e/ou exposição.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, no país, o setor movimenta R\$ 50 bilhões anuais e conta com oito milhões de artesãos. Atualmente, o PGA tem mais de 57.000 artesãos e artesãs cadastrados. Segundo dados do Programa, no Rio Grande do Sul, em 2018, foi lançada em notas fiscais a venda de mais de 1,9 milhões de peças de artesanato, que somam mais de R\$ 33 milhões. Uma pesquisa realizada pelo Sebrae, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, entre os dias 25 de fevereiro e 1º de março de 2021, com 6.228 de pequenos negócios, mostra que o segmento de artesanato entrou para o grupo dos cinco setores mais afetados pela crise, perdendo apenas para os serviços de alimentação, beleza, economia criativa e turismo (o mais sacrificado, conforme o levantamento). As perdas de faturamento, que no final de novembro estavam na casa de 33%, aumentaram agora, com o maior isolamento social, para 46%, considerando uma semana normal de trabalho anterior à crise. A ausência de estruturas físicas para promoção de exposição e feiras restringe a geração de renda e desenvolvimento do segmento em benefício de artesãos e suas famílias.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

A aquisição proporcionará auxílio do poder público na retomada de feiras e espaços de exposição e comercialização pós pandemia, com melhor aproveitamento das oportunidades e melhoria das condições de participação dos artesãos em feiras, festas, eventos e exposições, espaços privilegiados de venda e de compartilhamento de experiências e de informações.

OBJETO

Aquisição de estruturas móveis de armação, no formato de tendas desmontáveis, para exposição de produtos artesanais.

OBJETIVO

Disponibilizar infraestrutura de apoio à comercialização de produtos artesanais, favorecendo a retomada da geração de renda própria pós pandemia.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Atualmente, o Programa Gaúcho do Artesanato tem mais de 57.000 (cinquenta e sete mil) artesãos e artesãs cadastrados. Este cadastro proporciona, entre outras vantagens, o impulso à divulgação e comercialização da sua produção em eventos, alavancando potenciais turísticos, valorizando identidades regionais, possibilitando o aumento e a qualificação de alternativas sustentáveis, inovadoras e competitivas de geração de renda em um mercado em crise e, portanto, excludente. Entende-se que o empreendedorismo e a economia solidária e criativa são fundamentais para o alcance de resultados efetivos para os profissionais do segmento. As ações de apoio e incentivo ao segmento qualifica o desenvolvimento cultural, profissional, social e econômico, contribuindo inclusive para a economia local e o desenvolvimento de grupos produtivos organizados. Dentre as iniciativas ao fomento dessa atividade, a FGTAS propõe a disponibilização de dez estruturas desmontáveis (tendas/barracas) para cada uma das onze Agências de Desenvolvimento Social que representam a Fundação no interior do estado.

PRODUTOS



Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Tendas disponibilizadas ao artesão como espaço de comercialização	Quantidade	110	320.000	12

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4232 - Artesanato como geração de trabalho e renda

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

Artesanato Gaúcho

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
824	CASA DO ARTESÃO - ESPAÇO CONCEITO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2210 - Empregabilidade
 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade
 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva
 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
20	R\$ 315.000

PÚBLICO-ALVO

Artesãos cadastrados no Programa Gaúcho de Artesanato (PGA) e familiares.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Ministério da Economia, Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social e Prefeituras Municipais.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

As especificidades do momento que estamos vivendo exigem buscar alternativas criativas. No Rio Grande do Sul a produção artesanal é vendida basicamente em comércio físico, lojas colaborativas, feiras e eventos locais. Com as medidas restritivas da pandemia, os pontos de venda fecharam e a classe foi fortemente afetada, muitos ficaram praticamente sem renda por vários meses. Mesmo com o alívio de algumas medidas restritivas, muitos espaços não reabriram, seja por falta de demanda, seja por falta de recursos para manter os espaços.

Mesmo que nesse período todos os caminhos apontem para ferramentas virtuais de venda, com a chegada das vacinas, revive-se a esperança de aos poucos a vida voltar à normalidade. A existência de um espaço físico estimula o contato direto do artesão com o cliente trazendo informações importantes.

Uma espaço mal localizado, feio, desorganizado e com um mau atendimento inevitavelmente transmitirá uma imagem negativa na percepção do visitante, que além de falar mal, deixará de comprar. O visitante ou turista quer um ambiente diferente do que está acostumado a frequentar e, passando momentos agradáveis nestes locais, gostando tanto da experiência vivida, tem vontade de levar um pouco do lugar com ele e adquirir algo que o faça lembrar destes momentos ao retorno ao seu lar. Um pequeno artesanato pode refletir uma grande soma de valores culturais que poderão ser encontrados em comunidades locais.

Sabe-se que uma região onde por muito tempo o artesanato não é valorizado, certos produtos não estarão disponíveis a qualquer momento e nem haverá quantidade suficiente para atender a certos pedidos. Portanto, a criação do espaço da "Casa do Artesão" garantirá a oferta constante de produtos com qualidade e aumentando as vendas de cada artesão que, automaticamente, estará valorizando a cultura local.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

De acordo com a coordenadoria nacional de negócios de artesanato do Sebrae, os artesãos foram muito prejudicados pela pandemia, principalmente pelo cancelamento de eventos, como grandes feiras, onde costumavam comercializar seus produtos. A queda do faturamento já era esperada diante da realidade da pandemia, mas as incertezas e ansiedade pela vacina impactam os negócios do segmento. Uma pesquisa realizada pelo Sebrae, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, entre os dias 25 de fevereiro e 1º de março de 2021, com 6.228 de pequenos negócios, mostra que o segmento de artesanato entrou para o grupo dos cinco setores mais afetados pela crise, perdendo apenas para os serviços de alimentação, beleza, economia criativa e turismo (o mais sacrificado, conforme o levantamento). As perdas de faturamento chegaram a 46%, considerando uma semana normal de trabalho anterior à crise. Ou seja, o movimento de recuperação das vendas dos pequenos negócios foi interrompido.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Espera-se fortalecer o artesanato gaúcho. Além da promoção comercial, terá mais facilidades para acesso a cursos, palestras e serviços públicos locais. O projeto os aproximará daqueles que buscam desde suvenires a produtos de valor histórico-cultural. Incentivo ao comércio local e apelo turístico para a região de instalação.

OBJETO

Disponibilização de espaço conceito na forma de Casa do Artesão, em imóveis cedidos pelo poder público, contemplando adequações na fachada e de mobiliário, tendo como base as diretrizes do PGA.

OBJETIVO

Disponibilizar aos artesãos espaços conceitos na Casa do Artesão (fachada, mobiliário, atendimento), tendo como base as diretrizes do PGA, para criar um espaço de referência para a comercialização do artesanato gaúcho e contribuir para o desenvolvimento regional, a divulgação da cultura e a geração de trabalho e renda.



CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Os produtos artesanais reforçam sentimentos de pertencimento a identidades regionais. Assim, o artesanato de outras regiões do país não é como o produzido no Rio Grande do Sul. E mesmo dentro do estado há variações: o que se faz nos pampas, talvez não se faça no litoral, nas missões ou na serra; os descendentes de alemães, italianos, poloneses cultivam técnicas diferentes das encontradas entre populações indígenas ou quilombolas. A riqueza do artesanato é justamente a capacidade de carregar essa multiplicidade nos seus produtos. Talvez por isso os turistas encantam-se tanto pelos artesanatos. Quando se visita uma região, não raro, busca-se algum souvenir que represente o lugar e os artesanatos têm essa capacidade.

Estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, no país, o setor movimenta R\$ 50 bilhões anuais e conta com oito milhões de artesãos. No Rio Grande do Sul, o PGA é responsável pela execução das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade artesanal, somado pelas diretrizes e ações do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB). Essa combinação coliga artesãos que preservam as tradições artesanais gaúchas e, simultaneamente, tiram seu sustento dessa atividade. Segundo dados do PGA, no estado, em 2018, foram lançadas em notas fiscais as vendas de mais de 1,9 milhões de peças de artesanato, que somam mais de R\$ 33 milhões.

Tendo em vista o potencial comercial da atividade artesanal e também seu aspecto cultural, a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) propõe o novo formato para estabelecimento de "Casas do Artesão". Essas casas serão espaços conceitos e irão seguir um modelo de auto-gestão, em que as associações selecionadas via edital de chamamento público, acolherão os artesãos com registro vigente no PGA, organizando-se e mantendo o funcionamento das casas. O atendimento ao público será realizado mediante um revezamento entre os artesãos expositores. O PGA, além do processo de seleção, que garante a qualidade do material exposto, atua no fomento do associativismo entre os selecionados. Também promove cursos que visam a qualificação do atendimento e o aumento das vendas.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Adequação de espaço e mobiliário	Quantidade	9	305.000	12
Divulgação do projeto/loja	Quantidade	9	10.000	12
Curso EAD de Gestão voltado a comercialização	Quantidade	1	0	6
Seleção de artesanato via Edital chamamento público	Quantidade	9	0	6

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4232 - Artesanato como geração de trabalho e renda

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

Artesanato Gaúcho

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Trabalho decente e crescimento econômico



Nº	PROJETO
825	ARTESANATO BEM-FEITO, NEGÓCIO BEM-SUCEDIDO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2210 - Empregabilidade
 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade
 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva
 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 122.000

PÚBLICO-ALVO

O público prioritário deste projeto piloto são os artesãos cadastrados no Programa Gaúcho do Artesanato - PGA e no Programa do Artesanato Brasileiro - PAB. Em segunda chamada, os eventos estarão abertos ao público de empreendedores, enquanto autônomos, microempreendedores individuais, micro ou pequenos empreendedores, associados, artesãos rurais ou organizados sob outras formas de arranjos produtivos regularizados.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Ministério da Economia, SEBRAE, SENAC, Programa do Artesanato Brasileiro - PAB, Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Perda de renda para artesãos gaúchos em decorrência das medidas restritivas da pandemia.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

De acordo com a coordenadoria nacional de negócios de artesanato do Sebrae, os artesãos foram muito prejudicados pela pandemia, principalmente pelo cancelamento de eventos, como grandes feiras, onde costumavam comercializar seus produtos. Conforme pesquisa conjunta entre o SEBRAE e a Fundação Getúlio Vargas, observa-se que o segmento do artesanato entrou para o grupo dos cinco setores mais afetados pela crise, perdendo apenas para os serviços de alimentação, beleza, economia criativa e turismo. As perdas de faturamento, com o maior isolamento social chegaram ao patamar de 46%, considerando uma semana normal de trabalho anterior à crise. O que sugere a necessidade que esses profissionais explorem oportunidades, seja por meio de capacitação ou de integração a um mercado digital como forma alternativa de reverter essas perdas.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Artesão mais empreendedor, gerando mais renda, e ao mesmo tempo valorizando os produtos artesanais do Estado e incentivando o aumento da produtividade dos artesãos.

OBJETO

Realização de uma trilha de palestras, microcursos, cursos, disponibilizados em Plataforma de Eventos Online, para capacitação dos artesãos em administração de negócios.

OBJETIVO

Propiciar ao artesão alternativas para incrementar e recuperar seu negócio via oferta de palestras, microcursos e cursos sobre gestão financeira, planejamento e marketing, a fim de qualificar sua atuação no mercado, otimizando seu negócio com ganhos de renda e produtividade.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

No Rio Grande do Sul, há atualmente mais de 8 mil artesãos cadastrados e ativos no Sistema de Cadastro do Artesão Brasileiro (SICAB) e no PGA, instituído em 2010, são mais de 56 mil cadastrados. Além do aspecto cultural, o artesanato é um setor econômico com alto potencial de crescimento e geração de trabalho e renda. Estimativas do IBGE apontam que, no país, o setor movimenta R\$ 50 bilhões anuais e conta com oito milhões de artesãos. Segundo dados do PGA, no ano de 2018, foram lançadas em notas fiscais no RS as vendas de mais de 1,9 milhões de peças de artesanato, que somaram mais de R\$ 33 milhões.

A habilidade empreendedora e comercial, de planejamento e de gestão do negócio, nem sempre andam juntas com o saber-fazer das técnicas artesanais. Aliado a esse cenário, as restrições advindas com a pandemia por Covid-19 afetaram de sobremaneira a atividade artesã, seja pela impossibilidade de realização de feiras e venda presencial, seja por serem 40% dos artesãos integrantes do grupo de risco. Com isso, o desafio às Políticas públicas, além de proporcionar alternativas para mitigar os efeitos da pandemia, é aliar um artesanato bem-feito com um negócio bem-sucedido. Sendo assim, essa proposta se justifica tanto em fomentar maiores ganhos em termos de qualificação do negócio artesão, como para superação das perdas para esse importante segmento econômico.

PRODUTOS



Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Contratação serviço de consultoria (Instrutor)	Horas	168	106.000	4
Serviços de reprografia	Quantidade	3000	15.000	3
Contratação de Plataforma	Quantidade	0,01	1.000	1

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4232 - Artesanato Como Geração de Trabalho e Renda

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

Artesanato Gaúcho

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
826	QUALIFICAÇÃO PARA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade
2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade
2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva
1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas
2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.900.000

PÚBLICO-ALVO
Trabalhadores autônomos, em situação de desemprego, sub-emprego, ou em condições de trabalho precário. Serão beneficiados indiretamente familiares, comunidade local e fornecedores de produtos e insumos para a realização dos produtos/serviços.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Economia, Ministério da Educação, Secretaria de Trabalho e Assistência Social e Prefeituras Municipais.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Baixa capacitação de profissionais autônomos para gerir seu micro empreendimento como processo decorrente ao crescente desemprego e precarização do trabalho.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada em janeiro de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que no trimestre encerrado em novembro de 2020 a taxa de desemprego foi de 14,1%, somando um número estimado de 14 milhões de desempregados no país. O mercado informal de empregados no setor privado sem carteira de trabalho chegou a 11,2%, somando um total de 9,7 milhões de pessoas, com a taxa de informalidade de 39,1% da população identificada como ocupada, o que representa 33,5 milhões de trabalhadores informais. Além disso, o período avaliado contabilizou o crescimento de 1,4 milhão de pessoas no contingente de trabalhadores atuando por conta própria, gerando um resultado de 22,9 milhões. Paralelamente, de março a agosto de 2020, o RS registrou a criação de 54,4 mil novas Microempresas Individuais (MEI's), em média 297 novos cadastros/dia. Nos primeiros quatro meses do ano de 2020, o RS registrava um total de 608.490 MEIs identificadas no Portal do Empreendedor.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Fomento à qualificação do profissional autônomo e do microempreendedor, o que posteriormente reverterá na extensão e qualidade do processo gerencial, de distribuição e visibilidade do seu produto/negócio.

OBJETO

Cursos de qualificação para profissional autônomo, para a geração de trabalho e renda, com a aquisição de Voucher para Cursos de Qualificação Profissional.

OBJETIVO

Qualificar e profissionalizar trabalhadores autônomos e microempreendedores de forma a aumentar a taxa de sucesso e de produtividade dos negócios próprios mediante a oferta de cursos de qualificação.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Com o aumento da falta de oportunidades de emprego em razão da pandemia e outros cenários atuais, muitas pessoas têm procurado alternativas de renda e trabalho. Uma delas foi a abertura de Microempresas Individuais (MEIs), como forma de empreender por conta própria, a fim de minimizar os impactos enfrentados na crise. Em abril de 2020, o país registrou um aumento de 98 mil novas microempresas. No RS, somente em 2020, ao todo foram constituídas 196.302 novas empresas, sendo que o total em 2019 não alcançou 187 mil. Combinado a esse fator empreendedor, grande parte do público atendido nas Agências Sine da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) quer empreender, e vislumbram possibilidades de capacitação e qualificação para implementar e fortalecer os seus negócios. A necessidade de existir oferta de ferramentas de capacitação que auxiliem esse público é uma necessidade cada vez mais latente. A qualificação das MEIs é importante neste processo para a manutenção e sobrevivência do negócio, e Cursos de Qualificação Profissional são formatos que podem ser presenciais e não presenciais, através de aulas remotas por meio de plataformas de ensino cada vez mais aprimoradas durante a Pandemia, podendo ser abrangidos vários tipos de formações para capacitar o trabalhador autônomo e microempreendedor.

PRODUTOS



Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição de Voucher para Cursos de Qualificação Profissional de 160 horas.	Quantidade	1080	2.900.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Orientação, qualificação profissional e de empreendedorismo para trabalhadores

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4230 - Fomento ao Empreendedorismo e Outras Formas de Geração de Trabalho e Renda

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

Artesanato Gaúcho

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
827	DESIGN DE PRODUTO APLICADO AO ARTESANATO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

- 2210 - Empregabilidade
- 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade
- 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

- 1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva
- 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

- 210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas
- 2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 245.000

PÚBLICO-ALVO

Artesãos e artesãs de 10 comunidades de populações tradicionais (indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas) inscritos no Programa Gaúcho de Artesanato (PGA) e também famílias e demais membros das comunidades contempladas pelo projeto.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Prefeituras Municipais, Ministério da Economia, FUNAI, INCRA.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Os povos e comunidades tradicionais, para os quais o artesanato possui enorme importância simbólica e financeira, vêm encontrando dificuldade de retirar seu sustento da produção e comercialização do seu artesanato tradicional. Os desafios enfrentados para obtenção de matérias primas e para a comercialização das peças artesanais, agravadas pela a pandemia de Covid-19, bem como a pouca valorização dos produtos artesanais pelo público consumidor, representam a estes coletivos um duplo prejuízo: a precarização das condições de vida e o risco de desaparecimento de técnicas artesanais intimamente ligadas a sua cultura.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Lei Estadual nº15.539, de 4 de novembro de 2020, reconhece o artesanato produzido e comercializado diretamente pelas comunidades indígenas como de relevante interesse cultural do Estado do Rio Grande do Sul. O projeto de lei registra em sua justificativa que "muitas comunidades indígenas organizadas têm uma produção de artesanatos para a manutenção de seus núcleos familiares de forma rústica e manual. Contudo, a produção de artesanato realizada pelos integrantes de tais comunidades encontra dificuldades de comercialização, pois de modo geral, não há políticas públicas capazes de absorver a demanda e encaminhá-la de forma adequada no comércio local". No mesmo sentido aponta matéria publicada no site da Funai, em 2018, que refere cerca de 230 famílias indígenas do noroeste do RS, que encontram na produção artesanal a principal fonte de renda e subsistência das aldeias Kaingang localizadas em Iraí, Vicente Dutra e Lajeado do Bugre. A servidora Maryjara Mazzocato Dazzi, da Coordenação Técnica Local da Funai em Iraí/RS destaca que além da importância econômica, a atividade artesanal representa o resgate de aspectos culturais imprescindíveis à própria identidade indígena: "Sem a prática do artesanato, sua tradição cultural morrerá", explica. Apesar de sua importância, o fazer artesanal destas comunidades, que estão restritas a pequenos territórios e aldeamentos, enfrenta grandes dificuldades com a escassez de matéria prima para confecção das peças e a necessidade de viajar a outras cidades para comercializá-las.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Espera-se impactar positivamente as condições de vida das populações tradicionais do Estado do Rio Grande do Sul. Espera-se, também, promover o reconhecimento e a valorização do artesanato dos povos e comunidades tradicionais junto à sociedade como um todo.

OBJETO

Oficinas de capacitação em design territorial, visitas técnicas, oficinas de mídias sociais e elaboração de design gráfico próprio à produção de artesãos das populações tradicionais.

OBJETIVO

Promover capacitações a artesãos de populações tradicionais, a fim de potencializar a geração de renda destas comunidades, preservando, também, o patrimônio cultural imaterial que representam.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O artesanato é uma forma de expressão cultural comumente vinculada ao território e à comunidade que a produz. Além do aspecto cultural, o artesanato é um setor econômico com alto potencial de crescimento e geração de trabalho e renda. Estimativas do IBGE apontam que, no país, o setor movimenta R\$ 50 bilhões anuais e conta com oito milhões de artesãos. O PGA tem atualmente mais de 56 mil artesãos cadastrados. Segundo dados do PGA, no ano de 2018, foram lançadas em notas fiscais no RS as vendas de mais de 1,9 milhões de peças de artesanato, somando mais de R\$ 33 milhões. Entre os povos e comunidades tradicionais, o artesanato possui inegável relevância na vida cotidiana, implicando tanto na preservação da cultura quanto no sustento material das comunidades. No livro "Garimpo das Artes Artesanais do RS: saberes e fazeres" (2015), Leticia de Cássia reúne



relatos e imagens de artesãos de povos e comunidades tradicionais, indígenas (Kaingang, Charrua, Guarani) e quilombolas. Em comum, todos referem a intimidade entre o artesanato e a identidade cultural do seu povo. O artesanato é também muitas vezes a principal fonte de renda destas comunidades. Referindo-se aos Kaingang residentes no noroeste gaúcho, Maryjara Mazzocato Dazzi, servidora da Funai, revela que “desde pequenas, as crianças aprendem a fazer tudo. Para os indígenas 'problema' é a criança ou o jovem não aprender, não saber confeccionar artesanato, pois não saberá ganhar seu sustento”. Entretanto, embora o artesanato seja fundamental para os povos e comunidades tradicionais, a produção artesanal destes grupos não encontra reconhecimento semelhante junto ao público consumidor. À esta realidade se somam a dificuldade de acessar as matérias primas tradicionais e os diversos entraves para o escoamento da produção artesanal. Considerando esse cenário, o projeto em questão visa a promoção de capacitações em design territorial a artesãos de 10 comunidades tradicionais no RS, a fim de potencializar a geração de renda destas comunidades, preservando, também, o patrimônio cultural imaterial que representam. Com metodologia sensível às especificidades locais, que permite conhecer e entender os fazeres tradicionais, para então capacitar e fomentar a produção e comercialização, esta proposta contempla a possibilidade dos grupos imprimirem suas culturas em novos produtos, adequarem produtos já existentes, conquistarem novos mercados e aumentarem o valor agregado de seus produtos finais.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Oficina Design Territorial	Quantidade	10	100.000	18
Visita Técnica/Diagnóstico Design	Quantidade	10	35.000	18
Design Gráfico: Criação de marca/logotipo e identidade visual	Quantidade	10	65.000	18
Oficina Mídias Sociais	Quantidade	10	45.000	18

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
4232 - Artesanato como geração de trabalho e renda

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS
Artesanato Gaúcho

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades

Nº	PROJETO
----	---------



828

MAPEAMENTO DOS MESTRES-ARTESÃOS DO ARTESANATO GAÚCHO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2210 - Empregabilidade
 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade
 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva
 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 270.000

PÚBLICO-ALVO

Artesãos gaúchos, que, conforme a Portaria nº 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018, constituem-se como mestres-artesãos, isto é, artesãos que ensinam técnicas artesanais e são reconhecidos comunitariamente como mestres.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Ministério da Economia, Ministério do Turismo e Secretaria de Trabalho e Assistência Social

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br

ESCOPO

**SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Parcela significativa do patrimônio imaterial gaúcho está em risco de perder-se, em função da ausência de processo de registro e de documentação dos mestres artesãos gaúchos, que possibilite a transmissão de suas técnicas e saberes às novas gerações.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O desaparecimento das técnicas artesanais tradicionais é um fenômeno observado nas mais distintas regiões do Brasil. Diante disso, o Plano Setorial do Artesanato (2016-2025), parte do Plano Nacional da Cultura (PNC), já vem destacando "a necessidade inadiável de repasse de técnicas tradicionais, tendo em vista a expectativa de vida dos antigos mestres artesãos". No caso do Rio Grande do Sul, a situação não é diferente, onde, por exemplo, os números de registros de guasqueiros, artesãos da transformação do couro-cru, técnica relacionada à figura do gaúcho, a despeito de sua relevância cultural, apresentava apenas 55 registros de pessoas habilitadas para a técnica em 2021, conforme estimativa do Programa Gaúcho de Artesanato (PGA).

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Valorização dos mestres artesãos e de suas práticas artesanais. Divulgação das práticas artesanais tradicionais das populações que compõe a sociedade gaúcha. Transmissão às novas gerações das práticas artesanais tradicionais das culturas regionais. Reconhecimento das práticas artesanais como patrimônios culturais imateriais do Rio Grande do Sul. Fomento às cadeias produtivas da economia criativa e do turismo de base comunitária, fatores geradores de trabalho e renda.

OBJETO

Mapeamento, documentação e publicação de material referentes aos mestres-artesãos do artesanato gaúcho.

OBJETIVO

Mapear os mestres-artesãos do artesanato gaúcho, a fim de contribuir para a documentação e divulgação de saberes, ofícios e modos de fazer do artesanato gaúcho.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As técnicas artesanais, especialmente as típicas das populações que compõe a sociedade gaúcha, constituem-se em traços importantes das manifestações culturais regionais e dos processos de identificação socioculturais, compondo parte relevante do nosso patrimônio imaterial. Tais práticas artesanais, no entanto, correm o risco de desaparecer, em função da não transmissão para as novas gerações das técnicas de transformação das matérias-primas. Nesse cenário, o mapeamento e a consequente valorização dos mestres artesãos assumem potencial de reversão desse processo. Com isso, cadastrar os mestres-artesãos do artesanato gaúcho e catalogar seus modos de fazer significa também registrar parcela importante do patrimônio imaterial do estado, ameaçada de perder-se. Diante disso, o presente projeto planeja mapear os mestres-artesãos do artesanato gaúcho, a fim de contribuir para a documentação, salvaguarda e divulgação de saberes, ofícios e modos de fazer do artesanato gaúcho por meio de perfis de mestres-artesãos, foto-livro e filmes documentários em curta metragem.

PRODUTOS



Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Criação de procedimentos de cadastro dos mestres-artesão.	Quantidade	8	0	3
Levantamento dos mestres-artesãos.	Quantidade	9	0	9
Perfis dos mestres-artesãos.	Quantidade	20	28.000	4
Registros audiovisuais e fotográficos das técnicas artesanais.	Quantidade	40	200.000	12
Publicitação do material coletado	Quantidade	1	42.000	6

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4232 - Artesanato como geração de trabalho e renda

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

Artesanato Gaúcho

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
829	QUALIFICAÇÃO E APOIO AO EMPREENDEDORISMO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas 2B12 Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 943.000

PÚBLICO-ALVO

Empreendedores, particularmente trabalhadores por conta-própria, de Micro e Pequeno Negócio embrionários e/ou estabelecidos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Ministério da Economia, Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social e Prefeitura Municipal.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Aumento do número de empreendedores por conta própria ou por necessidade que, durante a pandemia, encontram dificuldades de condução e desenvolvimento de seu negócio perante os desafios de empreender.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Na comparação do segundo trimestre de 2020 com o mesmo trimestre do ano anterior, vemos que a pandemia impactou negativamente o total de trabalhadores ocupados, com variação de -8,7% no RS, representando a perda de 490 mil postos de trabalho. Alcançamos em 2019, tanto no Brasil quanto no RS, o mais alto patamar de trabalhadores por conta própria da série histórica, iniciada em 2012. A média para 2019 no RS foi de 1,43 milhões de conta-próprias, sendo que a maior parte (984 mil) sem CNPJ.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Qualificação desses empreendedores, a fim de permitir maiores alcances de resultados e sustentabilidade de seus negócios, evitando e reduzindo o fechamento precoce dos estabelecimentos e o endividamento desses empreendedores e de suas famílias.

OBJETO

Promover a capacitação e assessoramento de empreendedores embrionários e estabelecidos, por meio de cursos EAD e atividade de suporte on-line, em um modelo de consultoria coletiva.

OBJETIVO

Permitir o desenvolvimento e aprimoramento da Gestão Empresarial em negócio embrionários e estabelecidos.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

No Brasil, o empreendedorismo tem sido tema de estudo por diferentes instituições de ensino e entidades de fomento, visto que parcela da população e da produção da riqueza interna do país vem desta forma de geração de capital. O relatório executivo do projeto Global Entrepreneurship Monitor - Brasil, GEM 2019, identificou o perfil empreendedor de negócios no Brasil, considerando-se que o empreendedor é todo negócio autônomo, ou de uma empresa, formal ou informal, bem como a expansão de um negócio atual. O estudo identificou na população de 18 a 64 anos uma taxa de participação no mercado empreendedor de 38,7%, seja na criação ou aperfeiçoamento de um novo negócio ou na manutenção de um negócio já existente. O relatório aponta que 53,5 milhões de brasileiros já empreendem ou que realizaram alguma ação empreendedora. Foi identificado que no Brasil as microempresas e empresas de pequeno porte respondem por 27% do PIB e são responsáveis por 54% dos empregos formais no Brasil (SEBRAE, 2018). O relatório GEM-2019 infere que 28,2% dos empreendedores iniciais geraram ocupação para pelo menos uma outra pessoa além de si mesmos. Dos empreendedores estabelecidos, 36,9% proporcionavam, pelo menos, um posto de trabalho ou ocupação para, no mínimo, uma pessoa além de si próprio. Essa proporção foi 8,7 pontos percentuais superior à dos iniciais, fato esperado dado o maior tempo de vida dos empreendimentos estabelecidos. Em números absolutos, estima-se que esse grupo, composto por aproximadamente 22 milhões de empreendedores, esteja gerando ocupação para mais 18 milhões de pessoas. A pesquisa GEM constatou que, em 2019, pouco mais de 26% dos empreendedores brasileiros estavam formalizados com a obtenção do CNPJ, apresentando expressivo crescimento de 14,5% em relação à proporção verificada em 2018. Segundo relatório executivo GEM 2018 - RS, o estado alcançou nos últimos anos elevação no número de empreendedores, visto que a representação no estado alcançou o indicador de 31,6% da população em alguma atividade empreendedora. Em 2019, tem-se que 26,2% dos empreendedores iniciais mencionaram que "ganhar a vida porque os empregos são escassos" foi a única motivação para começar um negócio. A parcela de empreendedores por necessidade é referente a trabalhadores, que, em situação de desemprego ou por dificuldades financeiras, optam pela alternativa de empreender em um negócio próprio. O



que diferencia entre o empreendedor por oportunidade e o de necessidade, é que o primeiro enfatiza seu esforço na etapa de planejamento, pesquisa e mapeamento de seu negócio, enquanto o segundo entra no mercado sem efetuar levantamentos mais aprofundados de seu negócio e de seus clientes. Considerando que boa parte desses trabalhadores são responsáveis financeiros por suas famílias, está-se diante da fonte de sustento de parcela significativa da população gaúcha.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Curso de Capacitação Virtual em Gestão Empresarial - Modalidade EAD (Moodle) 64 horas/aula	Quantidade	1	30.880	24
Preparação de Curso de Capacitação em Gestão Empresarial - Modalidade EAD (Moodle) 22 horas/desenvolvimento 1/3 carga horária	Quantidade	0,01	11.440	24
Suporte on-line (LIVE) Módulo A - 09 horas/aula	Horas	42	95.758	24
Preparação Suporte on-line (LIVE) Módulo A - 03 horas/desenvolvimento 1/3 carga horária	Litros	42	38.220	24
Suporte on-line (LIVE) Módulo B - 27 horas/aula	Quantidade	42	287.276	24
Preparação Suporte On-line (LIVE) Módulo B - 09 horas/desenvolvimento	Quantidade	42	114.659	24
Tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras) - Vídeoaulas - Módulo A e B - 64 horas/aula	Quantidade	1	21.973	24
Tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras) Suporte online - Módulo A e B - 36 horas/aula	Quantidade	42	342.793	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Orientação, qualificação profissional e de empreendedorismo para trabalhadores

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4230 - Fomento ao Empreendedorismo e Outras Formas de Geração de Trabalho e Renda

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

RS TER - Qualificação

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Trabalho decente e crescimento econômico, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
832	CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM ARTESANATO - CENTROS PRISIONAIS E CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno 5027 - Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social 5030 - Promoção da Cidadania

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
2B12 - Fomento à Inclusão Produtiva

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 1.298.000

PÚBLICO-ALVO
Homens e mulheres em cumprimento de pena nos Centros Prisionais do Estado e jovens em cumprimento de medida socioeducativa no Rio Grande do Sul. Serão beneficiados indiretamente familiares dos internos e a comunidade como um todo.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS)

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Justiça, Programa do Artesanato Brasileiro - PAB, Secretaria de Segurança, Secretaria de Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, Secretaria de Trabalho e Assistência Social, Superintendência dos Serviços Penitenciários, Fundação de Atendimento Sócio-Educativo.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Dificuldade de ressocialização e reintegração ao mercado de trabalho por parte população carcerária.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

De acordo com dados de dezembro de 2020, da SUSEPE, a população carcerária do RS ultrapassa 41 mil pessoas. Deste montante, mais da metade dos apenados tem como grau de instrução o ensino fundamental incompleto (59% dos homens e 52% das mulheres). No caso dos jovens que cumprem medidas socioeducativas, de acordo com a FASE em março de 2021, mais de 600 estão em regime de privação total ou parcial de liberdade. Dentre esses, de acordo com dados no PNAD, o número médio de “anos de estudos” dos adolescentes e jovens apenados na FASE é de 6,59 anos, bem abaixo da média dos jovens do RS e do Brasil, que respectivamente é de 8,75 e 8,30 anos (extraído de tese de doutorado “A formação de jovens violentos”. Autor: Marcos Rolim - UFRGS 2014). Ao analisarmos esses indicativos, podemos inferir que a entrada de adolescentes e jovens adultos no mundo do crime e, conseqüente, dificuldade de sair esta relacionada à baixa escolaridade e escassez de oportunidades de trabalho e qualificação.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Redução dos índices de retorno à criminalidade. Aumento das oportunidades de trabalho emprego e renda aos egressos do sistema prisional. Qualificação dos trabalhadores e fomento à capacidade produtiva.

OBJETO

Capacitação e profissionalização de homens e mulheres apenados de Unidades prisionais e jovens em cumprimento de medida socioeducativa do Estado do Rio Grande do Sul.

OBJETIVO

Prover meios de ressocialização para apenados por meio da capacitação profissional, com vistas à integração à sociedade e ao mercado de trabalho.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A população carcerária brasileira, dada a gravidade da situação em que se encontra, constitui-se num dos principais problemas de agenda pública do país. Além das questões como superlotação, condições estruturais precárias, ação do crime organizado, que demandam ações efetivas por parte do poder público para mitigá-los, outras agendas voltadas à população carcerária também demandam solução. Entre elas, ressalta-se aquelas iniciativas voltadas à integração do apenado à sociedade.

Nesse sentido, a FGTAS, por meio do Programa Gaúcho do Artesanato (PGA), em parceria com a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), propõe o desenvolvimento de Cursos de Qualificação Profissional em Artesanato, em consonância com políticas de ressocialização e com a missão de formação, qualificação profissional.

Os cursos pautam-se pela abordagem de técnicas diversas, ministradas por profissionais e com metodologia e carga horária adequada aos grupos. Como resultado, cada apenado receberá o reconhecimento profissional, com obtenção da Carteira do Artesão pelo PGA, além do cadastro no Programa do Artesanato Brasileiro (PAB). Esta proposição visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida e autoestima dos participantes, preparando e aprimorando-os para a convivência e reintegração à sociedade, resgatando valores e a crença em um futuro socialmente digno. Com isso, o projeto estima contribuir para a redução dos índices de reincidência criminal. Desta forma, em conjunto com as parcerias mencionadas e prospectando a sustentabilidade do projeto, a FGTAS cumpre parte de suas atribuições de inserção, qualificação e orientação para o trabalho, promovendo ações para o cumprimento dos objetivos do PGA e, ao mesmo tempo, fomentando a reintegração social e o exercício de cidadania pelos apenados.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição Kit material permanente - Módulo Básico + Avançado	Quantidade	140	254.226	24
Aquisição combustível para deslocamento - caminhão PGA - Oficinas Itinerantes	Litros	12000	43.080	24
Aquisição combustível para deslocamento - Acompanhamento e fiscalização	Litros	6000	28.800	24
Diárias para pernoite e deslocamento	Quantidade	264	32.472	24
Diárias para pernoite e deslocamento - Motorista caminhão	Quantidade	132	16.236	24
Curso Básico de Artesanato (contratação de artesão instrutor)	Quantidade	80	107.456	24
Aquisição Kit material de custeio - Módulo Básico 20 horas	Quantidade	80	297.520	24
Curso Avançado de Artesanato (contratação de artesão instrutor)	Quantidade	60	161.184	24
Aquisição Kit material de custeio - Módulo Avançado 40 horas	Quantidade	60	357.024	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolvimento do Artesanato Gaúcho

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4232 - Artesanato Como Geração de Trabalho e Renda

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Eradicação da pobreza, Redução das desigualdades, Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
833	INCLUSÃO SOCIAL DE IMIGRANTES POR MEIO DO TRABALHO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5027 - Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1220 - Ampliar os meios de acesso da população às políticas de inclusão social e produtiva cidadã, considerando as especificidades regionais e territoriais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

20Z1 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 1.796.000

PÚBLICO-ALVO

Imigrantes internacionais residentes no Estado do Rio Grande do Sul, priorizando-se imigrantes com filhos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS)

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Ministério da Economia, Secretaria de Trabalho e Assistência Social do RS, Prefeitura Municipal.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Precária inserção laboral dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro, decorrente das barreiras linguísticas e da baixa qualificação.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O RS foi um dos locais que mais acolheu imigrantes nos últimos anos, especialmente os Haitianos, Senegaleses e Venezuelanos. Segundo informações do Relatório Anual 2018: Migrações e mercado de trabalho no Brasil, a região Sul recebeu 22,7% da população imigrante, sendo que destes, 7% concentram-se no Estado. O Perfil dos Imigrantes no RS, estudo divulgado em 2020 pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG), com base nos registros de atendimentos do SUS e do CadÚnico, aponta para um contingente de 50 mil residentes no RS provenientes de outros países. Quase 19 mil desses imigrantes estão registrados no CadÚnico, sinalizando a situação de vulnerabilidade social que essa população enfrenta. O acesso dos imigrantes ao mercado de trabalho é precário, sendo que cerca da metade dos inscritos no CadÚnico têm rendimentos que os colocam como extremamente pobres.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Contribuir no processo de cidadania dos imigrantes, auxiliando para sua inclusão social pelo trabalho. Espera-se também promover o trabalho decente entre populações migrantes, reduzir a discriminação racial e xenofobia, contribuir para a inserção produtiva de migrantes, particularmente mães de famílias e reduzir os gastos públicos com assistência social pela conquista da autonomia de populações em situação de vulnerabilidade social.

OBJETO

Oferta de cursos de Qualificação Profissional e Língua Portuguesa, focados para o mundo do trabalho, aos imigrantes internacionais residentes no Estado do Rio Grande do Sul. Os cursos serão promovidos por meio da contratação de serviços.

OBJETIVO

Oportunizar o acesso a cursos de Língua Portuguesa e qualificação profissional, buscando auxiliar no processo de cidadania dos imigrantes internacionais residentes no Estado do Rio Grande do Sul, prioritariamente Haitianos, Senegaleses e Venezuelanos, visando contribuir para sua inclusão social pelo trabalho.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As migrações internacionais para o Brasil têm representado importante fluxo nos últimos anos, verificado após o início da concessão de visto humanitário pelo governo brasileiro. Entretanto, a chegada desses imigrantes ao Brasil não foi acompanhada de políticas de inclusão social, revelando-se obstáculos para sua efetiva integração, tais como: a carência de espaços de acolhimento, a barreira linguística, as dificuldades de inserção produtiva e a questão da discriminação racial e xenofobia. Esses fatos, em conjunto ou isolados, acabam dificultando a inserção dos imigrantes na sociedade brasileira. Essa dificuldade reflete-se diretamente no processo de socialização do imigrante em todos os aspectos de sua vida, principalmente no mercado de trabalho, expondo essas pessoas a riscos, como exploração da mão de obra imigrante e o fortalecimento do fluxo de trabalhadores clandestinos. Esta realidade submete os imigrantes a uma situação de fragilidade socioeconômica potencialmente geradora de discriminação. Nesse sentido, pensar em ações que venham ao encontro destas demandas torna-se primordial para contribuir no processo de garantia de direitos e inserção dos imigrantes no Brasil.

Compreendendo esta realidade, a FGTAS propõe a realização de cursos de Língua Portuguesa para Imigrantes, focados para o mercado de trabalho, com direcionamento para fala e escrita, e cursos de qualificação/capacitação profissional nas áreas de: trabalhador autônomo/conta própria; empreendedorismo e trabalhador formal, conforme mapeamento de ocupações com a definição de profissões demandadas pelo mercado de trabalho, de oportunidades e de novas profissões em expansão. Entretanto, sabe-se que há maior



taxa de ocupação de postos de trabalho entre a população imigrante masculina e, como hipótese, tem-se a possibilidade das mulheres imigrantes encontrarem maior dificuldade de participação nos cursos por não haver um espaço para deixar seus filhos. Assim, também se prevê no Projeto a contratação de monitores de recreação para cuidar das crianças nos locais de realização dos cursos. Esta proposta busca como resultado contribuir no processo de cidadania dos imigrantes, auxiliando para sua inclusão social através pelo trabalho.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Ajuda de custo para os alunos (transporte e alimentação)	Quantidade	324	567.000	12
Capacitação em português com foco para o mundo do trabalho - 40 horas - 12 alunos/turma.	Quantidade	324	149.000	13
Monitoria em recreação	Horas	5400	405.000	15
Capacitação profissional - 160 horas - 12 alunos/turma.	Quantidade	324	675.000	16

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ações de inclusão social

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3791 - Ações de inclusão social

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Eradicação da pobreza, Redução das desigualdades, Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
834	QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2210 - Empregabilidade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
20Z1 - Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 3.600.000

PÚBLICO-ALVO
Trabalhadores desempregados. Além desses, diretamente beneficiados, estimamos que seus núcleos domiciliares também, por decorrência, serão beneficiados. Neste sentido, calculamos o número de trabalhadores por 3 (media de moradores em domicílios particulares permanentes e chegamos a 5.400 pessoas. É sabido que, além destes, outras pessoas serão indiretamente afetadas, dado que vão ser mais tensionados nas demandas destas pessoas. Entretanto, não efetivamos este cálculo.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Camaquã, Canguçu, Caxias do Sul, Erechim, Novo Hamburgo, Osório, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Ângelo, Uruguaiana e Vacaria.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Claudia Algayer da Rosa	51 32846075	claudia-rosa@fgtas.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Crescimento do desemprego decorrente da pandemia por Covid 19 e baixa qualificação profissional.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A PNADC aponta, no Rio Grande do Sul, no quarto trimestre de 2020, 1.127 milhão de pessoas sem emprego ou que trabalham menos do que gostariam. São 20,8% a mais do que no ano anterior, neste mesmo período. Pela primeira vez, desde 2012 (início da PNADC), o Estado encerrou o ano com mais de 1 milhão de pessoas nesta condição. Os desocupados/desempregados eram 476 mil no final do ano. A força de trabalho potencial aumentou 53,3% de um ano ao outro. A pandemia incide no desemprego, contratos são reduzidos ou suspensos. Segundo Gustavo Inácio de Moraes, economista e professor da Escola de Negócios da PUCRS (divulgado em matéria da Zero Hora, dia 23/03/2021, página 8), "no Brasil, a taxa de subocupação atingiu 28,7%. Atualmente, a população nesta condição chega a 32,031 milhões de pessoas no País. A situação atinge principalmente os trabalhadores mais pobres e com pouca qualificação que acabam ficando mais vulneráveis à crise e são os primeiros a sentirem os impactos da queda da atividade econômica". Finalizando, afirma que "a demanda é cada vez maior por um trabalhador mais técnico, com mais qualificação".

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Inserção produtiva dos trabalhadores envolvidos, de forma célere, para que possam compor a renda familiar mensal. Este impacto na família, alivia a tensão da sobrevivência, se possível, e possibilita que estes possam, paulatinamente, recompor sua capacidade de consumo o que, por decorrência, dá fôlego aos donos de negócios, notadamente no entorno dos domicílios dos trabalhadores. Este movimento, nunca se esgota no próprio trabalhador capacitado. Mas, vai dar fôlego na sua comunidade. Pois, sendo consumidor, fará parte da demanda que movimentará algum grupo de produção, que por sua vez atuará em outra esfera de produção e assim, consecutivamente.

OBJETO

Cursos de Qualificação Social e Profissional.

OBJETIVO

Viabilizar condições para garantir a Qualificação Social e Profissional de trabalhadores com qualidade e efetividade, buscando melhores condições de inserção, reinserção e permanência do trabalhador no mercado de trabalho. Também buscando atender as necessidades reais dos setores da economia.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A proposta busca contemplar a necessidade de qualificação fundamentada nos estudos sobre a situação do mercado de trabalho do Estado, identificando alterações econômicas que direcionem a absorção e/ou retração de mão de obra. Conjuntamente, o País passa por uma grande instabilidade política e econômica, cujos impactos se fazem sentir fortemente no Estado. Mesmo com essas dificuldades, o Rio Grande do Sul vem atuando no sentido de estimular o processo de desenvolvimento, como uma estratégia para a prospecção de novas alternativas de investimentos e geração de trabalho e renda. Há importantes empreendimentos em andamento, ou previstos, em todo o Estado, provocando grandes mudanças para a economia. As perspectivas de abertura de novos postos de trabalho, graças à expansão e inauguração de novas empresas, vai incrementar o processo de inserção no emprego, bem como demandar encaminhamento para a Qualificação Social e Profissional.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Curso/Qualificação de trabalhadores	Quantidade	1800	3.600.000	18

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Proteção à Vida e Promoção do Trabalho

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ações de promoção de trabalho e renda

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4139 - Formação e Qualificação Profissional

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Trabalho decente e crescimento econômico



Nº	PROJETO
849	IMPLEMENTAÇÃO DA TECNOLOGIA BIM NO DAER-RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

210D - Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras

217N - Apoio à Elaboração de Planos e Estudos de Investimentos de infraestrutura

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.500.000

PÚBLICO-ALVO

Órgãos demandantes e prestadores de serviços relativos a projetos e obras públicas de engenharia rodoviária, além da sociedade gaúcha, usurária da malha rodoviária.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

DNIT

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lia Cateri Martinazzo	51 32105192	lia@daer.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Atender ao Decreto nº 10.306, de 2020, que estabelece a utilização do Building Information Modelling - BIM (Modelagem da Informação da Construção) na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia, realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling- EstratégiaBIMBR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O Governo Federal instituiu sua utilização em obras públicas com recursos federais, a partir do Decreto Federal nº 9.377/18. De forma gradual, os estados terão que adotar BIM para execução de obras com recursos de transferências voluntárias da União.

É muito importante capacitar o Estado no uso de BIM, especialmente o DAER, grande executor de obras públicas, para que seja possível melhorar sua gestão e dar continuidade à captação e execução de recursos federais.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Uma noção completa do projeto antes da execução, maior precisão dos projetos sendo possível testar soluções previamente assim como possibilidades de execução, dimensionamento de equipes e os efeitos em prazo e custo de qualquer alteração no projeto, consequentemente os imprevistos, riscos e problemas são reduzidos e as melhores decisões são tomadas, resultando em um menor custo de execução.

OBJETO

Aquisições para a área de TI e contratação de serviços para capacitação de servidores, bem como procedimentos necessários para implantação da Modelagem de Informação da Construção (BIM) no DAER-RS.

OBJETIVO

Fomentar a implantação de novas ferramentas digitais e metodologias de elaboração de projeto, orçamento e fiscalização das obras estaduais, em busca de inovação tecnológica, modernização de processos, maior transparência, controle e otimização de recursos.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Estado tem a necessidade de qualificação dos projetos, orçamentos e execução das obras públicas, por meio da adoção de novos processos e tecnologias, em busca de maior eficiência e assertividade na execução dos recursos públicos destinados a obras, com diminuição de prazos, retrabalhos e aditivos.

A melhoria da gestão de projetos e obras públicas é fundamental para um novo patamar de desenvolvimento, uma vez que a falta de governança nas obras públicas acarreta mau uso de recursos e prejudica toda a sociedade, com implicações de natureza política, econômica e social.

A Metodologia de Modelagem de Informação da Construção (BIM) já é utilizada mundialmente e sua utilização no Brasil é crescente. Na esfera pública brasileira ainda é incipiente, mas esforços têm sido empregados para sua disseminação. O Estado do Paraná já é uma referência entre as unidades da federação.

O Governo Federal instituiu sua utilização em obras públicas com recursos federais, a partir do Decreto Federal nº 9.377/18. De forma gradual, os estados terão que também adotar BIM para execução de obras com recursos de transferências voluntárias da União.

É muito importante capacitar o Estado no uso de BIM, especialmente o DAER, grande executor de obras públicas, para que seja possível melhorar sua gestão e dar continuidade à captação e execução de recursos federais.

PRODUTOS



Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Equipamentos adquiridos	Quantidade	12	450.000	16
Instruções de Serviço atualizada	Quantidade	1	300.000	24
Comunicação através de plataforma WEB implantada	Quantidade	1	450.000	18
Servidores capacitados	Quantidade	60	500.000	18
Diagnóstico e Modelagem realizados	Quantidade	1	600.000	16
Licenças de softwares renovadas	Quantidade	10	200.000	7

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - SELT

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3378 - Ampliação e Aperfeiçoamento da Infraestrutura - Daer

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

Projeto 2018.96 - BIMGov-rs

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indústria, inovação e infraestrutura



Nº	PROJETO
881	TECHFUTURO: PROMOÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR MEIO DA INOVAÇÃO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2208 - Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável
2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1197 - Promover o empreendedorismo, inovação e tecnologias aplicadas, com aumento do impacto do dispêndio público, amplificando a contribuição para o desenvolvimento sustentável
1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
20UQ - Apoio a Projetos de Tecnologias Aplicadas, Tecnologias Sociais e Extensão Tecnológica Articulados às Políticas Públicas de Inovação e Desenvolvimento Sustentável do Brasil
210D - Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
33	R\$ 5.000.000

PÚBLICO-ALVO
Empresas de setores estratégicos do Estado do Rio Grande do Sul, conforme definido das Diretrizes Estratégicas 2018-2028, elaboradas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. Quais sejam: agroindústria, petroquímica, plástico e borracha, metalurgia; transportes (automotivo/implementos rodoviários e mobilidade urbana), eletroeletrônica e automação, saúde, madeira, celulose e móveis; couro e calçados e varejo. Também: Startups fornecedoras de tecnologias portadoras de futuro e, mais difusamente, pesquisadores de ICTIs.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
André Morais França	51 99544955	andre-franca@sict.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A economia brasileira, e por extensão a do Rio Grande do Sul, sofre de uma limitação estrutural no crescimento de sua produtividade desde a década de 70 do século passado. Estima-se um crescimento de 0,4% da produtividade PCP do país entre 1971 e 2018, sendo que desde a mesma década o Brasil também não tem acompanhado o avanço da fronteira tecnológica.

Até o momento, a estrutura demográfica do país possibilitou um crescimento em tempos de estabilidade política e econômica, cujas condições se erodem com o envelhecimento populacional. Ressalta-se que o RS é o estado mais envelhecido da federação e, portanto, com a situação mais crítica. Num quadro também sem uma alta sustentada de preços de commodities, a produtividade é chave para o crescimento da produção e a geração de emprego e renda. Em tempos de disrupções tecnológicas profundas, setores demandantes de tecnologia passam por grandes reestruturas da forma de produzir, e o mercado global se remodela conforme os sucessos e os insucessos das empresas em, pelo menos, acompanhar as mudanças em curso. Neste cenário, o investimento em inovação é crítico para a competitividade das empresas brasileiras e para sustentabilidade socioeconômica brasileira das próximas décadas.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Estudo do IEB-FGV aponta que a economia brasileira teve um crescimento de sua produtividade per capita de apenas 0,4% a.a., incorrendo inclusive em perdas relativas à produtividade comparada com a de outros países. Segundo o IPEA, entre 2007 e 2018, a produtividade da indústria brasileira caiu aproximadamente 14,3% em seu total, agravando o quadro de perda da competitividade industrial. O reflexo é a maior dependência de importação de bens produzidos no exterior.

Muito embora o RS ocupe a 2ª posição em Inovação no ranking de competitividade dos Estados, do Centro de Liderança Pública, o Brasil ocupa a 62ª no ranking de 100 países do índice Global de Inovação da Universidade Cornell. Cabe ressaltar, também, o RS se encontra apenas nas 22ª posição no ranking da federação no indicador Participação do Investimento Público em P&D, refletindo um cenário de escasso apoio ao setor produtivo gaúcho para o seu upgrade tecnológico.

Michael Kirson, pesquisador da Judge Business School da Universidade de Cambridge afirma, em artigo científico publicado no Cambridge Journal of Regions, Economy and Society, que "grande parte da política de inovação está focada na geração de inovações e não na difusão e adoção de inovações em toda a economia. Esse foco fará pouco para diminuir ou reverter divergências regionais no desempenho econômico. A política de inovação no nível local requer maior foco na difusão da inovação, ao mesmo tempo em que se adota uma perspectiva mais ampla para englobar a variedade de inovações e uma perspectiva mais restrita para focar as necessidades de inovação específicas de cada região ou local".

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Aumento da produtividade e da eficiência, bem como a agregação de valor em produtos e à redução de custos de produção das empresas contempladas, e difusão do conhecimento gerado pelos projetos a outras empresas do setor, ampliando o acesso a *know-how* crítico.

OBJETO

Apoio à adoção de tecnologias habilitadoras por empresas gaúchas, por meio de edital FAPERGS de fomento à projetos de inovação aberta com vistas ao aumento da produtividade, ao aumento da eficiência, à agregação de valor em produtos, e/ou à redução de custos de produção.

OBJETIVO

Fomentar a adoção de tecnologias habilitadoras avançadas por empresas gaúchas com vistas ao aumento de sua produtividade e apoiar a transferência de know-how e tecnologia de ICTIs gaúchas ao setor produtivo, consolidando uma relação mais próxima entre academia e empresa.



CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Hoje o RS é um dos maiores polos de ciência e tecnologia do país, contando com 11,5 % da produção científica, várias universidades dentre as melhores do país, mais de 2000 doutores formados por ano, 16 parques científicos e tecnológicos, 40 incubadoras, 27 polos tecnológicos e 42 instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICTs). Há portanto, uma infraestrutura de inovação considerável, construída com anos de investimento públicos federal e estadual, porém ainda com pouca tradução no mercado. A participação do Estado no PIB nacional continua baixa, em torno de 6%, aquém do potencial de agregação de valor que a base de conhecimento existente permite, através da transferência tecnológica para a matriz produtiva do RS. Além disso, com base em estudos realizados, percebe-se que novas tecnologias disruptivas, portadoras de futuro, de maior domínio da academia gaúcha, ainda são pouco utilizadas nas empresas do RS.

Tecnologias portadoras de futuro, como manufatura avançada, Internet das Coisas, Inteligência Artificial, Robótica, Automação, Materiais Avançados, dentre outras, precisam permear os projetos empresariais, não só para agregar mais valor aos produtos e serviços das empresas, mas até para garantirem a sua sobrevivência em um contexto de transformação digital dos modelos de negócio. O salto tecnológico é fundamental para a viabilização de empregos qualificados, aumento de renda e qualidade de vida para os gaúchos.

Cabe destacar que a criação do Programa Techfuturo foi realizada por meio do Decreto 55.832, de 23 de julho de 2020, possibilitando a execução de ações e iniciativas para consolidar este ambiente de inovação, que materializa a inserção destas tecnologias e setores estratégicos proporcionando um salto de competitividade para as nossas empresas em níveis local, regional, nacional e internacional. O objetivo geral do Programa Techfuturo é apoiar a transferência de tecnologias portadoras de futuro para a matriz produtiva gaúcha através da aproximação efetiva de instituições científicas e tecnológicas e pesquisadores da academia com empresas e startups em operação no Estado, com a implementação de projetos de inovação que efetivem a evolução tecnológica da economia do RS. Portanto, apoiar projetos que consolidem esta visão de futuro do Estado é que contribuirá para um desenvolvimento de uma nova economia baseada em conhecimento e tecnologia e um ambiente profícuo para o empreendedorismo inovador no RS.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Projeto de adoção tecnológica implementado em empresa de setor estratégico da economia gaúcha	Quantidade	15	5.000.000	30

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Acelera RS

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Conhecimento em Inovação, Ciência e Tecnologia

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

TECH FUTURO: Tecnologias Portadoras de Futuro para Setores Econômicos Estratégicos

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3736 - TECH FUTURO: Tecnologias Portadoras de Futuro para Setores Econômicos Estratégicos

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

2019.206 - Tech Futuro

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indústria, inovação e infraestrutura



MINISTÉRIO DO TURISMO

Caderno de Propostas do
Rio Grande do Sul ao OGU 2022



Secretaria Especial da Cultura

- 806** REQUALIFICAÇÃO DO ACERVO DO MUSEU JULIO DE CASTILHOS
- 807** PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ACERVOS DO MUSEU DE COMUNICAÇÃO HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA
- 809** RESTAURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO MUSEU DA COMUNICAÇÃO HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA
- 810** REQUALIFICAÇÃO DO MUSEU ARQUEOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL
- 811** RESTAURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL
- 812** RESTAURAÇÃO DAS ESTRUTURAS DO MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO
- 813** RECUPERAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PARQUE GENERAL BENTO GONÇALVES
- 814** PROJETO DE RESTAURAÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO DA SEDE DO INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO
- 815** CONTINUIDADE DA RESTAURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO
- 816** QUALIFICAÇÃO DA SEDE DO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DO RIO GRANDE DO SUL
- 836** RESTAURAÇÃO DO FORRO E DAS POLTRONAS DO THEATRO SÃO PEDRO

Secretaria Nacional de Infraestrutura Turística

- 873** PAVIMENTAÇÃO DA ERS-427 (ENTRONCAMENTO ERS-020 CAMBARÁ E DIVISA COM SANTA CATARINA)
- 878** PAVIMENTAÇÃO VRS-823 - VALE VÊNETO



Secretaria Especial da Cultura



Nº	PROJETO
806	REQUALIFICAÇÃO DO ACERVO DO MUSEU JULIO DE CASTILHOS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5025 - Cultura

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1215 - Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 1.120.000

PÚBLICO-ALVO
Visitantes locais e estrangeiros, excursões escolares, pesquisadores e interessados, somando em torno de 2 mil visitantes por mês.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Cultura

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Departamento de Memória e Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo Hahn	51 99116424	eduardo-hahn@sedac.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

O acervo de peças históricas do Museu Júlio de Castilhos encontra-se, em parte, com problemas sérios de conservação, assim como, devido à falta de mobiliário expositivo, não pode ser colocado em exposição para a população.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A falta de recursos aplicados na qualificação de espaços culturais tombados e na sua recuperação, em nível nacional, acaba incorrendo em processo de deterioração deste acervo, fato este que necessita ser revertido no estado do Rio Grande do Sul.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Devolução à sociedade gaúcha de um acervo de peças históricas restauradas e passíveis de serem expostas no Museu Júlio de Castilhos.

OBJETO

Higienização e restauração de peças do acervo do Museu. A reestruturação de reservas técnicas, a implantação de espaço de conservação preventiva e a implantação de nova expografia no Museu.

OBJETIVO

Qualificação do acervo de 11.400 peças, de diversas tipologias, na modernização da expografia, na viabilidade e efetividade das medidas educativas realizadas no museu e a modernização da gestão e da comunicação.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Museu Júlio de Castilhos é tombado em nível Federal pelo IPHAN e abriga um extenso acervo, de diversas tipologias. O Museu passará, em breve, por obras de restauração e requalificação estrutural, com recursos oriundos do PAC-Cidades Históricas. Em paralelo à obra, torna-se necessário a execução de ações de recuperação do seu acervo, e a aquisição de mobiliário e equipamentos, tendo em vista que as condições de conservação até então existentes não eram adequadas.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Higienização e restauro de peças do acervo realizado	Quantidade	2	140.000	24
Reservas técnicas 1 e 2 restaurada	Quantidade	2	320.000	24
Espaço de preservação preventiva implementado	Quantidade	1	60.000	24
Nova expografia implementada	Quantidade	1	400.000	24
Peças do acervo higienizadas e restauradas	Quantidade	68	200.000	24



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação e sustentabilidade das instituições culturais

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Recuperação de acervos dos museus gaúchos

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Cidades e comunidades sustentáveis



Nº	PROJETO
807	PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ACERVOS DO MUSEU DE COMUNICAÇÃO HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5025 - Cultura

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1215 - Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 2.330.000

PÚBLICO-ALVO
Visitantes locais e estrangeiros, publico escolar, especialistas e pesquisadores, somando um público mensal de aproximadamente 2.000 pessoas.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Cultura

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE (órgão tombador), Departamento de Memória e Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo Hahn	51 99116424	eduardo-hahn@sedac.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Parte do acervo de obras de valor histórico do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa encontra-se com problemas de conservação, necessitando de ações de melhoria de suas condições.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A falta de recursos destinados à conservação de equipamentos culturais tombados acaba incorrendo em processos de deterioração de suas estruturas e acervos.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Preservar e divulgar o acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa e devolver ao público o acesso ao acervo do museu.

OBJETO

Realizar o tratamento técnico do acervo do Museu, através da implementação de laboratórios específicos para a documentação e catalogação, conservação e restauração, além da reprodução digital dos acervos visando a sua divulgação.

OBJETIVO

Preservar e divulgar o acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A edificação onde se localiza o Museu Hipólito José da Costa será totalmente recuperada com os recursos do PAC Cidades Históricas, um programa do Governo Federal que está sob a gestão do IPHAN. Como complementação à este processo de recuperação do museu, torna-se necessário viabilizar ações de que garantam a conservação do seu acervo. O acervo existente no Museu Hipólito José da Costa consiste em suportes de grande fragilidade, tais como: papel, fitas magnéticas, películas cinematográficas, etc., de grande valor histórico e cultural. Para garantir a sua conservação, torna-se urgente a implementação de espaços e laboratórios adequados, e com os equipamentos necessários para a execução das ações de conservação necessárias. Ao mesmo tempo, a divulgação destas informações, tendo em vista a fragilidade dos elementos de suporte, só é garantida através da digitalização das informações.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Climatização e monitoramento ambiental implementado	Quantidade	5	93.300	24
Peças ou documentos armazenados e acondicionados	Quantidade	20035	1.018.550	24
Laboratório de documentação, catalogação e reprodução digital concluído	Quantidade	1	927.900	24
Laboratório de conservação e restauro concluído	Quantidade	1	25.250	24
Acesso digital às informações e imagens sobre o acervo implementado	Quantidade	2	130.000	24
Consultoria e capacitação técnica concluída	Quantidade	5	135.000	24



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação e sustentabilidade das instituições culturais

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Recuperação de acervos dos museus gaúchos

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Cidades e comunidades sustentáveis



Nº	PROJETO
809	RESTAURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO MUSEU DA COMUNICAÇÃO HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5025 - Cultura

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1215 - Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
30	R\$ 7.000.000

PÚBLICO-ALVO
Pesquisadores, estudantes, público visitante e população do estado do Rio Grande do Sul

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Cultura

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Cultura - IPHAE (proprietária do imóvel e órgão tombador) e Secretaria de Obras e Habitação (fiscalização de obra) e IPHAN.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo Hahn	51 99116424	eduardo-hahn@sedac.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A sede do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa apresenta, atualmente, uma série de problemas de deterioração de sua estrutura física, devido à falta de ações de conservação no decorrer de vários anos. Desta forma, foi elaborado um projeto integral de restauração com recursos do Governo Federal. Agora torna-se necessária a obtenção de recursos para a execução das obras.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A falta de recursos para ações de manutenção e recuperação de estruturas de instituições culturais, em nível nacional, acaba incorrendo em processos de deterioração. Este fato precisa ser revertido no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Espera-se restaurar a sede do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa e devolver à sociedade uma instituição cultural que tenha a possibilidade de amplo atendimento público.

OBJETO

Restauração e Adequação do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, imóvel tombado no Centro Histórico de Porto Alegre.

OBJETIVO

Recuperar o imóvel tombado, proporcionando condições físicas adequadas à conservação do acervo do museu, que conta a história do RS através dos veículos de comunicação, e permitir o acesso, com segurança, da população a exposições e atividades educativas no museu.

Pretende-se, por meio da execução das obras de restauração e adequação do museu, garantir a recuperação definitiva da cobertura, de forma a barrar a atual e contínua entrada de águas pluviais, restaurar as esquadrias e as fachadas da edificação, executar novo sistema de circulação vertical interno, dentro das normas de segurança e acessibilidade vigentes, adequar os espaços das áreas expositivas internas, recuperar forros e pisos internos, executar novas redes elétrica, hidrossanitária, SPDA, PPCI, comunicação, segurança, etc., de forma a garantir o perfeito funcionamento deste equipamento museal.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Instituição da Secretaria de Estado da Cultura, o Museu de Comunicação Hipólito José da Costa foi criado por meio da Portaria nº 018.044 de 10 de setembro de 1974, com a finalidade de guardar, preservar e difundir a memória dos meios de comunicação do Estado do Rio Grande do Sul. O museu está instalado em um prédio histórico, construído em 1922 para sediar o jornal republicano "A Federação", e tombado pelo IPHAE/SEDAC em 1977. A edificação, de características ecléticas, apresenta a fachada principal com grande quantidade de adornos. Com um importante papel na preservação da memória da comunicação no Estado, o museu disponibiliza ao público um rico acervo que engloba periódicos, fotografias, vídeos, filmes, discos, material de propaganda, além de objetos e equipamentos ligados aos veículos de comunicação. Durante décadas a instituição tem viabilizado importantes trabalhos nas áreas da pesquisa historiográfica e diversos trabalhos acadêmicos, e representa, atualmente, o único museu voltado à preservação da memória da comunicação no Estado do Rio Grande do Sul. Apesar disso, a edificação apresenta, atualmente, muitos problemas com relação à disposição e dimensionamento dos espaços de armazenamento do seu acervo, apresentando grandes espaços de circulação pouco utilizados juntamente com pequenas salas de armazenamento, onde o acervo está acumulado de forma inadequada. Ao mesmo tempo, a falta de organização espacial não permite a correta disposição dos espaços expositivos, que se apresentam, atualmente, de forma confusa e descontínua dentro da edificação. Áreas nobres do edifício são atualmente utilizadas por funções de serviço, como depósitos e banheiros. A circulação vertical da edificação é confusa e, em alguns pontos, bota em risco a integridade dos usuários com escadas mal



dimensionadas e elevadores sucateados e deteriorados. Ao mesmo tempo, as constantes infiltrações pela cobertura e pelo subsolo da edificação são responsáveis pela perda de importantes documentos ou objetos históricos. Observa-se que a água que se acumula nos porões chega à altura de 30 cm em dias de chuvas muito intensas. A instalação elétrica, já obsoleta, apresenta sérios problemas que, juntamente com a umidade das infiltrações, coloca a edificação, seu acervo e seus ocupantes sob risco iminente de incêndio. As saídas de emergência são inadequadas, as escadas são perigosas e a iluminação de emergência é ineficiente. Desta forma, é evidente o contínuo processo de deterioração do acervo ali existente. Parte do acervo de filmes históricos de rolo está irremediavelmente perdido por falta de condições de armazenamento. Igualmente, o acervo de jornais históricos está se deteriorando, tendo em vista as péssimas condições das salas de armazenamento. Todos estes fatores, aliado à atual falta de condições financeiras da Secretaria de Estado da Cultura para financiar as obras necessárias, deixam evidente a necessidade urgente de viabilizar o financiamento das obras.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Terceiro e quarto pavimento restaurado	Percentual	100	570.000	30
Reforços, estruturais, esquadrias e divisórias instalados	Percentual	100	630.000	30
Climatização instalada	Percentual	100	2.350.000	30
Instalação de obra, Restauração do Subsolo e acondicionamento de acervo realizado	Percentual	100	300.000	30
PPCI, Restauração das fachadas, museográfico, comunicação visual e serviços finais realizados	Percentual	100	680.000	30
Pavimento térreo e mezanino restaurado	Percentual	100	530.000	30
Segundo pavimento e do pavimento intermediário restaurado	Percentual	100	570.000	30
Instalações hidrossanitárias, elétrica e CFTV realizados	Percentual	100	1.370.000	30

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação e sustentabilidade das instituições culturais

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Restauração e requalificação de prédios históricos culturais

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5837 - Construção, Reforma e Modernização de Espaços Culturais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Cidades e comunidades sustentáveis



Nº	PROJETO
810	REQUALIFICAÇÃO DO MUSEU ARQUEOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5025 - Cultura

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1215 - Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra, Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
30	R\$ 4.700.000

PÚBLICO-ALVO
Pesquisadores, estudantes, público visitante e população do estado do Rio Grande do Sul

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Cultura

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Cultura (proprietária do imóvel) e Secretaria de Obras e Habitação (fiscalização de obra)

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo Hahn	51 99116424	eduardo-hahn@sedac.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

O prédio da sede do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul - MARSUL, localizado no município de Taquara, está fechado ao público há mais de 10 anos, devido às péssimas condições de conservação de suas estruturas. Torna-se necessário reverter essa situação.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A falta de recursos públicos destinados às ações de conservação e recuperação de estruturas culturais, em nível nacional, acaba incorrendo em processos de deterioração física de suas estruturas, fato este que precisa ser revertido no Estado do Rio Grande do Sul.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Recuperação física da estrutura da sede do MARSUL e sua devolução ao público em pleno funcionamento.

OBJETO

Requalificação total das estruturas físicas do Museu Arqueológico do RS, localizado no município de Taquara.

OBJETIVO

Recuperar o imóvel para garantir o perfeito funcionamento do Museu Arqueológico do RS, proporcionando condições físicas adequadas à conservação do seu acervo histórico e permitindo o acesso, com segurança, da população a exposições e atividades educativas no museu.

Pretende-se, por meio da execução deste projeto, garantir a recuperação definitiva da cobertura da edificação, de forma a barrar a atual e contínua entrada de águas pluviais, além disso, pretende-se restaurar as esquadrias e as fachadas da edificação, executar novo sistema de circulação vertical interno dentro das normas de segurança e acessibilidade vigentes, adequar os espaços das áreas expositivas internas, recuperar forros e pisos internos, executar novas redes elétrica, hidrossanitária, SPDA, PPCI, comunicação, segurança, etc.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Museu de Arqueologia do Rio Grande do Sul, também conhecido como MARSUL, é uma instituição ligada à Secretaria de Estado da Cultura, localizada nas imediações da cidade de Taquara. Foi criado através Decreto Estadual 18.009 de 12 de agosto de 1966 e seu idealizador e fundador foi o professor Eurico Theófilo Miller, que realizava pesquisas na área da arqueologia em vários estados brasileiros.

Com meio século de existência, o MARSUL se apresenta, no cenário nacional, como uma das principais referências entre os museus arqueológicos brasileiros, além de ser o único museu arqueológico do Brasil com instalações construídas especificamente para tal, conforme a visão e o conceito de seus fundadores.

O seu acervo é composto por coleções oriundas de pesquisas em sítios précoloniais, contendo materiais de grupos caçadores coletores, pescadores coletores do litoral e horticultores, além de sítios do período colonial.

Composição do acervo:

- **Materiais arqueológicos provenientes dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Rondônia e Amazonas.**
- **Coleção arqueológica proveniente do Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre.**
- **Coleção de fragmentos cerâmicos da fase Marajoara, doado pelo Museu Paraense Emílio Göeldi.**
- **Coleção de fragmentos cerâmicos de Santarém, doado pelo Museu Paraense Emílio Göeldi.**
- **Coleções de materiais arqueológicos (fragmentos cerâmicos e têxteis) do Peru e do México.**
- **Coleções de materiais arqueológicos doados por particulares.**
- **Artefatos etnográficos dos índios Nhambikuara, do Mato Grosso.**
- **Material arqueológico proveniente das Missões Jesuíticas dos Guarani e da Casa Schmitt Presser, em Novo Hamburgo.**



Além do acervo de peças arqueológicas, o MARSUL possui um acervo documental vasto, composto por manuscritos, mapas, fotografias, croquis, etc., que registram as escavações arqueológicas efetuadas. Apesar da sua importância e relevância a nível nacional, a edificação que abriga o MARSUL apresenta sérios problemas físicos, que colocam em risco de perda o acervo ali existente. A cobertura da edificação está danificada, ocasionando infiltrações de águas pluviais no interior da edificação. Este fato, aliado aos problemas da rede elétrica sucateada, colocam a edificação sob risco iminente de incêndio. Igualmente, a maior parte dos banheiros está interdito, tendo em vista as péssimas condições da rede hidrossanitária. Grande parte das esquadrias de madeira também está bastante deteriorada, em decorrência do ataque de insetos xilófagos. Desta forma, fica evidente a necessidade de execução de obras de requalificação das estruturas físicas do museu, até agora não iniciadas tendo em vista a indisponibilidade financeira do Estado do Rio Grande do Sul em arcar com os custos para tanto.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Cobertura e pluviais, reforço estrutural, estrutura elevador recuperados	Percentual	100	980.000	30
Alvenarias de tijolos, revestimentos, escada interna e recuperação de esquadrias executados	Percentual	100	690.000	30
Pavimentações, e elevador realizados	Percentual	100	940.000	30
Projetos complementares elaborados	Percentual	100	720.000	30
Fachadas e alvenarias externas, pintura interna, pintura esquadrias recuperados	Percentual	100	900.000	30
Instalações sanitárias, desmobilização e limpeza final realizadas	Percentual	100	470.000	30

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação e sustentabilidade das instituições culturais

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Requalificação de museus por meio de parceria público-privada

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5837 - Construção, Reforma e Modernização de Espaços Culturais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Cidades e comunidades sustentáveis



Nº	PROJETO
811	RESTAURAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5025 - Cultura

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1215 - Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
30	R\$ 4.900.000

PÚBLICO-ALVO
Pesquisadores, estudantes, público visitante e população do estado do Rio Grande do Sul

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Cultura

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Cultura (proprietária do imóvel) e Secretaria de Obras e Habitação (fiscalização de obra)

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo Hahn	51 99116424	eduardo-hahn@sedac.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

O prédio da sede do Memorial do Rio Grande do Sul apresenta problemas decorrentes da falta de ações de conservação de suas estruturas nos últimos anos. Este fato incorreu na necessidade de elaboração de um projeto integral de restauração, que foi elaborado com recursos do Governo Federal. Busca-se agora os recursos necessários para a execução das obras.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A falta de recursos destinados às ações de conservação e recuperação de estruturas de equipamentos culturais, em nível nacional, acaba incorrendo na sua deterioração física, e na necessidade posterior de execução de grandes obras de restauração.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Recuperação do prédio do Memorial do Rio Grande do Sul e devolução à sociedade de mais um equipamento cultural plenamente restaurado.

OBJETO

Restauração e adequação do prédio do Memorial do Rio Grande do Sul, localizado no Centro Histórico de Porto Alegre.

OBJETIVO

Restaurar o imóvel tombado pelo IPHAN para garantir o perfeito funcionamento do Memorial do RS, proporcionando condições físicas adequadas à conservação do seu acervo e garantindo segurança a seus usuários.

Pretende-se, através desse projeto, garantir a recuperação definitiva da cobertura, de forma a barrar a atual e contínua entrada de águas pluviais, pretende-se também restaurar as esquadrias e as fachadas da edificação, requalificar o atual sistema de circulação vertical interno dentro das normas de segurança e acessibilidade vigentes, adequar os espaços das áreas expositivas internas, recuperar forros e pisos internos, executar novas redes elétrica, hidrossanitária, SPDA, PPCI, comunicação, segurança, etc.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Instituição da Secretaria de Estado da Cultura, o Memorial do Rio Grande do Sul foi criado pelo Decreto nº 39.986 de 18 de fevereiro de 2000, e consiste em uma instituição cultural voltada à preservação da memória do Estado do Rio Grande do Sul. O prédio da Antiga Sede dos Correios e Telégrafos, onde se localiza atualmente o Memorial, foi construído entre os anos de 1910 e 1914, e, tendo em vista a qualidade de sua arquitetura e de sua ornamentação, foi tombado como patrimônio nacional pelo IPHAN em 1980. O Termo de Cessão de Uso efetuado entre a SedaC e a Empresa Pública de Correios e Telégrafos, que viabilizou a instalação deste equipamento cultural nesta edificação, viabilizou também a criação, no mesmo edifício, de um Museu Postal, mantendo o local com parte das suas funções originais. A edificação também foi adaptada, durante a sua primeira restauração, para abrigar em suas dependências o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, que guarda milhares de documentos entre os quais mapas, fotografias, gravuras, imagens iconográficas, depoimentos, etc., referentes à história do Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, suas dependências também abrigam o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, responsável pela guarda de um rico acervo etnográfico e arqueológico. Apesar disso, a edificação apresenta, atualmente, muitos problemas físicos, que colocam em risco a sua integridade. As infiltrações de águas pluviais pela cobertura são constantes, inclusive dentro da reserva técnica do Arquivo Histórico, botando em risco de destruição seu acervo de documentos em papel. Além disso, alagamentos oriundos do retorno das águas do sistema de esgoto comprometem a área expositiva do pavimento térreo. Estes problemas, aliado ao sucateamento da rede elétrica, coloca a edificação em risco iminente de incêndio.



O sistema de elevadores, de tecnologia obsoleta, está sempre apresentando problemas técnicos. A rede hidrossanitária está comprometida e muitas esquadrias de madeira apresentam problemas de infestação de insetos xilófagos.

Todos estes fatores, aliado à atual falta de condições financeiras da Secretaria de Estado da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul para financiar as obras necessárias para sua recuperação, deixam evidente a necessidade urgente de viabilizar o financiamento das obras de restauração e adequação da edificação onde se encontra o Memorial do Rio Grande do Sul, a ser executada por empresa com mão de obra capacitada para tanto.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Climatização, museográfico e programação visual implementado	Percentual	100	910.000	30
Recuperação do relógio, plataforma metálica da caixa d'água e desmobilização de obra realizado	Percentual	100	310.000	30
Instalação elétrica, hidrossanitária, CFTV, PPCI e recuperação das coberturas realizadas	Percentual	100	1.610.000	30
Serviços preparatórios e pavimento térreo realizados	Percentual	100	510.000	30
Segundo e terceiro pavimento e do terraço restaurado	Percentual	100	900.000	30
Fachadas e das esquadrias restauradas	Percentual	100	660.000	30

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação e sustentabilidade das instituições culturais

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Restauração e requalificação de prédios históricos culturais

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5837 - Construção, Reforma e Modernização de Espaços Culturais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Cidades e comunidades sustentáveis



Nº	PROJETO
812	RESTAURAÇÃO DAS ESTRUTURAS DO MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5025 - Cultura

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1215 - Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 1.250.000

PÚBLICO-ALVO
Pesquisadores, estudantes, público visitante e população do estado do Rio Grande do Sul

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Cultura

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Cultura (proprietária do imóvel) e Secretaria de Obras e Habitação (fiscalização de obra)

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo Hahn	51 99116424	eduardo-hahn@sedac.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Algumas edificações que compõe o Museu Estadual do Carvão, em Arroio dos Ratos, apresentam problemas decorrentes da falta de ações de conservação em anos passados. Uma das edificações é o prédio da Usina, local onde ocorrem as exposições de acervo histórico, que, tendo em vista o péssimo estado de conservação de sua cobertura, apresenta problemas constantes de infiltrações de águas pluviais.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A pouca disponibilidade de recursos para ações de conservação e restauração de estruturas de valor cultural em nível nacional acaba acarretando o aparecimento de problemas em várias instituições, tal como ocorre atualmente no Museu Estadual do Carvão.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Recuperação das estruturas físicas que compões o Museu Estadual do Carvão e devolução desta instituição cultural ao público.

OBJETO

Restauração das estruturas físicas do Museu Estadual do Carvão, localizado no município de Arroio dos Ratos.

OBJETIVO

Restaurar o imóvel tombado pelo IPHAE para garantir o perfeito funcionamento do museu, proporcionando condições físicas adequadas à conservação do seu acervo e garantindo segurança a seus usuários. Pretende-se, através desse projeto, viabilizar a restauração completa da cobertura do prédio da Usina, assim como restaurar as estruturas físicas da Casa Branca e Casa Amarela, no que diz respeito à recuperação da estrutura das coberturas, canalizações pluviais, rebocos internos e externos, instalação elétrica e pintura geral.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Trata-se de uma instituição ligada à Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul composta por um complexo de edificações que ocupam uma área de 11 hectares. Sua fundação se deu em 31 de março de 1986, e seu objetivo é preservar a história da exploração do carvão no Brasil, assim como a história dos trabalhadores das minas de carvão. Em 1924 foi inaugurada a primeira Usina Termelétrica do Brasil, atual Museu Estadual do Carvão, que funcionou até o ano de 1956. Após a conclusão de suas atividades, iniciou-se um lento processo de desmonte de suas estruturas, interrompido no ano de 1986 quando foi efetuado o seu tombamento estadual pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE. Das estruturas originais ainda restam alguns edifícios, entre os quais o prédio da antiga usina termelétrica, o prédio do almoxarifado, parte do resfriador, a caixa d'água de subsolo, prédios administrativos e alguns pavilhões de depósito. O local é, atualmente, uma referência do patrimônio histórico-cultural da Região Carbonífera, contando parte importante da história da economia e da cultura da região de extração de carvão do Estado do Rio Grande do Sul. Seu acervo é composto por ferramentas e utensílios de extração mineral, peças em porcelana para eletricidade, tijolos refratários vindos da Europa, mobiliário antigo, fotografias, livros, mapas e documentos que registram a história das minas do carvão. Apesar da importância deste complexo, é visível o processo de degradação de suas estruturas, que vem se acentuando rapidamente, tendo em vista a indisponibilidade financeira do Governo Estado do Rio Grande do Sul para arcar com os custos de recuperação das edificações.

Coberturas danificadas, infiltrações de águas da chuva, rachaduras estruturais nas edificações, infestação de insetos, instalações elétricas em risco de colapso, entre muitos outros problemas, são algumas das realidades vivenciadas pela estrutura do Museu, que tem colocado sob risco de destruição e perda um dos acervos mais ricos voltados à história da mineração nacional.



Tendo em vista a quantidade de edificações e estruturas existentes no local e que necessitam de obras de recuperação, torna-se necessário, considerando os valores financeiros envolvidos, segmentar o processo de recuperação em etapas, priorizando, no início do processo, a recuperação da cobertura do Prédio da Antiga Usina Termoeletrica, local onde se encontra exposto o acervo de bens históricos, a recuperação da Casa Branca, atual arquivo da mineração onde estão armazenados milhares de documentos históricos, e a recuperação da Casa Amarela, atual sede administrativa deste complexo cultural.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Cobertura do prédio da Antiga Usina restaurada	Percentual	100	1.000.000	24
Casa Amarela restaurada	Percentual	100	250.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação e sustentabilidade das instituições culturais

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Requalificação de museus por meio de parceria público-privada

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5837 - Construção, Reforma e Modernização de Espaços Culturais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Cidades e comunidades sustentáveis



Nº	PROJETO
813	RECUPERAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO PARQUE GENERAL BENTO GONÇALVES

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5025 - Cultura

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1215 - Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 750.000

PÚBLICO-ALVO
Pesquisadores, estudantes, público visitante e população do estado do Rio Grande do Sul

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Cultura

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Cultura (proprietária da área ao redor da casa), Secretaria da Agricultura, Pecuária de Desenvolvimento Rural (proprietária do restante da área) e Secretaria de Obras e Habitação (fiscalização do projeto executivo)

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo Hahn	51 99116424	eduardo-hahn@sedac.rs.gov.br

ESCOPO

**SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A sede do Parque Histórico General Bento Gonçalves, fundado na década de 1950, apresenta, com o passar dos anos, problemas decorrentes da falta de ações de conservação e manutenção. Para reverter essa situação é necessária a execução de ações de conservação da sede, assim como a elaboração de um projeto executivo de intervenções no parque.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A falta de recursos destinados à manutenção e recuperação de bens de valor cultural, em nível nacional, acarreta na deterioração física destes bens. Torna-se necessário, portanto, reverter essa situação no âmbito do estado do Rio Grande do Sul.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Recuperar um bem de valor cultural e devolvê-lo à sociedade, de forma a viabilizar o atendimento público com eficiência.

OBJETO

Execução de obras de conservação e elaboração de projeto executivo de qualificação do Parque Histórico General Bento Gonçalves.

OBJETIVO

Viabilizar a execução de obras de conservação (pintura da edificação, recuperação dos sanitários e execução de nova exposição) na sede do Parque Histórico Bento Gonçalves, assim como a elaboração do Projeto Executivo de Requalificação do restante das estruturas do parque, para possibilitar, posteriormente, a execução das obras necessárias com segurança técnica e administrativa. A partir da elaboração deste projeto, será possível prever as ações e os recursos necessários para viabilizar as obras de melhoramentos necessários neste equipamento cultural.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O parque histórico General Bento Gonçalves, criando pelo Decreto nº 21.624 de 28 de janeiro de 1972, é uma instituição cultural vinculada à Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul. O parque foi instalado na antiga Sesmaria do Cristal, propriedade rural doada pelo Imperador Don João VI ao alferes Joaquim Gonçalves da Silva, pai do líder farroupilha General Bento Gonçalves, que morou até os seus últimos dias no local.

A casa de fazenda original, demolida por um proprietário posterior à Bento Gonçalves, foi reconstruída no ano de 1976, por iniciativa do Governo do Estado, e abriga, atualmente, um espaço destinado à manifestações culturais regionais. A área de terras, com aproximadamente 280 hectares e que chega até as margens do rio Camaquã, possui uma parte de mata nativa, campos e banhados, além de espaço para acampamento, área com churrasqueiras e para piquenique. Além disso, a propriedade, enquanto representação física de um período histórico, é considerada um ícone pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho, que interpreta, a partir de suas estruturas físicas, as bases do que considera a representação da identidade geral do povo gaúcho.

Apesar da importância e da representatividade desta instituição cultural, é visível o avanço do estado de degradação da estrutura da Casa de Fazenda ali existente. Ao mesmo tempo, considerando o grande potencial de toda a área no que diz respeito ao desenvolvimento turístico regional, encontramos a sua estrutura de apoio ao público externo bastante defasada e desestruturada. Tal fato se torna ainda mais crítico considerando a falta de condições financeiras do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para financiar as melhorias necessárias para a recuperação do local.

Para viabilizar o início do processo de requalificação deste espaço cultural, faz-se necessário, portanto, executar ações de conservação na sede do parque, assim como elaborar um projeto executivo que possibilitem, posteriormente, a execução das obras necessárias com segurança técnica e administrativa no restante das estruturas do parque.

PRODUTOS



Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Levantamento Topográfico da área realizado	Percentual	100	100.000	18
Levantamento arquitetônico da edificação existente e das estruturas existentes na área realizado	Percentual	100	50.000	18
Projeto executivo do restaurante/café, do pórtico de entrada e do espaço cultural Mbyá-Guarani realizado	Percentual	100	170.000	18
Execução de obras de conservação na sede do parque (pintura interna e externa, recuperação de esquadrias e sanitários)	Percentual	100	300.000	18
Projeto e execução de nova exposição permanente	Percentual	100	130.000	18
Levantamento Topográfico da área realizado	Percentual	100	100.000	18

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação e sustentabilidade das instituições culturais

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Recuperação de acervos dos museus gaúchos

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5837 - Construção, Reforma e Modernização de Espaços Culturais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Cidades e comunidades sustentáveis



Nº	PROJETO
814	PROJETO DE RESTAURAÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO DA SEDE DO INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5025 - Cultura

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1215 - Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 468.000

PÚBLICO-ALVO
Pesquisadores, estudantes, público visitante e população do estado do Rio Grande do Sul

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Cultura

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Cultura (proprietária do terreno da casa) e Secretaria de Obras e Habitação (fiscalização do projeto executivo)

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo Hahn	51 99116424	eduardo-hahn@sedac.rs.gov.br

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

A sede do Instituto Estadual do Livro está situada em uma casa antiga inventariada pelo município de Porto Alegre, cujo estado de conservação é preocupante, no sentido de apresentar vários problemas decorrentes da falta de conservação que ocorreu em anos passados. Desta forma, torna-se necessária a elaboração de projetos e de execução de ações de recuperação, no sentido de resolver os problemas existentes.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A falta de recursos para a conservação e recuperação de bens de valor cultural, em nível nacional, acarreta na degradação destas estruturas culturais públicas, fato este que precisa ser revertido no quadro do estado do Rio Grande do Sul.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Espera-se, com a recuperação da sede do IEL, devolver à sociedade mais um equipamento cultural apto para ser utilizado pela mesma.

OBJETO

Elaboração de projeto executivo de restauração e execução de ações de requalificação da edificação onde se situa a sede do Instituto Estadual do Livro.

OBJETIVO

Viabilizar o processo de restauração do Instituto Estadual do Livro com a elaboração do Projeto Executivo para possibilitar, posteriormente, a execução das obras necessárias para a recuperação física da edificação existente, sua adaptação às necessidades contemporâneas. Pretende-se, também, viabilizar a execução ações de requalificação na sala onde se encontra o Centro de Documentação Lígia Overbuck.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Instituto Estadual do Livro (IEL) foi criado em 29 de janeiro de 1954, com o objetivo de difundir a literatura produzida no Rio Grande do Sul, apoiando o surgimento de novos escritores e trabalhando para a preservação da memória literária e cultural do estado.

Órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, o IEL tem como função principal realizar atividades associadas ao livro, tais como edições de textos originais de autores estreados ou obras clássicas, promoção de encontros de escritores com a comunidade, organização de seminários, viabilização de uma política do livro e da leitura, cooperação com entidades públicas e editoras locais.

Depois de ter ocupado vários locais provisórios como sede, no final da década de 1990 o IEL ganhou sede própria. A casa eclética e com grande valor artístico e arquitetônico, localizada na Rua André Puente, 318, e que antes abrigava o Arquivo Histórico do Estado, foi adaptada para abrigar os diversos setores que compõem o Instituto, tais como o Centro de Documentação Lígia Averbuck, a Sala Lila Ripoll e um espaço que se destina a seminários e palestras.

Apesar da importância da ação do Instituto Estadual do Livro no fomento e promoção da literatura em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul, os investimentos públicos na preservação de sua sede foram inferiores, no decorrer dos anos, a sua real necessidade. Este fato acarretou a gradual degradação da edificação, protegida pelo poder público municipal, devido ao seu valor arquitetônico e artístico, através da sua inserção no Inventário de preservação do Plano Diretor de Porto Alegre, onde é classificada como de Estruturação. Problemas na rede elétrica, infiltrações de águas pluviais e ataques de insetos xilófagos são alguns dos problemas que acarretam, inclusive, o risco iminente de incêndio da edificação histórica. Desta forma, torna-se urgente a viabilização da elaboração de um projeto de restauração e requalificação global da edificação, de forma a iniciar o processo que acarretará, futuramente, na sua completa recuperação.

PRODUTOS



Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Diagnóstico do Estado Físico realizado	Percentual	100	50.000	18
Equipamentos instalados e adquiridos	Percentual	100	48.800	18
Pesquisa Histórica realizada	Percentual	100	10.000	18
Levantamento Físico realizado	Percentual	100	150.000	18
Projeto Executivo de Restauração realizado	Percentual	100	200.000	18
Centro Ligia Overbuck requalificado	Percentual	100	9.200	18

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação e sustentabilidade das instituições culturais

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Recuperação de acervos dos museus gaúchos

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5837 - Construção, Reforma e Modernização de Espaços Culturais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Cidades e comunidades sustentáveis



Nº	PROJETO
815	CONTINUIDADE DA RESTAURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5025 - Cultura

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1215 - Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 6.820.000

PÚBLICO-ALVO

Pesquisadores, estudantes, público visitante e população do estado do Rio Grande do Sul

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Cultura

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Cultura (proprietária do imóvel) e Secretaria de Obras e Habitação (responsável pela fiscalização das obras)

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo Hahn	51 99116424	eduardo-hahn@sedac.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A Biblioteca Pública do Estado é uma edificação de grande valor cultural que começou a ser restaurada com recursos de programas federais, que foram destinados pelo IPHAN a esta ação. Tendo em vista a grandiosidade da obra, os recursos destinados não foram suficientes para a finalização dos trabalhos, restando, ainda, grande parte das obras de restauração a serem executadas.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

É de conhecimento que os recursos necessários para a restauração de edificações, em nível nacional, são aquém das necessidades existentes. Desta forma, muitas obras necessárias não são executadas, ou não são finalizadas.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Execução de mais uma fase da obra de restauração da sede da Biblioteca Pública do Estado, para devolver à população do estado mais um equipamento cultural com plenas condições de atendimento público.

OBJETO

Continuidade das obras de restauração e requalificação de algumas estruturas da Biblioteca Pública do Estado

OBJETIVO

Restaurar a Biblioteca Pública, tombada pelo IPHAN, para readequar o prédio às novas necessidades, garantir o perfeito funcionamento da Biblioteca Pública, proporcionando condições físicas adequadas à conservação do seu acervo e garantindo segurança e acessibilidade universal a seus usuários.

Pretende-se, através desse projeto, modernizar as instalações elétricas, implantar o PPCI e acessibilidade universal, instalar sistema de climatização e controle de umidade.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Criada pela Lei nº 724, de 14 de abril de 1871, a Biblioteca Pública do Estado possui, atualmente, uma coleção de 240.000 volumes que representam o mais importante conjunto bibliográfico do Estado do Rio Grande do Sul, garantindo, pela preservação deste acervo, a salvaguarda da memória Sul-Rio-Grandense. Além disso, a existência, no referido acervo, de títulos exclusivos, monografias datadas desde o Século XVI, 110 obras raras e periódicos gaúchos do Século XIX, tornam esta instituição de imensurável representatividade junto à Memória Nacional. Integrando este acervo estão, por exemplo, os relatórios de Governo a partir de 1850, além dos Anais da Província de São Pedro, as mensagens dos governadores à Assembleia, entre outros documentos. Apesar de sua incalculável importância, o prédio da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul apresenta uma diversidade de problemas oriundos da falta de recursos para a sua recuperação. A edificação, por exemplo, conta somente com extintores de incêndio à base de água e pó químico, espalhados nos diversos setores. Não há sistema de detecção de fumaça, nem iluminação de emergência, sinalização. As instalações elétricas atuais são provisórias, e foram feitas apenas nas salas que atualmente estão sendo utilizadas. A maior parte da rede elétrica é ainda original, sujeita a sinistros, principalmente onde hoje se encontra o acervo sobre o RS e no setor de processamento técnico, onde há grande quantidade de acervo a ser processado. Em análise efetuada pelo corpo de bombeiros, para fins de protocolo do projeto do PPCI, a instituição foi avaliada como de alto risco de incêndio devido à precariedade de suas estruturas aliado ao grande volume de acervo existente. Para resguardar, proteger esse patrimônio brasileiro, é urgente a modernização da rede elétrica e a implantação do sistema de prevenção a incêndios e sinistros.

Ao mesmo tempo, não existe na edificação nenhum sistema de controle de temperatura e umidade, o que acelera o processo de deterioração do acervo de livros e documentos em papel. Finalizando, os sistemas de acessibilidade universal são precários, o que impossibilita portadores de necessidades especiais de utilizarem suas instalações. Finalizando, os projetos executivos para a realização das referidas obras já foram aprovados pelas instâncias responsáveis.

PRODUTOS



Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
PPCI executado	Percentual	100	1.060.000	24
Nova rede elétrica executada	Percentual	100	1.700.000	24
Sistema de climatização e acessibilidade executado	Percentual	100	4.060.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação e sustentabilidade das instituições culturais

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Restauração e requalificação de prédios históricos culturais

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5837 - Construção, Reforma e Modernização de Espaços Culturais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Cidades e comunidades sustentáveis



Nº	PROJETO
816	QUALIFICAÇÃO DA SEDE DO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DO RIO GRANDE DO SUL

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5025 - Cultura

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1215 - Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 500.000

PÚBLICO-ALVO
Visitantes regionais, turistas nacionais e internacionais, estudantes da Educação Básica e do Ensino Superior, pesquisadores e público em geral, somando em torno de 100.000,00 pessoas anualmente.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Cultura

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Cultura (responsável pela instituição)

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo Hahn	51 99116424	eduardo-hahn@sedac.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

O Museu de Arte Contemporânea do RS (MAC RS) está localizado, de forma provisória, nas dependências da casa de Cultura Mário Quintana. No ano de 2019, a SedaC conseguiu a viabilização da destinação de um pavilhão industrial, localizado no bairro Navegantes em Porto Alegre, para sediar a sede definitiva do MAC RS. Para tanto é necessária a execução de obras de qualificação do espaço, que, para serem viabilizadas, necessitam previamente das definições a serem efetuadas em um projeto executivo específico.

Ao mesmo tempo, a atual reserva técnica do MAC RS, localizada na Casa de Cultura Mário Quintana, não apresenta as condições mínimas, no que diz respeito à equipamentos, para garantir a segurança do acervo do museu. Desta forma, torna-se necessária a aquisição de uma série de equipamentos, que qualificarão o processo de reserva das obras de arte no local.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Grande parte das instituições museológicas brasileiras, e do estado do Rio Grande do Sul, apresentam uma infinidade de problemas de infraestrutura, devido à falta de recursos públicos para a sua qualificação no decorrer dos anos. Tal fato ocorre também no âmbito do MAC RS.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Qualificação dos serviços oferecidos pelo Museu de Arte Contemporânea, tais como a execução de novas exposições e a guarda de obras de arte de valor cultural à sociedade gaúcha.

OBJETO

Elaboração do projeto executivo da nova sede do Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul - MAC RS e aquisição de equipamentos para a qualificação de sua reserva técnica.

OBJETIVO

Elaborar os projetos executivos, memoriais descritivos e orçamentos discriminados que possibilitará a futura execução das obras de qualificação da nova sede do MAC RS. Os projetos a serem elaborados consistem no projeto arquitetônico executivo e aprovações legais, projeto estrutural e de fundações, projeto de instalações elétricas, comunicação CFTV, projeto de subestação, projeto hidrossanitário, drenagem, gás, PPCI, SPDA, acessibilidade, climatização, segurança, isolamento acústico, projeto paisagístico com laudo de passivo ambiental e laudo de cobertura vegetal, além do projeto museográfico e de comunicação visual. Também se objetiva, através desta ação, a aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário para a qualificação da reserva técnica da instituição, tais como um sistema de suporte deslizante de quadros e telas (tipo trainel), aparelhos desumidificadores, aparelhos de condicionamento térmico e monitoramento ambiental, entre outros.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Museu de Arte Contemporânea do Rio Grande do Sul - MACRS, criado pelo Decreto nº 34.205, no dia 04 de março de 1992, tem por objetivo pesquisar, preservar e divulgar a arte contemporânea regional, nacional e internacional, desenvolvendo propostas educativas que visem à compreensão desse campo da arte em suas várias modalidades. O Museu possui em seu acervo mais de 2.000 obras, que vem se constituindo ao longo de 28 anos e que expressam as diferentes visões poéticas, sentimentos e opiniões a respeito do nosso tempo, sobretudo sobre a multiplicidade de significados artísticos do mundo no século XXI.

O Museu está atualmente, e de forma inadequada, lotado na Casa de Cultura Mário Quintana - CCMQ. Lá ele conta com pequenos espaços expositivos e apenas um espaço para reserva técnica, fato este insuficiente para o acondicionamento adequado de seu acervo. Ao mesmo tempo, a reserva técnica existente não possui os equipamentos necessários para a correta conservação de seu acervo. Desta forma, os quadros são, em sua maioria, depositados sobre o piso, fato este que pode carregar em sua degradação. Desta forma, torna-se necessária a aquisição de mobiliário adequado, além de material para de acondicionamento, para que o acervo



seja resguardado corretamente, garantindo a sua preservação. Este equipamento será, posteriormente, utilizado também na nova sede da instituição.

Ao mesmo tempo, considerando as dificuldades existentes no desenvolvimento das ações de pesquisa, exposição e educação nos espaços disponíveis da CCMQ, iniciou-se a busca interna, nos imóveis vagos do Governo do Estado, para a definição de uma nova sede que possibilitasse, em suas dependências, a execução das ações do MACRS de forma adequada. Tal resultou na concessão de um pavilhão industrial, localizado no 4º Distrito de Porto Alegre, para a SedaC. Mesmo com a posse da nova sede, para a devida instalação do MACRS no local, torna-se necessário a execução de obras de adequação de seus espaços e instalações. Para tanto, é necessário o desenvolvimento de um projeto executivo, que preveja todas as ações necessárias de adequação, com Memorial Descritivo de Obra e Orçamento Discriminado. Assim teremos a garantia da preservação do acervo do MACRS, ao mesmo tempo em que damos o início para a criação, de forma adequada, da sua sede definitiva, com todos os meios para a execução das ações previstas em seu objetivo institucional.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Projeto Executivo Elaborado	Quantidade	1	200.000	24
Equipamentos para a reserva técnica adquiridos	Quantidade	280	300.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação e sustentabilidade das instituições culturais

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Restauração e requalificação de prédios históricos culturais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Cidades e comunidades sustentáveis



Nº	PROJETO
836	RESTAURAÇÃO DO FORRO E DAS POLTRONAS DO THEATRO SÃO PEDRO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5025 - Cultura

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1215 - Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra, Bem e Serviço	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 1.971.000

PÚBLICO-ALVO
Sociedade gaúcha que frequenta o teatro, classe artística, turistas que visitam Porto Alegre, escolas da rede pública e privada que promovem visitas ao teatro com os alunos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Theatro São Pedro

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério do Turismo, Secretaria de Estado da Cultura do RS, IPHAE RS.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Alice Kuhn da Silva	51 989573427	alice-silva@ftsp.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Foi constatado, recentemente, que dois painéis do forro do Theatro São Pedro, que contém elementos pictóricos, estavam danificados, com rupturas aparentes. Emergencialmente, foram trocados por painéis de mdf, de forma provisória, e armazenados para uma futura restauração e recomposição do conjunto pictórico do forro. Considerando que a última restauração ocorreu há quase 40 anos, e a complexidade que envolve intervenções em um prédio tombado, foi detectada, ao realizar a intervenção de emergência, a necessidade da restauração integral do forro, incluindo os painéis - base e pinturas, os ornamentos, a troca do sistema de climatização (fan coils), para que não haja mais deterioração e para que não ofereça risco aos frequentadores. Como no diagnóstico foi verificado que para a restauração do forro, será necessária a remoção das poltronas, para a conservação do bem de valor, concluiu-se que seria oportuno, devido ao custo e ao fechamento da instituição para o restauro, realizar também a recuperação das poltronas da plateia, assim como a troca de seu tecido para um tecido ignifugável.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Constituição Federal, no Artigo 216, estabelece que é função da União, do Estado e dos Municípios, com o apoio da comunidade, preservar os bens culturais e naturais brasileiros. A preservação da memória e do patrimônio histórico, é um desafio no Brasil e no Estado. Vários bens imóveis têm proteção legal por apresentarem valor histórico e arquitetônico integrados. O problema para sua conservação geralmente está na escassez de recursos, pois a manutenção e recuperação de prédios históricos exigem investimentos consideráveis, pela complexidade e pela necessidade de manter os elementos que o compõe, e, ao mesmo tempo, criando condições de acessibilidade e segurança destes.

O restauro sugerido por este projeto foi baseado em laudo da arquiteta da Fundação, e com o orçamento de empresa especializada. A troca do tecido das poltronas foi sugerida pelo Corpo de Bombeiros no Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

A proteção do patrimônio está vinculado à melhoria da qualidade de vida da população, pois compreende a preservação da memória e dos valores de referências culturais da sociedade, sendo, portanto, uma demanda tão importante quanto qualquer outra a ser atendida pelo serviço público.

OBJETO

O objeto contempla o restauro do forro e das poltronas que compõe o Theatro São Pedro. As etapas envolvem a retirada das poltronas, montagem de andaimes para a restauração dos painéis do forro da plateia, troca dos fan coils do sistema do ar condicionado,

OBJETIVO

O objetivo é contribuir para a manutenção de um patrimônio cultural reconhecido, de grande valor histórico e um dos teatros mais antigos do Brasil. A manutenção do sistema de ar condicionado (fan coils) e o restauro do forro é de suma importância para a conservação da edificação. Como haveria o custo de retirada e colocação das poltronas para a realização do reparo no forro, entendemos que, pela economicidade, seria conveniente restaurar as poltronas e trocar o tecido, que já encontra-se com desgaste pelo tempo de intenso uso, por um material ignifugável, de acordo com a recomendação da legislação de Combate à Incêndio, contribuindo também para a segurança dos frequentadores do prédio.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Theatro São Pedro, localizado no Centro Histórico de Porto Alegre, junto à Praça da Matriz, é Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul. Em 1858, o prédio foi inaugurado e logo se transformou em um dos principais palcos artístico, social e político do país, colocando Porto Alegre na rota de importantes companhias de teatro, música e dança. Em 1973, o prédio



foi interditado e, passou por uma restauração e reconstrução, sendo reaberto ao público em 1984. O palco principal do Theatro São Pedro recebe, em média, 300 espetáculos por ano, encantando um grande e múltiplo público, quase que diariamente. Em 2018, foi constatado que dois painéis do forro do Theatro, que contém elementos pictóricos, estavam danificados, com rupturas aparentes. Emergencialmente foram trocados por painéis de mdf de forma provisória, e armazenados para uma futura restauração e recomposição do conjunto pictórico do forro. Portanto, é de extrema importância a realização dos serviços de restauro para sua preservação, para que não haja mais danos, uma vez que é um bem integrado à edificação tombada, fazendo parte e agregando valor ao patrimônio arquitetônico e cultural. A quantidade de espetáculos que o Theatro São Pedro realiza anualmente e o número de espectadores que o frequenta revela por si só o interesse público na conservação de tal patrimônio.

O Theatro São Pedro é considerado uma referência nas artes cênicas, sendo invicto nas pesquisas de opinião, como o mais citado e o preferido dos gaúchos (Prêmio Marcas de Quem Decide), e como o teatro mais lembrado pelos gaúchos (Top Of Mind). Sendo assim, beneficiará diversos públicos, direta e indiretamente.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Instalações provisórias, equipe administrativa e de gerenciamento de obra, andaimes	Quantidade	1	486.800	8
Execuções estruturais: limpeza, substituição de painéis, fancoils do ar condicionado.	Quantidade	1	590.300	8
Restauração de Pinturas do Forro e frontispício do palco do Teatro São Pedro.	Quantidade	1	140.000	5
Restauração das poltronas da plateia: retirada, restauro, colocação, troca do tecido por ignifugável	Quantidade	1	723.900	4
Elaboração de projeto, Termo de Referência, Memorial Descritivo e Orçamento para a realização do objeto	Quantidade	1	30.000	4

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação e Sustentabilidade das Instituições Culturais.

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação estrutural do Complexo do Theatro São Pedro

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3102 - Multipalco Theatro São Pedro

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Educação de qualidade, Cidades e comunidades sustentáveis



Secretaria Nacional de Infraestrutura Turística



Nº	PROJETO
873	PAVIMENTAÇÃO DA ERS-427 (ENTRONCAMENTO ERS-020 CAMBARÁ E DIVISA COM SANTA CATARINA)

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2223 - A Hora do Turismo

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1216 - Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável do turismo brasileiro

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
10V0 Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística 14TJ Participação da União na Implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo- PRODETUR - Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
27	R\$ 32.215.000

PÚBLICO-ALVO
Usuários que utilizam a rodovia para acessar o Parque Itaimbezinho, cujas estimativas são de 220 mil a 250 mil ao ano, bem como os usuários que utilizam a rodovia para acessar o Estado de Santa Catarina. Também serão beneficiados comerciantes e moradores.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Corede Hortênsias

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
IBAMA, FEPAM, Ministério do Turismo, Prefeitura Municipal de Cambará do Sul.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Richard Lesh Polo	51 32105022	richardlp@daer.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Condições precárias de trafegabilidade, dificultando o turismo na Região.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Falta de incremento no fluxo de turistas comparado a outros pontos turísticos do RS devido às dificuldades de acesso.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Fortalecer o turismo na região, melhorando assim as condições econômicas da comunidade local bem como do Estado do Rio Grande do Sul, além da melhora na qualidade de vida da população.

OBJETO

Execução de obras de pavimentação da rodovia ERS 427 - trecho Entroncamento ERS 020 (Cambará) e divisa com Santa Catarina.

OBJETIVO

Facilitar o acesso ao Parque Itaimbezinho e ao Estado de Santa Catarina (SC), com a pavimentação da ERS-427.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A ERS-427 é de fundamental importância para o município e região, pois dá acesso ao cânion Itaimbezinho, cuja paisagem localizada no Parque Nacional de Aparados da Serra, é uma das mais divulgadas nos roteiros turísticos do RS. A rodovia também servirá como alternativa para os usuários da Rota do Sol, pois a ERS-427 liga o município de Cambará do Sul à Praia Grande – SC e, conseqüentemente, liga a cidade com o Parque Nacional de Aparados da Serra. São apenas 22 Km do município de Cambará do Sul até a divisa com SC. Os 14 Km restantes no lado de SC já estão sendo pavimentados pelo governo catarinense. Esta rodovia, além de potencializar o turismo na região e ser um caminho rápido até Praia Grande, e é o caminho mais curto para se chegar a Torres e ao Litoral Sul, com pouco mais de 40 Km. Além disso, noticiou-se recentemente que o governo federal pretende pavimentar estradas que levam aos parques nacionais dos Aparados da Serra e da Serra Geral, em Cambará do Sul, que serão concedidos à iniciativa privada. Para impulsionar o grande potencial turístico da região, a destinação dos recursos da União é a forma mais fácil de viabilizar as obras.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
OBRA EXECUTADA	KM	22,48	32.215.000	27

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Amplia RS: Ampliação E Manutenção da Malha Rodoviária Estadual

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Construção de Rodovias

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3157 - Construção de Rodovias - Ligações Regionais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indústria, inovação e infraestrutura



Nº	PROJETO
878	PAVIMENTAÇÃO VRS-823 - VALE VÊNETO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2223 - A Hora do Turismo

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1216 - Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável do turismo brasileiro

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística 14TJ - Participação da União na Implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo - PRODETUR - Nacional

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
16	R\$ 13.000.000

PÚBLICO-ALVO
População local e turistas que visitam o Distrito Turístico Vale Vêneto

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Corede Central

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Prefeituras de São João do Polêsine, FEPAM

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Adalmiro da Silva Neto	51 32105022	miro@daer.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

São aproximadamente 6 quilômetros de uma rodovia não asfaltada que causam prejuízos ao elevado número de condutores que trafegam na VRS-823. Além disso há insegurança das populações locais pelos perigos existentes na rodovia, a qual atravessa um vale até chegar à sede do distrito.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Falta de incremento no fluxo de turistas comparado a outros pontos turísticos do Estado.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Incremento no turismo local.

OBJETO

Pavimentação da rodovia VRS-823, Entr. ERS-149 (p/ São José do Polêsine) - Vale Vêneto.

OBJETIVO

Aumentar a segurança dos usuários da VRS-823, possibilitando maior desenvolvimento turístico e econômico da região central do Estado, mais precisamente da Quarta Colônia.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Vale Vêneto é um Distrito Turístico do Município de São João Polêsine acessado pela rodovia VRS-823. Além da produção industrial e agrícola do distrito, trafegam pela rodovia diversos veículos do transporte escolar, numa rodovia sem pavimentação e inserida numa região com enorme potencial turístico em decorrência da imigração italiana originada da região de Vêneto, na Itália, ocorrida na segunda metade no século XVIII.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Obra concluída	KM	5,69	13.000.000	16

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

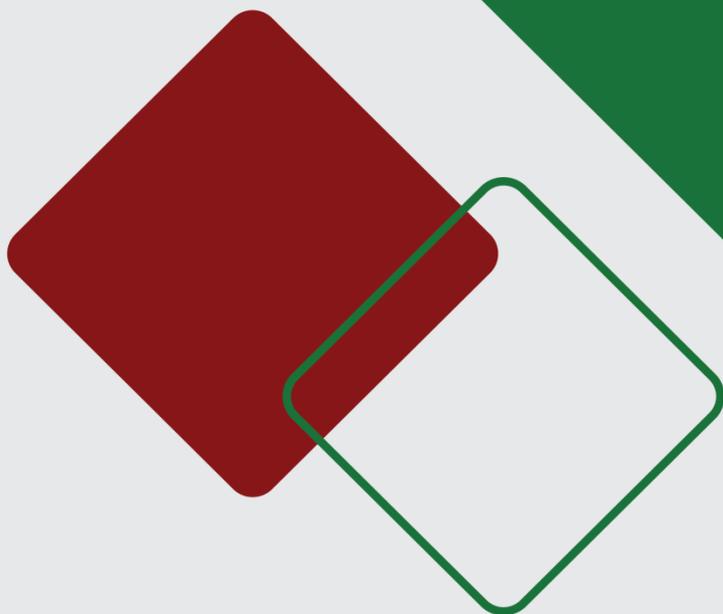
Amplia RS: Ampliação E Manutenção da Malha Rodoviária Estadual

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Construção de Rodovias

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indústria, inovação e infraestrutura



MINISTÉRIO DA SAÚDE

Caderno de Propostas do
Rio Grande do Sul ao OGU 2022





Secretaria de Atenção Especializada à Saúde

- 912 MODERNIZAÇÃO DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA E DA ESCOLA TÉCNICA DO SUS
- 918 EQUIPAR O HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO DE PELOTAS
- 919 QUALIFICAÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - SERVIÇO PRÉ-HOSPITALAR - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AMBULÂNCIAS DO SAMU
- QUALIFICAÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - SERVIÇO PRÉ-HOSPITALAR -
- 920 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AMBULÂNCIAS EM MUNICÍPIOS QUE NÃO POSSUEM ATENDIMENTO DO SAMU 192
- 921 AQUISIÇÃO DE 9 NOVAS AMBULÂNCIAS EQUIPADAS PARA SEREM UTILIZADAS COMO RESERVA TÉCNICA DO SAMU RS
- 922 AMPLIAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA - IMPLEMENTAÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA EM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (CRTEA)

Fundação Nacional de Saúde

- 884 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO ÁGUA - SAA DE IBIRUBÁ - ABASTECIMENTO REGIÃO OESTE
- 886 AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO ÁGUA - SAA DE CRISSIUMAL - ADUTORA DE ÁGUA BRUTA
- 939 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA COMUNIDADES

Secretaria de Atenção Primária à Saúde

- 804 VIATURAS AMBULÂNCIAS RESGATE PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS

Secretaria de Vigilância em Saúde

- 923 FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE - AMPLIAÇÃO DA CENTRAL ESTADUAL DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS - CEADI/RS



Secretaria de Atenção Especializada à Saúde



Nº	PROJETO
912	MODERNIZAÇÃO DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA E DA ESCOLA TÉCNICA DO SUS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5021 - Gestão e Organização do SUS

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1217 - Aperfeiçoar a gestão do SUS visando a garantia do acesso a bens e serviços de saúde equitativos e de qualidade

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
20YD - Educação e Formação em Saúde

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra, Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 2.800.000

PÚBLICO-ALVO
Trabalhadores da saúde de 497 municípios, da gestão estadual, servidores da Escola de Saúde Pública e da Escola de Educação Profissional do SUS, professores, tutores, residentes, oficinairos, palestrantes, alunos e instituições de ensino parceiros da SES e Ministério da Saúde.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Saúde

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul, Escola de Saúde Pública e Escola Técnica do SUS.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Teresinha Valduga Cardoso	51 39011464	teresinha-cardoso@saude.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A inadequação da estrutura física, rede elétrica e acessibilidade, e a falta de aparelhamento adequado a continuidade dos processos educacionais da Escola de Saúde Pública (ESP) e da Escola de Educação Profissional do SUS (ETSUS).

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Tomadas e iluminação precárias queimando aparelhos e lâmpadas devido a sobrecargas, equipamentos que não podem ser ligados simultaneamente por falta de potência, inexistência de software acadêmico dificultando o processamento dos documentos de alunos e docentes, más condições dos auditórios inviabilizando a execução de aulas e cursos, tanto pela falta de mobiliário adequado quanto de equipamentos.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

A melhora na qualidade do ensino, capacitação e atualização dos profissionais da área de saúde no Estado do Rio Grande do Sul será verificada metrificando o uso dos ambientes, equipamentos e mobiliários; através de indicadores de uso, quantitativo de demandas, número de cursos ofertados e do número de alunos formados que são disponibilizados no relatório de gestão da SES/RS. Aumento da capacidade de produção de trabalhadores qualificados para o Sistema Único de Saúde.

OBJETO

Reestruturação e modernização das edificações e informatização da gestão acadêmica da Escola de Saúde Pública (ESP) e da Escola de Educação Profissional do SUS (ETSUS) visando qualificar sua estrutura física e tecnológica para atender as demandas educacio.

OBJETIVO

A reestruturação e modernização das edificações visa realizar melhorias nas instalações elétricas, nas instalações de rede lógica e de informática, na adequação de uso e de capacidade de ambientes para a realização de eventos e capacitações, o cercamento do terreno e a execução de soluções para garantir a acessibilidade das edificações. Em relação aos equipamentos e ao mobiliário o projeto pretende adquirir e instalar nos auditórios equipamentos e substituir o mobiliário existente por novos que atendam as condições de ergonomia, qualificando os ambientes destinados à docência e a eventos funcionais. Pretende ainda desenvolver, instalar e implementar um sistema informatizado para gestão acadêmica das escolas, visando modernizar a infraestrutura tecnológica e garantir maior segurança, interatividade e agilidade no processamento dos dados.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A Escola de Saúde Pública é um Centro de Educação e Pesquisa em Saúde da Secretaria Estadual de Saúde, cuja missão é a gestão da educação em Saúde Coletiva no Estado, desenvolvendo ações de formação, educação permanente, pesquisa, extensão e produção de conhecimentos, que contribuam para o fortalecimento do SUS e para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população gaúcha. A Escola desempenha o papel de formação e aperfeiçoamento de profissionais para o setor de saúde, de planejamento e execução de atividades referentes à educação permanente e à pós-graduação dos profissionais do SUS, apoio ao desenvolvimento de recursos humanos, coordenação e desenvolvimento dos programas de Residência Integrada em Saúde no âmbito do SUS, de difusão de conhecimentos técnicos e científicos, através do ensino e publicações, a assessoria técnica e consultoria especializada na área da educação para a saúde. A reestruturação e modernização da Escola de Saúde Pública e da Escola de Educação Profissional são importantes porque visam qualificar a sua infraestrutura física e os seus equipamentos e mobiliários. Em relação ao aspecto físico pretende executar melhorias nas instalações elétricas, buscando potencializar a eficiência energética e prevenir sinistros, nas instalações de rede lógica e de informática, na adequação de uso. Em relação aos equipamentos e mobiliários o projeto visa adquirir e instalar nos auditórios equipamentos multimeios e substituir os mobiliários existentes por novos que atendam as condições de ergonomia, tornando os ambientes mais adequados. Em relação ao sistema



informatizado para gestão acadêmica (desenvolvimento, instalação e implementação) visa atualizar a infraestrutura tecnológica e garantir maior segurança, interatividade e agilidade no processamento dos dados, facilitando o acesso as informações para gestores, docentes e discentes. O mobiliário e os equipamentos obsoletos limitam a execução de algumas atividades educacionais.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Sistema informatizado para gestão acadêmica desenvolvido, instalado e implementado	Quantidade	1	100.000	18
Mobiliários e equipamentos adquiridos	Percentual	100	468.000	12
Reforma e ampliação para modernização da infraestrutura existente executadas	Percentual	100	2.232.000	36

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - SES

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

2485 - ESP - Gestão da Escola de Saúde Pública

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar



Nº	PROJETO
918	EQUIPAR O HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO DE PELOTAS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 30.000.000

PÚBLICO-ALVO
Usuários da Macrorregião de Saúde Sul.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Pelotas

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Saúde

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde de Pelotas-RS.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lisiane Wasem Fagundes	51 32885969	lisiane-fagundes@saude.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Atualmente a Rede de Urgência e Emergência - RUE do município de Pelotas-RS e da Macrorregião Sul enfrenta dificuldades que impactam na baixa qualidade do acesso aos serviços, assim como na resolutividade do cuidado prestado, uma vez que não possui estrutura física adequada e suficiente para atender a população referenciada de cerca de um milhão de pessoas.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Secretaria Municipal de Saúde de Pelotas, diante da dificuldade em organizar a Rede de Urgência e Emergência para atender a demanda do município e da macrorregião de saúde, constatou a necessidade de premente mudança do local físico do pronto atendimento hospitalar de urgência e emergência, reorganizando a rede de atenção e o acesso a esse serviço na macrorregião.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Ampliar a estrutura física e de serviços a fim de atender as demandas de urgência e emergência regional e macrorregional.

OBJETO

Aquisição de equipamentos para a implantação do Hospital de Pronto Socorro de Pelotas-RS.

OBJETIVO

Adquirir equipamentos e materiais permanentes para a implantação do Hospital de Pronto Socorro de Pelotas-RS.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Pelotas-RS é centro de referência para uma população de, aproximadamente, 1 milhão de habitantes da Macrorregião Sul do Estado. O município é um importante polo de educação e de saúde, contando com cinco hospitais que são referência em diversos serviços de média e alta complexidade, abrangendo as Regiões de Saúde 21 e 22. Há no município um serviço de Pronto Socorro que apresenta limitações ao atendimento de toda essa população. A Macro Sul precisa de um HPS maior, estruturado para atender a população, principalmente voltado para o atendimento de pessoas que são vítimas de violência ou de trauma, como por exemplo, acidentes de trânsito, quedas e queimaduras, funcionando 24 horas por dia, qualificando à assistência na região. O Governo do Estado alocou recursos do tesouro estadual para financiamento da reestruturação e adequação da área física do referido hospital. O município, por sua vez, colaborou com a cedência do imóvel para a implantação do Hospital de Pronto Socorro de Pelotas-RS. A porta de entrada do Hospital São Francisco de Paula (Pronto Socorro de Pelotas) atende em média 300 usuários/dia.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Aquisição de equipamentos para a implantação do HPS de Pelotas-RS	Percentual	100	30.000.000	12



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Saúde Cidadã

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Melhoria do Acesso aos Serviços de Saúde

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Regionalização e Organização das Redes

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

6284 - Cofinanciamento Hospitalar na Assistência Secundária e Terciária

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar



Nº	PROJETO
919	QUALIFICAÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - SERVIÇO PRÉ-HOSPITALAR - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AMBULÂNCIAS DO SAMU

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

8933 - Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
15	R\$ 5.639.600

PÚBLICO-ALVO

Com o recebimento dos equipamentos, o projeto beneficiará diretamente os 33 municípios gaúchos, sede de Unidades de Suporte Avançado de Vida (USA). O projeto ainda beneficiará, de forma indireta, os demais 260 municípios sede de USB e/ou os municípios que contam com o atendimento/transporte de alguma das USA supracitadas, mediante pactuação.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Alvorada, Bagé, Bento Gonçalves, Camaquã, Canoas, Capão da Canoa, Carazinho, Caxias do Sul, Gravataí, Guaíba, Ijuí, Lajeado, Montenegro, Novo Hamburgo, Osório, Palmeira das Missões, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Borja, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Seberi, Taquara, Torres, Tramandaí, Uruguaiana, Venâncio Aires, Aceguá, Agudo, Alecrim, Alegrete, Alegria, Anta Gorda, Antônio Prado, Arambaré, Araricá, Arroio do Meio, Arroio do Sal, Arroio do Tigre, Arroio dos Ratos, Arroio Grande, Arvorezinha, Augusto Pestana, Balneário Pinhal, Barra do Guarita, Barra Funda, Barros Cassal, Boa Vista do Buricá, Bom Jesus, Bom Princípio, Bom Progresso, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Bozano, Braga, Butiá, Caçapava do Sul, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Caibaté, Cambará do Sul, Campina das Missões, Campinas do Sul, Campo Bom, Candelária, Cândido Godoi, Candiota, Canela, Canguçu, Canudos do Vale, Capão do Leão, Capela de Santana, Capivari do Sul, Carlos Barbosa, Catuípe, Cerro Largo, Chapada, Charqueadas, Chuvisca, Cidreira, Ciríaco, Condor, Constantina, Coqueiro Baixo, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Cristal, Cristal do Sul, Cruz Alta, Cruzeiro do Sul, David Canabarro, Derrubadas, Dois Irmãos, Dois Lajeados, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Dona Francisca, Doutor Mauricio Cardoso, Doutor Ricardo, Eldorado do Sul, Encantado, Encruzilhada do Sul, Engenho Velho, Entre-Ijuis, Erebang, Erechim, Erval Grande, Erval Seco, Esperança do Sul, Espumoso, Estação, Estância Velha, Esteio, Estrela, Eugênio de Castro, Farroupilha, Faxinal do Soturno, Fazenda Vila Nova, Feliz, Flores da Cunha, Floriano Peixoto, Formigueiro, Forquetinha, Frederico Westphalen, Garibaldi, Getúlio Vargas, Giruá, Gramado, Gramado dos Loureiros, Gramado Xavier, Guaporé, Guarani das Missões, Herval, Herveiras, Horizontina, Humaitá, Ilópolis, Imbé, Independência, Inhacorá, Ipiranga do Sul, Itapuca, Itaqui, Itati, Ivoti, Jaboticaba, Jacuizinho, Jaguarão, Jaguarari, Joia, Júlio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Lavras do Sul, Liberato Salzano, Maquiné, Marau, Marcelino Ramos, Marques de



Souza, Mato Leitão, Mato Queimado, Minas do Leão, Miraguaí, Morro Reuter, Mostardas, Muçum, Muliterno, Nonoai, Nova Boa Vista, Nova Brésia, Nova Candelária, Nova Hartz, Nova Petrópolis, Nova Prata, Nova Ramada, Nova Santa Rita, Novo Machado, Novo Tiradentes, Novo Xingú, Palmares do Sul, Palmitinho, Panambi, Pantano Grande, Pareci Novo, Parobé, Passo do Sobrado, Passo Fundo, Paverama, Pejuçara, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Pinheiro Machado, Piratini, Planalto, Poço das Antas, Portão, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xaxier, Pouso Novo, Progresso, Quaraí, Redentora, Relvado, Restinga Seca, Roca Sales, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rondinha, Rosário do Sul, Salto do Jacuí, Salvador das Missões, Sananduva, Santa Clara do Sul, Santa Maria do Herval, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, Santana do Livramento, Santiago, Santo Antônio da Patrulha, Santo Antônio das Missões, Santo Augusto, Santo Cristo, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, São Gabriel, São Jerônimo, São João do Polêsine, São José do Inhacorá, São José do Norte, São José do Sul, São Lourenço do Sul, São Luiz Gonzaga, São Marcos, São Martinho, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, São Pedro do Sul, São Sebastião do Caí, São Sepé, São Valentim do Sul, Sapiranga, Sarandi, Sede Nova, Senador Salgado Filho, Sentinela do Sul, Serafina Correa, Sério, Sertão Santana, Sete de Setembro, Sinimbu, Soledade, Tabaí, Tapejara, Tapes, Taquari, Tavares, Tenente Portela, Terra de Areia, Teutônia, Tiradentes do Sul, Três Cachoeiras, Três de Maio, Três Forquilhas, Três Palmeiras, Três Passos, Trindade do Sul, Triunfo, Tucunduva, Tupanciretã, Taparendi, Vacaria, Vale do Sol, Vale Verde, Vanini, Vera Cruz, Vespasiano Correa, Viamão, Vila Nova do Sul, Vista Alegre, Vista Gaúcha, Vitória das Missões, Westfália e Xangrilá.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde - SES

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo de Albuquerque Nunes Elsade	51 33533016	eduardo-elsade@saude.rs.gov.br

ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Os equipamentos hoje existentes nas ambulâncias do SAMU, em sua maioria, foram doados pelo Ministério da Saúde quando da implantação do Serviço, encontrando-se obsoletos pelo tempo de uso e grande desgaste.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Muitas ambulâncias não dispõem de equipamentos como bomba de infusão no Estado, o que dificulta a atuação das equipes para o transporte de pacientes críticos. As ambulâncias de suporte básico frequentemente apresentam problemas nos desfibriladores externos automáticos (DEA), necessitando de manutenção. A existência de equipamentos extras na SES (reservas técnicas) possibilitará a reposição em casos de falta por manutenção, enquanto os mesmos não retornam do conserto.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Melhoria da qualidade dos atendimentos prestados aos usuários do SUS pelo SAMU 192.

OBJETO

Substituição dos equipamentos utilizados nas ambulâncias do SAMU 192, atualmente obsoletos.



OBJETIVO

Garantir a qualidade dos atendimentos do SAMU 192 e cumprir a legislação vigente, no que se refere ao elenco mínimo de equipamentos disponíveis nas ambulâncias.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O SAMU Estadual do RS conta atualmente com 226 ambulâncias, distribuídas em 164 bases, que atendem 293 municípios. Possui uma cobertura populacional de 10.406.290 habitantes (91,47% da população gaúcha). O SAMU RS possui 36 ambulâncias de suporte avançado de vida (que devem contar com todos os equipamentos necessários para uma estrutura de UTI Móvel) e 190 unidades de suporte básico de vida (que deverão contar com DEA, essenciais para a reanimação de pacientes em Parada Cardiorrespiratória na ausência do profissional médico).

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Desfibriladores Externos Automáticos para reserva técnica das Unidades de Suporte Básico do SAMU RS adquiridos.	Quantidade	10	86.700	15
Ventiladores Mecânicos para as Unidades de Suporte Avançado do SAMU RS adquiridos.	Quantidade	36	3.394.910	15
Desfibriladores/Cardioversores para as Unidades de Suporte Avançado do SAMU RS adquiridos.	Quantidade	36	1.801.260	15
Bombas de Infusão para as Unidades de Suporte Avançado do SAMU RS adquiridas.	Quantidade	36	195.630	15
Aspiradores portáteis para as Unidades de Suporte Avançado do SAMU RS adquiridos.	Quantidade	36	161.100	15

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Saúde Cidadã

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Melhoria do Acesso aos Serviços de Saúde

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Modernização da Gestão e da Assistência em Saúde

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5620 - Rede de Urgência e Emergência - SAMU

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar



Nº	PROJETO
920	QUALIFICAÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - SERVIÇO PRÉ-HOSPITALAR - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AMBULÂNCIAS EM MUNICÍPIOS QUE NÃO POSSUEM ATENDIMENTO DO SAMU 192

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

8933 - Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
15	R\$ 2.570.000

PÚBLICO-ALVO

O projeto beneficiará diretamente a população dos 218 municípios gaúchos que não possuem atendimento do SAMU 192.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Pinto Bandeira, Agua Santa, Almirante Tamandaré do Sul, Alpestre, Alto Alegre, Alto Feliz, Amaral Ferrador, Ametista do Sul, André da Rocha, Arambaré, Aratiba, Arroio do Padre, Áurea, Barão, Barão de Cotegipe, Barão do Triunfo, Barracão, Barra do Quaraí, Barra do Ribeiro, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Boa Vista das Missões, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Boa Vista do Sul, Bossoroca, Brochier, Cacique Doble, Caiçara, Camargo, Campestre da Serra, Campo Novo, Campos Borges, Capão Bonito do Sul, Capão do Cipó, Capitão, Caraá, Carlos Gomes, Casca, Caseiros, Centenário, Cerrito, Cerro Branco, Cerro Grande, Cerro Grande do Sul, Charrua, Chiapetta, Chuí, Chuvisca, Colinas, Colorado, Coqueiros do Sul, Coronel Pilar, Cotiporã, Coxilha, Crissiumal, Cruzaltense, Dezesseis de Novembro, Dilermando de Aguiar, Dois Irmãos das Missões, Dom Pedro de Alcântara, Eldorado do Sul, Entre Rios do Sul, Ernestina, Esmeralda, Estância Velha, Estrela Velha, Fagundes Varela, Faxinalzinho, Fontoura Xavier, Fortaleza dos Valos, Garruchos, Gaurama, General Câmara, Gentil, Glorinha, Gramado Xavier, Guabiju, Harmonia, Herveiras, Hulha Negra, Ibarama, Ibiaçá, Ibiraiaras, Ibirapuitã, Ibirubá, Igrejinha, Inhacorá, Ipê, Iraí, Itaara, Itacurubi, Itatiba do Sul, Ivorá, Jaboticaba, Jacutinga, Jaquirana, Jari, Jóia, Lagoa Bonita do Sul, Lagoa dos Três Cantos, Lagoão, Lajeado do Bugre, Lindolfo Collor, Linha Nova, Maçambará, Machadinho, Mampituba, Manoel Viana, Maratá, Mariana Pimentel, Mariano Moro, Mata, Mato Castelhana, Maximiliano de Almeida, Montauri, Monte Alegre dos Campos, Monte Belo do Sul, Mormaço, Morrinhos do Sul, Morro Redondo, Muitos Capões, Não-Me-Toque, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Esperança do Sul, Nova Pádua, Nova Palma, Nova Ramada, Nova Roma do Sul, Novo Barreiro, Novo Cabrais, Paim Filho, Pantano Grande, Paraí, Paraíso do Sul, Passa Sete, Paulo Bento, Pedras Altas, Pedro Osório, Picada Café, Pinhal da Serra, Pinhal Grande, Pinto Bandeira, Pirapó, Pontão, Ponte Preta, Portão, Presidente Lucena, Protásio Alves, Putinga, Quatro Irmãos, Quevedos, Quinze de Novembro, Rio dos Índios, Riozinho, Rolador, Rolante, Roque Gonzales, Sagrada Família, Saldanha Marinho, Salvador do Sul, Santa Bárbara do Sul, Santa Cecília do Sul, Santa Margarida do Sul, Santa Tereza, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, Santo Augusto, Santo Expedito do Sul, São Domingos do Sul, São Jerônimo, São João da Urtiga, São Jorge, São José das Missões, São José do Herval, São José do Hortêncio, São José do Ouro, São José dos Ausentes, São Martinho da Serra, São Miguel das Missões, São Pedro da Serra, São Pedro das Missões, São Valentim, São Valério do Sul, São Vendelino, São Vicente do Sul, Segredo, Selbach, Sentinela do Sul, Sertão, Sertão Santana, Severiano de Almeida, Silveira Martins, Sobradinho, Tapera, Taquaruçu do Sul, Tio Hugo, Toropi, Travesseiro, Três



Arroios, Três Coroas, Tunas, Tupanci do Sul, Tupandi, Turuçu, Ubiretama, União da Serra, Unistalda, Vale do Sol, Vale Real, Veranópolis, Viadutos, Vicente Dutra, Victor Graeff, Vila Flores, Vila Lângaro, Vila Maria e Vista Alegre do Prata.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde - SES

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria Estadual da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul e Secretarias Municipais de Saúde.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo de Albuquerque Nunes Elsade	51 33533016	eduardo-elsade@saude.rs.gov.br

ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

O Brasil tem registrado expressivo aumento no número de casos confirmados e óbitos decorrentes da Covid-19. O Estado do Rio Grande tem atualmente 875.450 confirmados e 21.261 óbitos (disponível em: <https://ti.saude.rs.gov.br/covid19/>, acesso em 08/04/2021). Considerando que no contexto da Covid-19 há aumento da demanda de atendimentos pré-hospitalares móveis primários (quando o pedido de socorro é oriundo de um cidadão) e secundário (quando a solicitação parte de um serviço de saúde, no qual o paciente ser conduzido a outro serviço de maior complexidade para a continuidade do tratamento), a capacidade de atendimento das unidades de urgência e emergência pré-hospitalares também aumentaram significativamente. Atualmente, o atendimento móvel de urgência dos municípios sem cobertura SAMU 192 é realizado pela Corporação dos Bombeiros, Bombeiros Voluntários ou pelas “ambulâncias brancas municipais”. Para estruturar e/ou qualificar os serviços existentes no município, alguns equipamentos são necessários na ambulância, como os desfibriladores externos automáticos (DEA) e os oxímetros de pulso.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Como citado, muitos municípios gaúchos ainda não contam com cobertura do SAMU 192; e alguns possuem cobertura apenas para transporte (remoção de um estabelecimento de saúde para outro), mas não para atendimento (realizado na rua ou na casa do cidadão). Nesses casos, aos municípios compete organizar a sua forma de atendimento às urgências com outros tipos de ambulâncias. No entanto, não há a possibilidade de regulação médica desses casos, para a orientação da conduta da equipe intervencionista, a qual qualificaria significativamente o desfecho do paciente. Com objetivo de estruturar esses serviços de atendimento pré-hospitalar, foram publicadas as Resoluções Nº 170/2020 e Nº 034/2021 - CIB/RS, que pactuam a implementação do Projeto Chamar 192 nos municípios que não contam com atendimento do SAMU 192, possibilitando o acesso à Central de Regulação das Urgências (CRU) Estadual. Nesse sentido, os equipamentos de DEA e oxímetros de pulso são imprescindíveis para qualificar os atendimentos pré-hospitalares prestados a população dos 218 municípios que não contam com atendimento do SAMU.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Melhoria da qualidade dos atendimentos pré-hospitalar em municípios que não possuem atendimento do SAMU 192, a partir da qualificação dos profissionais intervencionistas, da aquisição dos equipamentos e da possibilidade de regulação médica dos casos. Tal melhoria poderia gerar impacto ainda na redução de óbitos, visto que os serviços estariam mais estruturados e qualificados para o atendimento aos pacientes.

OBJETO

Estruturação dos serviços de atendimento pré-hospitalar dos municípios que não possuem cobertura do SAMU 192 no Estado do RS.



OBJETIVO

Garantir a qualidade dos atendimentos pré-hospitalares dos municípios que não possuem cobertura do SAMU 192 e cumprir a legislação vigente, no que se refere ao elenco mínimo de equipamentos disponíveis nas ambulâncias. Com o objetivo de qualificar ainda mais o atendimento, as Resoluções Nº 170/2020 e Nº 034/2021 - CIB/RS, que pactuam a implementação do Projeto Chamar 192, preveem ainda a capacitação dos profissionais que atuam nos serviços de emergência dos municípios, pelo Núcleo de Educação em Urgências/NEU/SAMU/DUE.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Estado do RS conta atualmente com 218 municípios sem atendimento do SAMU 192, onde o atendimento móvel de urgência é realizado pela Corporação dos Bombeiros, Bombeiros Voluntários ou pelas chamadas "ambulâncias brancas municipais". Muitos veículos são tripulados apenas por condutores, sem profissionais de saúde ou qualquer dispositivo de regulação, realizando atividades de transporte sanitário. Destaca-se que esse tipo de atendimento é demandado espontaneamente pelos cidadãos e fortemente subdimensionado. Frequentemente, no interior, o acesso a essas ambulâncias brancas é condicionado a ingerências não técnicas. Até então, não há investimento federal e os municípios, via secretaria de saúde municipal/posto de saúde ou bombeiros, têm assumido a iniciativa de prestar esses atendimentos.

A Central de Regulação das Urgências/SAMU RS iniciou um projeto para a regulação dos serviços de atendimento pré-hospitalar móveis nos municípios que ainda não possuem atendimento do SAMU 192, visando a ampliação do atendimento pré-hospitalar móvel de urgências, com a regulação dos atendimentos pré-hospitalares pela Central de Regulação Estadual das Urgências e a qualificação dos atendimentos prestados por essas equipes, o que requer a qualificação dos equipamentos das ambulâncias.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Desfibriladores Externos Automáticos (DEA) para os serviços de atendimentos pré-hospitalares de urgência adquiridos.	Quantidade	218	1.891.000	15
Oxímetros de Pulso para os serviços de atendimentos pré-hospitalares de urgência adquiridos.	Quantidade	218	679.000	15

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Saúde Cidadã

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Melhoria do Acesso aos Serviços de Saúde

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Modernização da Gestão e da Assistência em Saúde

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5620 - Rede de Urgência e Emergência - SAMU

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar



Nº	PROJETO
921	AQUISIÇÃO DE 9 NOVAS AMBULÂNCIAS EQUIPADAS PARA SEREM UTILIZADAS COMO RESERVA TÉCNICA DO SAMU RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
8933 - Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 2.610.000

PÚBLICO-ALVO
O projeto beneficiará diretamente 164 municípios gaúchos, sede de base do SAMU 192 e 130 municípios atendidos pelas bases SAMU 192, que terão a continuidade do serviço garantida em caso de problemas com as ambulâncias de atendimento.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Aceguá, Agudo, Alegrete, Alvorada, Antônio Prado, Arroio do Sal, Arroio do Tigre, Arroio Grande, Arvorezinha, Bagé, Balneário Pinhal, Barros Cassal, Bento Gonçalves, Boa Vista do Buricá, Bom Jesus, Bom Princípio, Butiá, Caçapava do Sul, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Caibaté, Camaquã, Cambará do Sul, Campinas do Sul, Campo Bom, Candelária, Cândido Godói, Candiota, Canela, Canguçu, Canoas, Capão da Canoa, Capão do Leão, Carazinho, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Cerro Largo, Chapada, Charqueadas, Constantina, Cristal, Cruz Alta, David Canabarro, Dois Irmãos, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Dona Francisca, Encantado, Encruzilhada do Sul, Entre-Ijuís, Erechim, Erval Grande, Espumoso, Esteio, Estrela, Farroupilha, Faxinal do Soturno, Feliz, Flores da Cunha, Frederico Westphalen, Garibaldi, Getúlio Vargas, Giruá, Gramado, Gravataí, Guaíba, Guaporé, Guarani das Missões, Horizontina, Ijuí, Imbé, Itaqui, Jaguarão, Jaguarí, Júlio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Lajeado, Lavras do Sul, Marau, Marcelino Ramos, Montenegro, Nonoai, Nova Petrópolis, Nova Prata, Novo Hamburgo, Osório, Palmares do Sul, Palmeira das Missões, Palmitinho, Panambi, Passo Fundo, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Planalto, Porto Alegre, Porto Xavier, Quaraí, Redentora, Restinga Seca, Rio Grande, Rio Pardo, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rosário do Sul, Salto do Jacuí, Sananduva, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, Santana do Livramento, Santiago, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, Santo Antônio das Missões, Santo Cristo, São Borja, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula, São Gabriel, São José do Norte, São Leopoldo, São Lourenço do Sul, São Luiz Gonzaga, São Marcos, São Nicolau, São Pedro do Sul, São Sebastião do Caí, São Sepé, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Sarandi, Seberi, Serafina Corrêa, Sinimbu, Soledade, Tapejara, Tapes, Taquara, Taquari, Tavares, Tenente Portela, Terra de Areia, Teutônia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três de Maio, Três Passos, Trindade do Sul, Triunfo, Tupanciretã, Tuparendi, Uruguaiana, Vacaria, Venâncio Aires, Vera Cruz, Viamão, Vila Nova do Sul e Xangri-lá, Herval, Ajuricaba, Alecrim, Alegria, Anta Gorda, Arambaré, Araricá, Arroio Do Meio, Arroio dos Ratos, Augusto



Pestana, Barra do Guarita, Bom Retiro do Sul, Barra Funda, Bom Progresso, Boqueirão do Leão, Bozano, Braga, Campina das Missões, Canudos do Vale, Capela de Santana, Capivari do Sul, Catuípe, Chuvisca, Cidreira, Ciríaco, Condor, Coqueiro Baixo, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Cristal do Sul, Cruzeiro do Sul, Derrubadas, Dois Lajeados, Doutor Maurício Cardoso, Doutor Ricardo, Eldorado do Sul, Engenho Novo, Erebangó, Erval Seco, Esperança do Sul, Estação, Estância Velha, Eugênio de Castro, Fazenda Vila Nova, Floriano Peixoto, Formigueiro, Forquetinha, Gramado dos Loureiros, Gramado Xavier, Herveiras, Humaitá, Ilópolis, Imigrante, Independência, Inhacorá, Ipiranga do Sul, Itapuca, Itati, Ivoti, Jaboticaba, Jacuizinho, Joia, Liberato Salzano, Maquiné, Marques de Souza, Mato Leitão, Minas do Leão, Miraguá, Morro Reuter, Mostardas, Muçum, Muliterno, Nova Boa Vista, Nova Brescia, Nova Candelária, Nova Hartz, Nova Ramada, Nova Santa Rita, Novo Machado, Novo Tiradentes, Novo Xingú, Pantano Grande, Pareci Novo, PArobé, Passo do Sobrado, Paverama, Pejuçara, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Poço das Antas, Portão, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Pouso Novo, Progresso, Relvado, Roca Sales, Rondinha, Salvador das Missões, Santa Clara do Sul, Santa Maria do Herval, Santo Augusto, São Jerônimo, São João do Polêsine, São José do Inhacorá, São José do Sul, São Martinho, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, São Valentim do Sul, Sede Nova, Senador Salgado Filho, Sentinela do Sul, Sério, Sertão Santana, Sete de Setembro, Tabai, Tiradentes do Sul, Travesseiro, Três Forquilhas, Três Palmeiras, Tucunduva, Vale do Sol, Vale Verde, Vanini, Vespasiano Correa, Vista Alegre, Vista Gaúcha, Vitória das Missões e Westfália.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Saúde - SES

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

DTERS (Secretaria de Administração do RS), CELIC (Subsecretaria da Administração Central de Licitações) e SES/RS.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Eduardo de Albuquerque Nunes Elsade	51 33533016	eduardo-elsade@saude.rs.gov.br

ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A SES/RS possui 9 ambulâncias equipadas para serem utilizadas como Reserva Técnica das ambulâncias do SAMU (recebemos devolução de Camaquã em 2020 de uma ambulância antiga, pois este município recebeu uma ambulância nova para implantar o SAMU), porém os veículos encontram-se sucateados pelo tempo de uso (anos 2010 e 2013) e apresentam grande desgaste devido as grandes distâncias percorridas, visto que são deslocados para quaisquer municípios onde se fizerem necessários, sendo emprestadas, aos municípios que compõem o SAMU RS.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Reforçamos que com o impacto da pandemia que acometeu nosso país, causando grandes prejuízos a saúde da população, o que impacta diretamente no serviço prestado, faz-se necessário a utilização de todo e qualquer recurso disponível. Ratificamos a necessidade de renovação da frota para empréstimos aos municípios, pois já não são suficientes no seu quantitativo, e por já serem obsoletas, tornam sua utilização cada vez mais temerosa. A realidade atual requer veículos novos, para que todo e qualquer momento, seja otimizado para viabilizar transporte seguros para os pacientes, em situação de risco iminente de morte, potencializada em muito, pela COVID-19.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

A garantia da continuidade dos atendimentos prestados aos usuários do SUS pelo SAMU 192, pois não havendo disponibilidade de empréstimo de ambulância reserva pelo Estado, no caso de avaria a um veículo municipal, o serviço SAMU naquele município paralisa até a resolução do problema.

OBJETO



Renovação da frota das ambulâncias utilizadas como Reserva Técnica dos 164 municípios que possuem base do SAMU 192 no Estado do RS.

OBJETIVO

Garantir a continuidade dos atendimentos do SAMU 192 em situações onde exista qualquer dano ou impedimento elétrico/mecânico temporário para funcionamento das ambulâncias do SAMU.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O SAMU Estadual do RS conta atualmente com 227 ambulâncias, distribuídas em 164 bases, que atendem 294 municípios. Possui uma cobertura populacional de 10.408.626 habitantes (91,48% da população gaúcha). A SES/RS possui 9 ambulâncias equipadas para serem utilizadas como Reserva Técnica das ambulâncias do SAMU (no pré-projeto inicial eram 8 ambulâncias, entretanto, recebemos devolução de Camaquã em 2020 de uma ambulância antiga, pois este município recebeu uma ambulância nova para implantar o SAMU), porém os veículos encontram-se sucateados pelo tempo de uso (anos 2010 e 2013) e grandes distâncias percorridas, visto que são deslocados para quaisquer municípios onde se fizerem necessários. Caso algum dos veículos dos municípios não estejam em condições de uso, um município que por ventura tenha sua ambulância avariada poderá carecer desse serviço de empréstimo de ambulância-reserva do Estado durante o tempo de manutenção. A impossibilidade de realizar empréstimos pelo Estado, quer seja porque não haja mais ambulância disponível, quer seja porque a ambulância reserva do Estado não esteja em condições de uso, acaba por determinar a paralisação do atendimento SAMU naquele município.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Ambulâncias equipadas para reserva técnica do SAMU 1192 no Estado do RS adquiridas	Quantidade	9	2.610.000	12

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Saúde Cidadã

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Melhoria do Acesso aos Serviços de Saúde

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Modernização da Gestão e da Assistência em Saúde

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5620 - Rede de Urgência e Emergência - SAMU

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar



Nº	PROJETO
922	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA - IMPLEMENTAÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIA EM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (CRTEA)

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5018 - Atenção Especializada à Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
21CD - Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra, Bem e Serviço	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 1.680.000

PÚBLICO-ALVO
Pessoas com autismo e suas famílias. Profissionais da rede de atendimento ao TEA: saúde, educação e assistência social.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Saúde

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Telessaúde/UFRGS, Secretaria Estadual da Educação, Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social, Secretaria Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Ana Lucia Pires Afonso da Costa	51 32885916	ana-costa@saude.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento, consistindo em dificuldades de comunicação e interação social e pela presença de padrões de comportamentos estereotipados e repetitivos. A gravidade da apresentação do TEA é variável, indo do mais leve ao mais severo, caracterizando o espectro autista. É um transtorno permanente, sem cura, mas com a possibilidade de diagnóstico e intervenção precoces, o que possibilita um prognóstico mais favorável, com suavização de sintomas.

O TEA, devido às suas características, perpassa todas as esferas da vida da pessoa e de sua família, sendo considerado um problema de saúde pública devido às implicações trazidas nas diferentes áreas como saúde, educação, assistência social, cidadania e direitos humanos.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

No Brasil, ainda não existem dados epidemiológicos representativos sobre o TEA, desvelando um atraso tanto no que se refere às questões epidemiológicas quanto de oferta de atendimento e cuidado especializados. Utilizando a referência internacional do CDC (EUA), que, em 2020, apresentou a prevalência de 1:54, estimamos que no Rio Grande do Sul, com população de, aproximadamente, 11 milhões de pessoas, tenha cerca de 203 mil casos.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Qualificação das redes estaduais de saúde, educação e assistência social, no atendimento às pessoas com autismo e suas famílias.

OBJETO

Implementar Centros de Referência em Transtorno do Espectro Autista (CRTEA) para usuários com Transtorno do Espectro Autista (TEA) com a colaboração dos municípios que em contrapartida oferecerão o local e a equipe profissional (definida pela gestão estadual). O recurso do projeto será utilizado para implementar os serviços a partir da adesão das macrorregionais e o CRTEA será 100% SUS.

OBJETIVO

Trata-se de uma proposta de abrangência estadual, que tem como objetivo alcançar as pessoas com autismo e suas famílias em seus territórios de residência. Criação de Centros de Referência em TEA (CRTEA) nas 07 macrorregionais de saúde, a saber: Centro-Oeste, Metropolitana, Missioneira, Norte, Serra, Sul e Vales. O propósito do CRTEA é ser reconhecido como o serviço de elevada competência na atenção às pessoas com TEA, nas diferentes áreas de necessidades (saúde, educação, assistência social, cidadania e direitos humanos), concentrando recursos técnicos e tecnológicos diferenciados, além de conhecimento e experiência no tema, sendo capaz de conduzir ações de qualificação das redes locais e investigação científica, em parceria com instituições de ensino e pesquisa. O objetivo do CRTEA é realizar o matriciamento das redes locais, fortalecendo os serviços para o atendimento às pessoas com TEA em seus territórios, além de oferecer atendimento nos casos mais graves/ complexos e a orientação aos pais/ familiares/ responsáveis. O CRTEA deverá buscar a parceria com instituições de ensino, pesquisa e extensão, visando a formação de profissionais para o atendimento no serviço público, de qualidade, bem como para fomentar pesquisas e inovações tecnológicas no tema. Os CRTEAs oferecerão serviço especializado em TEA de uma forma ainda não existente, atendendo à legislação estadual nº 15.322/2019, buscando garantir e promover o atendimento às necessidades específicas das pessoas com TEA.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

O Estado do Rio Grande do Sul sancionou a Lei nº 15.322, de 25 de setembro de 2019, que instituiu a Política de Atendimento Integrado à Pessoa com TEA no Estado do RS, destinada a garantir e promover o atendimento às necessidades específicas das pessoas com TEA, visando ao desenvolvimento pessoal, à inclusão social, à cidadania e ao apoio às suas famílias. Esta lei foi construída em parceria com a sociedade civil, por meio da Rede Gaúcha Pró-Autismo. Este projeto tem o objetivo de implementar a referida lei, e como principal ganho teremos



a oferta de atendimento em saúde, educação e assistência social aos casos graves e o matriciamento de serviços que realizam o atendimento nessas áreas na lógica de demanda, sem, muitas vezes, ter a qualificação necessária. Os serviços locais são os serviços como APAES, CER, CAPS, escolas que atendem as pessoas com TEA, mas muitas vezes sem ter a qualificação e conhecimento adequados para garantir um atendimento de qualidade.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Adaptação de espaços físicos nos serviços existentes para configurar um CRTEA	Quantidade	7	400.000	12
Consultoria/apoio institucional para implementação dos serviços	Quantidade	1	140.000	12
Profissionais e trabalhadores da saúde para atuação no CRTEA qualificados	Quantidade	80	100.000	12
Salas/espacos para desenvolvimento de atividades dirigidas (estimulação precoce, integração sensorial, ambientoterapia, alta habilidades) equipados	Quantidade	30	540.000	12
Aquisição de conjunto de recursos clínicos e pedagógicos para o desenvolvimento das habilidades sociais, da psicomotricidade e da aprendizagem	Quantidade	7	500.000	12

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Saúde Cidadã

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Fortalecimento da Prevenção e Promoção em Saúde

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Fortalecimento da Política Estadual de Saúde Mental

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
6537 - Rede de Atenção Psicossocial

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS
Política de atenção à pessoa com transtorno do espectro autista (TEA)

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Saúde e bem-estar



Fundo Nacional de Saúde



Nº	PROJETO
884	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO ÁGUA - SAA DE IBIRUBÁ - ABASTECIMENTO REGIÃO OESTE

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2222 - Saneamento Básico

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1189 - Ampliar o Acesso da População a Serviços Adequados de Saneamento Básico

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
21CA - Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 3.500.000

PÚBLICO-ALVO
Toda população do Bairro Hermany, localizado na região oeste do município. E, como se trata de uma zona de expansão do município, onde também estão localizadas algumas empresas agrícolas (muito fortes e geradoras de empregos na região), podemos dizer que toda população de Ibirubá será beneficiada.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Ibirubá

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Cia. Riograndense de Saneamento

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Prefeitura e FEPAM

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Arthur Martin	51 32154640	arthur.martin@corsan.com.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Baixo nível de reservação de água na região alvo. Redes de distribuição/adução insuficientes na região alvo.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Estima-se que aproximadamente 35 milhões de pessoas em todo o país não têm acesso à água tratada. Calcula-se que para que as metas do Novo Marco do Saneamento sejam atingidas até 2033 serão necessários investimentos na ordem de R\$ 144 bilhões em redes de água que somados com os investimentos nas redes de esgoto e troca das redes antigas (R\$ 609 bilhões) vão alcançar o valor de R\$ 753 bilhões. No Rio Grande do Sul, 30,03% do esgoto é coletado e 86,73% da população é atendida com o serviço de água. Para que a meta do Novo Marco do Saneamento seja atingida no estado os investimentos superam a monta de R\$ 15 bilhões.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Melhorias no sistema de distribuição de água do município. Aumento dos níveis de reservação de água, melhorando a confiabilidade do sistema de distribuição na região alvo.

OBJETO

Construção de reservatório de 250m³ e de 5.560,00 metros de adutoras

OBJETIVO

Melhorias no sistema de distribuição de água do município. Aumento dos níveis de reservação de água, melhorando a confiabilidade do sistema de distribuição na região alvo.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A região alvo do projeto, no município de Ibirubá apresenta forte crescimento. A infraestrutura de distribuição de água instalada atualmente é deficitária para atendimento da crescente demanda.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Reservatório Elevado 250m ³ Construído	Quantidade	1	1.300.000	24
Adutora Construída	Metros	5560	2.200.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ampliação e Qualificação dos Serviços de Saneamento

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

1913 - Implantação e Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário - Aumento de Capital na CORSAN

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Água potável e saneamento



Nº	PROJETO
886	AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO ÁGUA - SAA DE CRISSIUMAL - ADUTORA DE ÁGUA BRUTA

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2222 - Saneamento Básico

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1189 - Ampliar o Acesso da População a Serviços Adequados de Saneamento Básico

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

21CA - Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 6.500.000

PÚBLICO-ALVO

Todos os moradores do município de Crissiumal.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Crissiumal

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Cia. Riograndense de Saneamento

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Prefeitura e FEPAM

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Arthur Martin	51 32154640	arthur.martin@corsan.com.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Rompimento constante da adutora de água bruta que abastece o município. O empreendimento visa a execução de uma nova adutora de água.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Estima-se que aproximadamente 35 milhões de pessoas em todo o país não têm acesso à água tratada. Calcula-se que para que as metas do Novo Marco do Saneamento sejam atingidas até 2033 serão necessários investimentos na ordem de R\$ 144 bilhões em redes de água que somados com os investimentos nas redes de esgoto e troca das redes antigas (R\$ 609 bilhões) vão alcançar o valor de R\$ 753 bilhões. No Rio Grande do Sul, 30,03% do esgoto é coletado e 86,73% da população é atendida com o serviço de água. Para que a meta do Novo Marco do Saneamento seja atingida no estado os investimentos superam a monta de R\$ 15 bilhões.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Diminuição das faltas de água decorrentes da precariedade da adutora de água bruta existente.

OBJETO

Construção de nova adutora de água bruta.

OBJETIVO

Diminuição das faltas de água decorrentes da precariedade da adutora de água bruta existente.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A adutora de água bruta existente apresenta elevado estado de esclerosamento, com muito desgaste decorrente do tempo de uso. Esta situação ocasiona frequentes faltas de água devido ao rompimento da tubulação.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Adutora Construída	Metros	6620	6.500.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Infraestrutura

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ampliação e Qualificação dos Serviços de Saneamento

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

Implantação e Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário - Aumento de Capital na CORSAN

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Água potável e saneamento

Nº PROJETO



939	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS
-----	----------------------------------------------------------------------------------------------------

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5033 - Segurança Alimentar e Nutricional

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1224 - Ampliar a oferta e o acesso à água e a alimentos adequados e saudáveis para as pessoas em situação de vulnerabilidade social fortalecendo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

8948 - Apoio a Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 3.722.000

PÚBLICO-ALVO

807 famílias quilombolas de 19 comunidades

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Coredes Sul, Central, Litoral, Metropolitano Delta do Jacuí e Campanha

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAPDR

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Ministérios da Cidadania e Saúde, FUNASA e Prefeituras Municipais.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Henrique Ritter	51 32886319	henrique-ritter@seapdr.rs.gov.br

ESCOPO

**SITUAÇÃO-PROBLEMA**

As Comunidades Quilombolas reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares no RS abrangem cerca de 4.000 famílias em 122 comunidades rurais distribuídas pelo estado, com maior frequência na zona sul. Por estarem localizadas em situações de difícil acesso e longe dos centros urbanos, a maioria das comunidades não é servida por sistemas públicos de abastecimento de água.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Em levantamentos realizados verificou-se que 44,8% das famílias considera regular e 39,7% ruim o acesso à água. As instalações sanitárias são consideradas como ruins por 70,7% das famílias. Para estas famílias, a implantação/recuperação de sistemas simplificados de abastecimento d'água permitirá beneficiar diretamente famílias da comunidade rural com água de boa qualidade.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Atendimento a 14 comunidades quilombolas, localizadas em 09 municípios, beneficiando 557 famílias, com abastecimento e água de boa qualidade de forma a promover a segurança alimentar e nutricional e a reduzir a morbimortalidade, principalmente infantil, em razão de doenças entéricas de veiculação hídrica, além de proporcionar condições para o estabelecimento de atividades de geração de renda.

OBJETO

Implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água para comunidades quilombolas e reforma e construção de sedes e galpões multiuso.

OBJETIVO

Garantir o acesso à água às populações rurais quilombolas de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional. Reduzir a morbimortalidade, principalmente infantil, em razão de doenças entéricas de veiculação hídrica, por meio da implantação e/ou ampliação de sistemas de abastecimento de água e proporcionar condições para o estabelecimento de atividades de geração de renda através da confecção de artesanato, gastronomia e turismo em comunidades.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As Comunidades Quilombolas reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares no RS abrangem cerca de 4.000 famílias em 122 comunidades rurais distribuídas pelo estado, com maior frequência na zona sul. Estas comunidades, quase sempre localizadas em locais de difícil acesso e distantes dos centros urbanos, tem áreas em geral pequenas, sendo que 55% das famílias ocupam áreas menores que três hectares. Os meios de vida das populações quilombolas tem base principalmente na agricultura e nos empregos temporários, sendo que as aposentadorias e pensões tem lugar importante. Em levantamentos realizados verificou-se que 44,8 % das famílias consideram regular e 39,7 % ruim o acesso à água. As instalações sanitárias são consideradas como ruins por 70,7 % das famílias. Para estas famílias a implantação/recuperação de sistemas simplificados de abastecimento d'água permitirá beneficiar diretamente famílias da com unidade rural com água de boa qualidade. O projeto sugerido prevê também o desenvolvimento de um modelo de gestão adequado, baseado em experiências exitosas e com a participação das comunidades beneficiadas, entidades do poder público (municipal e estadual) e sociedade civil. Conseqüentemente, problemas com manutenção e operação serão minimizados, diminuindo os períodos de interrupção no fornecimento de água causados muitas vezes por pequenas avarias. Além disso, o manuseio e transporte inadequado e o desperdício da água serão diminuídos com o uso racional da água. Por outro lado, as famílias quilombolas têm experiência e aptidão na confecção de artesanato de diversos tipos e boas condições de oferecer ações de turismo rural aliado a gastronomia local, como fonte de geração de trabalho e renda.

A implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água para 14 comunidades quilombolas, localizadas em 09 municípios, beneficiará 557 famílias. Além disso, a reforma e construção de sedes e galpões multiuso atenderá 05 comunidades em 05 municípios.

PRODUTOS



Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Implantação de 9 sistemas simplificados de abastecimento de água.	Unidade	9	3.722.000	36
Reforma e construção de 5 galpões multiuso.	Unidade	5		

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolve RS

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Combate à infraestrutura precária no campo

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Capacitação, assistência técnica e extensão rural

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

1718 - FORTALECIMENTO ETNOSUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Redução das desigualdades



Secretaria de Atenção Primária à Saúde



Nº	PROJETO
804	VIATURAS AMBULÂNCIAS RESGATE PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5019 - Atenção Primária a Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1182 - Promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços da atenção primária de forma integrada e planejada

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 10.920.000

PÚBLICO-ALVO
A população de 48 municípios, num total de 4.500.000 habitantes. Também serão beneficiados 210 municípios circunvizinhos com população total de 6.872.135 habitantes.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
48 municípios-sede, sendo: Alvorada, Bagé, Barra do Quaraí, Caçapava do Sul, Cachoeirinha, Camaquã, Canoas, Capão da Canoa, Caxias do Sul, Cidreira, Dom Pedrito, Encruzilhada do Sul, Erechim, Flores da Cunha, Getúlio Vargas, Giruá, Gravataí, Guaíba, Guaporé, Ijuí, Itaqui, Jaguarão, Lajeado, Montenegro, Nonoai, Novo Hamburgo, Osório, Pelotas, Porto Alegre, Restinga Sêca, Rio Grande, Rio Pardo, Santa Vitória do Palmar, Santo Antônio da Patrulha, São José do Norte, São Leopoldo, São Lourenço do Sul, São Marcos, São Pedro do Sul, São Sepé, Sapucaia do Sul, Soledade, Tapera, Taquari, Terra de Areia, Torres, Vera Cruz e Viamão. Também serão beneficiados 210 municípios circunvizinhos.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Corpo de Bombeiros Militar

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria de Segurança Pública e CBMRS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Cesar Eduardo Bonfanti	51 985771169	cmtg@cbm.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Frota de veículos insuficientes. Atualmente o CBMRS possui 113 quartéis de bombeiros em 93 municípios do RS. Somente em 45 municípios está sendo oferecido o serviço, restando 48 a serem abrangidos.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Dos 93 municípios atendidos pelas guarnições com resgate voltados ao suporte básico de vida, restam 48 a serem abrangidos. Esses municípios totalizam cerca de 4.000.000 habitantes.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

O atendimento integral da população do RS nos eventos de trauma, acidente veicular, de forma qualificada e com melhor tempo resposta.

OBJETO

Aquisição de veículos do tipo ambulâncias de resgate.

OBJETIVO

Melhoria no atendimento ao suporte básico de vida da população do RS.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A aquisição de veículos do transporte especializado, destinado às emergências de resgate, parada cardíaca, insuficiência coronariana aguda, acidentes vascular encefálico, insuficiência respiratória e trauma graves, buscando a redução do tempo-resposta em locais que não possuem o serviço prestado pelo CBMRS, de forma a significar uma elevação na sobrevivência dos pacientes e ampliação da área de abrangência do socorro com a presença do Corpo de Bombeiros Militar. As viaturas propostas serão distribuídas em 48 Unidades que atendem hoje a 210 municípios numa população total de 6.872.135 habitantes.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Veículos de Resgate (Ambulância Tipo C) devidamente adaptados para o serviço do Corpo de Bombeiros Militar, com capacidade de transportar guarnição e equipamentos necessários para o atendimento a ocorrências de atendimento pré-hospitalar.	Quantidade	48	10.920.000	24



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Cidadão mais seguro

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Qualificação da prevenção e combate a sinistros e das ações de busca e salvamento e defesa civil

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3858 - Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros Militar - FESP

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

RS Seguro

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Redução das desigualdades, Vida Terrestre, Paz, justiça e instituições eficazes



Secretaria de Vigilância em Saúde



Nº	PROJETO
923	FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE - AMPLIAÇÃO DA CENTRAL ESTADUAL DE ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS - CEADI/RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5023 - Vigilância em Saúde

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1200 - Reduzir ou controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
20YE - Aquisição e Distribuição de imunobiológicos e insumos para Prevenção e Controle de Doenças

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra, Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 2.500.000

PÚBLICO-ALVO
Todos os 497 municípios do RS, por meio do Setor de Imunizações das 19 Coordenadorias Regionais de Saúde.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Saúde

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul, Centro Estadual de Vigilância em Saúde - CEVS.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rosângela Sobieszczanski	51 32884069	rosangela-sobieszczanski@saude.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A eficácia das vacinas e demais imunobiológicos depende diretamente das condições de armazenamento e transporte aos quais são submetidos, visto que são medicamentos sensíveis ao calor e devem ser mantidos em estoque à temperatura controlada, na faixa de 2 a 8°C. Dessa forma, existe a necessidade de adequação da infraestrutura da CEADI/RS ao disposto na legislação, pois as condições infraestruturais atuais são insatisfatórias para o desenvolvimento das atividades realizadas.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A legislação pertinente a esta área técnica determina a necessidade de adequação da infraestrutura da CEADI/RS: Portaria nº 802 (08/10/1988, SVS/MS) orienta sobre o controle sanitário em toda cadeia de produção, distribuição, transporte e armazenagem de produtos farmacêuticos; já a Resolução RDC nº 304 (17/09/2019, ANVISA) orienta sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos e Manual da Rede Frio do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do MS.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Qualificação das ações de imunização no RS.

OBJETO

Reforma e ampliação de edificação para transferência da Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos - CEADI/RS e compra de equipamentos e mobiliário para a adequação da mesma à nova estrutura física.

OBJETIVO

Garantir e zelar pela manutenção da qualidade e segurança dos imunobiológicos, mantendo a eficácia desde o recebimento até a sua distribuição, visando a qualificação das ações de imunização no estado do RS.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A eficácia das vacinas e demais imunobiológicos depende diretamente das condições de armazenamento e transporte aos quais são submetidos, visto que são medicamentos sensíveis ao calor e devem ser mantidos em estoque à temperatura controlada, na faixa de 2 a 8 °C. Dessa forma, existe a necessidade de adequação da infraestrutura da CEADI/RS ao disposto na legislação, pois as condições infraestruturais atuais são insatisfatórias para o desenvolvimento das atividades realizadas pela CEADI/RS. Além disso, a crescente demanda de imunobiológicos imposta necessita atenção e investimentos, principalmente, a ampliação física da área total e da área de estoque de imunobiológicos (câmaras refrigeradas) disponíveis. A CEADI/RS recebe do Ministério da Saúde (MS) 44 diferentes imunobiológicos (soros e vacinas), armazena e distribui estes itens para as 19 Coordenadorias Regionais de Saúde do Estado do RS, além de abastecer a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre e o Centro de Referência em Imunobiológicos Especiais (CRIE) localizado no complexo do Hospital Sanatório Parternon.

Esta proposta fundamenta-se pela necessidade de adequação da infraestrutura da CEADI/RS ao disposto na legislação pertinente e prevê a transferência da sede da CEADI/RS para área disponível no complexo de prédios do Centro Estadual de Vigilância em Saúde - CEVS/RS - pavimento térreo do prédio de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CDVT/RS - para proporcionar maior aproximação entre a Central e os demais setores que integram o CEVS/RS. O projeto da área nova da CEADI/RS prevê uma área total de aproximadamente 460m², representando um significativo acréscimo, cerca de 260m² a mais, em relação a área já existente, além de já possuir pátio para manobras de caminhões e local apropriado para abertura de doca/portão para carga e descarga de materiais. Cabe ainda ressaltar que a mudança da sede do CEADI/RS para a área do complexo do CEVS praticamente duplicará a área de Câmaras refrigeradas para conservação dos imunobiológicos (área atual



aproximada = 47 m²; nova área projetada aproximada = 87 m²) e possibilitará ainda a implantação de ambientes preconizados pela RDC 304/2019 dos quais neste momento, em virtude dos espaços físicos (administrativos e operacionais) limitados, a CEADI/RS não dispõe.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Equipamentos e mobiliários adquiridos	Percentual	100	830.000	12
Reforma e ampliação para instalação da CEADI/RS executadas	Percentual	100	1.670.000	36

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Saúde Cidadã

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fortalecimento da Prevenção e Promoção em Saúde

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Vigilância em Saúde

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

6277 - Vigilância Epidemiológica

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar

The cover features a central title in bold, dark grey capital letters. Above the title, a green triangle contains three white hands reaching towards the center. To the left, a red diamond and a white diamond with a green outline are positioned. Below the title, a yellow triangle contains two white hands reaching towards the center. At the bottom left, a red diamond and a white diamond with a red outline are positioned. The text 'Caderno de Propostas do Rio Grande do Sul ao OGU 2022' is in a green font.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

Caderno de Propostas do
Rio Grande do Sul ao OGU 2022



Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

- 840** REFORMA E ADEQUAÇÃO DE ESCADAS NO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO PORTO ALEGRE I FASE/RS
- 842** EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO DO CASE PADRE CACIQUE FASE/RS - EM PORTO ALEGRE
- 846** CONSTRUÇÃO DO MÓDULO ESCOLAR DO CASE SANTO ÂNGELO FASE/RS
- 847** CONSTRUÇÃO DO MÓDULO ESCOLAR DO CASE URUGUAIANA FASE/RS

Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

- 869** CAPACITAÇÃO E POLÍTICAS PARA PcD e PcAH EM MEIO VIRTUAL - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA FADERS
- 926** IMPLANTAÇÃO DE CENTRAL DE INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS ESTADUAL NO CENTRO ADMINISTRATIVO E NO TUDO FÁCIL

Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

- 914** CUIDADO E CIDADANIA: PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA RURAL

Secretaria Nacional de Proteção Global

- 929** FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA A POPULAÇÃO LGBT NO RS



Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



Nº	PROJETO
840	REFORMA E ADEQUAÇÃO DE ESCADAS NO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO PORTO ALEGRE I FASE/RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

14UF - construção, reforma, equipagem e ampliação de unidade de atendimento socioeducativo.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
15	R\$ 156.000

PÚBLICO-ALVO

Funcionários do CASE e adolescentes internos. Indiretos: aproximadamente 428 familiares que visitam os socioeducandos nos dias de visita.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 1

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria de Obras e Habitação

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Neusa Martins Marques	51 32189449	neusa.praetzel@fase.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

As condições inseguras de infraestrutura nas unidades de atendimento socioeducativos dificultam que estas entidades cumpram com a sua missão de ressocialização dos adolescentes internados, colocando não só os socioeducandos em risco de acidentes, como também os trabalhadores e eventuais visitantes.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

De acordo com a Agência Brasil, em 2017, das 349.579 comunicações de acidentes de trabalho (CATs) feitas pelas empresas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), 37.057 se referiam a quedas - 10,6% dos registros. Das 1.111 mortes em ambiente de trabalho registradas no ano passado, 161 foram causadas por quedas. Esses acidentes geralmente têm relação com escadas, andaimes e estruturas e veículos motorizados. <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-04/acidentes-com-quedas-levaram-161-trabalhadores-morte-em-2017>>

Na macro região de São Paulo, soma do número de quedas em escadas ou degraus, de 2008 a 2011, chegou ao número de 14.133 internações. Portanto, uma média de 3.528,25 casos por ano. (GASTALDI e CASTILHO, ESCADAS: ARQUITETURA, SEGURANÇA E PREVENÇÃO À ACIDENTES NOS ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO VERTICALÓPOS V. 6, N° 2, p. 90 - 112, 2012)

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

O projeto visa oferecer melhoria nas condições de segurança para o acesso ao pavimento superior do Centro de Atendimento Socioeducativo POA I, com o propósito de diminuir os acidentes ocasionados aos jovens internados e também, aos servidores (acidentes de trabalho/passivos trabalhistas). Assim, as escadas existentes deverão ser demolidas e serão construídas novas escadas dentro dos padrões de segurança apontados na legislação vigente.

OBJETO

Demolição e Construção de 04 novas escadas internas no Centro de Atendimento Socioeducativo- CASEPOAI.

OBJETIVO

Adequar as escadas do local à legislação vigente e melhorar as condições de segurança, de acesso ao pavimento superior do Centro de Atendimento Socioeducativo Porto Alegre I, reduzindo o risco de acidentes.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As escadas devem possuir corrimões dos dois lados a fim de evitar acidentes e nas escadas internas e fita antiderrapante na beirada de cada degrau <<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/virtual%20tour/hipertextos/up2/quedas.htm>>. Além disso, os degraus devem ter altura e espaçamento adequados, o corrimão deve ser seguro e bem fixado <<https://temseguranca.com/dds-pronto-para-usar-cuidado-escadas/>> e as escadas devem possuir a mesma medida do espelho e do piso em todos os seus degraus para manter um ritmo ao usuário (Gastaldi e Castilho, 2012).

As escadas existentes estão em estado avançado de corrosão, necessitando de troca total. Os degraus e estrutura principais estão comprometidos, bem como engastes com as estruturas de concreto. Também se faz necessária a execução de novos gradis de proteção das escadas. Atualmente as escadas não atendem aos requisitos detalhados na norma ABNT:NBR 9050/2015 e NBR 9077/1993.

PRODUTOS



Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Escadas construídas no CASE POA I	Quantidade	4	156.000	15

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Reconectado Vidas

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Adequação, qualificação e manutenção do atendimento ao socioeducando e fortalecimento da rede intersetorial.

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3171 - Qualificação e Ampliação de Unidades de Atendimento

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
842	EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO DO CASE PADRE CACIQUE FASE/RS - EM PORTO ALEGRE

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

14UF - construção, reforma, equipagem e ampliação de unidade de atendimento socioeducativo.

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
20	R\$ 279.000

PÚBLICO-ALVO

Cerca de 940 pessoas: aproximadamente 101 adolescentes (média atendida de adolescentes internos/Ano) e cerca de 135 funcionários, mais os familiares dos adolescentes internos e funcionários que trabalham no CASEPC.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 1

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Corpo de Bombeiros Militar

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lilliane Guimarães de Andrade	51 32189450	lilliane-andrade@fase.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A FASE busca incessantemente a adequação de suas estruturas prediais. É necessário que as instalações comerciais, industriais, prédios e outros locais de concentração de público estejam devidamente adequadas às normas e exigências legais, evitando assim que ocorram tragédias.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Incêndios em Edificações são extremamente frequentes em todo mundo. Estima-se que este tipo de incêndio esteja em torno de um terço (1/3) de todas as ocorrências registradas. No Brasil, após o triste acontecimento do incêndio na Boate Kiss, evidenciou que a sociedade não está preparada adequadamente para reagir em caso de incêndio. Isto ocorre possivelmente devido à falta de treinamentos, informações e orientações contra incêndio. Mesmo considerando que existem pessoas treinadas para saber agir nestas situações, ainda falta muito para as pessoas estarem preparadas da melhor forma possível para conseguir se salvar em um acidente ou até mesmo em um princípio de incêndio. Um PPCI é fundamental para garantir a segurança das pessoas contra incêndios. Ele define os espaços e sistemas da edificação para evacuar as pessoas de forma rápida em casos de emergência e iniciar o combate ao fogo em casos de princípios de incêndio. A FASE-RS entende que o projeto de incêndio para CASEPC é fundamental para prevenir acidentes com fogo e, em caso de ocorrência, permitir que as pessoas consigam deixar o lugar com segurança. Segundo indicador do Corpo de Bombeiros Militar no RGS as ocorrências atendidas de incêndios em edificações aumentaram se comparadas nos últimos 4 anos: 2017(11.909 ocorrências atendidas); contra ano de 2019 (18.922 ocorrências atendidas em edificações) e 2020(18.111 ocorrências atendidas em edificações). Os prejuízos advindos destes incêndios são acentuados, destacando-se, além da perda de vidas e feridos graves, os prejuízos econômicos com a interrupção de atividades e mesmo cadeias produtivas, promovendo a deterioração de postos de trabalho e de montantes financeiros significativos que se destinam a reconstrução de estruturas danificadas ou mesmo destruídas.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Transmitir à sociedade que o PPCI é um investimento em segurança e defesa da vida das pessoas que usam os espaços do CASE Padre Cacique. Tão importante quanto saber como combater um incêndio, é entender o que pode causá-lo, sendo que o PPCI faz todo esse levantamento.

OBJETO

Executar as adaptações na estrutura física, tendo em vista a aprovação do projeto do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) no Corpo de Bombeiros de Porto Alegre para o Centro de Atendimento Socioeducativo Padre Cacique (CASEPC).

OBJETIVO

Garantir a segurança das pessoas que laboram e são atendidas no CASEPC, obter o Alvará de Incêndio do Centro de Atendimento Socioeducativo Padre Cacique e evitar perdas patrimoniais que possam ser causadas por incêndios na estrutura predial do CASEPC.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A obtenção do Alvará de Incêndio é uma exigência legal para o funcionamento do prédio com segurança, dentro das normas vigentes. O projeto de PPCI já foi aprovado pelo Corpo de Bombeiros, quando da emissão do Certificado de Conformidade. As adaptações estruturais apontadas no projeto de PPCI devem ser executadas para a obtenção do Alvará dos bombeiros. Assim, a FASE busca a regularização do CASEPC conforme a Lei de segurança, prevenção e proteção contra incêndios através do PPCI para garantir a segurança aos jovens atendidos no Sistema Socioeducativo e, ainda, adotar providências administrativas para garantir o interesse público na preservação de patrimônio histórico.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Realizar serviços de desenvolvimento e instalação de Sistemas de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (PPCI) no CASEPC.	Metros Quadrados	5200	279.000	20

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
RS cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Reconectando Vidas

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Adequação, qualificação e manutenção do atendimento ao socioeducando e fortalecimento da rede intersetorial.

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
3171 - Qualificação e Ampliação de Unidades de Atendimento

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Paz, justiça e instituições eficazes



Nº	PROJETO
846	CONSTRUÇÃO DO MÓDULO ESCOLAR DO CASE SANTO ÂNGELO FASE/RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5011 - Educação Básica de Qualidade
 5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1175 - Elevar a qualidade de Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.
 1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul
 14UF - Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
48	R\$ 1.332.000

PÚBLICO-ALVO

Diretamente, 169 pessoas (48 adolescentes internados no CASE Santo Ângelo, 21 professores do corpo docente da Escola e aproximadamente 100 funcionários do CASE Santo Ângelo), mais os familiares dos adolescentes internos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 7

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), Secretaria da Educação (SEDUC)

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lilliane Guimarães de Andrade	51 32189450	lilliane-andrade@fase.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

As edificações dos centros de atendimento socioeducativos de internação devem promover o cumprimento da medida socioeducativa o mais afastado possível da identificação com prédios análogos a presídios. Devem possuir característica mais pedagógica e menos punitiva, possibilitando dar aos jovem/adolescente a construção de um novo projeto de vida e a promoção da ressocialização. Na Lei Nº12.594 do SINASE consta, no seu artigo 16, que a estrutura física da unidade institucional deve ser compatível com as normas específicas de referência. Em 2006, o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), por meio da Resolução Nº 119, lançou os Parâmetros Arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo.

Para os programas de Internação Provisória e Internação são apresentadas especificidades quanto ao modelo arquitetônico, instalações físicas ideais para o cumprimento da medida socioeducativa. São considerados os aspectos físicos para cada função oferecida ao cumprimento da medida de internação provisória e internação, como: espaços adequados para atendimentos técnicos individual ou em grupos, espaços para atendimento saúde/ambulatorios, espaços com condições adequadas para refeições e dormitórios, espaços com salas de aula apropriadas contando com salas de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar entre outros. O SINASE (2006, p. 51) diz que "A arquitetura socioeducativa deve ser concebida como espaço que permita a visão de um processo indicativo de liberdade, não de castigos e nem da sua naturalização". Também fala, no item 9 (p.48) da seção 6.1, que as edificações usadas no atendimento socioeducativo devem estar subordinadas ao processo pedagógico e no quadro da seção 6.2.1 (p.50) fala que as unidades de internação devem possuir espaço com salas de aulas apropriadas contando com sala de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Atualmente as atividades escolares dos socioeducandos internos no Centro de Atendimento Socioeducativo de Santo Ângelo acontecem dentro do prédio principal de internação (assim como de outros CASEs no interior e capital do RS), causando conflitos de funções e horários. Em uma recente pesquisa solicitada pelo Ministério da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos para Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo revelou que a região Sul, quanto à dimensão Entidades, informou que as condições de infraestrutura das unidades - indicador 2.2.2 (p.64) quanto à infraestrutura para atividades escolares, região Sul - ficou abaixo das demais regiões; SUL- nota 4,50 de um total de 7,0; Região CO - 4,92; Região SE - 4,95; Região NE - 4,60. Este mesmo indicador revela, para a região Sul, uma nota de 0,32, num total de 1 ponto possível, quanto à separação das salas de aulas dos quartos, enquanto a nota nacional é de 0,47. Também nessa mesma pesquisa, o indicador 2.1.1 (p.63) revela que 59% dos diretores de unidades da região Sul consideram necessárias reformas nos espaços destinados às escolas, enquanto na média nacional este percentual é de 68%.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

O intuito maior é propiciar a melhoria no desempenho escolar e, contribuir para o aumento dos índices de progressão escolar dos adolescentes/jovens atendidos no CASE Santo Ângelo e uma melhor adequação na distribuição das funções do CASE ao preconizado pelo SINASE.

OBJETO

Construção de Módulo Escolar anexo ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Santo Ângelo.

OBJETIVO

Adequar as edificações da FASE às normas arquitetônicas da Socioeducação, promovendo melhorias nos espaços destinados à escolarização formal no CASE Santo Ângelo, com o objetivo de possibilitar ao adolescente que cumpre medida socioeducativa de internação, a construção de novas possibilidades para um novo projeto de vida. Nesse contexto, A FASE/RS visa dar ênfase aos espaços destinados à escolarização destes socioeducandos internados, afim de melhorar o atendimento prestado aos adolescentes internados na instituição e promover a ressocialização.



CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

É importante que as atividades escolares aconteçam em um prédio separado do principal de internação, a fim de evitar conflitos de funções e horários. Assim, a construção do Módulo Escolar, anexo ao prédio principal de internação, propiciará aos adolescentes um espaço específico para o ensino escolar, sem prejudicar as demais atividades do prédio principal, melhorando o rendimento das atividades escolares, em ambiente mais propício e direcionado à educação, garantindo melhor aprendizado e reinserção dos adolescentes na sociedade. O trabalho do corpo docente da escola ganha em qualidade, pois com a construção do módulo escolar, a escola passa a ter um espaço exclusivo. Os funcionários do CASE Santo Ângelo também ganham com uma melhor divisão de tarefas, por conta da divisão espacial entre o prédio principal e o anexo escolar. Além disso, a construção dos anexos escolares libera espaço físico dentro dos centros de atendimento, os quais podem ser usados para diversas atividades, como por exemplo: oficinas, sala de leitura e sala de jogos, deixando estes centros também mais próximos do conceito arquitetônico preconizado pelo SINASE.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Prédio do Módulo Escolar do Case Santo Ângelo construído	Quantidade	1	1.332.000	48

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - FASE

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3171 - Qualificação e Ampliação de Unidades de Atendimento

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

2020.481 - Módulos Escolares

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Educação de qualidade, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
847	CONSTRUÇÃO DO MÓDULO ESCOLAR DO CASE URUGUAIANA FASE/RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5011 - Educação Básica de Qualidade

5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1175 - Elevar a qualidade de Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade

1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul.

14UF - Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
33	R\$ 808.000

PÚBLICO-ALVO

Cerca de 170 pessoas (aproximadamente 48 adolescentes internos, 18 professores e aproximadamente 100 funcionários) diretamente, mais os familiares dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 6

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Justiça Cidadania e Direitos Humanos (SJCDDH); Secretaria da Educação (SEDUC); Secretaria de Obras Públicas

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
André Olea Benini	51 32189450	andre-benini@fase.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

As edificações dos centros de atendimento socioeducativos de internação devem promover o cumprimento da medida socioeducativa o mais afastado possível da identificação com prédios análogos a presídios. Devem possuir característica mais pedagógica e menos punitiva, possibilitando dar aos jovem/adolescente a construção de um novo projeto de vida e a promoção da ressocialização. Na Lei Nº12.594 do SINASE consta, no seu artigo 16, que a estrutura física da unidade institucional deve ser compatível com as normas específicas de referência. Em 2006, o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), por meio da Resolução Nº 119, lançou os Parâmetros Arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo.

Para os programas de internação Provisória e Internação são apresentadas especificidades quanto ao modelo arquitetônico, instalações físicas ideal para o cumprimento da medida socioeducativa. São considerados os aspectos físicos para cada função oferecida ao cumprimento da medida de internação provisória e internação, como: espaços adequados para atendimentos técnicos individual ou em grupos, espaços para atendimento saúde/ambulatorios, espaços com condições adequadas para refeições e dormitórios, espaços com salas de aula apropriadas contando com salas de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar entre outros. O SINASE (2006, p. 51) diz que "A arquitetura socioeducativa deve ser concebida como espaço que permita a visão de um processo indicativo de liberdade, não de castigos e nem da sua naturalização". Também fala, no item 9 (p.48) da seção 6.1, que as edificações usadas no atendimento socioeducativo devem estar subordinadas ao processo pedagógico e, no quadro da seção 6.2.1 (p.50), fala que as unidades de internação devem possuir espaço com salas de aulas apropriadas contando com sala de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Atualmente as atividades escolares dos socioeducandos internos no Centro de Atendimento Socioeducativo de Uruguaiana acontecem dentro do prédio principal de internação (assim como de outros CASEs no interior e capital do RS), causando conflitos de funções e horários. Uma recente pesquisa, solicitada pelo Ministério da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos para Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, revelou que a região Sul, quanto à dimensão Entidades, informou que as condições de infraestrutura das unidades - indicador 2.2.2 (p.64) quanto à infraestrutura para atividades escolares região Sul - ficou abaixo das demais regiões: SUL - nota 4,50 de um total de 7,0; Região CO - 4,92; Região SE - 4,95; Região NE - 4,60. Este mesmo indicador revela, para a região Sul, uma nota de 0,32, num total de 1 ponto possível, quanto à separação das salas de aulas dos quartos, enquanto a nota nacional é de 0,47. Também nessa mesma pesquisa, o indicador 2.1.1 (p.63) revela que 59% dos diretores de unidades da região Sul consideraram necessárias reformas nos espaços destinados às escolas, enquanto na média nacional este percentual é de 68%.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

O intuito maior é propiciar a melhoria no desempenho escolar e, contribuir para o aumento dos índices de progressão escolar dos adolescentes/jovens atendidos no CASE Santo Ângelo e uma melhor adequação do CASE ao preconizado pelo SINASE.

OBJETO

Construção de Módulo Escolar anexo ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Uruguaiana

OBJETIVO

Adequar as edificações da FASE às normas arquitetônicas da Socioeducação, promovendo melhorias nos espaços destinados à escolarização formal no CASE Uruguaiana, com o objetivo de possibilitar ao adolescente que cumpre medida socioeducativa de internação, a construção de novas possibilidades para um novo projeto de vida. Nesse contexto, A FASE/RS visa dar ênfase aos espaços destinados à escolarização desses socioeducandos internados, afim de melhorar o atendimento prestado aos adolescentes internados na instituição e promover a ressocialização.



CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

É importante que as atividades escolares aconteçam em um prédio separado do principal de internação, a fim de evitar conflitos de funções e horários. Assim, a construção do Módulo Escolar anexo ao prédio principal de internação propiciará aos adolescentes um espaço específico para o ensino escolar sem prejudicar as demais atividades do prédio principal, melhorando o rendimento das atividades escolares, em ambiente mais propício e direcionado à educação, garantindo melhor aprendizado e reinserção dos adolescentes na sociedade. O trabalho do corpo docente da Escola ganha em qualidade, pois com a construção do módulo escolar, a escola passa a ter um espaço exclusivo. Os funcionários do CASE Santo Ângelo também ganham com uma melhor divisão de tarefas, por conta da divisão espacial entre o prédio principal e o anexo escolar. Além disso, a construção dos anexos escolares libera espaço físico dentro dos centros de atendimento, os quais podem ser usados para diversas atividades, como por exemplo: oficinas, sala de leitura e sala de jogos, deixando estes centros também mais próximos do conceito arquitetônico preconizado pelo SINASE.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Prédio do Módulo Escolar anexo ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Uruguaiana construído	Quantidade	1	808.000	33

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - FASE

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3171 - Qualificação e Ampliação de Unidades de Atendimento

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

2020.481 - Módulos Escolares

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Educação de qualidade, Redução das desigualdades



Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência



Nº	PROJETO
869	CAPACITAÇÃO E POLÍTICAS PARA PcD e PcAH EM MEIO VIRTUAL - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA FADERS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
21AR - Promoção e Defesa de Direitos para Todos

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 140.000

PÚBLICO-ALVO
O Projeto tem como Beneficiários Diretos os PcD / PcAH e familiares, atendidos ou não na FADERS, agentes sociais a serem capacitados, gestores municipais e estaduais, Conselheiros de Direitos e Controle Social sobre Políticas Públicas que terão as oportunidades de acesso aos serviços e promoções da Fundação ampliadas e qualificadas. Com os eventos que serão produzidos a partir do Projeto, estimamos aumentar o número de pessoas capacitadas em no mínimo 50%. Também são beneficiários os trabalhadores da FADERS que terão incremento em suas condições de trabalho, repercutindo positivamente sobre a criatividade e a produtividade. E como Beneficiários Indiretos teremos toda a sociedade gaúcha, que será mais bem informada acerca das questões que envolvem a acessibilidade e a inclusão das PcD e PcAH.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades - FADERS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
FADERS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Aline Monteiro Correia	51 998855160	aline-correia@fadrs.rs.gov.br

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Equipamentos de TIC na FADERS inexistentes ou obsoletos para execução das atividades finalísticas adaptadas à modalidade virtual exigida pelo contexto da pandemia, tais como: atendimento remoto, capacitação à distância, videoconferências e outros webinários. Rotinas, produção e expansão de trabalhos inviabilizados pela falta e/ou inadequação dos equipamentos de TIC: banco de dados, pesquisas, manejo de sistemas governamentais, etc.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Os atuais equipamentos de TIC, com mais de quinze anos em uso, apresentam problemas de configuração para novos softwares e têm apresentado obstáculos à execução de trabalhos e tarefas dos mais rotineiros, como o próprio uso dos sistemas governamentais.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Alcance maior dos eventos promovidos pela FADERS em meio virtual, que possuirão mais agilidade e qualidade. Esta ampliação é fundamental para potencializar as ações de gestão do conhecimento em atenção às PcD e PcAH e de articulação de políticas públicas voltadas a este grupo populacional e sua comunidade, projetando a atuação do órgão público FADERS e, em consequência, do Estado, em um mais amplo espectro.

OBJETO

Atualização e modernização dos equipamentos e dos recursos tecnológicos utilizados no desenvolvimento de atividades finalísticas da FADERS.

OBJETIVO

Qualificar e modernizar as ações, atividades e projetos da FADERS mediante aquisição de novos equipamentos e softwares, a fim de manter e ampliar os serviços técnicos, implementar o Passe Livre Digital, viabilizar bancos de dados, desenvolver capacitações on-line, produzir materiais para atendimento remoto à Pessoa com Deficiência (PcD) e Pessoa com Altas Habilidades (PcAH), promover, participar e realizar webinários.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A proposição de reaparelhamento tecnológico inicia com a aquisição de computadores para substituição integral de atuais equipamentos de TIC obsoletos. Em 2020, a FADERS desenvolveu o projeto de implantação do Passe Livre Digital, informatizando as etapas do protocolo de pedidos e remessa de documentos exigidos para emissão de credenciais do Passe Livre Intermunicipal para PcD. A capacitação dos agentes públicos com vistas ao cadastramento dos beneficiários foi realizada de forma virtual, basicamente em virtude da pandemia, porém implicando economia em diárias e o alcance do território em um tempo muito menor. Para viabilizar a execução dos procedimentos digitalizados foi preciso uma rede de internet independente e, agora, são necessários computadores novos, capazes de suportar a atualização de navegadores e trabalho simultâneo de vários sistemas. Além disso, é imprescindível obter ferramentas apropriadas de instalação e manejo de bancos de dados dos setores de atendimento no qual ingressarão e/ou se atualizarão cerca de 20 mil usuários/ano, conforme previsto nos Projetos em andamento Passe Livre Digital e Política de Atenção à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, este último de caráter estratégico para o Governo Estado. A modalidade de teletrabalho instalada em função da pandemia e seus efeitos expôs de modo crítico a obsolescência dos equipamentos e aparato tecnológico da Fundação. Os computadores, já há muito defasados até mesmo para veicular os sistemas governamentais e a rede informatizada, revelaram-se absolutamente insuficientes para comportarem as operações, bem como hardware e software, para a adaptação das diversas rotinas, a realização de reuniões virtuais, a produção de vídeos e materiais para atendimento remoto, o desenvolvimento de capacitação à distância ou a promoção de webinários; trabalho que só se tornou possível pelo uso de computadores e equipamentos particulares dos servidores em homeworking. Como os atuais computadores são obsoletos e não suportam wi-fi, os eventos virtuais realizados desde as bases físicas da Fundação vêm sendo possíveis somente



através de smartphones, equipamento que a FADERS não dispõe. Mesmo com a previsão de retomada gradativa das atividades, os canais abertos na modalidade de teletrabalho imprimiram um ritmo e um alcance das nossas ações finalísticas que não admitem estagnação ou retrocesso, exigindo que a Fundação disponha de tecnologia à altura da contemporaneidade. A comparação entre número de participantes em eventos presenciais e em realizações virtuais revela que o uso da tecnologia potencializa o alcance geográfico das iniciativas bem como multiplica beneficiários com significativa redução de custos e do desgaste físico dos trabalhadores.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
COMPUTADOR DESKTOP - PADRÃO INTERMEDIÁRIO 5 (Código CGE 00350504000167) ADQUIRIDO	Quantidade	5	22.500	12
COMPUTADOR - DESKTOP PADRÃO INTERMEDIÁRIO 7 (CÓDIGO CGE 00350504010000) ADQUIRIDO	Quantidade	15	90.000	12
WEBCAM (Código CGE 00350181000238) ADQUIRIDA	Quantidade	10	4.000	12
SOFTWARE DE EDIÇÃO DE VÍDEO (Sony Vegas) ADQUIRIDO	Quantidade	1	2.000	12
NOTEBOOK - PADRÃO INTERMEDIÁRIO I5 (CÓDIGO CELIC 00350544009995) ADQUIRIDO	Quantidade	2	10.050	12
CÂMERA FILMADORA DIGITAL FULL HD (Código CGE 02950089000034) ADQUIRIDA	Quantidade	2	6.000	12
MICROFONE CONDENSADOR USB (Código CGE 02950002000056) ADQUIRIDO	Quantidade	2	700	12
HEADSET USB P/USO C/MICROSOFT OFFICE COMUNICATOR (Código CGE 04000001000050) ADQUIRIDO	Quantidade	10	2.500	12
KIT ILUMINAÇÃO P/ FOTOGRAFIA - 2 SOFTBOXES 50X70CM (Código CGE 02950095009993) ADQUIRIDO	Quantidade	3	2.250	12

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Sistema Estadual de Direitos Humanos

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Gestão do Conhecimento para a Atenção às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Altas Habilidades / Superdotação

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
4269 - Assessoramento, Pesquisa e Capacitação em Atenção à PcD e à PcAH

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Paz, justiça e instituições eficazes

Nº	PROJETO
----	---------



926	IMPLANTAÇÃO DE CENTRAL DE INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS ESTADUAL NO CENTRO ADMINISTRATIVO E NO TUDO FÁCIL
-----	------------------------------------------------------------------------------------------------------------

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
21AR - Promoção e Defesa de Direitos para Todos

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 150.000

PÚBLICO-ALVO
Pessoas com deficiência auditiva que acessam as unidades de atendimento. No IBGE de 2010 nos apresenta um total de 617.244 surdos ou deficiência auditiva no Estado do Rio Grande do Sul, que corresponde em torno de 5% da população gaúcha. Nos dois locais do estado onde o projeto deverá se desenvolver, estima-se que passam diariamente em torno de 6000 pessoas o que significa que 5% desse público pode ter alguma deficiência auditiva (em torno de 300) e que se beneficiariam da referida proposta.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Porto Alegre

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
SJCDH

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Marilu Mourão Pereira	51 32887360	marilu-pereira@sjcdh.rs.gov.br

ESCOPO

**SITUAÇÃO-PROBLEMA**

As pessoas com deficiência auditiva e as pessoas surdas têm dificuldades para acessar aos serviços oferecidos pelo estado por conta da falta de acessibilidade na comunicação e portanto sendo violados em seus direitos à igualdade com as demais pessoas.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Estudo realizado por SOUZA, Maria Fernanda Neves Silveira de et al, sobre as Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura, aponta que as dificuldades mais enfrentadas pela comunidade surda, sendo principalmente relacionadas à barreira comunicacional existente entre ouvintes e surdos. Além disso o próprio relatório mundial da deficiência em 2011 já apontava as dificuldades de acesso aos serviços dos surdos pela falta de acessibilidade comunicacional.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Contribuir para a participação efetiva dos surdos na sociedade, preservando seus direitos e respeito a sua cultura. Para garantir o acesso de forma igualitária aos serviços, é fundamental que o estado possa adotar medidas de acessibilidade, para que se tenha a efetiva inclusão social de todos. Nesse sentido o projeto aqui proposto, vem garantir o acesso aos serviços públicos, instalados no Centro administrativo Fernando Ferrari e na unidade centro do Tudo Fácil, com qualidade, visando a inclusão social.

OBJETO

Implantação da Central de Libras o centro administrativo do estado do Rio Grande do Sul e o Tudo Fácil, através de edital público.

OBJETIVO

O objetivo do projeto de Implantação da Central de Libras é atender pessoas com deficiência auditiva e surda, que frequentam o centro administrativo do estado do Rio Grande do Sul e o Tudo Fácil, vinculado a SJCDH, por meio de edital público, proporcionando o acesso aos serviços públicos, ali instalados, com mais amplitude e qualidade, visando um grande avanço para a inclusão social. A Central de libras tem como objetivo promover a comunicação entre surdos e ouvintes por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), garantindo o acesso às informações resguardando seus direitos.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A presente proposta justifica-se diante da realidade do estado do Rio Grande do Sul, segundo dados do IBGE, em que o índice de pessoas com deficiência chega a cerca de 6,7% da população gaúcha, o que representa em torno de 11.377.239 pessoas.

No Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) funcionam diversas Secretarias e outros órgãos da administração pública estadual, onde trabalham mais de 2000 pessoas e por onde passam diariamente significativo número de pessoas que precisam acessar os serviços públicos.

O Tudo Fácil oferece diversos serviços ao cidadão que são setores específicos e necessários para a exercício de sua cidadania. Atende em média 4000 pessoas por dia.

Diante das demandas sociais que se apresentam e o respaldo na legislação, o estado precisa garantir a efetivação da acessibilidade nos órgãos públicos, de modo a favorecer a inclusão social e consequentemente a diminuição de violações de direitos humanos desta população. Sabemos o quanto os surdos e pessoas com deficiência auditiva têm dificuldades para acessar a esses serviços por conta da dificuldade em comunicar-se quando necessitam desses serviços sendo assim violados em seus direitos à igualdade com as demais pessoas. Nesse sentido para garantir o acesso de forma igualitária aos serviços, é fundamental que o estado possa adotar medidas de acessibilidade, para que se tenha a efetiva inclusão social de todos.

Diante disso, observa-se que a implantação de uma Central de Interpretes de Libras nesses dois espaços públicos, representa um avanço para a inclusão social dos cidadãos surdos e com deficiência auditiva, representando uma



grande visibilidade para o Estado do Rio Grande do Sul ao garantir o desenvolvimento da autonomia e potencialidade da pessoa surda e com deficiência auditiva que há tempos demanda serviços dessa natureza.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Contrato pactuado	Quantidade	1	150.000	24
Centrais de libras instaladas	Quantidade	1	0	3

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Governo 4.0

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Digital

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ampliação do Tudo Fácil RS

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

6730 - Construção e Aprimoramento das Políticas Públicas de Direitos Humanos

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Paz, justiça e instituições eficazes



Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa



Nº	PROJETO
914	CUIDADO E CIDADANIA: PROTEÇÃO À PESSOA IDOSA RURAL

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

21AR - Promoção e Defesa de Direitos para Todos

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 500.000

PÚBLICO-ALVO

População idosa rural em vulnerabilidade social.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social, Secretaria da Agricultura e Prefeituras Municipais

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Carla Magali Capitano	51 32889379	carlacapitano@sjcdh.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

No ano de 2020, 351.101 pessoas idosas se encontram inseridas no Cadúnico, destas 78.122 recebem o Benefício de Prestação Continuada, ou seja, são pessoas que possuem renda per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, o que corresponde a 22% dos idosos cadastrados no sistema. Nesse sentido, entende-se que esse público é duplamente vulnerável, seja por estar inserido no grupo de risco de contágio do Covid-19, seja por estar exposto aos riscos sociais advindos da situação pobreza.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Rio Grande do Sul possuía, em 2015, 11.247.972 habitantes, 15,7% considerados idosos, na faixa etária de 60 anos ou mais. Para 2030, o IBGE projeta que o Estado deva alcançar a marca de 11.542.948 habitantes, sendo sua população composta por 24,3% de pessoas na faixa etária dos 60 anos ou mais.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Ações de proteção e viabilização de direitos que mitiguem os riscos causados pela pandemia do Covid-19 à população idosa rural, especialmente no que se refere à segurança alimentar e acesso a bens e serviços essenciais.

OBJETO

Entregas de cestas básicas e cestas de itens de higiene (incluindo máscaras e materiais de limpeza) e orientações sanitárias para os cuidados com a saúde para mitigar os riscos causados pela pandemia do Covid-19 à população idosa rural.

OBJETIVO

Atenuar os impactos do Covid-19 ao segmento idoso da população vulnerável na sua condição socioeconômica e de saúde.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Rio Grande do Sul possuía, em 2015, 11.247.972 habitantes, 15,7% considerados idosos, na faixa etária de 60 anos ou mais. Para 2030, o IBGE projeta que o Estado deva alcançar a marca de 11.542.948 habitantes, sendo sua população composta por 24,3% de pessoas na faixa etária dos 60 anos ou mais.

No ano de 2020, 351.101 pessoas idosas se encontram inseridas no Cadúnico, destas 78.122 recebem o Benefício de Prestação Continuada, ou seja, são pessoas que possuem renda per capita de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, o que corresponde a 22% dos idosos cadastrados no sistema. Nesse sentido, entende-se que esse público é duplamente vulnerável, seja por estar inserido no grupo de risco de contágio do Covid-19, seja por estar exposto aos riscos sociais advindos da situação pobreza.

Assim, faz-se urgente a adoção, por parte do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da SJCDH/DDHC, de medidas de prevenção e mitigação dos efeitos da pandemia. O público alvo do presente projeto são pessoas idosas com/ou sem comorbidades conforme a classificação da Organização Mundial da Saúde e que estão mais susceptíveis ao contágio do Covid-19 vivendo no meio rural; inscritos ou não no Cadastro Único (CadÚnico) do Sistema Único de Assistência Social.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Identificação e validação dos municípios prioritários e dos valores repassados	Percentual	100	0	1
Convênios pactuados	Percentual	100	500.000	3

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Sistema Estadual de Direitos Humanos

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Aperfeiçoamento do Planejamento, da Cidadania e dos Direitos Humanos

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

2035 - Fortalecimento da Cidadania por meio de Políticas Públicas Estaduais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar



Secretaria Nacional de Proteção Global



Nº	PROJETO
929	FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA A POPULAÇÃO LGBT NO RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5027 - Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1220 - Ampliar os meios de acesso da população às políticas de inclusão social e produtiva cidadã, considerando as especificidades regionais e territoriais.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

20GG - Promoção da Inclusão Produtiva de Famílias em Situação de Pobreza

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 300.000

PÚBLICO-ALVO

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

SJCDH

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Gabriela Lorenzet	51 32887374	gabriela-lorenzet@sjcdh.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

LGBT's sofrem preconceito e encontram maiores dificuldades no momento da entrevista de emprego e/ou perdem a condição de se capacitar pois são expulsas de casa muito cedo e entram no mercado informal de trabalho para sobreviver, impactando diretamente na sua renda e acesso a oportunidades.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Organização das Nações Unidas, desde o ano 2000, com o Pacto Global da ONU tem chamado o mundo corporativo para unir esforços para a construção de uma economia global mais inclusiva e não temos uma base de dados sobre a população de travestis e transexuais, seja com campos abertos no IBGE, no Cadastro Único (Cad-SUAS) ou outras bases de dados nacionais.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Inclusão social e o combate ao preconceito contra pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no mercado formal de trabalho, com foco na população de travestis e transexuais, no estado do RS, por meio do acolhimento e inclusão desta população no mercado de trabalho.

OBJETO

Formação e qualificação profissional da população LGBT e realização parcerias para criação e manutenção de uma rede sustentável de empregabilidade da população LGBT

OBJETIVO

Instrumentalização para o mercado de trabalho com vistas à melhoria de renda e a inserção no mercado de trabalho para 100 pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no mercado formal de trabalho, com foco na população de travestis e transexuais, com capacitações profissionais na Porto Alegre e Região Metropolitana.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A presente proposta justifica-se diante da vulnerabilidade da população, LGBT, sobretudo travestis e transexuais, as quais sofrem discriminações diárias na sociedade sob diferentes aspectos: locais de trabalho, desigualdade social e de renda, entre outros. Sabe-se que a desigualdade e a exclusão de oportunidades no mercado de trabalho deste segmento, além de ser uma violação dos direitos humanos também é um disparador para outras violações de direitos humanos.

Segundo alertas dos relatores da ONU e especialistas internacionais de direitos humanos a discriminação e a desigualdade no mercado de trabalho criam um ambiente favorável à sua exclusão de oportunidades em todas as facetas da vida, incluindo educação e participação política e cívica, contribuindo para a instabilidade econômica, a falta de moradia e saúde debilitada.

Observa-se a inexistência ou escassez de dados sobre a população de travestis e transexuais, seja com campos abertos no IBGE, no Cadastro Único (Cad-SUAS) ou outras bases de dados nacionais. Sendo assim, as informações mais próximas da realidade desse segmento estão junto às Organizações da Sociedade Civil, que realizam o trabalho de campo, prestando atendimento nos territórios e identificando as necessidades sociais e econômicas dessa população.

O trabalho cotidiano da SJCDH junto às OSCs traz informações que o processo de discriminação das pessoas LGBT, inicia na família, com a expulsão de casa dos adolescentes ao assumirem condição sexual e de gênero. A partir dessa situação essa pessoa, via de regra, será igualmente expulsa da escola pela prática de bullying e preconceito, então, antes mesmo de ocorrer no mercado de trabalho, já foi praticado na educação, na saúde, na moradia, enfim, nos mais diferentes espaços. Toda essa violência pela qual essa população é submetida, cotidianamente, constitui em instrumento poderoso de aprofundamento do processo de vulnerabilidade e exclusão social. A sua condição constitui motivo que a conduz a sofrer as mais variadas formas de agressão,



física, verbal, sexual, tortura, violência autoinfligida e até a forma extremada que é o assassinato. A Organização das Nações Unidas, desde o ano 2000, com o Pacto Global da ONU tem chamado o mundo corporativo para unir esforços para a construção de uma economia global mais inclusiva. Quando em 2011 lança os Princípios Orientadores da ONU chamando a responsabilidade das empresas para com os Direitos Humanos apelando para que estes fossem respeitados e que práticas com potencial de infringi-los fossem abolidas. Todavia, ainda faltava algo a ser construído numa forma ordenada que pudesse garantir um desenvolvimento harmônico capaz de avançar, de modo sistematizado, envolvendo governos, sociedade civil e empresas. Esse passo foi dado em 2015, quando os Países-Membros, em acordo, conceberam os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável cujo foco estava direcionado para o enfrentamento da discriminação e da marginalização social e econômica.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Parcerias firmadas	Percentual	100	210.000	12
Pessoas capacitadas	Quantidade	100	90.000	10

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

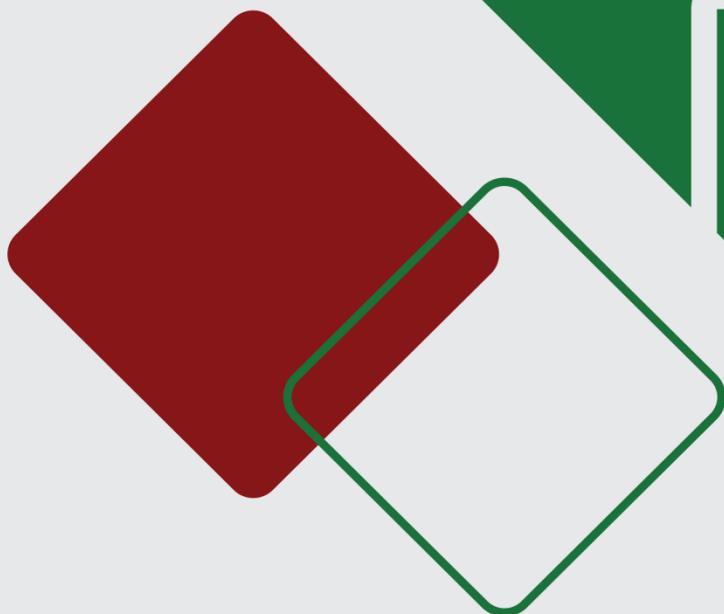
PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
RS Cidadania

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023
RS Cidadania

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Aperfeiçoamento do Planejamento, da Cidadania e dos Direitos Humanos

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
6730 - Construção e Aprimoramento das Políticas Públicas de Direitos Humanos

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Igualdade de gênero



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Caderno de Propostas do
Rio Grande do Sul ao OGU 2022





Secretaria de Educação Superior

- 872** BIOBANCO HCPA: ESTRUTURA PARA ABRIGAR COLEÇÕES DE MATERIAIS BIOLÓGICOS E INFORMAÇÕES CLÍNICAS PARA PESQUISAS BIOMÉDICAS
- 899** CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE BIOPRODUTOS E BIOPROCESSOS NA UNIDADE DE BENTO GONÇALVES DA UERGS
- 900** CONSOLIDAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA UERGS - UNIDADE DE OSÓRIO
- 901** CONSOLIDAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA UERGS - UNIDADE DE FREDERICO WESTPHALEN
- 902** CONSOLIDAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL - UNIDADE DE VACARIA

Secretaria de Educação Básica

- 818** CONECTA RS: ATUALIZAÇÃO DA CONEXÃO DE INTERNET NA REDE DE ESCOLAS ESTADUAIS
- 846** CONSTRUÇÃO DO MÓDULO ESCOLAR DO CASE SANTO ÂNGELO FASE/RS
- 847** CONSTRUÇÃO DO MÓDULO ESCOLAR DO CASE URUGUAIANA FASE/RS



Secretaria de Educação Superior



Nº	PROJETO
872	BIOBANCO HCPA: ESTRUTURA PARA ABRIGAR COLEÇÕES DE MATERIAIS BIOLÓGICOS E INFORMAÇÕES CLÍNICAS PARA PESQUISAS BIOMÉDICAS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1237 - Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
20RX - Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Rio Grande do Sul

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra, Bem e Serviço	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
12	R\$ 2.301.000

PÚBLICO-ALVO
<p>BENEFICIÁRIOS DIRETOS: Pesquisadores de diferentes instituições do RS e do Brasil que trabalham com amostras clínicas e com micro-organismos e vírus. NÚMERO DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS: Pelo menos 300 beneficiários diretos no RS, considerando apenas líderes de grupos de pesquisa, os quais tem em média 20 integrantes (número estimado a partir das propostas submetidas ao Edital PPSUS/Fapergs 2017).</p> <p>A população potencialmente beneficiada pelos projetos de pesquisa a serem desenvolvidos, tanto na área de doenças raras, quanto infecciosas e crônicas não transmissíveis. Estima-se cerca de 700.000 afetados por doenças raras no RS (fonte: informativo AL/RS, 2019) e doenças crônicas não transmissíveis atingem mais de 4.621.000 pessoas no Estado (fonte: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013). Em relação às doenças infecciosas, cerca de 14.600 novos casos são registrados anualmente no RS apenas para Tuberculose, HIV e hepatites virais.</p>

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Odir Antonio Dellagostin	51 32214922	presidente@fapergs.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Materiais biológicos são uma importante fonte para pesquisa de novos métodos diagnósticos, prognósticos e de compreensão dos mecanismos das doenças. No entanto, para isso, é imprescindível que esses materiais, e as informações associadas, estejam disponíveis e armazenados de forma adequada, o que ocorre em Biobancos. Por exemplo, em uma situação de pandemia, como a da COVID-19, há uma crescente necessidade de armazenar materiais biológicos humanos e suas informações clínicas relacionadas que possam auxiliar na compreensão da doença. Para a rápida progressão de estudos translacionais, o acesso a materiais biológicos de alta qualidade e bem documentados com informações clínicas associadas é um ponto crucial, principalmente durante o processo de validação dos achados produzidos pela pesquisa experimental. No caso específico, essas amostras e informações podem ser úteis para avaliar determinantes do curso clínico da doença, fornecer amostras para validação e desenvolvimento de novos testes diagnósticos e dados para comparação de estratégias terapêuticas.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A implementação de um Biobanco para armazenamento de amostras biológicas e informações associadas engloba uma série de requisitos regulatórios, estruturais e de processos. No Brasil há 56 Biobancos registrados junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). E apenas 4 deles estão localizados no Rio Grande do Sul. Destes, o Biobanco Institucional do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, aprovado pela CONEP em 2017, está em atividade em área de acesso restrito e com a padronização de processos alinhados a diretrizes internacionais. No entanto, faz-se necessária a ampliação desta área, para que possa abrigar um maior número de amostras e abranger uma gama mais ampla de doenças, inclusive de forma compartilhada com outras instituições do estado.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

A existência de amostras e informações rapidamente disponíveis resulta em maior agilidade para a produção do conhecimento científico, os quais revertem em benefícios para a população sob a forma de melhores métodos diagnósticos, tratamentos e compreensão das doenças. Exemplificamos a importância dessa agilidade usando a coleção de materiais biológicos associada a informações clínicas de pacientes suspeitos e diagnosticados com Covid-19, que tem sido colocada à disposição das demais instituições do RS envolvidas na detecção e manejo clínico do SARS-CoV-2. Entre os usos dessas amostras ressaltamos diferentes projetos apoiados pela Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa (FAPERGS), como a padronização de novos testes diagnósticos por pesquisadores da UFPEL e da UFRGS, assim como o monitoramento da prevalência de novas variantes de SARS-CoV 2 que estão subsidiando ações de manejo epidemiológico da pandemia.

OBJETO

Reestruturação de um biobanco de amostras biológicas humanas e dados clínicos associados procedentes de diferentes instituições do RS, sediado no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, oportunizando o acesso a essas amostras a projetos de pesquisa do estado e do Brasil, resolvendo assim uma demanda que atualmente não é atendida.

OBJETIVO

Disponibilizar amostras biológicas de qualidade para a realização de pesquisas de forma mais ágil, contribuindo para criação e validação de novos testes diagnósticos e prognósticos, bem como de pesquisas que visem compreender situações de saúde e doença da população, qualificando a assistência em saúde no estado e no país.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A estrutura em si, uma vez implementada no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, permitirá o desenvolvimento de projetos robustos de pesquisa e desenvolvimento, ao fornecer amostras biológicas e informações associadas de alta qualidade e prontamente disponíveis. Mediante cooperações interinstitucionais esta estrutura poderá ser utilizada para abrigar projetos de pesquisa de várias Instituições Acadêmicas e Institutos de Ciência e Tecnologia. Exemplos de pesquisas que se beneficiariam com uma sólida estrutura de biobanco incluem, entre outras:

Pesquisas em doenças infecciosas virais (não-Covid-19); Pesquisas em doenças negligenciadas; Pesquisas forenses em material biológico; Pesquisas de marcadores diagnósticos e prognósticos em câncer; Pesquisas em farmacogenética de doenças comuns; Pesquisas em pacientes com doenças raras.

Complementação: Em uma situação de pandemia, como a da COVID-19, há uma crescente necessidade de armazenar materiais biológicos humanos e suas informações clínicas relacionadas que possam auxiliar na compreensão da doença. Para a rápida progressão de estudos translacionais, o acesso a materiais biológicos de alta qualidade e bem documentados com informações clínicas associadas é um ponto crucial, principalmente durante o processo de validação dos achados produzidos pela pesquisa experimental. No caso específico, essas amostras e informações podem ser úteis para avaliar determinantes do curso clínico da doença, fornecer amostras para validação e desenvolvimento de novos testes diagnósticos e dados para comparação de estratégias terapêuticas. O Hospital de Clínicas de Porto Alegre já tem seu Biobanco Institucional aprovado pela CONEP com a padronização dos sistemas de controle e identificação, e essa estrutura está abrigando no momento uma coleção de materiais biológicos associada a informações clínicas de pacientes suspeitos e diagnosticados com Covid-19 em construção, que poderá futuramente ser disponibilizada para projetos de pesquisa de instituições do RS mediante as devidas aprovações regulatórias. Da mesma forma, o Biobanco-HCPA poderá abrigar com segurança coleções de amostras e seus dados clínicos associados de outras instituições do RS.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Reforço Estrutural executado	Percentual	100	120.070	5
Projeto Arquitetônico executado	Percentual	100	295.507	5
Projeto Elétrico executado	Percentual	100	146.370	5
Gerenciamento da Obra	Percentual	100	74.843	3
Projeto de Climatização executado	Percentual	100	891.960	5
ULTRAFREEZER -80°C SERIE FDE MODELO FDE40086LD - 549 LITROS com 4 KIT RACK P/ PRATELEIRA ULT FREEZER 500L REF. RSK400SD4	Quantidade	5	772.250	3

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Acelera RS

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Conhecimento em Inovação, Ciência e Tecnologia

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Fomento à pesquisa para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4332 - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar



Nº	PROJETO
899	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE BIOPRODUTOS E BIOPROCESSOS NA UNIDADE DE BENTO GONÇALVES DA UERGS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1237 - Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
0048 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais 20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão (volume IV, tomo II, p. 1090, embora tenha sido execução direta (90) ODC)

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
17	R\$ 1.450.000

PÚBLICO-ALVO
O público alvo é composto pelos alunos vinculados ao curso de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia (Bacharelado) ofertado regularmente, mais os que venham a frequentar os cursos de pós-graduação (Especialização). São considerados beneficiários, as empresas e organizações dos três setores básicos da atividade econômica, e os setores quaternário e quinqüário, também impactados em sua atividade meio ou fim, pelos resultados da produção de pesquisa.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Região Funcional 3

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Fundação Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Educação; FEPAM, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
William Rudy Steigleder Herrera	51 32889069	william.uergs@gmail.com



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Inadequação das instalações físicas de unidades de ensino da Uergs.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Unidade Universitária da Uergs sediada em Bento Gonçalves/ RS, não apresenta condições de infraestrutura física para qualificar seus cursos de graduação e, em complemento dos mesmos, ofertar cursos de pós-graduação e atividades regulares de pesquisa, visto a inexistência de um laboratório com essas características.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

A Região Funcional 3, onde a Unidade da Uergs em Bento Gonçalves desempenha suas atividades, é uma das mais desenvolvidas do estado. Os estudos realizados no laboratório de pesquisa a ser construído contribuirão, pelo seu impacto tecnológico, para a potencialização das atividades industriais, agrícolas, comerciais e de serviço, do município e região.

OBJETO

Construção de prédio para laboratórios com 480,00m² de área total. A edificação, cujo projeto foi elaborado prevendo a ampliação para um segundo pavimento no futuro, contempla 01 laboratório e biotecnologia, 01 laboratório de modelagem, simulação e otimização de bioprocessos e 01 laboratório de engenharia de bioprocessos.

OBJETIVO

Proporcionar infraestrutura adequada para Unidade da Uergs em Bento Gonçalves, através da construção de Laboratório de Pesquisa em área estadual de dominialidade da UERGS, visando a oferta de ensino, pesquisa e extensão de qualidade para comunidade da região.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Uergs é uma instituição de ensino superior multicampi, que tem como objetivo ministrar o ensino de graduação e pós-graduação, promover cursos de extensão universitária, fornecer assessoria científica e tecnológica e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes, enfatizando os aspectos ligados à formação humanística e à inovação, à transferência e à oferta de tecnologia, visando ao desenvolvimento regional sustentável e ao aprimoramento de vocações e de estruturas culturais e produtivas locais. Tem como Missão Institucional promover o desenvolvimento regional sustentável, através da formação de recursos humanos qualificados e da geração e difusão de conhecimentos e tecnologias capazes de contribuir para o crescimento econômico, social e cultural das diferentes regiões do Estado. No ingresso, por lei, a Universidade destina 50% das suas vagas para alunos hipossuficientes, incluídas cotas para negros e indígenas, e 10% para candidatos com deficiência.

Tendo em vista crise financeira do Estado do RS e consequentes restrições orçamentárias que não permitem atender todas as demandas de despesas correntes e principalmente, de forma mais grave, de investimentos da Universidade, a Uergs vem buscando recursos oriundos do orçamento geral da União (OGU) a fim de não comprometer o atendimento das metas estabelecidas nos planejamentos anuais de desenvolvimento e na oferta de suas atividades e serviços.

O município de Bento Gonçalves está localizado na Região da Serra e possui, aproximadamente, 98 mil habitantes. A Unidade da UERGS em Bento Gonçalves possui aproximadamente 140 alunos, vinculados ao curso de graduação em Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia.

Atualmente a Unidade está instalada em prédio cedido pela Secretaria Estadual de Educação mediante Termo de Cooperação, porém a estrutura já não atende plenamente as atuais demandas da Unidade, haja vista as especificidades do curso que exige laboratórios específicos para suas práticas, e inviabiliza a sua ampliação, conforme planejamento da região.



A UERGS possui dominialidade de terreno com área de 700,00 m², mediante Termo de Cessão de Uso com o Estado por 30 anos, para construção de Centro de Laboratório de Pesquisa. Esta construção é de extrema importância, pois proporcionará infraestrutura adequada às determinações do projeto pedagógico do curso atualmente ofertado e futuros, bem como atenderia às exigências do Conselho Estadual de Educação e demais requisitos legais, apoiando e promovendo as atividades de ensino, pesquisa e extensão (atividades fim) da Universidade, buscando a contínua qualificação e melhoria dos serviços prestados pela UERGS à comunidade do município e região, no Rio Grande do Sul.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Construção de Laboratório da Uergs na Unidade em Bento Gonçalves.	Quantidade	1	1.450.000	17

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - UERGS

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4226 - Estruturação Física, Adequação Patrimonial Administrativa das Instalações da UERGS

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Erradicação da pobreza, Educação de qualidade



Nº	PROJETO
900	CONSOLIDAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA UERGS - UNIDADE DE OSÓRIO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
 20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão (volume IV, tomo II, p. 1090, embora tenha sido execução direta (90) ODC)

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1237 - Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

0048 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 5.600.000

PÚBLICO-ALVO

Discentes, docentes, administrativos e comunidade da Região. Toda a população da Região Funcional 4 e Coredes Litoral

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 4

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Ministério da Educação; FEPAM, Órgão Ambiental de Osório, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
William Rudy Steigleder Herrera	51 32889069	william.uergs@gmail.com



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Inadequação das instalações físicas da Uergs na Unidade de Osório.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Unidade Universitária da Uergs sediada em Osório/ RS, não apresenta condições de infraestrutura física para qualificar seus cursos de graduação e, em complemento dos mesmos, ofertar cursos de pós-graduação e atividades regulares de pesquisa.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

O maior impacto será na qualidade de ensino, abrir oportunidades de dar continuidade aos estudos depois da graduação para alunos do litoral gaúcho e promover o desenvolvimento local.

OBJETO

Construção de Campus da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Uergs, no município em Osório.

OBJETIVO

Proporcionar infraestrutura adequada para Unidade Litoral Norte - Osório da Uergs, através da construção de sede própria em terreno doado pelo Município para Universidade, visando a oferta de ensino, pesquisa e extensão de qualidade para comunidade da região.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Uergs é uma instituição de ensino superior multicampi, que tem como objetivo ministrar o ensino de graduação e pós-graduação, promover cursos de extensão universitária, fornecer assessoria científica e tecnológica e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes, enfatizando os aspectos ligados à formação humanística e à inovação, à transferência e à oferta de tecnologia, visando ao desenvolvimento regional sustentável e ao aprimoramento de vocações e de estruturas culturais e produtivas locais. Tem como Missão Institucional promover o desenvolvimento regional sustentável, através da formação de recursos humanos qualificados e da geração e difusão de conhecimentos e tecnologias capazes de contribuir para o crescimento econômico, social e cultural das diferentes regiões do Estado. No ingresso, por lei, a Universidade destina 50% das suas vagas para alunos hipossuficientes, incluídas cotas para negros e indígenas, e 10% para candidatos com deficiência.

Tendo em vista crise financeira do Estado do RS e consequentes restrições orçamentárias que não permitem atender todas as demandas de despesas correntes e principalmente, de forma mais grave, de investimentos da Universidade, a Uergs vem buscando recursos oriundos do orçamento geral da União (OGU) a fim de não comprometer o atendimento das metas estabelecidas nos planejamentos anuais de desenvolvimento e na oferta de suas atividades e serviços.

O município de Osório possui aproximadamente 44 mil habitantes. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,839, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000). A Unidade da Uergs em Osório possui aproximadamente 300 alunos, oferta os cursos de graduação em Pedagogia e Ciências Biológicas, cursos de especialização em Meio Ambiente e Biodiversidade, e Mestrado Profissional em Educação.

Ocorre que atualmente a Unidade está instalada em prédio municipal mediante Termo de Cessão de Uso com o Município, porém a estrutura já não atende as atuais demandas da Universidade, e inviabiliza a sua ampliação, conforme planejamento da região.

A Uergs é proprietária de terreno com área de 26.505,61 m², doado pelo Município de Osório, escritura pública de doação nº 7.487, e registro de matrícula do imóvel nº 112.100 do registro de imóveis de Osório, livro 2. A



construção de sede própria neste terreno é fundamental para Unidade, o que proporcionará a infraestrutura adequada a fim de cumprir com as determinações dos projetos pedagógicos de curso, bem como com as exigências do Conselho Estadual de Educação e demais requisitos legais, apoiando e promovendo as atividades de ensino, pesquisa e extensão (atividades fim) da Universidade, buscando a contínua qualificação e melhoria dos serviços prestados pela Uergs à comunidade do município e região, no Rio Grande do Sul.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Campus da Uergs Osório construído	Quantidade	1	5.600.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - UERGS

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4226 - Estruturação Física, Adequação Patrimonial Administrativa das Instalações da UERGS

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Erradicação da pobreza, Educação de qualidade



Nº	PROJETO
901	CONSOLIDAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA UERGS - UNIDADE DE FREDERICO WESTPHALEN

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1237 - Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

0048 Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
26	R\$ 4.530.000

PÚBLICO-ALVO

Discentes, docentes, administrativos e comunidade da Região. Toda a população da Região Funcional 9 ou Coredes do Alto da Serra do Butucarai, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte, Produção e Rio da Varzea.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 9

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Ministério da Educação; Secretaria de Obras e Habitação, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Fábio Ricardo Cardoso Magalhães	51 991077765	fabio-magalhaes@uergs.edu.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A UERGS necessita ampliar sua atuação através de cursos de graduação e pós graduação, sendo que a atual infraestrutura se mostra insuficiente para atender a possibilidade de oferta de novos cursos de graduação e pós-graduação, além das atividades de pesquisa e extensão demandadas pela comunidade local e regional.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Unidade Universitária da Uergs sediada em Frederico Westphalen/ RS, não apresenta condições de infraestrutura física para qualificar seus cursos de graduação e, em complemento dos mesmos, ofertar cursos de pós-graduação e atividades regulares de pesquisa e extensão.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

O grande impacto é decorrente do acesso ao conhecimento, que o aproveitamento dos profissionais formados e as atividades de pesquisa e extensão possam contribuir para o desenvolvimento na região.

OBJETO

Construção de novo prédio da Unidade da Uergs no município de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, com área de 1.970,00 m² (obra), em terreno doado pela Prefeitura, com projeto executivo finalizado.

OBJETIVO

Proporcionar infraestrutura adequada para a Uergs em Frederico Westphalen, através da construção do novo prédio da Unidade, em área de dominialidade da Universidade, visando a oferta de ensino, pesquisa e extensão de qualidade para a comunidade da região.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Uergs é uma instituição de ensino superior multicampi, que tem como objetivo ministrar o ensino de graduação e pós-graduação, promover cursos de extensão universitária, fornecer assessoria científica e tecnológica e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes, enfatizando os aspectos ligados à formação humanística e à inovação, à transferência e à oferta de tecnologia, visando ao desenvolvimento regional sustentável e ao aprimoramento de vocações e de estruturas culturais e produtivas locais. No ingresso, por lei, a Universidade destina 50% das suas vagas para alunos hipossuficientes, incluídas cotas para negros e indígenas, e 10% para candidatos com deficiência.

Tendo em vista a crise financeira do Estado do RS e consequentes restrições orçamentárias que não permitem atender todas as demandas de despesas correntes e principalmente, de forma mais grave, de investimentos da Universidade, a Uergs vem buscando recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) a fim de não comprometer o atendimento das metas estabelecidas nos planejamentos anuais de desenvolvimento e na oferta de suas atividades e serviços.

O município de Frederico Westphalen está localizado na região do COREDE Médio Alto Uruguai que abrange, aproximadamente, 205 mil habitantes. A Unidade da Uergs em Frederico Westphalen conta com, aproximadamente, 230 alunos, vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação.

Atualmente a Unidade possui um terreno urbano de 5.476,20 m², no bairro Itapagé, na cidade de Frederico Westphalen, o qual foi doado pela prefeitura municipal para a construção da sua sede própria, sendo que a Uergs já possui o Projeto Executivo completo para a realização da obra, faltando - apenas - os recursos financeiros para a construção. A Unidade da Uergs têm seu funcionamento junto a Escola Estadual de Ensino Fundamental Vergínio Cerutti - Ciep, no bairro Aparecida, desde a sua instalação em Frederico Westphalen, em 2003, sendo este um espaço provisório.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Construção do prédio novo da Unidade da Uergs em Frederico Westphalen	Quantidade	1	4.530.000	26

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - UERGS

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
4226 - Estruturação Física, Adequação Patrimonial Administrativa das Instalações da UERGS

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Erradicação da pobreza, Educação de qualidade



Nº	PROJETO
902	CONSOLIDAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL - UNIDADE DE VACARIA

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1237 - Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

0048 - Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 900.000

PÚBLICO-ALVO

Discentes, docentes, administrativos e comunidade da Região.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 3

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Ministério da Educação; Secretaria de Obras e Habitação, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Fábio Ricardo Cardoso Magalhães	51 991077765	fabio-magalhaes@uergs.edu.br

**ESCOPO****SITUAÇÃO-PROBLEMA**

Inadequação das instalações físicas da Unidade de Vacaria da Uergs.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A Unidade Universitária da Uergs sediada em Vacaria/ RS, não apresenta condições de infraestrutura física para qualificar seus cursos de graduação e pós graduação.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

A Unidade da Uergs em Vacaria desempenha suas atividades de ensino para a região. Os estudos que serão realizados nos laboratórios de pesquisa contribuirão para a potencialização das atividades industriais, agrícolas, comerciais e de serviço, do município e região.

OBJETO

Construção de 2 laboratórios (160m²) e 2 salas de aula (160m²) na Unidade da Uergs em Vacaria, Rio Grande do Sul, com projetos executivos finalizados.

OBJETIVO

Proporcionar infraestrutura adequada para a Unidade da Uergs em Vacaria, através da construção de laboratórios e salas de aula, em área de dominialidade da Universidade, visando a oferta de ensino, pesquisa e extensão de qualidade para a comunidade da região.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Uergs é uma instituição de ensino superior multicampi, que tem como objetivo ministrar o ensino de graduação e pós-graduação, promover cursos de extensão universitária, fornecer assessoria científica e tecnológica e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes, enfatizando os aspectos ligados à formação humanística e à inovação, à transferência e à oferta de tecnologia, visando ao desenvolvimento regional sustentável e ao aprimoramento de vocações e de estruturas culturais e produtivas locais.

No ingresso, por lei, a Universidade destina 50% das suas vagas para alunos hipossuficientes, incluídas cotas para negros e indígenas, e 10% para candidatos com deficiência.

Tendo em vista a crise financeira do Estado do RS e consequentes restrições orçamentárias que não permitem atender todas as demandas de despesas correntes e principalmente, de forma mais grave, de investimentos da Universidade, a Uergs vem buscando recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) a fim de não comprometer o atendimento das metas estabelecidas nos planejamentos anuais de desenvolvimento e na oferta de suas atividades e serviços.

O município de Vacaria está localizado na região do COREDE Campos de Cima da Serra que abrange, em torno de 105 mil habitantes. A Unidade da Uergs em Vacaria possui, aproximadamente, 50 alunos, vinculados aos cursos de graduação (bacharelado e licenciatura).

A sede da Unidade é própria desde 2014, com uma área de terreno de 10.500 m² e área construída de 900 m². O prédio era o antigo centro social urbano, uma construção de 1978 e, por conta disso, sem as características de local de ensino e pesquisa.

Esta construção é de extrema importância, pois proporcionará infraestrutura adequada às determinações do projeto pedagógico dos cursos atualmente ofertados e futuros, bem como atenderá às exigências do Conselho Estadual de Educação e demais requisitos legais, apoiando e promovendo as atividades de ensino, pesquisa e extensão (atividades fim) da Universidade, buscando a contínua qualificação e melhoria dos serviços prestados pela Uergs à comunidade do município e região.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Construção de 2 laboratórios e 2 salas de aula na Unidade da Uergs de Vacaria	Quantidade	1	900.000	24

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - UERGS

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

4226 - Estruturação Física, Adequação Patrimonial Administrativa das Instalações da UERGS

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Erradicação da pobreza, Educação de qualidade



Secretaria de Educação Básica



Nº	PROJETO
818	CONECTA RS: ATUALIZAÇÃO DA CONEXÃO DE INTERNET NA REDE DE ESCOLAS ESTADUAIS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2205 - Conecta Brasil

5011 - Educação Básica de Qualidade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1185 - Promover o acesso universal e ampliar a qualidade dos serviços de comunicações do país.

1175 - Elevar a qualidade da Educação Básica promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

20V8 - Apoio a iniciativas e projetos de inclusão digital.

20ZE - Universalização e Massificação dos Serviços de Telecomunicações

20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica

0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 4.525.820

PÚBLICO-ALVO

Serão beneficiados diretamente 113 mil alunos, 4.000 professores, 1.000 técnicos administrativos de até 233 escolas da rede pública estadual. Serão também beneficiados a comunidade no entorno das escolas, pais e familiares de alunos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Bagé, Camaquã, Caxias do Sul, Guaíba, Ijuí, Jaguarão, Passo Fundo, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria e Santana do Livramento.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia, Secretaria de Educação e PROCERGS.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Everaldo Daronco	51 32881060	everaldo-daronco@sict.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Atualmente a infraestrutura de conectividade nas escolas estaduais encontra-se defasada, além de não atender às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e não possibilitar mobilidade para a comunidade escolar. O contexto foi agravado pela pandemia de Covid-19, que evidenciou ainda mais a inadequação do modelo de conectividade para atender às necessidades de ensino online.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

De acordo com levantamento da Fundação Lemann, realizado na Secretaria de Educação do Estado, 48,45% das escolas do RS não possuem nenhum acesso wi-fi e outros 27,78% possuem acesso somente em um ponto. Apenas 6,31% das escolas tem entre 4 e 10 pontos, o que denota claramente a impossibilidade de utilização dessa tecnologia para uso pedagógico na grande maioria das escolas. Ainda, em relação à velocidade, mais de 54% das escolas usufrui de internet com até 2 mbps e em torno de 20% utiliza velocidade maior do que 50 mbps. Quando é considerada a taxa média de velocidade por aluno, apenas 23% das escolas possui conexão acima de 100 kbps por aluno, que é entendido como o mínimo recomendado para uso pedagógico, evidenciando a necessidade de atualização do modelo tanto pela implantação da tecnologia wi-fi, como pelo aumento das velocidades disponíveis para utilização.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Espera-se que o acesso à internet de qualidade melhore o processo de aprendizagem e os índices de qualidade da educação gaúcha, diminua a evasão escolar, estimule o interesse de jovens por tecnologias estratégicas, aumente o número de projetos colaborativos desenvolvidos, amplie o número de capacitações online dos professores, reduza os custos com internet, aumente a eficiência dos departamentos administrativos, estimule o aumento da permanência de alunos na escola (principalmente nas zonas de maior vulnerabilidade social e econômica, como as escolas do RS Seguro), eleve os índices de inclusão digital.

OBJETO

Atualizar o modelo de conexão em até 233 escolas integrantes da rede Infovia RS, por meio de equipamentos e serviços que permitam acesso à internet sem fio de alta velocidade.

OBJETIVO

Possibilitar que o uso de novas ferramentas de ensino baseadas em internet envolva os estudantes de forma mais efetiva no processo de aprendizagem, tornando-o mais dinâmico, atrativo e eficaz, por meio da implantação de um novo modelo de conexão de internet de alta velocidade e qualidade em até 233 escolas da rede pública estadual. Espera-se contribuir não somente para melhor formação de jovens, mas também que a conexão de qualidade auxilie na capacitação de professores e melhore a gestão escolar.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Entende-se que é de competência dos Estados promover o acesso universal a internet. O Censo Escolar em 2017 apontou que existiam 2.497 escolas estaduais no RS com cerca de mais de 811.000 alunos. Segundo levantamento feito pela Fundação Lemann, 91% tem acesso à internet. Contudo, um olhar mais atento aos dados evidencia que, embora o custo de investimento médio para o Estado seja elevado, a qualidade do acesso à internet é precária na maioria das escolas. O levantamento apontou também que apenas 23% das instituições tem conexão acima da velocidade adequada para uso pedagógico. Considerando esse panorama, é impossível que as escolas preparem os jovens para os desafios do novo modelo econômico, baseado cada vez mais em conhecimento, por meio da qualificação da infraestrutura tecnológica para o acesso à internet de alta qualidade nas escolas estaduais do RS.



Por outro lado, sabe-se que existem no Rio Grande do Sul diversas redes de fibra ótica instaladas, nas quais trafega internet de alta velocidade e qualidade. Uma dessas infraestruturas mais consolidadas é a Infovia da Procergs, que possui mais de 1.000 km de fibra ótica própria instalada, conectando 986 locais.

A partir dessas duas realidades, o Conecta RS tem atuado de forma a integrar as escolas à redes existentes, habilitando o acesso à internet de alta velocidade, tanto via cabo como o acesso Wi-Fi, visando oportunizar o acesso universal a comunidade escolar.

O Conecta RS opera em parceria com a Seduc há bastante tempo com o objetivo de atualizar o modelo para tecnologias usadas atualmente pelas escolas. Uma alternativa é o uso do sinal wi-fi que é capaz de democratizar o acesso, visto que a maioria dos jovens possui celular com condições de acessar internet. Também facilitaria o preenchimento dos diários de classe pelos próprios professores (exclusivamente online), sem precisar usar recursos privados.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Escolas estaduais com modelo de conexão de internet atualizado.	Quantidade	233	4.525.820	18

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Acelera RS

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ambientes de Inovação

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Conecta: rede de fibra ótica de alta velocidade para as escolas estaduais.

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3737 - Conecta: rede de fibra ótica de alta velocidade para as escolas estaduais

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

2019.612 Conecta RS

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Erradicação da pobreza, Educação de qualidade, Indústria, inovação e infraestrutura, Redução das desigualdades, Parcerias de implementação



Nº	PROJETO
846	CONSTRUÇÃO DO MÓDULO ESCOLAR DO CASE SANTO ÂNGELO FASE/RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5011 - Educação Básica de Qualidade

5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1175 - Elevar a qualidade de Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.

1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul

14UF - Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
48	R\$ 1.332.000

PÚBLICO-ALVO

Diretamente, 169 pessoas (48 adolescentes internados no CASE Santo Ângelo, 21 professores do corpo docente da Escola e aproximadamente 100 funcionários do CASE Santo Ângelo), mais os familiares dos adolescentes internos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 7

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), Secretaria da Educação (SEDUC)

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Lilliane Guimarães de Andrade	51 32189450	lilliane-andrade@fase.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

As edificações dos centros de atendimento socioeducativos de internação devem promover o cumprimento da medida socioeducativa o mais afastado possível da identificação com prédios análogos a presídios. Devem possuir característica mais pedagógica e menos punitiva, possibilitando dar aos jovem/adolescente a construção de um novo projeto de vida e a promoção da ressocialização. Na Lei Nº12.594 do SINASE consta, no seu artigo 16, que a estrutura física da unidade institucional deve ser compatível com as normas específicas de referência. Em 2006, o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), por meio da Resolução Nº 119, lançou os Parâmetros Arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo.

Para os programas de Internação Provisória e Internação são apresentadas especificidades quanto ao modelo arquitetônico, instalações físicas ideais para o cumprimento da medida socioeducativa. São considerados os aspectos físicos para cada função oferecida ao cumprimento da medida de internação provisória e internação, como: espaços adequados para atendimentos técnicos individual ou em grupos, espaços para atendimento saúde/ambulatorios, espaços com condições adequadas para refeições e dormitórios, espaços com salas de aula apropriadas contando com salas de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar entre outros. O SINASE (2006, p. 51) diz que "A arquitetura socioeducativa deve ser concebida como espaço que permita a visão de um processo indicativo de liberdade, não de castigos e nem da sua naturalização". Também fala, no item 9 (p.48) da seção 6.1, que as edificações usadas no atendimento socioeducativo devem estar subordinadas ao processo pedagógico e no quadro da seção 6.2.1 (p.50) fala que as unidades de internação devem possuir espaço com salas de aulas apropriadas contando com sala de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Atualmente as atividades escolares dos socioeducandos internos no Centro de Atendimento Socioeducativo de Santo Ângelo acontecem dentro do prédio principal de internação (assim como de outros CASEs no interior e capital do RS), causando conflitos de funções e horários. Em uma recente pesquisa solicitada pelo Ministério da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos para Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo revelou que a região Sul, quanto à dimensão Entidades, informou que as condições de infraestrutura das unidades - indicador 2.2.2 (p.64) quanto à infraestrutura para atividades escolares, região Sul - ficou abaixo das demais regiões; SUL- nota 4,50 de um total de 7,0; Região CO - 4,92; Região SE - 4,95; Região NE - 4,60. Este mesmo indicador revela, para a região Sul, uma nota de 0,32, num total de 1 ponto possível, quanto à separação das salas de aulas dos quartos, enquanto a nota nacional é de 0,47. Também nessa mesma pesquisa, o indicador 2.1.1 (p.63) revela que 59% dos diretores de unidades da região Sul consideraram necessárias reformas nos espaços destinados às escolas, enquanto na média nacional este percentual é de 68%.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

O intuito maior é propiciar a melhoria no desempenho escolar e, contribuir para o aumento dos índices de progressão escolar dos adolescentes/jovens atendidos no CASE Santo Ângelo e uma melhor adequação na distribuição das funções do CASE ao preconizado pelo SINASE.

OBJETO

Construção de Módulo Escolar anexo ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Santo Ângelo.

OBJETIVO

Adequar as edificações da FASE às normas arquitetônicas da Socioeducação, promovendo melhorias nos espaços destinados à escolarização formal no CASE Santo Ângelo, com o objetivo de possibilitar ao adolescente que cumpre medida socioeducativa de internação, a construção de novas possibilidades para um novo projeto de vida. Nesse contexto, A FASE/RS visa dar ênfase aos espaços destinados à escolarização destes socioeducandos internados, afim de melhorar o atendimento prestado aos adolescentes internados na instituição e promover a ressocialização.



CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

É importante que as atividades escolares aconteçam em um prédio separado do principal de internação, a fim de evitar conflitos de funções e horários. Assim, a construção do Módulo Escolar, anexo ao prédio principal de internação, propiciará aos adolescentes um espaço específico para o ensino escolar, sem prejudicar as demais atividades do prédio principal, melhorando o rendimento das atividades escolares, em ambiente mais propício e direcionado à educação, garantindo melhor aprendizado e reinserção dos adolescentes na sociedade. O trabalho do corpo docente da escola ganha em qualidade, pois com a construção do módulo escolar, a escola passa a ter um espaço exclusivo. Os funcionários do CASE Santo Ângelo também ganham com uma melhor divisão de tarefas, por conta da divisão espacial entre o prédio principal e o anexo escolar. Além disso, a construção dos anexos escolares libera espaço físico dentro dos centros de atendimento, os quais podem ser usados para diversas atividades, como por exemplo: oficinas, sala de leitura e sala de jogos, deixando estes centros também mais próximos do conceito arquitetônico preconizado pelo SINASE.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Prédio do Módulo Escolar do Case Santo Ângelo construído	Quantidade	1	1.332.000	48

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - FASE

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3171 - Qualificação e Ampliação de Unidades de Atendimento

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

2020.481 - Módulos Escolares

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Educação de qualidade, Redução das desigualdades



Nº	PROJETO
847	CONSTRUÇÃO DO MÓDULO ESCOLAR DO CASE URUGUAIANA FASE/RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

5011 - Educação Básica de Qualidade

5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1175 - Elevar a qualidade de Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade

1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul.

14UF - Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
33	R\$ 808.000

PÚBLICO-ALVO

Cerca de 170 pessoas (aproximadamente 48 adolescentes internos, 18 professores e aproximadamente 100 funcionários) diretamente, mais os familiares dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Região Funcional 6

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria da Justiça Cidadania e Direitos Humanos (SJCDDH); Secretaria da Educação (SEDUC); Secretaria de Obras Públicas

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
André Olea Benini	51 32189450	andre-benini@fase.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

As edificações dos centros de atendimento socioeducativos de internação devem promover o cumprimento da medida socioeducativa o mais afastado possível da identificação com prédios análogos a presídios. Devem possuir característica mais pedagógica e menos punitiva, possibilitando dar aos jovem/adolescente a construção de um novo projeto de vida e a promoção da ressocialização. Na Lei Nº12.594 do SINASE consta, no seu artigo 16, que a estrutura física da unidade institucional deve ser compatível com as normas específicas de referência. Em 2006, o CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), por meio da Resolução Nº 119, lançou os Parâmetros Arquitetônicos para Unidades de Atendimento Socioeducativo.

Para os programas de internação Provisória e Internação são apresentadas especificidades quanto ao modelo arquitetônico, instalações físicas ideal para o cumprimento da medida socioeducativa. São considerados os aspectos físicos para cada função oferecida ao cumprimento da medida de internação provisória e internação, como: espaços adequados para atendimentos técnicos individual ou em grupos, espaços para atendimento saúde/ambulatórios, espaços com condições adequadas para refeições e dormitórios, espaços com salas de aula apropriadas contando com salas de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar entre outros. O SINASE (2006, p. 51) diz que "A arquitetura socioeducativa deve ser concebida como espaço que permita a visão de um processo indicativo de liberdade, não de castigos e nem da sua naturalização". Também fala, no item 9 (p.48) da seção 6.1, que as edificações usadas no atendimento socioeducativo devem estar subordinadas ao processo pedagógico e, no quadro da seção 6.2.1 (p.50), fala que as unidades de internação devem possuir espaço com salas de aulas apropriadas contando com sala de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Atualmente as atividades escolares dos socioeducandos internos no Centro de Atendimento Socioeducativo de Uruguaiana acontecem dentro do prédio principal de internação (assim como de outros CASEs no interior e capital do RS), causando conflitos de funções e horários. Uma recente pesquisa, solicitada pelo Ministério da Mulher, Cidadania e Direitos Humanos para Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, revelou que a região Sul, quanto à dimensão Entidades, informou que as condições de infraestrutura das unidades - indicador 2.2.2 (p.64) quanto à infraestrutura para atividades escolares região Sul - ficou abaixo das demais regiões: SUL - nota 4,50 de um total de 7,0; Região CO - 4,92; Região SE - 4,95; Região NE - 4,60. Este mesmo indicador revela, para a região Sul, uma nota de 0,32, num total de 1 ponto possível, quanto à separação das salas de aulas dos quartos, enquanto a nota nacional é de 0,47. Também nessa mesma pesquisa, o indicador 2.1.1 (p.63) revela que 59% dos diretores de unidades da região Sul consideram necessárias reformas nos espaços destinados às escolas, enquanto na média nacional este percentual é de 68%.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

O intuito maior é propiciar a melhoria no desempenho escolar e, contribuir para o aumento dos índices de progressão escolar dos adolescentes/jovens atendidos no CASE Santo Ângelo e uma melhor adequação do CASE ao preconizado pelo SINASE.

OBJETO

Construção de Módulo Escolar anexo ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Uruguaiana

OBJETIVO

Adequar as edificações da FASE às normas arquitetônicas da Socioeducação, promovendo melhorias nos espaços destinados à escolarização formal no CASE Uruguaiana, com o objetivo de possibilitar ao adolescente que cumpre medida socioeducativa de internação, a construção de novas possibilidades para um novo projeto de vida. Nesse contexto, A FASE/RS visa dar ênfase aos espaços destinados à escolarização desses socioeducandos internados, afim de melhorar o atendimento prestado aos adolescentes internados na instituição e promover a ressocialização.



CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

É importante que as atividades escolares aconteçam em um prédio separado do principal de internação, a fim de evitar conflitos de funções e horários. Assim, a construção do Módulo Escolar anexo ao prédio principal de internação propiciará aos adolescentes um espaço específico para o ensino escolar sem prejudicar as demais atividades do prédio principal, melhorando o rendimento das atividades escolares, em ambiente mais propício e direcionado à educação, garantindo melhor aprendizado e reinserção dos adolescentes na sociedade. O trabalho do corpo docente da Escola ganha em qualidade, pois com a construção do módulo escolar, a escola passa a ter um espaço exclusivo. Os funcionários do CASE Santo Ângelo também ganham com uma melhor divisão de tarefas, por conta da divisão espacial entre o prédio principal e o anexo escolar. Além disso, a construção dos anexos escolares libera espaço físico dentro dos centros de atendimento, os quais podem ser usados para diversas atividades, como por exemplo: oficinas, sala de leitura e sala de jogos, deixando estes centros também mais próximos do conceito arquitetônico preconizado pelo SINASE.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Prédio do Módulo Escolar anexo ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Uruguaiana construído	Quantidade	1	808.000	33

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - FASE

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3171 - Qualificação e Ampliação de Unidades de Atendimento

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

2020.481 - Módulos Escolares

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Educação de qualidade, Redução das desigualdades



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Caderno de Propostas do
Rio Grande do Sul ao OGU 2022



Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo

- 879** RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E DESASSOREAMENTO DE RIOS/RIACHOS
- 940** AQUISIÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS VISANDO À RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS, BUEIROS, E CONSTRUÇÃO DE AÇUDES NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA DO RS

Secretaria de Defesa Agropecuária

- 931** FORTALECIMENTO DA DEFESA AGROPECUÁRIA EM REGIÕES DE FRONTEIRA DO ESTADO DO RS

Secretaria Especial de Assuntos Fundiários

- 934** GEORREFERENCIAMENTO, CERTIFICAÇÃO E CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Secretaria de Aquicultura e Pesca

- 938** CONSTRUÇÃO DE VIVEIROS DE PSICULTURA PARA ASSENTADOS



Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo



Nº	PROJETO
879	RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E DESASSOREAMENTO DE RIOS/RIACHOS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2217 - Desenvolvimento regional, territorial e urbano.

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas em múltiplas escalas.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
7K66 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Obra e serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
36	R\$ 20.000.000

PÚBLICO-ALVO
Os beneficiários diretos do programa serão comunidades da zona rural dos municípios do Estado.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria de Obras e Habitação - SOP

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Secretária de Obras e Habitação

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Ana Paula Eid	51 999122770	ana-eid@sop.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Comprometimento da trafegabilidade das estradas vicinais nas comunidades rurais gauchas por contas das destruições causadas por constantes intempéries climáticas (chuvas, enxurradas, estiagens, etc.).

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

As estradas vicinais não possuem qualquer tipo de pavimentação e ficam expostas as condições climáticas, bem como os rios/riachos. A falta de manutenção causa erosão, buracos e o excesso de chuvas ocasionam deslizamentos de terra. No Brasil, de modo geral, especialmente na região sul, uma vez ao ano, ocorre fortes chuvas, enxurradas e estiagem.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Fomento no desenvolvimento do Interior do Estado, diminuição do êxodo rural, melhora na qualidade de vida e melhores condições de trabalho.

OBJETO

Aquisição do serviço de Horas Máquinas, através da contratação de empresa especializada na locação de máquinas, equipamentos e execução de serviços junto aos municípios para a Recuperação, Manutenção de estradas vicinais e desassoreamento de rios e riachos.

OBJETIVO

Garantir a trafegabilidade das estradas vicinais mediante a manutenção e desassoreamento de rios e riachos de maneira a permitir o escoamento da produção agropecuária, o transporte escolar e público e a mobilidade urbana em geral das comunidades rurais do Rio Grande do Sul.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

As comunidades rurais do Estado carecem de uma estrutura viável e adequada, tendo muitas vezes como único meio de realizar suas atividades e sua mobilidade as estradas vicinais. A recuperação, manutenção dessas estradas e o desassoreamento de rios/riachos vem a contribuir para fomentar o desenvolvimento local e auxiliar as comunidades em situação de emergência, além de atender o setor agropecuário, uma vez que as más condições das estradas implicam no aumento dos custos de logística e na limitação do produtor rural em investir em novos agronegócios. Tal proposta está alinhada a projetos de apoio ao desenvolvimento e fomento do interior do Estado. Desta feita, isso propiciará o incremento de receita por conta dos serviços aos agricultores, pois os mesmos produzirão produtos agrícolas em maior quantidade e qualidade diversificando sua propriedade, geração de empregos, melhoria na qualidade de vida, melhores condições de trabalho, diminuição do êxodo rural e desenvolvimento da cadeia produtiva. Portanto, o fomento às atividades econômicas, geradoras de desenvolvimento, necessitam de estradas que garantam condições de trafegabilidade e mobilidade das populações locais.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Estradas vicinais recuperadas e rios desassoreados	KM	4000	20.000.000	36



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolve RS

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio a Qualidade de Vida nos Municípios

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Apoio a Manutenção das Estradas Vicinais

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5524 - Desassoreamento, Obras de macrodrenagem e recuperação de estradas vicinais nos municípios do Estado.

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Trabalho decente e crescimento econômico, Indústria, inovação e infraestrutura



Nº	PROJETO
940	AQUISIÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS VISANDO À RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS, BUEIROS E CONSTRUÇÃO DE AÇUDES NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA DO RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

1031 - Agropecuária sustentável

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1203 - Promover o desenvolvimento da agropecuária sustentável, da pesca artesanal e da aquicultura familiar.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
24	R\$ 29.019.000

PÚBLICO-ALVO

Atenderá 06 (seis) regiões em maior grau de vulnerabilidade no Estado RS, beneficiando prioritariamente famílias dos Projetos de Assentamento. Serão beneficiadas 7.204 famílias.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Coredes Sul, Central, Fronteira Oeste e Missões

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAPDR

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; ASCAR/EMATER; PREFEITURAS MUNICIPAIS; Cooperativa Central de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul - COCEARGS.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Mauricio Neuhaus	51 32886319	mauricio-neuhaus@seapdr.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

O estado possui 120 imóveis rurais destinados a Projetos de Reforma Agrária que beneficiam aproximadamente 3000 famílias em diversas regiões do Estado. A infraestrutura básica para acesso à saúde e à educação, a compra de insumos e o escoamento da produção depende da existência de estradas. Da mesma forma, o transporte escolar, os deslocamentos para acesso à saúde e a disponibilização de caminhões pipa para abastecimento oneram o poder público, pelos gastos com manutenção dos veículos. A construção de açudes nas propriedades permite a reserva hídrica para consumo, irrigação, criação de peixes e outros animais, garantindo alimentação e viabilidade econômica da exploração das propriedades rurais.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

A malha rodoviária do Estado do Rio Grande do Sul é precária, pois mais de 50 municípios não possuem acesso asfáltico até suas sedes. As estradas vicinais de terra necessitam de manutenção constante para garantir o trânsito de veículos e caminhões. Até maio de 2021, 122 municípios decretaram situação de emergência devido à estiagem. Projetos de açudes são a principal ferramenta para garantir reservas mínimas para produção agrícola e pecuária em propriedades rurais. Além disso, são constantes as solicitações.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Melhoria da qualidade de vida através de acesso a recursos básicos de saúde, educação e viabilidade produtiva. Redução dos danos dos períodos de estiagem. Aumento da produção para consumo das famílias e para comercialização.

OBJETO

Aquisição de patrulhas mecanizadas.

OBJETIVO

Melhoria da infraestrutura viária, visando ao desenvolvimento de regiões nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária e a inclusão social.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A aquisição de patrulhas mecanizadas objetiva promover a melhoria da infraestrutura viária com construção e recuperação de estradas, bueiros e pontes em estradas municipais, inclusive construção e recuperação de açudes, no meio rural do estado do RS, visando ao desenvolvimento de regiões menos favorecidas nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, promovendo uma política pública de inclusão social.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Trator de esteira, novo, ano 2013, motor turbinado de no mínimo 135 Hps de potência líquida, 06 cilindros, combustível diesel, injeção eletrônica, lamina com no mínimo 2,9 m ³ , sapatas de no mínimo 560 mm com no mínimo 06 roletes inferiores e 2 superiores, cabine fechada com ar condicionado, ripper com no mínimo 03 dentes, peso operacional mínimo 15.000 Kg, registro no BNDES, empresa credenciada pelo fabricante, realização de curso de capacitação, garantia mínima de 12 meses	Quantidade	6	3.780.000	24



<p>Motoniveladora , nova, ano 2013, equipado com motor turbo, potencia de no mínimo 140 hp, combustível diesel, 04 tempos, laminas com dimensões mínimas de 3.650 x 620 x 20 mm, pneus mínimos 14,0 x 24 12 lonas, sistema de iluminação com faróis dianteiros e traseiros, cabine fechada com ar condicionado (quente e frio), ripper traseiro com no mínimo 03 dentes, peso operacional de 14.500 Kg, registro código FINAME e BNDES, garantia mínima de 12 meses, curso de capacitação para operadores.</p>	Quantidade	12	7.200.000	24
<p>Retroescavadeira nova, ano de fabricação não inferior a 2013, peso operacional de no mínimo 6.000 Kg, motor movido a óleo diesel, 04 cilindros turboalimentada, fabricação nacional, tração nas quatro rodas (4 x 4), potência líquida mínima de 100 Hp, com pneus dianteiro e traseiro compatíveis, cabine com ar condicionado, emplacadas e licenciadas em nome do Rio Grande do sul, sistemas de iluminação com faróis, lanternas, caça mínima de 130 HPmba frontal no mínimo de 0,89 m³, caçamba traseira no mínimo de 0,25 m³</p>	Quantidade	10	2.500.000	24
<p>Rolo Compactador Vibratório auto-propulsado, novo, com no mínimo 09 toneladas, cilindro lisocom capa de pata, tambor de no mínimo 1.500 mm de largura e raio de giro externo de no mínimo de 4000 mm potencia mínima de 80 Hp, combustível diesel, motor turboalimentado, cabine com climatizador, kit capa com patas trapezoidais para transformação da versão lio em pé de carneiro.</p>	Quantidade	4	1.260.000	24
<p>Trator agrícola de rodas, novo, tracionado 4 x 4, potencia mínima de 100 Cvs, mínimo 04 cilindros, motor diesel, turbinado, cabine, ar condicionado.</p>	Quantidade	3	420.000	24
<p>Raspadeira Agrícola (scraper), mínimo de 04 m³, com pneus, nova.</p>	Quantidade	5	145.000	24
<p>Caminhão trator de mínimo 46 toneladas, novo, mínimo de 06 cilindros, combustível diesel, tração 4 x 2 , cabine climatizada,</p>	Quantidade	3	840.000	24
<p>Caçamba basculante, Semireboque basculante, novo, 03 eixos, 25 m³, com pneus lisos, kit hidráulico para cavalo mecânico, construída em chapa de aço de no mínimo 4,75 mm no assoalho e 03 mm nas laterais, com protetor de cabine, levante pneumático no 1º eixo, com aplicação de anticorrosivo, duas de mão de tintas P.U.; dimensões mínimas de comprimento 8500 mm e largura de 2400 mm;</p>	Quantidade	3	354.000	24
<p>Caminhão PBT mínimo de 23 toneladas, novo, implementado com caçamba basculante redonda, mínimo 218 Cv, no mínimo 06 cilindros, combustível diesel, com Caçamba baculante.</p>	Quantidade	12	3.240.000	24
<p>Semireboque, carrega tudo, 03 eixos reta, com pneus lisos.</p>	Quantidade	2	280.000	24



Veículo SUV, 7 lugares, novo, motorização mínima 2.8, diesel, tração 4 x 4, transmissão automática, mínima de 6 velocidades, direção elétrica, carroceria fechada, trava antifurto para rodas, sensor de estacionamento dianteiro e traseiro.

Quantidade	3	900.000	24
------------	---	---------	----

Escavadeira Hidráulica sob esteira, nova, peso operacional de 20.180 Kg com esteiras de 600 mm de largura, equipada com motor JCB turbo diesel de 173 HP (ISO -3046-1NF) torque de 695Nm, lança de 5,7 m, braço de escavação de 2,4 m, caçamba para aplicação geral de 1,14 m³. Dotada de sistema de monitoramento remoto Live Link que fornece grande gama de informações dos sistemas do equipamento, inclusive alarmes , acessíveis remotamente, sistema de auto abastecimento de combustível, válvulas de retenção nos dois cilindros da lança e braço de escavação, ar condicionado quente e frio com sistema de filtragem de ar.

Quantidade	18	8.100.000	24
------------	----	-----------	----

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Campo em ascensão

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Combate a infraestrutura precária no campo

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Melhoria da infraestrutura básica das famílias rurais em situação de pobreza

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

1877 - PATRULHA AGRÍCOLA

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Redução das desigualdades



Secretaria de Defesa Agropecuária



Nº	PROJETO
931	FORTALECIMENTO DA DEFESA AGROPECUÁRIA EM REGIÕES DE FRONTEIRA DO ESTADO DO RS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
2202 - Defesa Agropecuária

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1230 - Promover a sanidade da produção agropecuária, a idoneidade e inocuidade de seus insumos e produtos

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
214W - Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
48	R\$ 13.391.000

PÚBLICO-ALVO
Fiscais estaduais da defesa agropecuária estadual da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação. Serão beneficiados também os agropecuaristas gaúchos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAPDR

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Defesa Agropecuária da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural e poderão ser envolvidos outros órgãos de apoio como, por exemplo, a Brigada Militar para compor as barreiras de fiscalização.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Rosane Collares Moraes	51 32886200	rosane-moraes@seapdr.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Rio Grande do Sul tornou-se Estado Livre de Febre Aftosa sem Vacinação, status sanitário superior aos status dos países de Fronteira Uruguai e Argentina que ainda realizam a vacinação. Devendo o Estado garantir a sanidade do rebanho incrementando as atividades de fiscalização nas regiões de fronteira.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Desde julho de 2020 a SEAPDR desenvolve um programa específico para complementar as atividades de fiscalização na região de fronteira, Programa Sentinela - Decreto Estadual 55.453/2020. Nas atividades, o programa flagrou casos de contrabando de bovinos da Argentina para o RS, flagrantes registrados pela Brigada Militar e Polícia Federal. Desde julho de 2020 já foram determinados os abates sanitários de mais de 300 bovinos, por não possuírem comprovação de origem, quase a totalidade de casos suspeitos ou comprovados de contrabando da Argentina. Fazer frente a esta demanda, levando em conta a situação cambial da Argentina e o baixo preço dos bovinos naquele país, é um desafio enorme e necessita de suporte orçamentário de peso.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

As atividades de fiscalização de fronteira necessitam de suplementação abundante para fazer frente ao crime de contrabando e descaminho de bovinos, pois os mesmos colocam em risco o status sanitário diferenciado do Estado que hoje pode alcançar mercados de primeiro mundo que não poderia no status sanitário inferior. Além disso, uma ocorrência de febre aftosa no RS significaria um embargo de comercialização imediato tanto de bovinos, quanto de suínos e ovinos e afetando até o mercado de aves, fato que coloca em risco a segurança sanitária e comercial do Estado, que tem o setor agropecuário como um dos pilares da sua economia.

OBJETO

Fortalecimento da Defesa Agropecuária nas Regiões de Fronteiras do Estado do Rio Grande Do Sul

OBJETIVO

Qualificar e ampliar a área de atuação da Defesa Agropecuária para assegurar a sanidade animal do Estado do Rio Grande do Sul.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Garantir a defesa agropecuária estadual, visando agregar valor qualitativo à produção agropecuária, seus produtos e subprodutos, através da fortificação e ampliação da estrutura de defesa agropecuária nas zonas de fronteira do estado do Rio Grande do Sul.

A aquisição de materiais permanentes relacionados nesta proposta visa ao aumento da área de atuação permitindo o deslocamento a regiões de difícil acesso, agilizando o atendimento de demandas do Departamento de Defesa Agropecuária. Neste sentido, a estruturação de barreiras volantes ao longo das fronteiras e divisa com Rio Grande do Sul incrementa o aparato físico para o Departamento de Defesa Agropecuária executar ações de contenção de ingressos irregulares e monitoramento de trânsito de cargas, objetivando a preservação e proteção do patrimônio agropecuário do Estado. Viabilizar um rápido atendimento a suspeitas de enfermidades de controle oficial em propriedades localizadas na faixa de fronteira, destacando-se a febre aftosa, possibilitando uma ação eficiente de controle de eventual ocorrência sanitária, evitando a disseminação da enfermidade e retomando a condição sanitária no menor tempo possível.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Smartphones (valor do comodato para 24 meses com o consumo de pacotes de dados)	Quantidade	600	1.500.000	24
Notebook (ultrabook)	Quantidade	150	750.000	24
Veículo caminhão trucado boiadeiro	Quantidade	1	250.000	24
Veículo aéreo não tripulado	Quantidade	16	192.000	48
Capas de Chuva identificadas	Quantidade	400	40.000	48
Jaquetas brancas identificadas	Quantidade	200	30.000	48
Camisetas tipo polo identificadas	Quantidade	800	40.000	48
Chapéus pescador identificados	Quantidade	400	20.000	48
Pares de placas balísticas nível III-A (permitido para uso civil)	Quantidade	120	120.000	48
Cones de sinalização com refletivo	Quantidade	200	10.000	48
Cartuchos para a impressora portátil, para substituição	Quantidade	200	40.000	48
Veículos, tipo camioneta, cabine dupla de porte médio e GPS integrado	Quantidade	60	3.600.000	24
Conversores de voltagem de 500w, 12V -110V	Quantidade	75	11.250	36
Botas de borracha	Quantidade	400	40.000	48
Bombas costais elétricas	Quantidade	100	65.000	48
Bombas estacionárias com motor 4 tempos com reservatório de água	Quantidade	24	180.000	48
Galões de 20L	Quantidade	300	15.000	48
Leitor de código de barras	Quantidade	80	12.000	48
Protetor Auricular	Quantidade	40	2.400	48
Termômetro tipo laser calibrado	Quantidade	300	75.000	48
Binóculos	Quantidade	200	40.000	48
Cadeiras de Escritório	Quantidade	300	105.000	36
Construção de QG's para Projeto Fronteira	Quantidade	3	450.000	12
Veículo caminhão Toco boiadeiro	Quantidade	1	150.000	24
Lanternas LED recarregáveis c/ sinalizador	Quantidade	400	20.000	48
Jaquetas pretas identificadas	Quantidade	400	60.000	48
Macacões Identificados	Quantidade	400	40.000	48
Capas de colete balístico	Quantidade	120	60.000	48
Cavaletes (Fiscalização Agropecuária)	Quantidade	200	15.000	48
Kits de abastecimento de 1000L c/ bomba 12V	Quantidade	12	42.000	48
Pares de rádios comunicadores, alcance de 50Km	Quantidade	200	70.000	48
Propés (milheiro)	Quantidade	20	1.600	48
Toucas descartáveis (pacote c/ 100)	Quantidade	200	2.000	48
Termômetro tipo espeto calibrado	Quantidade	300	60.000	48
Computador de alto desempenho para análise de Rede	Quantidade	3	30.000	36
Carteira oficial de identificação	Quantidade	1.500	75.000	12
Estrutura de alojamento para QGs (cama, colchão, cozinha, geladeira, fogão...)	Quantidade	3	75.000	12
Veículos tracionados (4x4), diesel, tipo camioneta, cabine dupla, com capacidade de carga para 1200 quilos e GPS integrado. Caminhoneta 4x4 porte grande	Quantidade	40	4.920.000	24
Impressoras portáteis	Quantidade	75	142.500	36



Rampas embarcadouros móveis de animais com painéis de acesso laterais	Quantidade	4	40.000	48
-----------------------------------------------------------------------	------------	---	--------	----

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Campo em ascensão
AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Sanidade Animal e Vegetal
INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023
Certificação de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação
INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021
5424 - ZONA LIVRE DE AFTOSA SEM VACINAÇÃO
VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS
2019.173
VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Consumo e produção responsáveis



Secretaria Especial de Assuntos Fundiários



Nº	PROJETO
934	GEORREFERENCIAMENTO, CERTIFICAÇÃO E CADASTRO NO SISTEMA DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
1040 - Governança Fundiária

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1236 - Promover a regularização da ocupação e do domínio da terra

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
211C - Reforma Agrária e Regularização Fundiária

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
30	R\$ 6.000.000

PÚBLICO-ALVO
Famílias de assentados da reforma agrária que, por meio da distribuição de terras do estado, mediante a regularização das mesmas, terão asseguradas suas condições de moradia e produção.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAPDR

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Municípios relacionados.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Marlon Hilgert Arenhardt	51 32886319	marlon-arenhardt@agricultura.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

O estado possui 120 imóveis rurais destinados a Projetos de Reforma Agrária que beneficiam aproximadamente 3000 famílias em diversas regiões do Estado. Estes imóveis possuem diversas situações cadastrais e se faz necessária a regularização fundiária dos mesmos perante o Registro de Imóveis de cada município, bem como a sistematização junto ao Sistema de Gestão do Patrimônio do Estado.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Lei 10.267/01 que obriga a realização de georreferenciamento e certificação no sistema SIGEF de todos os imóveis rurais até 2025 e discussão do projeto de lei autorizando a titulação definitiva dos imóveis destinados aos Projetos de Reforma Agrária.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Aumento da renda no campo, através da facilitação de acesso a crédito. Facilitação do processo de sucessão familiar. Diminuição das demandas do Estado na gestão e fiscalização desses imóveis.

OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços para execução de georreferenciamento, certificação de imóveis rurais (INCRA) e cadastro dos imóveis no Sistema de Gestão do Patrimônio Estadual (GPE) de áreas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul destinadas a 63 Assentamentos da Reforma Agrária, perfazendo aproximadamente 36.100 hectares, 198 matrículas e 198 cadastros no GPE.

OBJETIVO

Os serviços de georreferenciamento, certificação de imóveis rurais e cadastro dos imóveis no Sistema de Gestão do Patrimônio Estadual (GPE) visam à atualização cadastral e regularização fundiária (em atendimento às leis 6.015/73 e 10.267/01) dos imóveis rurais de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul, destinados a Projetos de Assentamentos.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

A necessidade de execução dos serviços e elaboração das peças técnicas ora pretendidas visa atender às demandas dos imóveis destinados a Projetos de Assentamentos do Estado do Rio Grande do Sul. O Estado possui aproximados 137 imóveis rurais destinados a assentamentos, num total aproximado de 527 matrículas. No entanto, não possui funcionários suficientes para realizar a gestão destes imóveis, sendo uma das demandas verificar se a área utilizada corresponde a área registrada e em casos de diferenças realizar procedimentos buscando identificar ou a localização das sobras/faltas de áreas ou os motivos que justifiquem estas diferenças. A contratação dos serviços de georreferenciamento e certificação destas áreas têm por objetivo ainda atender às leis 6.015/73 e 10.267/01, e suas alterações, que prevê que todo imóvel rural deve ser certificado no INCRA, nos prazos legalmente estabelecidos. As peças técnicas elaboradas possibilitarão ao Estado proceder às devidas retificações e adequações registrais dos imóveis e sua certificação junto ao Órgão Fiscalizador INCRA

PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Contratação de Serviço para Georreferenciamento, Certificação e Cadastro dos Imóveis no Sistema de Gestão do Patrimônio Estadual (GPE) de Imóveis Rurais do Estado do Rio Grande do Sul Destinados para Assentamentos de Reforma Agrária	Quantidade	1	6.000.000	30

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL



PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolve RS

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Incentivo à permanência no campo

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Regularização fundiária e ambiental

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

6736 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



Secretaria de Aquicultura e Pesca



Nº	PROJETO
938	CONSTRUÇÃO DE VIVEIROS DE PSICULTURA PARA ASSENTADOS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
1031 - Agropecuária sustentável

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1203 - Promover o desenvolvimento da agropecuária sustentável, da pesca artesanal e da aquicultura familiar.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
20Y0 - Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola e 20Y1 - Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
48	R\$ 2.250.000

PÚBLICO-ALVO
Famílias residentes em assentamentos de trabalhadores rurais.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Encruzilhada do Sul, Herval, Pedro Osório, Piratini e Pinheiro Machado e Vale do Rio Pardo.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAPDR

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
Municípios, EMATER RS

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Carlos Alberto Brigoni e Silva	51 32886319	carlos-silva@seapdr.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Os assentamentos rurais, em parte, possuem dificuldades de acesso a financiamentos, devido ao endividamento e à baixa capacidade de investimento. Necessário se torna propor alternativas ao mesmo tempo rentáveis, ambientalmente sustentáveis, de baixo custo de manutenção e que oportunizem outras possibilidades de ocupação da mão-de-obra da família, oferecendo, em certa medida, oportunidades aos jovens assentados em permanecerem nos lotes.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Baixas rendas auferidas pelas famílias de assentados e a existência de demanda de organizações de piscicultores, que passam por dificuldades de viabilização econômica devido à falta de matéria prima, onde, neste caso, seria estratégica a produção de peixes em lotes rurais de assentados.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Geração de renda e trabalho para aproximadamente 375 trabalhadores em 125 lotes de assentamentos rurais e melhores condições de operação (escala) para as unidades de processamento regionais.

OBJETO

Contratação de horas-máquina de escavadeira hidráulica sobre esteiras para construção de viveiros, com o intuito de estabelecer o cultivo de peixes em sistemas semi-intensivos sustentáveis para 125 famílias em um total de 375 tanques de piscicultura.

OBJETIVO

Aumento da oferta de pescado nas regiões a valores mais acessíveis à população, bem como forma de geração de renda das famílias envolvidas na atividade.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Na região Sul do estado do RS, existe uma demanda de organizações de piscicultores, que passam por dificuldades de viabilização econômica devido à falta de matéria prima, onde, neste caso, seria estratégica a produção de peixes em lotes rurais de assentados. Neste sentido, apresentamos uma proposta com o intuito de viabilizar um projeto de produção em cultivo de peixes de maneira semi-intensiva e sustentável, sendo que as estruturas necessárias são de pequeno porte e demandam baixo investimento de capital, são de fácil manejo e fácil adaptação às propriedades rurais, o que vem a oferecer uma alternativa de renda e ocupação de mão-de-obra muito promissora, tanto para as famílias assentadas, como para os mercados próximos e institucionais. Tal perspectiva de modelo de produção é importante, pois os assentamentos rurais, em parte, possuem dificuldades de acesso a financiamentos, devido ao endividamento e à baixa capacidade de investimento, o que vem a demandar uma proposta que seja menos onerosa possível com relação ao investimento de capital financeiro, mas, ao mesmo tempo, que seja rentável, ambientalmente sustentável, de baixo custo de manutenção e que oportunize outras possibilidades de ocupação da mão-de-obra da família, oferecendo, em certa medida, oportunidades aos jovens assentados em permanecerem nos lotes. Cada viveiro de piscicultura terá em média 20m x 50m x 1,5m (podendo variar conforme a área disponível para sua construção, bem como a topografia do local), o que demandará em torno de 20 horas máquina para construção de cada viveiro.

A presente proposta tem projetos individuais (plantas, medições, orçamentos) realizados, contando com os licenciamentos ambientais necessários.



PRODUTOS

Produtos	Unidade de medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Tanques construídos	Unidade	375	2.250.000	48

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Desenvolve RS

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Incentivo a permanência no campo

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

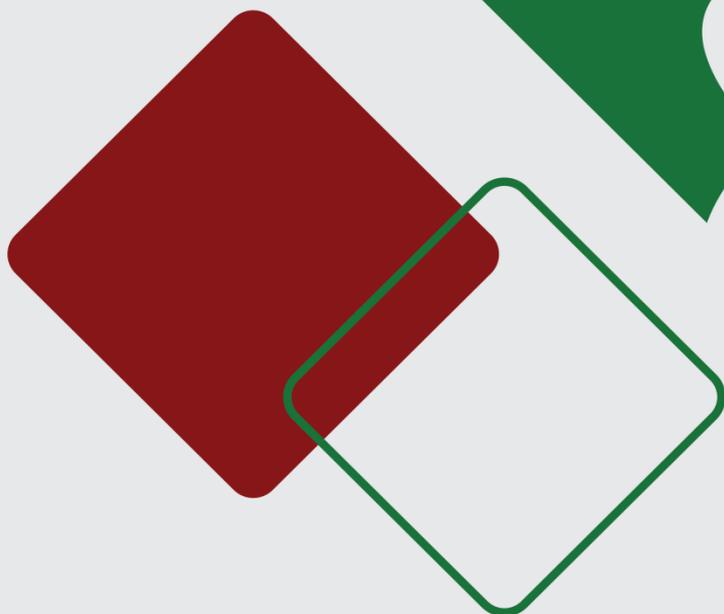
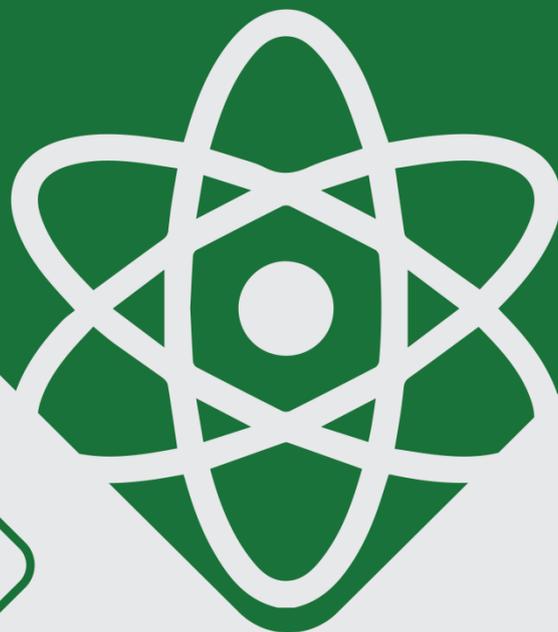
Aumento da renda das famílias no campo

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

6679 - DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA FAMILIAR E DA PESCA

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Redução das desigualdades



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Caderno de Propostas do
Rio Grande do Sul ao OGU 2022





Secretaria de Empreendedorismo e Inovação

- 818** CONECTA RS: ATUALIZAÇÃO DA CONEXÃO DE INTERNET NA REDE DE ESCOLAS ESTADUAIS
- 881** TECHFUTURO: PROMOÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR MEIO DA INOVAÇÃO



Secretaria de Empreendedorismo e Inovação



Nº	PROJETO
818	CONECTA RS: ATUALIZAÇÃO DA CONEXÃO DE INTERNET NA REDE DE ESCOLAS ESTADUAIS

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2205 - Conecta Brasil

5011 - Educação Básica de Qualidade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1185 - Promover o acesso universal e ampliar a qualidade dos serviços de comunicações do país.

1175 - Elevar a qualidade da Educação Básica promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

20V8 - Apoio a iniciativas e projetos de inclusão digital.

20ZE - Universalização e Massificação dos Serviços de Telecomunicações

20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica

0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto em execução

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 4.525.820

PÚBLICO-ALVO

Serão beneficiados diretamente 113 mil alunos, 4.000 professores, 1.000 técnicos administrativos de até 233 escolas da rede pública estadual. Serão também beneficiados a comunidade no entorno das escolas, pais e familiares de alunos.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Bagé, Camaquã, Caxias do Sul, Guaíba, Ijuí, Jaguarão, Passo Fundo, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria e Santana do Livramento.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia, Secretaria de Educação e PROCERGS.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Everaldo Daronco	51 32881060	everaldo-daronco@sict.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Atualmente a infraestrutura de conectividade nas escolas estaduais encontra-se defasada, além de não atender às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e não possibilitar mobilidade para a comunidade escolar. O contexto foi agravado pela pandemia de Covid-19, que evidenciou ainda mais a inadequação do modelo de conectividade para atender às necessidades de ensino online.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

De acordo com levantamento da Fundação Lemann, realizado na Secretaria de Educação do Estado, 48,45% das escolas do RS não possuem nenhum acesso wi-fi e outros 27,78% possuem acesso somente em um ponto. Apenas 6,31% das escolas tem entre 4 e 10 pontos, o que denota claramente a impossibilidade de utilização dessa tecnologia para uso pedagógico na grande maioria das escolas. Ainda, em relação à velocidade, mais de 54% das escolas usufrui de internet com até 2 mbps e em torno de 20% utiliza velocidade maior do que 50 mbps. Quando é considerada a taxa média de velocidade por aluno, apenas 23% das escolas possui conexão acima de 100 kbps por aluno, que é entendido como o mínimo recomendado para uso pedagógico, evidenciando a necessidade de atualização do modelo tanto pela implantação da tecnologia wi-fi, como pelo aumento das velocidades disponíveis para utilização.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Espera-se que o acesso à internet de qualidade melhore o processo de aprendizagem e os índices de qualidade da educação gaúcha, diminua a evasão escolar, estimule o interesse de jovens por tecnologias estratégicas, aumente o número de projetos colaborativos desenvolvidos, amplie o número de capacitações online dos professores, reduza os custos com internet, aumente a eficiência dos departamentos administrativos, estimule o aumento da permanência de alunos na escola (principalmente nas zonas de maior vulnerabilidade social e econômica, como as escolas do RS Seguro), eleve os índices de inclusão digital.

OBJETO

Atualizar o modelo de conexão em até 233 escolas integrantes da rede Infovia RS, por meio de equipamentos e serviços que permitam acesso à internet sem fio de alta velocidade.

OBJETIVO

Possibilitar que o uso de novas ferramentas de ensino baseadas em internet envolva os estudantes de forma mais efetiva no processo de aprendizagem, tornando-o mais dinâmico, atrativo e eficaz, por meio da implantação de um novo modelo de conexão de internet de alta velocidade e qualidade em até 233 escolas da rede pública estadual. Espera-se contribuir não somente para melhor formação de jovens, mas também que a conexão de qualidade auxilie na capacitação de professores e melhore a gestão escolar.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Entende-se que é de competência dos Estados promover o acesso universal a internet. O Censo Escolar em 2017 apontou que existiam 2.497 escolas estaduais no RS com cerca de mais de 811.000 alunos. Segundo levantamento feito pela Fundação Lemann, 91% tem acesso à internet. Contudo, um olhar mais atento aos dados evidencia que, embora o custo de investimento médio para o Estado seja elevado, a qualidade do acesso à internet é precária na maioria das escolas. O levantamento apontou também que apenas 23% das instituições tem conexão acima da velocidade adequada para uso pedagógico. Considerando esse panorama, é impossível que as escolas preparem os jovens para os desafios do novo modelo econômico, baseado cada vez mais em conhecimento, por meio da qualificação da infraestrutura tecnológica para o acesso à internet de alta qualidade nas escolas estaduais do RS.



Por outro lado, sabe-se que existem no Rio Grande do Sul diversas redes de fibra ótica instaladas, nas quais trafega internet de alta velocidade e qualidade. Uma dessas infraestruturas mais consolidadas é a Infovia da Procergs, que possui mais de 1.000 km de fibra ótica própria instalada, conectando 986 locais.

A partir dessas duas realidades, o Conecta RS tem atuado de forma a integrar as escolas à redes existentes, habilitando o acesso à internet de alta velocidade, tanto via cabo como o acesso Wi-Fi, visando oportunizar o acesso universal a comunidade escolar.

O Conecta RS opera em parceria com a Seduc há bastante tempo com o objetivo de atualizar o modelo para tecnologias usadas atualmente pelas escolas. Uma alternativa é o uso do sinal wi-fi que é capaz de democratizar o acesso, visto que a maioria dos jovens possui celular com condições de acessar internet. Também facilitaria o preenchimento dos diários de classe pelos próprios professores (exclusivamente online), sem precisar usar recursos privados.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Escolas estaduais com modelo de conexão de internet atualizado.	Quantidade	233	4.525.820	18

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Acelera RS

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Ambientes de Inovação

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Conecta: rede de fibra ótica de alta velocidade para as escolas estaduais.

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

3737 - Conecta: rede de fibra ótica de alta velocidade para as escolas estaduais

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

2019.612 Conecta RS

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Erradicação da pobreza, Educação de qualidade, Indústria, inovação e infraestrutura, Redução das desigualdades, Parcerias de implementação



Nº	PROJETO
881	TECHFUTURO: PROMOÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR MEIO DA INOVAÇÃO

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023

2208 - Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável
 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023

1197 - Promover o empreendedorismo, inovação e tecnologias aplicadas, com aumento do impacto do dispêndio público, amplificando a contribuição para o desenvolvimento sustentável
 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020

20UQ - Apoio a Projetos de Tecnologias Aplicadas, Tecnologias Sociais e Extensão Tecnológica Articulados às Políticas Públicas de Inovação e Desenvolvimento Sustentável do Brasil
 210D - Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
33	R\$ 5.000.000

PÚBLICO-ALVO

Empresas de setores estratégicos do Estado do Rio Grande do Sul, conforme definido das Diretrizes Estratégicas 2018-2028, elaboradas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. Quais sejam: agroindústria, petroquímica, plástico e borracha, metalurgia; transportes (automotivo/implementos rodoviários e mobilidade urbana), eletroeletrônica e automação, saúde, madeira, celulose e móveis; couro e calçados e varejo. Também: Startups fornecedoras de tecnologias portadoras de futuro e, mais difusamente, pesquisadores de ICTIs.

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS

Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul.

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
André Morais França	51 99544955	andre-franca@sict.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

A economia brasileira, e por extensão a do Rio Grande do Sul, sofre de uma limitação estrutural no crescimento de sua produtividade desde a década de 70 do século passado. Estima-se um crescimento de 0,4% da produtividade PCP do país entre 1971 e 2018, sendo que desde a mesma década o Brasil também não tem acompanhado o avanço da fronteira tecnológica.

Até o momento, a estrutura demográfica do país possibilitou um crescimento em tempos de estabilidade política e econômica, cujas condições se erodem com o envelhecimento populacional. Ressalta-se que o RS é o estado mais envelhecido da federação e, portanto, com a situação mais crítica. Num quadro também sem uma alta sustentada de preços de commodities, a produtividade é chave para o crescimento da produção e a geração de emprego e renda. Em tempos de disrupções tecnológicas profundas, setores demandantes de tecnologia passam por grandes reestruturas da forma de produzir, e o mercado global se remodela conforme os sucessos e os insucessos das empresas em, pelo menos, acompanhar as mudanças em curso. Neste cenário, o investimento em inovação é crítico para a competitividade das empresas brasileiras e para sustentabilidade socioeconômica brasileira das próximas décadas.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

Estudo do IEB-FGV aponta que a economia brasileira teve um crescimento de sua produtividade per capita de apenas 0,4% a.a., incorrendo inclusive em perdas relativas à produtividade comparada com a de outros países. Segundo o IPEA, entre 2007 e 2018, a produtividade da indústria brasileira caiu aproximadamente 14,3% em seu total, agravando o quadro de perda da competitividade industrial. O reflexo é a maior dependência de importação de bens produzidos no exterior.

Muito embora o RS ocupe a 2ª posição em Inovação no ranking de competitividade dos Estados, do Centro de Liderança Pública, o Brasil ocupa a 62ª no ranking de 100 países do índice Global de Inovação da Universidade Cornell. Cabe ressaltar, também, o RS se encontra apenas nas 22ª posição no ranking da federação no indicador Participação do Investimento Público em P&D, refletindo um cenário de escasso apoio ao setor produtivo gaúcho para o seu upgrade tecnológico.

Michael Kirson, pesquisador da Judge Business School da Universidade de Cambridge afirma, em artigo científico publicado no Cambridge Journal of Regions, Economy and Society, que "grande parte da política de inovação está focada na geração de inovações e não na difusão e adoção de inovações em toda a economia. Esse foco fará pouco para diminuir ou reverter divergências regionais no desempenho econômico. A política de inovação no nível local requer maior foco na difusão da inovação, ao mesmo tempo em que se adota uma perspectiva mais ampla para englobar a variedade de inovações e uma perspectiva mais restrita para focar as necessidades de inovação específicas de cada região ou local".

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Aumento da produtividade e da eficiência, bem como a agregação de valor em produtos e à redução de custos de produção das empresas contempladas, e difusão do conhecimento gerado pelos projetos a outras empresas do setor, ampliando o acesso a *know-how* crítico.

OBJETO

Apoio à adoção de tecnologias habilitadoras por empresas gaúchas, por meio de edital FAPERGS de fomento à projetos de inovação aberta com vistas ao aumento da produtividade, ao aumento da eficiência, à agregação de valor em produtos, e/ou à redução de custos de produção.

OBJETIVO

Fomentar a adoção de tecnologias habilitadoras avançadas por empresas gaúchas com vistas ao aumento de sua produtividade e apoiar a transferência de know-how e tecnologia de ICTIs gaúchas ao setor produtivo, consolidando uma relação mais próxima entre academia e empresa.



CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Hoje o RS é um dos maiores polos de ciência e tecnologia do país, contando com 11,5 % da produção científica, várias universidades dentre as melhores do país, mais de 2000 doutores formados por ano, 16 parques científicos e tecnológicos, 40 incubadoras, 27 polos tecnológicos e 42 instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICTs). Há portanto, uma infraestrutura de inovação considerável, construída com anos de investimento públicos federal e estadual, porém ainda com pouca tradução no mercado. A participação do Estado no PIB nacional continua baixa, em torno de 6%, aquém do potencial de agregação de valor que a base de conhecimento existente permite, através da transferência tecnológica para a matriz produtiva do RS. Além disso, com base em estudos realizados, percebe-se que novas tecnologias disruptivas, portadoras de futuro, de maior domínio da academia gaúcha, ainda são pouco utilizadas nas empresas do RS.

Tecnologias portadoras de futuro, como manufatura avançada, Internet das Coisas, Inteligência Artificial, Robótica, Automação, Materiais Avançados, dentre outras, precisam permear os projetos empresariais, não só para agregar mais valor aos produtos e serviços das empresas, mas até para garantirem a sua sobrevivência em um contexto de transformação digital dos modelos de negócio. O salto tecnológico é fundamental para a viabilização de empregos qualificados, aumento de renda e qualidade de vida para os gaúchos.

Cabe destacar que a criação do Programa Techfuturo foi realizada por meio do Decreto 55.832, de 23 de julho de 2020, possibilitando a execução de ações e iniciativas para consolidar este ambiente de inovação, que materializa a inserção destas tecnologias e setores estratégicos proporcionando um salto de competitividade para as nossas empresas em níveis local, regional, nacional e internacional. O objetivo geral do Programa Techfuturo é apoiar a transferência de tecnologias portadoras de futuro para a matriz produtiva gaúcha através da aproximação efetiva de instituições científicas e tecnológicas e pesquisadores da academia com empresas e startups em operação no Estado, com a implementação de projetos de inovação que efetivem a evolução tecnológica da economia do RS. Portanto, apoiar projetos que consolidem esta visão de futuro do Estado é que contribuirá para um desenvolvimento de uma nova economia baseada em conhecimento e tecnologia e um ambiente profícuo para o empreendedorismo inovador no RS.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Projeto de adoção tecnológica implementado em empresa de setor estratégico da economia gaúcha	Quantidade	15	5.000.000	30

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Acelera RS

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Conhecimento em Inovação, Ciência e Tecnologia

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

TECH FUTURO: Tecnologias Portadoras de Futuro para Setores Econômicos Estratégicos

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

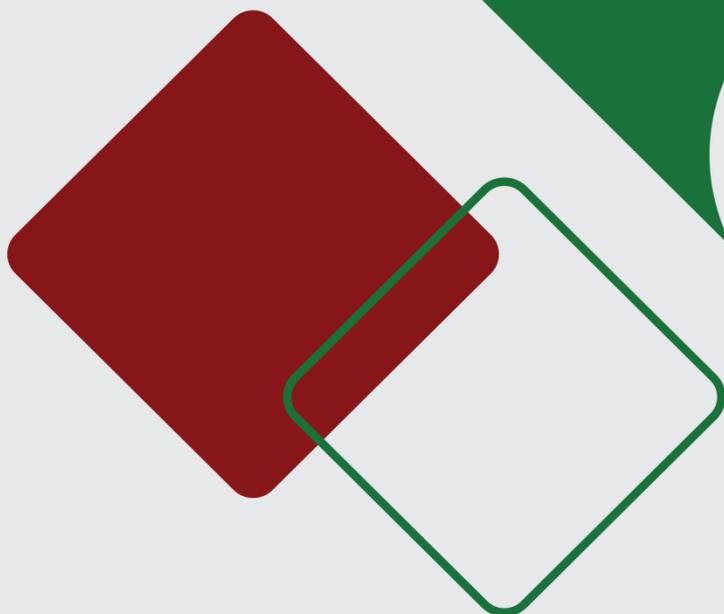
3736 - TECH FUTURO: Tecnologias Portadoras de Futuro para Setores Econômicos Estratégicos

VINCULAÇÃO A PROJETO ESTRATÉGICO RS

2019.206 - Tech Futuro

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indústria, inovação e infraestrutura



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Caderno de Propostas do
Rio Grande do Sul ao OGU 2022





Secretaria de Clima e Relações Internacionais

898 ADOÇÃO DE NOVAS FONTES SUSTENTÁVEIS E ECONÔMICAS NO AMBIENTE PRISIONAL



Secretaria de Clima e Relações Internacionais



Nº	PROJETO
898	ADOÇÃO DE NOVAS FONTES SUSTENTÁVEIS E ECONÔMICAS NO AMBIENTE PRISIONAL

VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA DO PPA FEDERAL 2020-2023
1058 - Mudança do Clima

OBJETIVO DO PPA FEDERAL 2020-2023
1181 - Implementar políticas, ações e medidas para o enfrentamento da mudança do clima e dos seus efeitos, fomentando uma economia resiliente e de baixo carbono.

AÇÃO PROGRAMÁTICA DO ORÇAMENTO FEDERAL 2020
20G4 - Fomento a Estudos e Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima

DETALHAMENTO DO PROJETO

TIPO DE PROJETO (MODALIDADE)	SITUAÇÃO DO PROJETO
Bem e Serviço	Projeto não iniciado

PRAZO	CUSTO TOTAL ESTIMADO
18	R\$ 831.000

PÚBLICO-ALVO
Pessoas presas e servidores lotados na Penitenciária Estadual de Canoas I

LOCALIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS
Estado

ÓRGÃO RESPONSÁVEL RS
Superintendência dos Serviços Penitenciários

ÓRGÃOS PÚBLICOS ENVOLVIDOS
SEAPEN

GERENTE	TELEFONE	EMAIL
Mariane Sofia da Silva	51 32887327	dsep@susepe.rs.gov.br



ESCOPO

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Emissão de gás carbônico pelo aquecimento de água no sistema prisional do estado do Rio Grande do Sul.

EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DO PROBLEMA

O Sistema Prisional do Rio Grande do Sul possui uma população atual de 42.500 pessoas presas em 112 unidades prisionais, que consomem, em média, 127.500 m³/mês de água quente. Considerando que 95% das unidades possuem chuveiros elétricos e o restante do aquecimento ocorre via caldeiras a gás, a poluição gerada é expressiva visto que a emissão de gás carbônico é da ordem de 2.890.935 m³ por mês.

IMPACTOS ESPERADOS PARA A SOCIEDADE

Redução das emissões de gases poluentes em 50% pelo estabelecimento penal, contribuindo para a preservação do meio ambiente, economia de R\$15.680,00 mensalmente pelo Estado, permitindo a aplicação em outras áreas.

OBJETO

Instalação de sistema de aquecimento solar na Penitenciária Estadual de Canoas I.

OBJETIVO

Reduzir em 50% a emissão de gás carbônico proveniente do aquecimento de água dos chuveiros na Penitenciária Estadual de Canoas I, de forma pioneira, a partir do acréscimo de um sistema de captação de energia solar, diminuindo desta forma a utilização do sistema atual.

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

No ano de 2019, o estado do Rio Grande do Sul foi apontado como o sexto estado brasileiro que mais emitia gases poluentes. Sendo o sistema prisional gaúcho responsável pela custódia de 42.500 pessoas presas, é necessário considerar que a poluição emitida pelos estabelecimentos prisionais é significativa e deve ser reduzida. Utilizando a Penitenciária Estadual de Canoas I como pioneira, o aquecimento de água via energia solar visa substituir em 50% o consumo de gás GLP neste estabelecimento. Importante frisar que o aquecimento solar permitirá inclusive uma economia da ordem de até 49% dos R\$32.000,00 gastos mensalmente em energia elétrica apenas na penitenciária-piloto, economia que também poderá se estender a outros estabelecimentos que possam vir a ter o sistema implantado.

PRODUTOS

Produtos	Unidade de Medida	Meta	Custo	Prazo (meses)
Sistema complementar de aquecimento de água via energia solar instalado	Quantidade	1	831.000	18



VINCULAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTADUAL

PROGRAMA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

RS Seguro

AÇÃO DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Adequação e Modernização do Sistema Prisional

INICIATIVA DO PPA ESTADUAL 2020-2023

Geração de vagas qualificadas no Sistema Prisional

INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL 2021

5694 - Ampliação de vagas prisionais

VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Saúde e bem-estar, Ação contra a mudança global do clima